Nelson Rodrigo Pedon

Geografia e movimentos sociais

Dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial

Geografia
e movimentos sociais

NELSON RODRIGO PEDON

GEOGRAFIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

DOS PRIMEIROS ESTUDOS À ABORDAGEM SOCIOTERRITORIAL

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livraria.unesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – BRASIL. Catalogação na publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

P395g

Pedon, Nelson Rodrigo
Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial / Nelson Rodrigo Pedon. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
Recurso digital : il.

Formato: ePDF
Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-85-393-0418-9 (recurso eletrônico)

1. Geografia política. 2. Movimentos sociais – Brasil. 3. Livros eletrônicos. I. Título.

13-01742 CDD: 330.9811063
CDU: 338.1(811.3)

Este livro é publicado pelo projeto *Edição de Textos de Docentes e Pós-Graduados da UNESP* – Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UNESP (PROPG) / Fundação Editora da UNESP (FEU)

Editora afiliada:

Ao Pedro, pequenina luz, cuja centelha ilumina o mundo.

Sumário

Apresentação

O presente estudo tem sua origem relacionada aos meus primeiros passos no campo da pesquisa científica. No início, deparei com uma questão que não é estranha à geografia; na verdade, é crucial para ela: a da complexa relação do ser humano com o espaço onde sua vida se desenvolve. Essa formulação reúne um conjunto de problemas que, integrados de forma orgânica, impulsionou a história da geografia, ciência que se desenvolveu à medida que o homem se lançou rumo ao entendimento de seu espaço. Ao procurar compreender a forma pela qual os moradores de um bairro de periferia se organizavam, buscando chamar a atenção do poder público para a resolução dos problemas que tornavam suas vidas mais difíceis, comecei a sistematizar as ideias que me levaram a propor uma hipótese para uma investida sobre o complexo problema do território. Associada às relações de poder que os homens estabelecem entre si, cuja manifestação confere ao espaço a condição de território, a ação política de grande parte da classe trabalhadora envolve, incontestavelmente, a conquista do espaço. Consequentemente, a delimitação de seu poder manifestado na forma de território amplia suas capacidades, permitindo maior controle sobre os processos que condicionam suas vidas.

Em meados de 2005, adotei como referência teórica algumas ideias defendidas pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes.

Sua formulação do conceito de *movimento socioterritorial* serviu de fundamentação teórico-conceitual para minha dissertação de mestrado, finalizada naquele ano. Nela, defendi que as associações de moradores, depois de compreendidas cada uma na sua especificidade, podem ser consideradas como movimentos socioterritoriais. A explicação para essa conceituação se baseou no fato de que, no caso focalizado, o espaço não constituiu somente um recorte empírico ou base que sustentava a organização popular, mas sim o território a partir do qual as vivências compartilhadas formaram uma "energia" capaz de mobilizar os moradores que se voltaram ao embate político.

Naquela ocasião, considerei a associação de moradores estudada como uma forma de expressão da participação política das classes populares. Ao focar as razões que levaram aquele grupo de pessoas a organizarem-se na forma de uma associação, observei que os moradores do bairro que tinham suas casas localizadas na margem direita do córrego que o atravessava possuíam uma prática de luta mais intensa. Isso ocorria porque a vertente direita do vale, no qual o córrego estava encaixado, tinha menor declividade. Essa característica aumentava o número de situações de alagamento das casas localizadas naquela margem, submetendo aqueles moradores a um conjunto de precariedades. Essa relação entre topografia, condições de vida e participação política foi fundamental para que eu pudesse refletir sobre o importante papel que a geografia tem na compreensão dos processos sociais, cuja questão fundamental é essencialmente territorial. Assim, consolidou-se meu interesse em contribuir conceitualmente para o desenvolvimento do estudo geográfico da participação política das classes populares.

Realizar uma leitura ampla da forma pela qual a geografia se aproximou da temática dos movimentos sociais pareceu-me ser um passo importante a ser dado na direção da construção de uma proposta conceitual de abordagem geográfica dos movimentos sociais. De início, optei por realizar um conjunto de leituras dos estudos que realizaram essa aproximação. Considerei aqueles autores que desenvolveram sua trajetória acadêmica no interior da ciência geo-

gráfica, sem, necessariamente, ter tido uma formação acadêmica em geografia, mas que possuíssem uma tradição de pesquisa do interior dessa ciência. Cabe lembrar que houve um conjunto expressivo de autores que deixaram importantes contribuições para a compreensão da ação política das camadas populares que visavam à conquista de territórios. No entanto, esses autores não tinham nenhuma relação formal com a geografia como ciência e disciplina acadêmica. Podemos citar o exemplo de Euclides da Cunha, que elaborou um importante documento acerca do conflito de Canudos em *Os sertões*.

A sistematização desses autores baseou-se na forma de tratamento que cada um deu aos movimentos sociais, enfocando, como sugere Santos (2006), as *imagens espaciais* explicitadas por eles. Essa sistemática me levou à formulação teórico-conceitual que aqui denomino *abordagem socioterritorial*, desenvolvida no conjunto dos trabalhos realizados no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera). O envolvimento com essa formulação se deu de tal forma que os resultados contidos neste livro são frutos de um trabalho desenvolvido por muitas pessoas. Por isso, ao longo do texto, adoto a primeira pessoa do plural como forma de tratamento. Esse recurso linguístico serve para firmar o caráter coletivo do presente estudo.

Ao longo deste trabalho, utilizo o conceito de *movimento social* para me referir a um tipo de mobilização coletiva de caráter perene, organizada e que realiza, por meio de suas ações, uma crítica aos fundamentos da sociedade atual, baseada nos processos de acumulação da riqueza e concentração do poder manifestados na forma do território. Esses processos têm como resultado a exclusão e a subordinação das classes populares. A proposta de conceituação dessas manifestações numa perspectiva geográfica baseia-se na formulação e emprego dos conceitos de *movimentos socioespaciais* e *movimentos socioterritoriais*, inserindo, dessa forma, a perspectiva geográfica no campo da teoria social crítica. Nesse sentido, esta obra pode ser considerada um esforço de firmação da identidade da ciência geográfica no conjunto das ciências humanas.

Longe de qualquer forma de sectarismo, o objetivo manifestado nas páginas que se seguem é de contribuir para que a geografia assuma uma posição de maior destaque no conjunto das ciências humanas, especialmente, no que diz respeito ao entendimento das relações de poder e seus desdobramentos no território.

1
Movimentos sociais na geografia: introdução do tema e os primeiros estudos

No Brasil, o interesse dos geógrafos pelos movimentos sociais, como temática a ser pesquisada e teorizada, acompanhou o processo de renovação da geografia na passagem da década de 1970 à de 1980. Entre as razões que levaram ao estudo dos movimentos sociais encontra-se, de um lado, a projeção de um expressivo número de movimentos sociais (movimento sindical, movimento camponês, associações de moradores, lutas setoriais: como o movimento por creches, pelo transporte público etc.) que vinham conquistando espaços políticos essenciais para suas reivindicações. Por outro lado, a incorporação de uma matriz teórico-metodológica permitiu à geografia romper com temas e problemáticas tradicionais que consideravam o homem não como sujeito de sua história, mas como um elemento da paisagem. Esse movimento de renovação da geografia deu lugar a um conjunto de propostas que se condensaram na corrente nascente, a geografia crítica.

Geografia crítica: o nascedouro

O espaço geográfico, produzido a partir do processo histórico com base nas contradições sociais, constitui um entendimento re-

lativamente recente da geografia se considerarmos a história de sua institucionalização ao longo do século XX. O que significa dizer que, na relação que os homens estabelecem entre si e com seu espaço, este último raras vezes tomava o sentido de construção social. Ora concebido como recurso natural a ser utilizado e transformado pela ação humana (possibilismo), ora como obstáculo a ser superado a todo custo (determinismo), ou então, como uma categoria pertinente à estrutura cognitiva do ser humano (como na filosofia idealista de Kant), o espaço só passou a ser considerado como dimensão intrínseca ao processo de constituição da sociedade nas últimas décadas.

No Brasil, antes da renovação da geografia brasileira na segunda metade da década de 1970, o espaço tinha, quase sempre, a condição de simples reflexo das relações sociais, ou, de forma mais simples ainda, era concebido como um substrato sobre o qual a sociedade edificava seus recursos técnicos e estruturais; a palavra palco é utilizada, de forma metafórica, para fazer referência à natureza passiva do espaço no processo de desenvolvimento social. A reviravolta em seu estatuto ontológico se deu junto a uma nova forma de abordar a realidade que culminou na aceitação de muitos pressupostos marxistas pela comunidade acadêmica da geografia brasileira. Dessa forma, o materialismo histórico dialético passou a vigorar como vertente epistemológica no conjunto das pesquisas que adotaram a categoria espaço não mais de forma puramente complementar no processo de conhecimento dos fatos sociais, mas como uma categoria a partir da qual se desenvolveram quadros explicativos cada vez mais próximos da realidade contraditória vivida por homens e mulheres.

Em 1978 o Brasil vivia uma conjuntura política agitada, a começar com o processo de abertura política, que, mesmo orientado pelos militares e pelas elites brasileiras, não deixou de representar o início da derrocada de um regime autoritário que perdurou por duas décadas no país.[1] É nesse ano que ocorre o III Encontro Na-

1 As mudanças ocorridas no plano do pensamento e suas respectivas formas de organização, ou de visão de mundo que dão base às formulações teóricas a respeito da realidade, só podem ser entendidas juntas a uma análise dos processos sociais, políticos e econômicos do momento (conjuntura); contudo, acredito

cional de Geógrafos (ENG), em Fortaleza (CE), evento que representou o surgimento de vários movimentos de crítica e renovação da ciência geográfica em âmbito nacional.

Não obstante o caráter aglutinador de novas ideias do III ENG, o fato é que os primeiros debates e tentativas de explorar as insuficiências da geografia predominante por todo o século XX no Brasil[2] remontam ao início da década de 1970. Monteiro (1980) aponta que no I Encontro Nacional de Geógrafos ocorrido em Presidente Prudente (SP) em 1972 já havia uma respeitável discussão entre os quantitativos e os tradicionais. O simpósio "Geografia e poder: nova ordem internacional – crise brasileira ou crise mundial" já dava indícios de que o tom de certos debates passaria a ocorrer com um agudo caráter crítico. A figura do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira foi emblemática ao discutir o Projeto Jari (implantado pelo governo militar nos estados do Amapá e Pará), pondo em relevo o papel do Estado na promoção da concentração da estrutura fundiária brasileira.[3]

É no contexto das transformações políticas e sociais vividas pela sociedade brasileira a partir do final da década de 1970 que ocorre a inserção de ideias relativas à valorização das ações políticas mais amplas no campo da pesquisa geográfica. Tal inserção foi baseada na incorporação do marxismo e na adoção de sua orientação metodológica, o materialismo histórico e dialético. A parca teorização e a supervalorização das pesquisas pautadas por procedimentos tradicionais passaram a sofrer severas críticas nesse momento. O

---

que a não realização dessa análise histórico-sociológica da evolução do pensamento geográfico brasileiro não restringe o objetivo desse trabalho, a saber: o de explorar a forma pela qual a geografia brasileira incorporou os movimentos sociais em sua agenda de pesquisa.

2 Cabe lembrar que a geografia só é instituída como uma disciplina autônoma no país a partir das fundações da Universidade de São Paulo, em São Paulo, e do Instituto Brasileiro de Geografia no Rio de Janeiro, ambos na década de 1930.

3 Atualmente, essa postura crítica do autor com relação ao Estado se manifesta na sua discussão da promulgação da MP 458, que estabelece uma equivalência entre o posseiro e o grileiro no processo de legalização de terras, criando uma confusão jurídica. Para o autor, a posse da terra é garantida pela Constituição, o grilo não. Disponível em: <http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=1921 [22/04/2009]>.

descontentamento com a pouca reflexão em relação à própria prática científica, assim como ao engajamento ideológico e social do geógrafo passou a estar na pauta de debates.

Geógrafos como Milton Santos, Yves Lacoste e o filósofo francês bastante conhecido no Brasil Henri Lefebvre inauguraram e deram sustância aos debates que colocaram na agenda do dia as questões centrais da renovação, a exemplo da crise teórica, criticando os pressupostos que tinham balizado a geografia até o momento: a dicotomia homem-meio, levantando o problema da falência do projeto unitário; a farsa da neutralidade, trazendo à superfície o problema da parcialidade no fazer ciência; a ideologia da geografia dos professores, entre outros (Moreira, 2000).

Salvo as diferenças teórico-metodológicas entre os três autores e outros mais, cada um a seu modo contribuiu de forma decisiva para o movimento de renovação da geografia brasileira e foram lidos pelos geógrafos e estudantes Brasil afora. Vale a ressalva de que Henri Lefebvre, apesar de não ser geógrafo, forneceu fundamentos importantes para a compreensão marxista do espaço e da cidade, sendo utilizado por muitos renovadores em suas críticas ao funcionalismo pertinente à geografia tradicional, sobretudo à influência de Pierre George e à geografia teorética. Esta última foi tributária do discurso neopositivista que perdurou em nossa ciência em boa parte do século XX.

A título de exemplo, o livro *Por uma geografia nova*, de Milton Santos, apresentou uma base teórica sólida e sistemática, cujo eixo organizador das ideias era a valorização do espaço como objeto da geografia, assim como de sua historicidade. Para a fundamentação de sua tese, Milton Santos[4] elaborou uma apresentação completa do arcabouço teórico da geografia até aquele momento. Ao defender que o espaço deveria ser entendido como produto da história, o

4 A obra de Milton Santos está repleta de teses, ideias, conceitos, teorias e noções defendidas ao longo de quase cinquenta anos de produção. Neste momento, nos atemos ao que há de mais importante no livro *Por uma geografia nova*, dado o nosso objetivo de enfocar a importância de suas ideias para o movimento de renovação da geografia brasileira.

autor destacou a importância de se considerar a sociedade com base num questionamento permanente a respeito da relação espaço--tempo, preocupação, diga-se de passagem, antiga e de cunho filosófico, bastante enraizada na história do pensamento ocidental. Não é à toa que Milton Santos retoma a produção de filósofos como Kant para mostrar que, do ponto de vista teórico, espaço e tempo são categorias inseparáveis e imprescindíveis ao entendimento das diversas manifestações sociais.

Milton Santos, ao preocupar-se em dar à geografia um instrumental teórico-metodológico sólido e capaz de fazer uma leitura crítica da sociedade e de seu espaço, construiu e remodelou conceitos e categorias analíticas permitindo que nossa ciência alcançasse certa rigorosidade metodológica nessa leitura. Tal comprometimento com uma visão totalizadora e dinâmica das transformações da sociedade o levou a edificar um de seus conceitos mais importantes, o de formação socioespacial, no qual espaço e tempo se fundem como uma totalidade dialética, primordial para a difícil tarefa de estruturar alguma forma de ação coerente e transformadora da sociedade.

Nesse conceito, o autor aponta que o espaço contém a totalidade do desenvolvimento social. O espaço é a totalidade-conteúdo, a totalidade empiricizada.

Por meio dos trabalhos de Milton Santos os conceitos de espaço e território passaram a ser ferramentas fundamentais para a afirmação da especificidade teórica e metodológica da geografia, dando a essa ciência uma maior visibilidade. Aprender a pensar o espaço a partir da totalidade constitui uma das maiores contribuições do autor no processo de renovação da geografia brasileira. A totalidade do mundo é constituída de múltiplos aspectos que formam um campo de possibilidades que são materializadas nos lugares. A sociedade é o ente por meio do qual essas possibilidades se realizam. É isso que promove a diferença entre os homens, e, por consequência, entre os lugares. Em obras posteriores, o pressuposto de que cada lugar objetiva um feixe de possibilidades presentes em um dado momento será uma constante, essa ideia acaba por deixar à mostra a ideia de desenvolvimento desigual, já que, mesmo contendo a totalidade, as características de cada lugar somam-se às determinantes gerais.

No conceito de *formação socioespacial*, notamos uma aguda influência do materialismo histórico marxista. Tal conceito está assentado no plano da historicidade do espaço, sua perspectiva é a de que esse conceito abarca a totalidade e a unidade de todas as esferas (estruturais e supraestruturais) da vida social no processo de desenvolvimento histórico. O conceito de *formação socioespacial*, no âmbito da ciência geográfica, foi formulado por Milton Santos no texto a "Sociedade e o espaço: a formação social como teoria e como método", publicado em 1977. A contribuição desse conceito chega até nossos dias partindo do pressuposto de que a noção de *formação social* está ligada à evolução de uma dada sociedade em sua totalidade histórica e concreta. Desse modo, o autor procura mostrar que o espaço geográfico aparece tanto como produto das relações sociais como uma condição sem a qual tais relações não existiriam.

Essa forma de conceber a realidade nos leva a considerar que existe uma unidade estruturada em toda a multiplicidade, há uma essência em todos os fenômenos, por esse motivo Karl Marx reivindicou para as ciências humanas (ciências do homem) a tarefa de apreender a essência das condições históricas, ou seja, a apreensão da totalidade. Considerando esses pressupostos, o marxismo aparece como uma visão geral da história humana; detendo-se com maior profundidade no estudo dos elementos constitutivos da sociedade capitalista, ele visualizou uma profunda transformação social a partir das contradições intrínsecas a essa sociedade.

O francês Yves Lacoste foi um dos primeiros a realizar uma crítica profunda da suposta neutralidade do discurso geográfico. Seu livro, *A Geografia: isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*, publicado em 1977,[5] foi lido à exaustão por aqueles que puxavam a fila dos descontentes e causou, na época, um alvoroço entre

5 A edição francesa é de 1976. Cabe lembrar que as ideias radicais de Yves Lacoste já eram conhecidas dos geógrafos, mesmo os brasileiros; seu ensaio "A Geografia" teve a edição original francesa publicada no ano de 1973, numa coletânea de textos filosóficos organizada por François Chatelet, e, mesmo a obra de 1976 teve sua chegada ao Brasil antecipada por meio de uma cópia pirata (Moreira, 2000).

os geógrafos franceses, sobretudo os acadêmicos. O fundamental da obra é que, a despeito das aparências, o conhecimento geográfico sempre foi um saber estratégico e um poderoso instrumento de poder profundamente arraigado às práticas do Estado moderno e seus guardiões militares. Nesse livro, o autor realiza uma espécie de "exorcismo" do discurso predominante na geografia anterior a década de 1970. Suas críticas recaem, mormente, sobre a ideologia implícita na *Geografia dos professores* e dos técnicos a serviço do Estado. A propósito, segundo Lacoste, é por meio de um conjunto sistemático de estudos geográficos (a exemplo dos censos e pesquisas exclusivas) que o Estado define suas estratégias de atuação governamental propondo programas de benfeitorias públicas e/ou sociais que estrategicamente atenderão as principais áreas de interesse eleitoral destinada à manutenção do modelo político.

A guerra à qual o autor se refere no título de seu livro não é necessariamente a guerra militar, mas sim o conjunto de esforços para romper com instituições (entidades, práticas, valores e condutas) criadas e mantidas ao longo de anos e que impedem os avanços propostos pelas coletividades que buscavam transformar a sociedade conservadora e elitista em outra sociedade mais progressista e mais justa. Num apelo direcionado aos professores da disciplina, Lacoste afirma que hoje: "é preciso fazer com que aqueles que ensinam a geografia tomem consciência de que o saber pensar o espaço pode ser uma ferramenta utilizada por cada cidadão, não somente um meio de compreender melhor o mundo e seus conflitos, mas também a situação local na qual se encontra cada um de nós" (Lacoste, 2001 [1977], p.256).

Foi no interior do movimento de renovação que o pensamento do filósofo Henri Lefebvre chegou à geografia. Formulado num alto grau de abstração teórica, seu pensamento conduziu os geógrafos à reflexão. Por meio do conceito de produção, o filósofo francês afirma que não existe nada na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. De forma original, a natureza se apresenta aos homens como um amplo campo de possibilidades de surgimentos, daí pertencer ao campo da espontaneidade. No mundo moder-

no, há o predomínio da produção, da intenção, da artificialidade crescente. O imediatismo dá lugar a um mundo de mediações e no curso desse processo se constituem as relações abstratas. O capital é um bom exemplo da consolidação e da dimensão que essas relações abstratas alcançam. O olhar do filósofo não é unidirecional. Para ele, mesmo possuindo um caráter arrebatador, esse movimento intensificado não consegue acabar de vez com as sobrevivências de tempos e de espaços da pré-história do capitalismo: esses tempos e espaços permanecem vivos como cultura.

A produção do espaço, entendido como um processo cada vez mais carregado de intencionalidade, portanto concebido, levou Lefebvre a uma discussão acerca da funcionalidade do Estado. Uma vez que a produção esgota as possibilidades que asseguram a reprodução das relações sociais, tal função passa para o Estado. Sendo o capital incapaz de assegurar as condições de reprodução das relações de dominação, o espaço passa a ser fundamental na manutenção da reprodução social.

O Estado se torna o principal responsável por manter os elementos que regulam e dão coesão à sociedade, satisfazendo os anseios das elites que não querem grandes transformações. Segundo Lefebvre, a década de 1970 marca o período em que a reprodução da força de trabalho no âmbito da família entra num processo de esgotamento. Assim, o Estado passa a garantir a reprodução da força de trabalho ao mesmo tempo que o capital financeiro, essencialmente especulativo e que foi se acumulando e formando as redes de instituições financeiras mundiais, entra no financiamento dos Estados e dos sistemas produtivos, ampliando desse modo seu potencial.

A maior contribuição da obra de Lefebvre[6] para os geógrafos é sua compreensão do conflito pelo uso do espaço; ao apontar que

6 O texto *A reprodução das relações de produção*, de 1973, editado pela Publicações Escorpião, foi o primeiro texto a apresentar as ideias de Lefebvre de forma mais ampla para os leitores brasileiros; o livro *La Production de L'Espace*, de 1974, só teve uma divulgação maior anos mais tarde (Moreira, 2000).

há uma dimensão da territorialidade intrínseca ao vivido, o autor acredita ter atingido a profundidade do processo social. O conflito no e com o espaço vai gerando novas territorialidades. O Estado atua na garantia da reprodução das relações sociais constitutivas e fundamentais da sociedade existente, agindo tanto com o fim da manutenção das relações de produção essenciais à reprodução ampliada do capital quanto para impedir que as produções de relações sociais de outra natureza se estabeleçam ou prevaleçam.

A partir do embate que a geografia crítica empreendeu com outras correntes de estudos geográficos, nossa ciência se desenvolveu consideravelmente, a exemplo das críticas desferidas à geografia quantitativa. Cabe lembrar que a crítica a essa corrente buscou atingir seus pressupostos positivistas, como o reducionismo que sua análise impõe à complexidade dos fenômenos sociais e pela falta de uma dimensão mais humanística, já que o "fetichismo espacial" dessa corrente sobrelevou a formalização geométrica do espaço, no qual as relações sociais se apresentavam como relações entre áreas. No início da década de 1980, a renovação da geografia brasileira já havia reunido sua bibliografia básica na qual se condensava o fundamental das ideias novas, tal como buscamos exemplificar nos parágrafos anteriores.

É só, todavia, a partir da segunda metade dessa década que os movimentos sociais vão passar a ser alvo de interesse dos geógrafos brasileiros de forma mais sistemática. Ao contrário do que ocorre na história e na sociologia, buscar compreender os fatores que colaboram para a organização e efetivação das lutas sociais tardou a merecer atenção nos meios institucionais dos quais a geografia se nutria: as Universidades. Pensar acerca do papel que a geografia poderia cumprir nessa empreitada intelectual até hoje se mostra uma tarefa difícil, dada a parca produção teórica a esse respeito. Os estudos de casos se multiplicaram; contudo, o principal referencial desses estudos continuou a ser aqueles vindos de outras ciências.

A afirmação de que a geografia tardou a se preocupar com a questão dos movimentos sociais se justifica em diversos aspectos. Primeiramente, é importante destacar que foi num contexto espe-

cífico de contestação ao regime militar que os movimentos sociais brasileiros passaram a ganhar expressão política. Após o imperativo silêncio da década de 1970, as greves de 1978, 1979 e 1980 reuniram juntas mais de quatro milhões de trabalhadores, representando o despontar das lutas populares nacionais. Essas greves aumentaram a importância social do operariado industrial ante as demais classes sociais e, aos poucos, passaram a envolver um número crescente de assalariados de renda média, que tiveram seu poder aquisitivo reduzido com o fim do "milagre brasileiro" que durou de 1968 a 1974, culminando num descontentamento generalizado (Vlach; Braga, 2006).

De fato não se pode dissociar o processo de renovação da geografia da postura tomada pelos geógrafos ante a questão da retomada de ação dos movimentos sociais contestatórios dos anos 1960 e 1970 (em âmbito internacional, os movimentos de contracultura, lutas civis, reação à guerra do Vietnã, movimento feminista, maio de 1968, e no Brasil a luta pela redemocratização). Num movimento dialético, fato e pensamento vão se desenvolvendo lado a lado, o contexto social e político vivido nesse período vai ser determinante para a assunção da geografia crítica, assim como para o desenvolvimento de novos olhares voltados para os novos sujeitos emergentes.

Da mesma forma que nos períodos de forte repressão os geógrafos deixaram de lado temas de conotação política como os movimentos sociais, no momento em que essa repressão perde força, justamente pela pressão exercida pelos sujeitos organizados, abre-se espaço para a adoção de posturas mais críticas. Possivelmente, a abertura política pós-anos 80 sofreu forte pressão das novas correntes teóricas que propunham um pensamento mais engajado. O fato concreto é que, da mesma forma que a geografia tradicional serviu para não tocar em temas que não interessava aos agentes hegemônicos do poder, a geografia crítica serviu para realimentar as forças progressistas e inseriu temáticas antes negligenciadas.

Nas décadas de 1960 e 1970 poucos foram os geógrafos que se envolveram com o tema dos movimentos sociais, já que as correntes teóricas predominantes nesse período, a geografia tradicional e a

geografia teorética, tratavam de temas sociais e políticos somente de forma complementar às análises regionais. Podemos observar a ausência de pesquisas relacionadas ao tema dos movimentos sociais em revistas de geografia e anais de eventos no Brasil[7] na passagem das décadas de 1960 e 1970. Na década de 1960, quando os conflitos rurais já vinham ganhando expressão por meio da ação das Ligas Camponesas, dois autores, Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro, romperam com o ostracismo da geografia com relação aos movimentos sociais.

Já a partir da segunda metade da década de 1980, tem início uma série de divulgações de estudos de casos de diferentes tipos de mobilização popular pelo país. Todavia, o referencial teórico que sustenta essas pesquisas é, na maioria dos casos, de origem estrangeira e, portanto, baseados em realidades extrínsecas à brasileira, a exemplo dos estudos de Manuel Castells e Jean Lojkine, calcados na realidade urbana europeia. Outra questão a ser trabalhada de forma mais acurada refere-se ao campo disciplinar que esse referencial diz respeito, a saber, vindos, na maioria dos casos, principalmente da sociologia e da história. Poucos são os geógrafos que vão se preocupar em edificar uma base teórica e conceitual substancial para os estudos dos movimentos sociais realizados pela geografia.

Se, na condição de tema a ser problematizado, é somente após firmação da geografia crítica que os movimentos sociais chegam à geografia, é também nesse período que importantes críticas ao marxismo chegam às ciências sociais no Brasil. Críticas que vão refletir mudanças de perspectivas e de posições tomadas ante a ação dos movimentos sociais. As seguintes questões surgem na pauta do dia: esses movimentos podem refletir de forma direta a dinâmica da estrutura econômica determinada pelo modo capitalista de produção?; a ruptura com o capitalismo deve ser incorporada ao projeto

---

7 Os temas contidos nas revistas e nos anais de eventos representam o estado conjuntural teórico-metodológico de uma disciplina num determinado período, mais do que os livros, que já são resultados de pesquisas consolidadas; as revistas e os anais de eventos mostram o desenrolar das pesquisas na sua imediata execução.

desses movimentos? Questões de ordem teórica a exemplo da relação entre estrutura e superestrutura, subjetivo-objetivo, indivíduo-estrutura são corriqueiras nos estudos do momento.

Há pontos importantes que devem ser considerados para uma melhor compreensão da forma pela qual os movimentos sociais passaram a fazer parte do rol de estudos da geografia, dos quais dois pretendemos trabalhar de forma mais particularizada a partir de agora.

Primeiramente, os estudos acerca dos movimentos sociais tardaram a chamar a atenção dos geógrafos. Os trabalhos precursores da temática datam do início da década de 1980, demonstrando que nossa ciência ainda colhia os primeiros frutos do período de turbulência da gestação da geografia crítica. Relacionada a essa primeira afirmação, apontamos que tal agitação corresponde, do ponto de vista teórico, à adoção do marxismo[8] como embasamento teórico-metodológico pelos geógrafos e estudantes de geografia. Junto ao marxismo veio seu fundamento ontológico, o materialismo dialé-

8 Neste trabalho, o marxismo é entendido de forma ampla, como um movimento intelectual e político que tem no conjunto da obra de Karl Marx os pressupostos ontológicos (materialismo) e epistemológicos (dialética) fundamentais de compreensão do real. No entanto, esse movimento supera a própria produção de Marx. A natureza axiológica crítico-revolucionária e o método dialético de análise constituem o ponto de partida de toda análise que se vincula a esse movimento, sua base ontológica é o materialismo. Um grande número de trabalhos atuais que buscam não se vincular diretamente ao marxismo e que, inclusive, apontam as fragilidades desse movimento adotando uma postura crítica com relação a ele utiliza elementos básicos formulados e reformulados por Marx no decorrer de sua trajetória, como a estratégia de se assinalar a natureza social das teorias e tendências teóricas, ou seja, as determinantes sociais das explicações. Perspectiva essa fortemente influenciada pelos marxistas. Quer dizer, numa análise mais acurada, muitos autores que elaboram críticas ao marxismo o fazem lançando mão das bases metodológicas e conceituais marxistas, a exemplo do materialismo dialético, para o qual a vida e a consciência se constituem de matéria em movimento permanente (indivisibilidade do real) e do materialismo histórico, para o qual o modo de produção é a base originária dos fenômenos históricos e sociais, inclusive as instituições jurídicas e políticas, a religião, a moral e as artes (concepção de totalidade associada à forma de organização social das sociedades).

tico e seu viés revolucionário. O marxismo e os movimentos sociais chegaram simultaneamente à geografia.

Em segundo lugar, as pesquisas geográficas sobre movimentos sociais incorporaram um conjunto de concepções que na verdade representaram releituras do marxismo, isso porque o marxismo que chega à geografia no âmbito das transformações pós-1978 já havia sofrido importantes críticas. As falhas de interpretação do marxismo já vinham sendo apontadas há bastante tempo por pesquisadores de diversas áreas, desde aquelas críticas mais passionais como a feita pelo físico e "anti-Hegel" Karl Popper no livro "A sociedade aberta e seus inimigos" de 1946, passando por críticas mais responsáveis como as de Cornelius Castoriadis e Edward Thompson, ambas desenvolvidas no início dos anos 1970.

Esse apontamento é importante, uma vez que os estudos sobre movimentos sociais na geografia tiveram e continuaram a ter, por um bom tempo, os movimentos sociais urbanos como objeto. Isso só foi possível graças a um referencial teórico que abarcava propostas mais amplas do que aquelas feitas por Karl Marx e os marxistas mais ortodoxos; para esses o movimento operário sempre foi expressão única das manifestações anti-hegemônicas e a classe revolucionária por excelência. Ocorre que as transformações históricas, até mesmo aquelas relacionadas à estrutura produtiva, fizeram que emergisse um conjunto de experiências que não correspondiam mais àquelas exigências colocadas pelas teorias puramente marxistas, principalmente porque os teóricos que mais influenciaram a geografia brasileira, sobretudo nos estudos dos movimentos sociais urbanos, elaboraram suas bases pesquisando a realidade europeia nas décadas de 1960 e 1970, como é o caso de Manuel Castells, Jordi Borja e Jean Lojkine.

Esses autores são considerados por Souza (1988) como representantes do eurocomunismo, cuja linha política se baseia na revisão de algumas posturas básicas do marxismo-leninismo presentes no movimento comunista internacional, representado, principalmente, por alguns partidos comunistas da Europa, como na Itália, França e Espanha a partir da década de 1970. Os mais ortodoxos criticaram

os eurocomunistas intitulando-os de revisionistas, embora muitos políticos e cientistas tenham visto nessa tendência uma alternativa democrática ao stalinismo.

Movimentos reivindicatórios como as associações de moradores foram tomadas como foco central das pesquisas de movimentos sociais em geografia na primeira metade da década de 1980. Nesse período, na geografia, pouco foi publicado a respeito dos movimentos operários. A título de exemplo podemos citar o trabalho do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1984), que trata da greve dos trabalhadores dos laranjais no interior de São Paulo na metade da década de 1980, abordando o conjunto de transformações que ocorreram nas relações de produção e de trabalho no interior do estado de São Paulo, cujos rebatimentos se fizeram sentir diretamente no âmbito do trabalho a partir das novas formas de controle do capital. Contudo, mesmo nesse trabalho o autor enfatiza muito mais as consequências do processo de atualização tecnológica e territorialização do capital na vida e nas condições de trabalho do empregado rural do que a atuação organizada desses.

O livro de Ruy Moreira, *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*, publicado em 1985, resultado de sua pesquisa de mestrado defendida em 1984, enfoca mais precisamente a evolução do movimento operário no Brasil. No âmbito da geografia nacional, o trabalho de Moreira representou uma novidade, sobretudo porque inseriu na discussão sobre movimento operário a questão da relação de subordinação que o campo historicamente manteve com a cidade como uma estratégia das classes dominantes para viabilizar sua reprodução como classe hegemônica.

Os diversos estudos geográficos acerca dos movimentos sociais pouco avançaram numa proposta teórica-conceitual para o desenvolvimento da geografia na abordagem dessa temática. Não ignoramos os avanços que esses estudos proporcionaram para nossa ciência, pois, mesmo aqueles de caráter fundamentalmente descritivos colaboraram para registrar e analisar problemas vividos por parte da sociedade, contribuindo para desenvolvimento de pesquisas posteriores.

Os apontamentos realizados compõem, de forma sistemática e atrelada, um conjunto temático que serve para nortear as reflexões a respeito do problema principal a ser tratado nesta parte do presente trabalho. Buscaremos sintetizar por meio desses apontamentos questões que podem auxiliar na construção de uma base teórica e conceitual para melhor fundamentar minha tese, a de que há, entre os movimentos sociais que atuam no Brasil, um conjunto de mobilizações cuja natureza é essencialmente territorial e de importância crescente no contexto social nacional, insurgindo daí a necessidade de acrescentarmos em seus estudos conhecimentos pertinentes ao campo da geografia; destarte, busco no conceito de movimento socioterritorial um suporte importante para seu entendimento.

Nosso desafio (provocação) é pensar a natureza territorial, assim como as dimensões geográficas das ações e das relações construídas pelos movimentos sociais, com o fim de reconceitualizá-los com base numa leitura geográfica do processo.

Os precursores: a ênfase nas Ligas Camponesas

Dois importantes geógrafos nordestinos foram os primeiros a apontar em suas obras a atuação de movimentos sociais no Brasil. Manuel Correia de Andrade (1964)[9] publica em 1963 o livro *A terra e o homem no Nordeste*, no qual o autor realiza uma análise dos problemas do Nordeste brasileiro a partir da apropriação do solo, elaborando uma regionalização com base no processo de colonização da região; sua conclusão é a de que essa ocupação se deu em razão do desenvolvimento do capitalismo comercial. Josué de Castro (1967)[10] publica em 1965 o livro *Sete palmos de terra e um caixão*: ensaio sobre o Nordeste uma área explosiva, o qual introduz

9 Foi utilizada a segunda edição do livro, de 1964, que, originalmente, foi publicado em 1963.

10 Foi utilizada a segunda edição do livro, de 1967, que, originalmente, foi publicado em 1965.

o estudo dos movimentos sociais do Nordeste explorando a ação das Ligas Camponesas, surgidas na Zona da Mata pernambucana na década de 1950. Esse livro, assim como boa parte da obra de Josué de Castro, tem um caráter de denúncia da situação de sujeição do homem e da terra a um modelo de desenvolvimento baseado na grande propriedade e submisso aos interesses internacionais.

Consideramos os estudos de Manuel C. de Andrade e Josué de Castro como precursores pelo fato de abordarem o tema dos movimentos sociais mesmo que de forma descritiva e sem a preocupação no aprofundamento da natureza e implicações das ações desses movimentos. Os autores apontam que, como consequência da falta de reforma agrária no país e da submissão dos interesses nacionais aos ditames estrangeiros, tem-se um aprofundamento das tensões sociais no campo e a consequente organização social com o objetivo de reivindicar mudanças no quadro agrário brasileiro. Assim, esboçam um pouco da sensibilidade que os geógrafos possuíam acerca do problema, ao mesmo tempo em que demonstram um campo temático possível de estudos para os demais pesquisadores.

Como efeito do momento em que os trabalhos foram escritos, os autores apresentam aquele que era o mais importante movimento social brasileiro: as Ligas Camponesas. No caso de Andrade (1964), os problemas sociais são abordados juntamente com as questões da apropriação da terra, esse viés social não foi entendido por muitos pesquisadores da época, uma vez que a geografia brasileira ainda estava comprometida com a escola tradicional francesa. No sexto capítulo, intitulado "As tentativas de solução do problema agrário", no item "As tentativas de organização das massas rurais – as Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo", o autor faz uma apresentação das Ligas Camponesas apontando que a organização social dos trabalhadores rurais é consequência das mazelas vividas por grande parte da população do campo e o fator de maior responsabilidade sobre essas mazelas é a histórica concentração de terras.

Andrade (1964) discorre um pouco mais sobre o tema, já que seu trabalho consiste, de forma mais direta, em analisar as causas das de-

sigualdades regionais no Nordeste. O autor aponta que a organização da *massa camponesa* é resultado da difícil situação que os trabalhadores sem-terra vivem no Nordeste e representa a tentativa de resolução do problema por si mesma, afastando a possibilidade de solução do problema agrário regional por meio da colonização concebida, na época, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e pela Companhia de Revenda e Colonização (CRC).[11]

As Ligas Camponesas são entendidas, por Andrade (1964, p.244) como formas embrionárias de organização popular que veem, nas medidas implementadas pelo Estado, soluções pouco eficazes, já que beneficiam apenas um pequeno número de pessoas, ao passo que a "maioria absoluta dos camponeses continuaria a vegetar".

O autor define a situação conflituosa vivida no campo nordestino naquele momento da seguinte forma:

> Deste fato se aperceberam não só os estudiosos dos nossos problemas sociais, como os políticos, o clero e o próprio povo, uma vez que o espírito de revolta externado de quando em quando nos pontos mais diversos do Nordeste e as formas embrionárias de organização vêm surgindo dia a dia. Os proprietários de terra, alarmados, temem a reação camponesa, temem a reforma agrária preparada por políticos e técnicos, receiam os planos de recuperação econômica e nada fazem visando melhorar a produtividade de suas terras, aumentar verticalmente a produção, a fim de poder liberar para as culturas de subsistência as áreas que fossem gradualmente liberadas pela grande cultura, sobretudo a canavieira. A situação alarmante é admitida por todos, uma vez que o próprio Governador Aluísio Alves não titubeia em afirmar: "Ou se acha uma solução com medidas de financiamento maciço da produção que melhore o Nordeste, ou não chegaremos a 1° de janeiro de 1963, sem uma convulsão talvez sangrenta [...]". (Andrade, 1964, p.244)

---

11 Entidade de âmbito estadual organizada pelo governo de Cid Sampaio em Pernambuco no contexto da desapropriação do engenho Galileia em Vitória de Santo Antão, como resposta à pressão das Ligas Camponesas.

Andrade (1964) mostra dois pontos relevantes: primeiro a dimensão que a situação de pobreza dos camponeses estava atingindo e como esses problemas têm sua origem relacionada à incapacidade dos camponeses em explorar a terra para fins de sobrevivência, mostrando uma articulação entre a estrutura agrária tradicional e o surgimento de contradições que culminam na organização das *massas*; e o segundo ponto diz respeito à abordagem do problema após uma análise histórica da constituição do espaço nordestino. O autor nos apresenta uma visão de totalidade, tendo no Nordeste a expressão das contradições vividas num sistema concentrador de renda e de terras. Na medida em que ele considera as Ligas Camponesas constituídas a partir da busca pela resolução dos problemas das massas camponesas, atribui a essas organizações um valor social essencial à sua análise, característica ausente em geógrafos que publicavam seus trabalhos naquele momento. Assim, sua ressalva de que os estudiosos estavam atentando para aqueles problemas nos faz crer que ele estava mencionando estudiosos de outras áreas, uma vez que na geografia as preocupações eram de outra natureza.

Com o fito de corroborar essa afirmação sobre do ostracismo dos geógrafos em relação aos movimentos sociais, apontamos o estudo de Sérgio Adas acerca da obra do geógrafo Orlando Valverde. Adas (2006), depois de analisar a produção de Valverde, conclui que parte do silêncio da geografia com relação aos movimentos sociais se deve ao que o autor denomina *atadura* do discurso político dos geógrafos, já que estavam muito mais comprometidos com os pressupostos da geografia clássica, voltados para sua natureza técnico-científica. Outro fator levantado por Adas é a inserção institucional de alguns geógrafos. Os dois autores, Manuel C. de Andrade e Orlando Valverde, tiveram relações com órgãos governamentais como o Conselho Nacional de Geografia (CNG), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e diversas instituições de ensino. Todavia, como vimos, Manuel C. de Andrade imprimiu um tom crítico mais severo aos seus estudos.

As Ligas Camponesas tiveram sua formação iniciada sob a direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB); foram criadas ligas e

associações rurais em quase todos os estados do país na década de 1940. Já a partir da década de 1960, organizada com outro formato e sem influência do PCB, as Ligas possuíam associados em 25 municípios pernambucanos da Zona da Mata, do Sertão e do Agreste.[12] O advogado de Recife Francisco Julião Arruda de Paula notabilizou-se como um importante líder dos camponeses das Ligas a partir da desapropriação do engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão (PE) em 1959. Nesse mesmo período, diversos núcleos das Ligas foram criados em Pernambuco, e, a partir de 1959, o campo político de atuação das Ligas aumenta na medida em que amplia suas ações para outros estados, como Paraíba, Rio de Janeiro (em Campos) e Paraná, e entre 1960 e 1961, já organizavam comitês regionais em aproximadamente dez estados.

As Ligas Camponesas representavam um amplo e diversificado conjunto de trabalhadores que ia desde arrendatários, foreiros, meeiros a pequenos proprietários, todos associados à produção de pequena escala e de comercialização de excedentes, dependentes da produção direta em terra cedida, alugada ou própria. A utilização do termo camponês serviu como um fator de autoidentificação e de unidade para designar uma categoria de trabalhadores tão ampla em oposição a um adversário comum, politicamente denominado pelas lideranças como o *latifúndio improdutivo e decadente*.

Pela importância que a atuação das Ligas Camponesas adquiriu, poderíamos concluir que era impossível não abordar o problema em estudos que tratavam do quadro agrário brasileiro. As Ligas acabaram por chamar a atenção do mundo, atraindo para Pernambuco visitas ilustres, a exemplo de Robert Kennedy, Arthur Schlesinger (historiador americano), Jean-Paul Sartre (filósofo francês muito popular no período), Iuri Gagarin (astronauta russo), entre outros.

---

12 Segundo Andrade, as cidades pernambucanas com sedes das Ligas naquele momento eram: Recife, Olinda, Paulista, Igaraçu, Goiana, São Lourenço da Mata, Pau d'Alho, Limoeiro, Bom Jardim, Orobó, João Alfredo, Surubim, Jaboatão, Moreno, Vitória de Santo Antão, Gravatá, Bezerros, Caruaru, Belo Jardim, Pesqueiro, Buíque, São Bento do Uma, Bonito, Cortês, Escada e Cabo (Andrade, 1964, p.248).

Com a aproximação de Francisco Julião com Cuba (cabe lembrar que vivíamos, no plano geopolítico, no contexto da guerra fria) o governo brasileiro passou a incentivar a formação de sindicatos que tinham como função estender aos trabalhadores rurais os benefícios sociais já usufruídos pelos trabalhadores urbanos, e de fazer valer o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1962. Essa medida ocorreu porque se criou a expectativa de formação de um foco revolucionário no Nordeste brasileiro, o que foi esmaecido de vez com o golpe militar de 1964. Julião foi preso e posteriormente exilado.

Andrade (1964) dá um certo tom de denúncia à sua explanação, como se antecipando às pesquisas marxistas da geografia crítica na década de 1980. Ao tratar da dificuldade que as Ligas enfrentavam para filiar os trabalhadores assalariados, o geógrafo lembra que um desses obstáculos era o temor à reação dos proprietários e de seus prepostos, quase sempre violenta, e cita o caso do assassinato de João Pedro Teixeira:[13]

> [...] Faz alguns anos um morador ferrado a "ferro em brasa", como se fosse um animal, na zona Sul de Pernambuco, e em abril de 1962, foi o líder das Ligas Camponesas em Sapé, João Pedro Teixeira, na Paraíba, assassinado, dizem que a mando de proprietários rurais. (Andrade, 1964, p.249)

Acerca da espacialização e alcance das Ligas, Andrade aponta que mesmo nos municípios que não possuíam núcleos havia uma

---

13 Quanto a esse episódio, teve início em fevereiro de 1964 a produção de um filme realizada por Eduardo Coutinho que contaria a história do líder camponês de Sapé. Contudo, com o golpe militar de março do mesmo ano as forças militares cercaram a locação no engenho da Galileia e interromperam as filmagens. No começo da década de 1980, Eduardo Coutinho voltou à região e reencontrou a viúva de João Pedro, Elisabeth Teixeira, que até aquele momento vivia na clandestinidade, assim como muitos dos outros camponeses que haviam atuado no filme interrompido. O filme-documentário ficou pronto em 1984 e recebeu o nome de *Cabra marcado para morrer*. Esse trabalho foi considerado, no ano de 2000, o melhor documentário já realizado no Brasil, durante o festival de documentários "É Tudo Verdade", composto por mais de 40 especialistas.

relativa influência. Julião teria afirmado que, mesmo de forma desordenada, a organização cresceu a ponto de que em toda da zona da Mata e boa parte do semiárido do Nordeste não há um camponês que já não seja potencialmente da Liga, e, em qualquer estado nordestino, mesmo onde a Liga não havia sido fundada, "é comum um camponês injustiçado dizer para o capataz ou para o patrão: 'graças a Jesus Cristo a 'Liga' vai chegar. Será nossa liberdade'" (ibidem).

A respeito da agenda das Ligas, suas diretrizes básicas foram expostas num documento elaborado e publicado em 1961, com o título: "Dez mandamentos das Ligas Camponesas para libertar os camponeses da opressão do latifúndio". Nesse documento, apresentado por Andrade de forma sumária, fica claro que o objetivo das Ligas não ficava restrito a um projeto regional, crítico das políticas, até então implantadas pelo Estado, e do latifúndio canavieiro, mas buscava firmar um projeto unitário de reforma agrária geral para o país.

Ao preparar caminho para as palavras finais de seu livro, Andrade observa que a arregimentação das *massas rurais* não ficava somente a cargo de lideranças políticas de esquerda. Ressalta, ainda, a importância da igreja (padres e bispos) na organização dos camponeses e cita o nome de bispos que ficaram "famosos pela porfia que enfrentam em favor dos trabalhadores rurais". Com a mediação dos clérigos, intensificou-se o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. A respeito do bispo de Penedo, Dom José Terceiro, Andrade diz que ele se ocupava muito mais com a assistência ao homem do campo do que com as orações, dando mais atenção aos problemas da terra que aos do céu.

Josué de Castro (1967), num tom de denúncia mais visível do que o de Andrade, buscou desvendar os liames da condição de pobreza da população nordestina. Se Andrade sustenta o viés histórico da colonização brasileira como processo produtor de desigualdades da região nordestina, Josué de Castro reforça a ideia de que a estrutura agrária concentradora mantida por uma elite tradicional organiza aquele espaço com o objetivo de manter seus privilégios

e os interesses do capital estrangeiro. Assim define o autor esse sistema de poder:

> [...] Em meados do século passado dominavam toda a terra do Nordeste algumas poucas famílias [...] Esta oligarquia representava a dominação da aristocracia rural controladora da vida agrícola, possuidora dos inúmeros latifúndios existentes na Província. [...] Um século depois, a oligarquia continua cavalgando o Nordeste. (Castro, 1967, p.207)

Castro dirige suas críticas para aqueles que buscam fazer da seca a principal causa da pobreza e fome nordestina, para ele:

> [...] a fome que o Nordeste está atravessando, a miséria aguda, que se exterioriza mais gritante, mais negra e mais trágica nesta época de calamidade, é mais um fenômeno de ordem social do que natural. Mais do que a seca, o que acarreta esse estado de coisas é o pauperismo generalizado, a proletarização do sertanejo, sua produtividade mínima, insuficiente [...] E que causas determinam esse estado social, esse estado de estagnação econômica e de proletarização progressiva da região do sertão? (ibidem, p.169-70)

Sua resposta é enfática, "o regime inadequado da estrutura agrária da região, impróprio da propriedade territorial com o grande latifundiarismo, ao lado do minifundiarismo" (ibidem, p.170). O latifúndio é o responsável pela "paisagem defunta, impregnada da presença constante da morte" (ibidem, p.41).

No capítulo 1, "A reivindicação dos mortos", Castro mostra como as Ligas Camponesas surgiram como uma entidade civil de ajuda mútua na qual a principal finalidade era dar os camponeses um funeral decente, uma vez que os camponeses eram enterrados em caixões doados pela prefeitura ou muitas vezes enrolados em redes. Com a denominação inicial "Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco", que visava defender os direitos dos mortos, as Ligas Camponesas aos poucos foram se transfor-

mando num movimento que passou a lutar pelos direitos dos camponeses vivos.

Com base em referenciais distintos dos utilizados por Andrade, Castro[14] acredita que as Ligas Camponesas constituíram uma iniciativa que se originou das tradições do feudalismo agrário reinantes na região nordestina, com objetivos humanitários e pacíficos, transformando-se numa mobilização com potencial revolucionário. Criada dentro do espírito do cristianismo que "impregna a alma coletiva da população nordestina", as Ligas foram, de início, mal vistas até mesmo pelos líderes comunistas da região. O autor dá destaque à figura de Francisco Julião, tendo em vista que esse líder popular condensava em si as características necessárias para sensibilizar e mobilizar os camponeses. Sua linguagem simples e imbuída de passionalidade fomentava a agitação dos camponeses. Outra característica da liderança de Julião apontada por Castro é a religiosidade, tendo em vista que a bíblia era concebida como um livro revolucionário. Tal leitura também era realizada pela ala progressista da Igreja Católica presente nas tensões do campo. Castro (1967, p.208) define a ação de Julião da seguinte forma:

> [...] procurou Julião canalizar para o mesmo rio, todas as águas correntes oriundas das fontes emocionais do caboclo do Nordeste: a sua consciência da injustiça social, e sua combatividade nas horas decisivas. O tenaz esforço de Julião tem sido o de dar uma voz ao enigmático mutismo do camponês, com ele dialogando e ensinando-o a dialogar.

O texto de Castro é repleto de metáforas que são utilizadas para denotar os valores e as opiniões do autor ante o problema tratado, uma vez que seu livro preserva o tom de denúncia do retrato

---

14 Josué de Castro tem Alberto Passos Guimarães como uma de suas referências. Esse autor defende a ideia de que no Brasil vigorou durante o período colonial um modelo de organização que pode ser comparado ao feudalismo. Uma importante referência de Alberto Passos Guimarães é o livro *Quatro séculos de latifúndio*, publicado em 1963 e reeditado em 1968.

socioespacial do Nordeste, ao mesmo tempo que aponta as Ligas como o aceno de uma consciência nascente e que pode se desenvolver rumo à revolução. Diferente de Andrade, Josué de Castro tem a revolução no horizonte. Possivelmente a "frustração" deve ter dado lugar à "utopia", já que seu livro foi publicado no ano do golpe militar, ocorrendo pouco depois a diluição das Ligas. Sua análise não é menos científica nem menos detalhada do que a de Andrade, pelo contrário, o autor busca, nas relações sociais e na cultura, os elementos que estruturam a *paisagem morta* do Nordeste, ao mesmo tempo em que mistura seus juízos de valores com os dados e informações que fazem das Ligas Camponesas algo de novo nessa paisagem. Assim como Andrade, Josué de Castro também tem a história como elemento explicativo. Para ambos, a sujeição do Brasil, primeiro ao imperialismo europeu e depois ao imperialismo norte-americano, foi responsável por manter grande parte da população na miséria.

Os trabalhos de Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro marcam, de forma precursora, a "pré-história" dos estudos sobre movimentos sociais na geografia brasileira. Representantes de uma visão avançada e bem embasada dos problemas brasileiros, os geógrafos fizeram apontamentos que hoje fazem parte dos estudos sobre movimentos sociais, questões relativas à espacialização dos movimentos, sua interação com outros setores da sociedade, a ação dos mediadores, sua agenda política (esclarecedora dos objetivos e da ideologia dos movimentos), e sua relação com a estrutura socioeconômica da sociedade (constituída num devir histórico conflituoso que marca a constituição do território brasileiro) demonstram uma perspectiva de totalidade que se desenvolverá na década de 1980 com a ampliação desses estudos na geografia.

Geografia e luta de classes

Os trabalhos que inauguraram os estudos sobre movimentos sociais após os agitos da crise e renovação da geografia brasileira na década de 1980 têm como referencial teórico autores estrangeiros

e de outras disciplinas. São na sua maioria sociólogos, a exemplo dos brasileiros José A. Moysés, José de S. Martins, Maria da Glória Gohn e Ana Clara T. Ribeiro, e europeus como Manuel Castells e Jean Lojkine.

Ao mesmo tempo, a geografia passou a trabalhar com temas antes deixados de lado, tais como: a) o papel e comprometimento do Estado com os agentes hegemônicos do capital; b) a questão da neutralidade do conhecimento científico, sobretudo a partir do conhecimento geográfico ensinado nas escolas; c) o caráter político da degradação ambiental e a crescente artificialização da natureza pelo trabalho social; d) a subsunção das relações sociais comunitárias pelas relações capitalistas, entre outros. Do ponto de vista teórico, os geógrafos passaram a ver sua ciência como uma importante ferramenta para o desvendamento das máscaras que cobriam as ações das classes sociais, tal como propusera o texto de Ruy Moreira, "A Geografia serve para desvendar máscaras sociais", de 1980. O que está em pauta é uma questão crucial colocada pelo marxismo, a da natureza social do conhecimento e o engajamento do cientista e de sua produção científica na estrutura da luta de classes.

A ideia da luta de classes também foi importante para impulsionar um conjunto de reflexões que tinha por objetivo rever a posição da geografia como parte dos embates a respeito das classes no país. Muitos pesquisadores voltaram suas análises e críticas à problemática do ensino de geografia nas escolas e a reorganização de seus conteúdos.

A luta de classes esteve presente nos principais debates daquele momento. No período anterior à renovação, a geografia era considerada uma ciência de síntese na qual os elementos naturais tinham um grande peso na compreensão da realidade. A teoria marxista possibilitou uma outra interpretação da realidade em que a apreensão do objeto da geografia é feita a partir do movimento e da contradição intrínseca à sociedade. O materialismo dialético marxista permitiu uma apreensão do real a partir da construção processual e histórica da sociedade. Ficou fortalecido o debate acerca do objeto da geografia, que se justificava pela necessidade de reafirmar o mé-

todo dialético como instrumental de análise ao mesmo tempo que criticava severamente as correntes que desprezam a sociedade como fundamento do objeto. Além do mais, na concepção tradicional não havia interesse em compreender a sociedade de classes, bem como as desigualdades e injustiças engendradas no seu interior.

Com o marxismo, o objeto de estudo da geografia se junta ao sujeito. Antes a geografia se ocupava em realizar detalhadas descrições dos lugares por meio do levantamento de informações e localização dos fenômenos, descrevendo os traços naturais e sociais da superfície terrestre num estudo da individualidade dos lugares, assumindo, portanto, a condição de ciência idiográfica, que partia das particularidades e somas das diferentes áreas para o conhecimento do todo. O sentido social do objeto da geografia não era ignorado pelos tradicionais. Ocorre que, no conjunto de suas análises, o homem aparecia como um elemento da paisagem, um componente que se soma à natureza. Em Manuel C. de Andrade e Josué de Castro vimos duas exceções; se compararmos essas obras a outros trabalhos publicados na geografia naquele período.[15]

Com a renovação, os olhares se voltam para o social. Nesse sentido, o homem passa a ser o sujeito das transformações ao mesmo tempo que também é sujeito do conhecimento. O marxismo despertou o interesse de geógrafos pelas formulações das categorias científicas como modos de produção, formações econômica e social, luta de classes, junto ao tratamento de temas como as relações campo/cidade, desenvolvimento urbano, questão agrária, problemas ambientais etc. A organização espacial operada pela sociedade passa a refletir as características dela própria. Contudo, essa organização não é apenas um reflexo, mas a condição de reprodução social.

Os conflitos pertinentes à sociedade, que a impulsionam ao movimento constante (a transformação ininterrupta da história), são entendidos como pertencentes ao campo da luta de classes. "A história de toda a sociedade até hoje é a história de lutas de classes", escrevem

15 Para uma importante revisão das obras, autores e tendências na geografia brasileira consultar Monteiro (1980).

Marx e Engels (1979) no *Manifesto do Partido Comunista*. O território é expressão da disputa de poder entre classes antagônicas. Nesses termos são importantes os trabalhos de Ruy Moreira no período da renovação.[16] Esse autor reúne um conjunto de textos que têm como fundamento o princípio de que numa sociedade estruturada em classes, a exemplo da sociedade capitalista, o espaço possui, necessariamente, o conteúdo das relações contraditórias dessas classes.

O espaço, na sua expressão territorial, abarca a totalidade concreta dos processos de produção, distribuição/circulação e consumo, articulados com as dimensões política e ideológica (superestrutura). A luta de classes insurge como síntese contraditória entre as práticas e os interesses das três classes sociais fundamentais: a burguesia, o proletariado e os proprietários de terra. A contradição entre classes é contínua, assim como é contínua a transformação do território. Da mesma forma que a configuração territorial manifesta as estratégias de reprodução do capital ele envolve as lutas de emancipação e resistência. O conceito de território, entendido como expressão espacial da luta de classes, é definido, então, a partir das relações de poder ensejadas pelo conflito permanente entre capital e trabalho.

Um autor de grande relevância no processo de renovação da geografia no Brasil e responsável por fortalecer ainda mais os laços entre nossa ciência e o marxismo foi Massimo Quaini. Sem dúvida, seu livro *Marxismo e geografia*, de 1979, figura entre os trabalhos que ajudaram a fundar a geografia crítica. Optamos por expor as ideias desse livro no momento em que abordássemos mais diretamente os impactos do marxismo na geografia brasileira, por esse motivo não tratamos desse autor anteriormente junto com Santos, Lefebvre e Lacoste.

Quaini (1979) aborda a relação que a sociedade estabelece com a natureza na busca pela organização de seu espaço, sobretudo no quadro histórico do capitalismo. Dessa forma, seu trabalho aponta o processo de acumulação primitiva do capital como o princípio da

---

16 A dissertação de mestrado de Ruy Moreira foi defendida em 1984 com o título *Movimento operário e a relação cidade-campo no Brasil*.

desterritorialização do campesinato, encetando a luta de classes no campo teórico da geografia. A importância de seus textos reside no fato de eles explorarem o marxismo e mostrar o quanto seus pressupostos podem ajudar no entendimento da historicidade do espaço. Enfatizando a crítica que Karl Marx empreendeu ao idealismo de Hegel em obras como, os *Manuscritos econômico-filosóficos*, *A sagrada família* e *A ideologia alemã*, ele aponta que o materialismo histórico constitui-se como um verdadeiro ataque à filosofia, pelo menos no que essa tinha de mais especulativo, ou seja, sua obstinação em buscar a explicação dos fatos humanos fora do próprio ser humano.

O capítulo III de *Marxismo e geografia*, intitulado "Materialismo histórico e geografia" (Quaini, 1979, p.32), começa com uma demonstração da evolução do pensamento de Marx e seu dilema com a dialética hegeliana. Quaini explora a aproximação de Marx com o *sensualismo* de Feuerbach ao assumir a sensibilidade como base de toda ciência. A construção do materialismo marxista se pauta pelas argumentações de Marx contra o idealismo. Para ele a ciência real deve partir da natureza: homem e natureza são as duas únicas grandezas sobre as quais deveria operar a teoria. Porém, Marx vai além, obtemperando Feuerbach, e afirmando que o olhar filosófico sobre a natureza e o homem, e a relação entre ambos, não alcança a realidade por não examiná-la considerando sua historicidade. Para Quaini (1979, p.43), o materialismo histórico constitui-se como uma antifilosofia, "como resolução dos problemas especulativos em fatos empíricos, como resolução da filosofia da história e da filosofia da natureza na história natural e humana". O autor coloca no mesmo patamar a historicidade da natureza e a naturalidade da história à medida que fora do homem a natureza não tem valor. É na relação com a natureza, em sua intensidade ou limitação, que os homens condicionam a relação ente si.

O autor italiano chega a afirmar que, no marxismo, assim como existe uma teoria da história e uma análise da sociedade, existe também uma geografia, se a entendemos como a história da aquisição consciente e da elaboração regional do espaço terrestre, em razão de como veio a se organizar a sociedade (ibidem, p.51). Quaini ilustra

essa sua afirmação citando cartas que Marx trocara com Engels, nas quais ambos debatem questões relacionadas à organização das sociedades asiáticas que culminaram nas suas conclusões acerca do *modo de produção asiático*. Entretanto, essa geografia presente na obra de Marx fica mais evidente no tratamento dado ao problema da renda fundiária no livro *Miséria da Filosofia*, de 1846, no qual as teorias de David Ricardo são consideras anti-históricas e desprovidas de informações sobre as condições geográficas que interferem na constituição da renda fundiária.

Quaini (1979, p.60) cita o seguinte trecho do livro em questão:

> A posição dos terrenos, a proximidade da cidade e muitas outras circunstâncias têm influência sobre o arrendamento da terra e modificam a renda [...]. Por outro lado, a renda não poderia ser o índice constante do grau de fertilidade de um terreno [...] a aplicação moderna da química muda continuamente a natureza do terreno e dado que os conhecimentos geológicos começam, justamente na atualidade, a mudar toda a antiga avaliação da fertilidade relativa [...] a fertilidade não é uma qualidade tão natural como se poderia crer; ela está ligada intimamente às atuais relações sociais.

O leitor poderia utilizar o mesmo trecho para exemplificar justamente o contrário, ou seja, mostrar que na teoria marxista as feições naturais dos espaços acabam por não influenciar na dinâmica dos valores da situação dos terrenos, uma vez que Marx atribui a determinação dessa dinâmica às relações sociais. Na verdade, Quaini faz saltar aos nossos olhos a crítica marxista ao determinismo geográfico e não à originalidade dos lugares, e mais, o autor sobreleva justamente o quanto, para Marx, a dinâmica social está imbricada de tal forma na constituição do espaço, sua forma e conteúdo, que todo determinismo geográfico deve ser afastado das análises acerca da sociedade capitalista.

Como o processo histórico é a história da relação do homem com a natureza, as estratégias do capital em afastar do homem a compreensão de sua verdadeira natureza constituem-se no próprio

processo de alienação do homem pelo homem. O determinismo geográfico é tributário dessa estratégia. O retorno do homem à originalidade, ou seja, a de sujeito de seu fazer-se, só pode efetivar-se na busca pela superação dessas estratégias por parte daqueles que são mantidos na condição de alienados. Quer dizer, no campo da luta de classes, o verdadeiro cerne contraditório da sociedade capitalista.

A luta de classes no interior do sistema capitalismo é distinta das outras formas de antagonismos entre classes em outros períodos da história (seja feudal ou escravista). As classes, no capitalismo, a despeito de inexistirem uma sem a outra, negam-se a todo instante.[17] Nessa complexidade/complementaridade reside a relação entre o estar espacial com o ser social. Ao exprimir concretamente essa sociabilidade dialética, a essência do espaço só pode concretizar-se de forma desigual e combinada. Aquela classe despossuída dos meios geográficos de produção da própria existência transforma-se em trabalhadores produtores de sobretrabalho e/ou sobreproduto, gerando a riqueza social a partir da especialidade estabelecida pela divisão social do trabalho. A divisão social do trabalho e a divisão geográfica do trabalho são manifestações da forma como a sociedade se organiza economicamente conforme o estágio atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, não compreendendo direta e mecanicamente a totalidade das relações sociais, porém, mantendo-se ligada à superestrutura da sociedade.

O nível alcançado pelo processo de acumulação está diretamente relacionado ao nível técnico adquirido, priorizando a mais-valia relativa pela modificação da composição orgânica espacial do capital e, no âmbito do capital individual, da intensidade da exploração do trabalho, como na duração e intensidade da jornada. A

17 Chauí (1991, p.37) compreende a contradição como movimento de negação que existe apenas na e pela relação, num movimento de negação interna na qual os termos se fazem (transformam e se superam) no interior da relação. Chauí destaca que para Marx "a contradição se estabelece entre homens reais em condições históricas e sociais e se chama luta de classes" (ibidem, p.46-47). Para a filósofa, a oposição se anuncia no âmbito dos interesses intraclasse, já a contradição reside na esfera interclasses, na divergência dos interesses de todos os proprietários com os interesses dos não proprietários (ibidem, p.60).

espacialidade hegemônica se expande mediante a segregação entre proprietários e desposados dos meios geográficos de produção, de maneira a dar conteúdo e forma às relações sociais ao mesmo tempo em que estas dão conteúdo de forma ao espaço.

O conteúdo classista do espaço chamou a atenção dos geógrafos e deu novo direcionamento às análises que começaram a surgir. Mesmo assim, os movimentos sociais tiveram que esperar um pouco mais para fazer parte das preocupações dos estudiosos do espaço. Ainda na primeira metade da década de 1980 alguns estudos abordaram o tema, sobretudo na forma dos movimentos operários. Ocorre que, mesmo esses movimentos começaram a ter sua importância reduzida com o crescimento das teorias anticlassistas e, posteriormente, com as teorias que pregam o fim da importância do trabalho nas análises da sociedade.

Movimentos sociais: uma contextualização teórica

Assim como na geografia, o interesse pelos movimentos sociais também esteve atrelado às transformações que ocorreram no interior da sociologia. As pesquisas realizadas e publicadas pelos sociólogos serviram de fundamentação teórica para os estudos geográficos. Num exame rápido sobre a literatura sociológica a respeito dos movimentos sociais, Gohn (1985) constata que nas décadas de 1960 e meados da de 1970, predominaram aquelas análises que tiveram como destaque a atuação dos sindicatos.[18] Outros temas importantes que deram sustentação à produção sociológica foram: o populismo (Weffort, 1978), a inserção da América Latina e do Brasil no processo histórico de desenvolvimento do capitalismo,[19] a transição

18 Dois importantes exemplos são: Rodrigues (1966) e Pereira (1965). Essas referências são citadas por Gohn (1985).

19 Cardoso, F. H.; Faletto, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970; e Kowarick, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. Essas referências são citadas por Gohn (1985) e não fazem parte da bibliografia deste trabalho.

entre o arcaico e o moderno,[20] a formação da sociedade de classes no Brasil, entre outros. Algumas dessas análises lançaram um olhar bastante crítico sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Gohn (1985) aponta alguns trabalhos que na década de 1970 tomaram a participação popular como objeto direto de investigação.[21] No campo teórico, tais estudos eram críticos da teoria da marginalidade, e, ao mesmo tempo, concebiam a exclusão social como fenômeno engendrado pelas estratégias de acumulação capitalista. A partir de 1979, a gama de publicações acerca dos movimentos sociais torna-se bastante expressiva. Elaboradas no campo acadêmico por grupos de estudos universitários, por entidades que prestavam assessoria aos movimentos e pelos próprios movimentos, esse *boom* se deve à ampla divulgação de diversas ações de movimentos em reivindicações pontuais ou em experiências junto a processos de administração pública associados a partidos políticos (Gohn, 1985, p.34). Com esse aumento significativo de estudos, amplia-se também a necessidade de se refletir de forma mais detalhada a seu respeito, pois, junto ao crescimento do volume desses trabalhos,

---

20 No âmbito da contradição entre as inovações introduzidas pelo capitalismo e a permanência de aspectos tradicionais na sociedade brasileira, destaca-se José de Souza Martins, e seu livro *Capitalismo e tradicionalismo* (São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975) pode ser considerado um bom exemplo. Essa referência não faz parte da bibliografia deste trabalho.

21 Gohn (1985) destaca os trabalhos de José Álvaro Moisés como representativo da mudança de enfoque, para esse autor as classes populares urbanas possuem uma percepção da própria situação e de seus interesses, o Estado e as classes dominantes exerceriam forte influência sobre as classes populares, mas não são os únicos fatores determinantes de sua trajetória. A incapacidade do Estado em atender suas demandas gera nessas camadas populares a necessidade da reivindicação organizada. Gohn (1985, p.33) crítica essa posição indagando: "uma boa gestão estatal voltada para os 'interesses populares' impediria a emergência dos movimentos populares?" A própria autora responde: "certamente que não" (ibidem, p.33). Sua crítica aponta que a análise do autor não atinge as questões estruturais da sociedade, porque, se assim fosse, o único problema levantado pelos movimentos seria o da legitimidade da instância política estatal como provedor do interesse geral. Para Gohn, as lutas urbanas apontadas por José A. Moisés situam-se no nível "da luta de classes e do questionamento das relações vigentes" (ibidem, p.34).

cresceu também o volume das imprecisões conceituais acerca do fenômeno.

Mais especificamente sobre os movimentos sociais urbanos, Gohn (1985, p.46) afirma que a imprecisão se deve à utilização da categoria espaço como justificadora do urbano já que não havia uma diferenciação entre movimentos associados à reprodução da força de trabalho e as lutas mais gerais que não emanam de uma problemática especificamente urbana.

Concordamos com essa crítica, já que a adjetivação deve vir acompanhada de uma reflexão acerca da natureza do movimento em questão, mas essa reflexão não deve prescindir da categoria espaço, e sim requalificá-lo. O fato de um movimento social ocorrer na cidade não é o suficiente para denominá-lo como urbano, pois então como seriam classificadas aquelas manifestações em bancos e sedes de departamentos governamentais localizados em áreas centrais realizadas por movimentos camponeses? Autores clássicos que tratam dos movimentos sociais urbanos, a exemplo de Manuel Castells e Jean Lojkine, consideram que, além de estarem articulados a uma situação conjuntural bem delimitada, esses movimentos tendem objetivamente à transformação do sistema urbano ou para uma mudança substancial da relação de força na luta de classes e do poder do Estado.

Para Castells (2000), as contradições urbanas são de relevância secundária porque não questionam de forma direta as leis fundamentais do modo de produção, e sua busca pelo poder no interior do Estado passa por inúmeras mediações. Dependendo dos aspectos conjunturais, essas manifestações podem se tornar a principal forma pela qual as classes subalternas contestam a realidade imposta pelas classes dominantes e pelo Estado. Esses aspectos estão relacionados às alianças e/ou o processo de autodefinição ideológica da classe explorada. É na articulação com as questões estruturais que os problemas relacionados à estrutura urbana e outras contradições (econômica, política e ideológica) assumem relevância social. Assim como na sociologia, Manuel Castells foi amplamente utilizado como referência nos estudos geográficos, mesmo enfo-

cando os problemas essencialmente urbanos, definidos a partir da relação das classes populares com o caráter interventor/provedor do Estado. O autor sobreleva as contradições estruturais do modo de produção capitalista dando-nos a impressão de que a adjetivação "urbano" somente serve como um ponto de partida para o tratamento da natureza real dos movimentos sociais em questão.

A partir do que foi exposto, Gohn (1985) coloca outra questão: se os movimentos sociais têm sempre um caráter de classe, podemos concluir, então, que eles podem surgir tanto a partir dos dominados como dos dominantes? Estes últimos, ao passarem por uma crise de hegemonia, podem buscar se rearticular por meio da mobilização de suas forças. Com essa indagação a autora aponta um problema que não é lembrado por nenhum estudo geográfico analisado até o momento, na sua totalidade eles atestam, somente, a existência de movimentos sociais surgidos da classe subalterna. Essa questão é importante porque nos coloca diante das divergências quanto à natureza das manifestações que, podendo ter emergido do interior das classes dominadas, poderiam defender interesses reformistas.

Um movimento social só existe numa perspectiva de classe, quer dizer, se estiver inserido numa totalidade na qual a classe é uma categoria que engloba o conjunto de suas práticas concretas. Em determinados momentos, dependendo das condições conjunturais, o antagonismo entre as classes pode gerar manifestações sistemáticas que vão além das meras ações coletivas transcorridas no cotidiano. Nessa situação, reúnem-se as condições necessárias à formação dos movimentos sociais que podem vir a existir ou não. Sua real existência vai depender da capacidade dos envolvidos em se contrapor aos interesses que os mantém numa situação de subordinação ou aos mecanismos que os mantêm fora dos processos decisórios. Essa contraposição se dá por meio da autodefinição dos movimentos, de sua singularização diante de um quadro de desigualdade fundamentado no antagonismo.

Identificar o problema ante o qual o movimento se opõe, ou seja, o problema antagônico, é essencial à delimitação de seu campo de abrangência assim como da qualificação da base social. Diferentemente das simples manifestações coletivas, os movimentos

sociais possuem uma trajetória que se inicia na identificação de um problema e de sua origem como resultado das contradições sociais. Sendo assim, os movimentos sociais podem ser considerados como reveladores dos problemas ocultados pelas relações imediatas e aparentes. É aí que reside a profundidade e extensão[22] que as simples manifestações coletivas não alcançam. Gohn (1985) aponta os principais tipos de movimentos sociais existentes baseados na classe de origem e no caráter das lutas (se transformadoras, reacionárias ou reformistas). Cabe lembrar que, ao longo de sua trajetória acadêmica, a autora se voltou às manifestações sociais ligadas ao espaço urbano, ou seja, aos denominados movimentos sociais urbanos, daí a ausência de reflexões mais acuradas e referências a respeito dos movimentos camponeses. Dessa maneira, os movimentos sociais podem ser classificados de acordo com o Quadro 1.

A explanação da autora reúne diversos tipos de manifestações sociais: alguns desses, como por exemplo, os político-partidários, deixa-nos dúvidas acerca da real natureza desses movimentos, pois, se considerarmos que uma das características dos movimentos sociais é justamente sua autonomia frente aos partidos políticos, considerá-los como movimentos sociais seria um paradoxo. Destacamos que a identificação ideológica e a atuação mediadora de militantes partidários no interior dos movimentos não os igualam aos partidos no que se refere à forma e ao conteúdo. Jean Lojkine (1997, p.313) argumenta que o político, se entendido somente dentro dos quadros institucionais, manteria a ordem estabelecida infinitamente, sendo, por isso mesmo, a "antítese dos movimentos social". Para este autor, os movimentos sociais se definem pela capacidade de um conjunto de agentes das classes dominadas em se diferenciar dos papéis e funções impostos pela classe dominante e/ou frações dessa classe.

22 A extensão está associada ao tempo de duração de um movimento, movimentos que se apoiam em uma base territorial têm grande chance de se manterem por muito tempo, já aqueles movimentos que surgem em situações de demandas específicas podem ver sua organização se diluir depois da conquista.

Quadro 1 – Síntese dos principais movimentos sociais

<table>
<tr><td>Movimentos sociais de categorias específicas</td><td>– Movimento feminista
– Movimento negro
– Movimento de homossexuais
– Movimento em defesa do índio
– Movimento de estudantes e professores</td><td>Movimentos sociais ligados à produção</td><td>– Movimento operário
– Movimento dos produtores
– Movimento sindical:
a) operário
b) patronal</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Movimentos sociais a partir de lutas gerais</td><td rowspan="2">– Movimento ecológico
– Lutas pela democracia (pela Anistia e pelas Diretas)
– Lutas contra inflação e políticas econômicas do governo
– Lutas de defesa dos consumidores
– Movimento dos desempregados</td><td>Movimentos sociais político-partidários</td><td>– Partidos institucionalizados;
– Grupos de facções políticas não institucionalizados</td></tr>
<tr><td>Movimentos sociais do campo</td><td>– Proprietários
– Trabalhadores rurais</td></tr>
<tr><td>Movimentos sociais urbanos</td><td>1) Populares:
– Movimentos reivindicatórios de bens e serviços;
– Movimentos sociais populares urbanos de caráter marcadamente político
2) Burgueses:
– Ações reivindicativas de bens e equipamentos urbanos;
– Defensores de privilégios e anti-igualitários</td><td>Movimentos religiosos</td><td>– Movimentos de igrejas católica, protestante e outras
– Movimentos messiânicos
– Movimentos religiosos ligados a tradições culturais e folclóricas</td></tr>
</table>

Fonte: quadro elaborado a partir da exposição apresentada em Gohn (1985, p.50).

Dois processos são apontados na definição dos movimentos sociais: o primeiro diz respeito à ordenação em movimentos de classe, fração de classes e grupos sociais, que é quando se define a intensidade[23] e o campo social do movimento social por meio da combinação que ocorre na base social e a organização do movimento social; o segundo processo é a passagem da ordenação em movimento para o jugo político. Dessa forma, o autor busca atribuir a esses dois processos conjugados os definidores das peculiaridades dos movimentos sociais.

Acerca da existência histórica dos movimentos sociais no Brasil, Gohn (2003) elabora um resgate bastante amplo de diversas mobilizações sociais que ocorreram na história do Brasil desde o período colonial. Realizadas em contextos histórico-geográficos distintos, envolveram diferentes classes e categorias sociais em lutas cujas demandas estavam associadas a esses contextos, e vão desde a busca por direitos ou bens e equipamentos considerados indispensáveis ao desenvolvimento da vida a ações contra as injustiças e discriminações sociais. O estudo busca revalorizar um conjunto de mobilizações comumente registradas nos estudos e documentos históricos como acontecimentos marginais e/ou disfunções que ameaçam a ordem social hegemônica em cada período. A autora utiliza o geógrafo Manuel Correia de Andrade como referência bibliográfica ao tratar do papel que os estudos tradicionais relegaram a esse vasto conjunto de experiências sociais da história brasileira, citando a seguinte passagem do livro *O povo no poder*, de 1991:

> Movimentos populares liderados por homens do povo, como a reação indígena, os quilombos, as revoltas do período regencial e imperial – Cabanada da Amazônia, Balaiada do Maranhão e Piauí, Guerra dos Cabanos de Pernambuco e Alagoas, revolta dos negros

23 Sobre esse aspecto, preferimos o uso do termo profundidade, relativo à forma de inserção do movimento no interior da estrutura de classes. Essa profundidade é constatada na agenda política dos movimentos assim como suas propostas.

> Malés da Bahia, Quebra-Quilos da Paraíba e Pernambuco etc. –, foram praticamente expulsos ou escondidos da nossa história [...]. Só recentemente é que se vêm realizando estudos a respeito desses movimentos e se dando cidadania a líderes populares antes classificados como bárbaros como chefes de bandidos (Andrade, 1991, p.8-9 apud Gohn, 2003, p.19)

O caráter de "novidade" do tema e da forma de seu tratamento ajuda a explicar por que sua complexidade. Parte dos estudos que realizam essa revalorização das "lutas sociais primitivas", a exemplo do trabalho de Gohn (2003) ora citado, é tributário de uma linha de pesquisa que tem como precursor o historiador Eric Hobsbawm, especialmente em seu livro *Rebeldes primitivos*: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX, publicado originalmente em 1959. Nesse livro o autor deixa claro que busca tratar de formas de "agitações sociais", noção que abarca uma vasta gama de manifestações que, em conjunto, possui algo de comum: todas[24] representam formas de defesa do homem contra as arbitrariedades do mundo que o rodeiam e são capazes de gerar mudanças, às vezes complexas, às vezes nem tanto (Hobsbawm, 1983, p.13; p.26).

Hobsbawm (1983) trata dessas agitações sociais com um viés evolucionista de cunho marxista. Para ele, essas mobilizações primitivas carecem de uma ação racional que poderia conferir a essas ações uma relevância social mais ampla e profunda. Essa racionalidade é desenvolvida no transcurso da história e no acúmulo de experiências das classes oprimidas. O banditismo, por exemplo, aparece como uma forma de rebeldia de caráter estritamente individual e socialmente imparcial. O movimento camponês seria uma forma do banditismo se transformando num movimento autenticamente político, uma vez que nessa etapa o nível de consciência acerca da sua situação social já seria superior.

---

24 Hobsbawm realiza sua explanação com base nas seguintes manifestações: o banditismo social, as máfias, os "movimentos milenaristas", as seitas secretas formadas por trabalhadores, as turbas urbanas e mobilizações rurais.

Hobsbawm (1983, p.144-64) aponta o trajeto seguido pelo movimento milenarista das ligas camponesas da Sicília (1891-1894) como um movimento que ganha aspecto revolucionário na medida em que deixa a condição de "primitivo" e se torna "moderno" por meio da incorporação do ideário socialista. Os camponeses se orientaram pela crença messiânica da iminência do surgimento de um novo reinado de justiça, uma nova sociedade mais igualitária. Diferente de uma visão que predominou no meio marxista de subvalorização da classe camponesa como agente revolucionário, o historiador valoriza não só o camponês, como agente de transformações, como também aponta o milenarismo como possuidor de um caráter revolucionário que ainda não foi esgotado. Para o autor:

> No entanto, quando puder inserir-se num movimento moderno, o milenarismo não só pode se tornar algo politicamente eficaz, mas pode fazê-lo sem perder esse cuidado, essa confiança consumidora em um novo mundo, e essa generosidade de sentimento que o caracteriza, mesmo em suas formas mais primitivas e incongruentes. (Hobsbawm, 1983, p.164, tradução nossa)

Mesmo com todos esses apontamentos "otimistas" acerca dos movimentos primitivos, o autor, à maneira marxista, vê nessas agitações as condições necessárias, mas insuficientes, para levar a cabo o processo de transformação social. Mesmo que de forma rápida, se interpretarmos duas manifestações que ocorreram na história do Brasil de acordo com os pressupostos de Hobsbawm, Canudos e Contestado, podemos concluir que esses movimentos ruíram por se manterem isolados, constituíram-se somente como seitas religiosas baseadas em revoltas esporádicas; não desenvolveram aqueles fundamentos basilares de um movimento social, a organização, as estratégias, e um programa de ação. O caráter revolucionário dos movimentos milenaristas reside no fato de remeterem à ideia da transformação completa e radical do mundo. Assim, o ideal milenarista pode ser encontrado em outros movimentos. O movimento camponês é um movimento de resistência ao capitalismo, cuja fra-

gilidade organizacional lhe confere um caráter de espontaneidade e de improviso. Se por um lado o autor aponta as fragilidades do movimento camponês por não conseguir atingir os meios urbanos, ele não o vê como um movimento reacionário, mas somente aponta que seu caráter revolucionário não alcançou a organização necessária.

Com a intensificação da industrialização e da urbanização, impulsionadas pelo desenvolvimento do capitalismo, as mobilizações sociais, sobretudo as promovidas pelos operários, caminharam rumo a uma maior racionalização e politização, tomando um viés mais revolucionário. Uma das noções desenvolvidas por Hobsbawm (1983) e que, a nosso ver, é resultado de um alinhamento mais estrito ao marxismo, é a caracterização desses movimentos como pré-políticos, já que seus membros não possuíam uma visão sistemática e coerente da sua situação, um programa ou uma organização. Mesmo assim, essas manifestações não podem ser consideradas eventos sem relevância, *evasivos*, para utilizar um de seus termos. Ainda que os grupos que dão conteúdo social a essas manifestações sejam formados por indivíduos *simples* e *comuns*, cuja experiência vivida esteja limitada pelas relações que estabelecem nas comunidades locais, não podem ser caracterizadas como marginais. Acreditamos que o termo marginal expressa uma ausência de relação com a lógica estruturante da sociedade capitalista.

Não podemos deixar de apontar que a utilização do termo pré-capitalista implica considerar essas ações como neutras, desvinculadas da disputa de poder intrínseca a sociedade. Da mesma forma, o uso do termo pode nos levar a uma visão desabonada das mobilizações já que seus membros ignoram sua concreta situação no conjunto da sociedade. Nesse sentido, as mobilizações do século XX seriam qualificadas como políticas e detentoras de uma prática autenticamente revolucionária.

Um outro tipo de protesto social destacado por Hobsbawm (1983, p.165) como pré-político, além dos já citados, é a turba urbana. Essa forma de insurreição urbana é compreendida como uma manifestação específica da metrópole pré-industrial clássica, mas que se manifesta também nas cidades do capitalismo moderno. Na

verdade, o autor as situa como um momento de transição, "movimentos que se encontram no limiar entre o velho e o novo" (ibidem, p.166, tradução nossa). Essas mobilizações eram pré-políticas não porque ocorriam num momento anterior ao desenvolvimento das cidades capitalistas, mas porque não tinham a revolução no horizonte. Seus objetivos eram limitados e de curto alcance e suas ações não iam além dos protestos na forma de revoltas periódicas. Mesmo possuindo uma visão mais ampla da dinâmica da sociedade, são, portanto, menos provinciana do que os camponeses, pois as turbas não buscavam atingir transformações mais profundas na estrutura de poder das cidades, sendo simplesmente pré-políticos. Segundo o autor:

> A turba pode ser definida como o movimento de todas as classes pobres urbanas destinadas a alcançar mudanças políticas ou econômicas por meio da ação direta – quer dizer, por motim ou rebelião –, mas um movimento que ainda não foi inspirado por uma ideologia específica; ou, se buscasse exprimir suas aspirações de alguma forma, a fazia em termos tradicionais e conservadores [...] Foi um movimento pré-político e, como tal, fenômeno primitivo no nosso sentido [...] A turba como um fenômeno social tendeu a desaparecer, para dar lugar, em geral, à classe trabalhadora industrial. (ibidem, p.167-8, tradução nossa)

Nessa passagem fica clara a visão de que a turba urbana caracteriza-se por ser um movimento tradicionalista e conservador, destituído de ideologia e de um projeto de transformação política da sociedade. O político para o autor se define a partir do projeto revolucionário: um "movimento social moderno" se constituiria, então, com base em seus projetos e não de sua base ou organização, mesmo que o autor valorize o aspecto "organização", o caráter revolucionário possui maior importância na definição dos movimentos sociais. De forma indireta, pode-se concluir que essa falta de um projeto revolucionário se dá pela falta de uma consciência de classe que está mais associada à sociedade industrial.

A ideia básica tanto no estudo de Gohn (2003) quanto no de Hobsbawm (1983) é apontar uma continuidade histórica no processo de construção dos direitos políticos e civis dos indivíduos. Em cada período, o campo dos direitos vai tomar significados diversos. Mesmo assim, pelo menos no que se refere aos direitos das classes populares, não podemos confundir a luta das elites com a luta das classes subalternas, mesmo que em muitos momentos esses tenham se posicionado a favor dos interesses elitistas esse fato não mudou sua posição no sistema socioeconômico e não alterou sua realidade socioespacial, sendo, portanto, reacionários.

O trabalho de Gohn (2003) apresenta uma lista com um grande número de eventos. A ênfase é dada aos aspectos informativos deixando os aspectos analítico-argumentativos restritos às sínteses dos períodos históricos examinados de forma sumária e apresentados no início de cada período, como consequência, o trabalho assume uma concepção bastante ampla dos movimentos e lutas sociais.

Essa amplitude acaba por tornar o quadro esboçado pela autora amplo demais em determinados momentos.[25] Gohn (2003) deixa claro o caráter elementar de sua análise. Contudo, alguns eventos, como a Promulgação de sucessivas Constituições, a instauração das Emendas Constitucionais que culminou no Golpe de 1964, a fundação de entidades filantrópicas, o ressurgimento dos partidos políticos no pós-ditadura, as guerras como a do Paraguai, mesmo que representem um momento posterior às agitações sociais demandadas por anseios de grupos populares ou pelas elites, passam longe do que hoje podemos denominar movimentos sociais. Mesmo a concepção de lutas sociais é difícil de ser empregada a algumas dessas manifestações sem antes identificarmos quais classes ou grupos estão representados. É o caso das guerras que têm um caráter muito mais geopolítico do que social, ou seja, envolvem interesses diretamente voltados à ideia de nação e não de classes ou

25 Nas páginas 97 e 98 estão listados os conflitos de Formoso e Trombas (Goiás) de forma repetida, e, na página 98, as manifestações são erroneamente citadas como ocorridas no estado do Paraná.

agrupamentos sociais, mesmo considerando que estas últimas dão conteúdo à nação.

Uma importante contribuição da autora diz respeito à valorização dos contextos aos quais se inserem as manifestações. Essas são compreendidas como expressão momentânea de um processo social, ou seja, como evento. Tomar essas manifestações como evento significa situá-las no espaço e no tempo, em *A natureza do espaço*, Milton Santos (1996) define o evento como o concreto, o tempo empiricizado, é um acontecer histórico.

> Um evento é o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa. E o evento somente se completa quando integrado no meio. Somente aí há o evento, não antes [...]. Se aquele feixe de vetores pudesse ser parado no caminho, antes de se instalar, não haveria evento. A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto. Por isso os eventos estão no próprio coração da interpretação geográfica dos fenômenos sociais. (Santos, 1996, p.61)

No que se refere às lutas, Gohn (2003, p.23) assevera que "não existem movimentos puros, isolados, descontextualizados de qualquer grupo partido ou instituição". Essa relativização é importante porque faz que as lutas sociais sejam entendidas dentro do contexto nos quais são geradas. De maneira geral, seu estudo aponta as categorias de problemas levantadas pelas agitações nos diferentes períodos. No século XVIII as agitações tinham um caráter libertário, cabe lembrar que a condição de colônia impunha ao Brasil uma série de obstáculos ao seu desenvolvimento econômico. Inspirados nos modelos das Revoluções Francesa e Norte-Americana seus líderes eram "liberais radicais" e marcaram o período a Inconfidência Mineira, em 1789, a Conjuração do Rio de Janeiro, 1794-1795: em 1797 conquistaram expressão as Revoltas Populares de Mulatos e Negros, e, em 1798, a conspiração dos Alfaiates, ambos na Bahia.

A respeito da primeira metade do século XIX (1800-1850), a autora lista 41 manifestações, das quais destacamos as rebeliões nativistas e a intensa atuação das classes populares à frente de alguns movimentos, como na Cabanagem, no Pará, em 1835, e na Revolução Praieira, em Pernambuco, em 1847. Sobre o fim desses movimentos a autora afirma que a falta de unidade das ações durante o período de 1800-1850 propiciou às elites dominantes o desmonte das lutas (Gohn, 2003, p.25).

Na segunda metade do século XIX as ações sociais tinham como alvo as questões da escravidão; as cobranças do fisco; as demandas dos pequenos camponeses; as legislações e atos do poder público; a mudança do regime político (pela República ou pela restauração da Monarquia) e os conflitos entre interesses de diferentes categorias socioeconômicas (comerciantes brasileiros *versus* comerciantes portugueses). Outros elementos importantes lembrados pela autora foram as lutas dos escravos, a questão militar e o surgimento das Sociedades e Associações Mutualistas nas cidades de Santos e São Paulo. São listados 70 eventos, com destaque para a conhecida Revolta de Canudos (1874-1897).

No século XX, o crescente processo de urbanização passa a dar a cidade uma tonalidade própria, intensificada a partir das novas funções que passou a oferecer. A indústria e as classes sociais vinculadas a ela orientaram as ações e os conflitos que ocorreram no meio urbano, desta forma, possibilitando o surgimento de novas categorias de lutas. São elas:

- lutas sociais da classe operária por salários e melhores condições de vida;
- lutas por meios de consumo coletivo;
- lutas por moradia;
- lutas por leis;
- lutas sociais no campo;
- lutas pela educação;
- lutas baseadas em ideologias (socialismo, anarquismo etc.);
- lutas e movimentos nacionalistas;
- lutas por mudanças nos regimes políticos;

- lutas e movimentos por questões ambientais;
- lutas e movimentos de raça, etnias e cor;
- Luas e movimentos de gênero;
- lutas e movimentos de categorias de idade;
- lutas pela preservação do patrimônio histórico;
- lutas e movimentos regionais;
- lutas cívicas e solidárias. (ibidem, p.60)

Gohn (2003) agrupa as lutas e movimentos do século XX em seis etapas. Na primeira fase, intitulada "As lutas sociais da Primeira República – 1900-30", são listadas 138 manifestações. A questão do trabalhador imigrante ganha expressão na condição de problema social; as organizações anarcossindicalistas fundaram inúmeras federações e confederações e realizaram diversos congressos resultando numa proliferação das greves; o Estado passa a tratar a questão social como uma questão de polícia. No que se refere mais especificamente às demandas urbanas, as associações mutuais continuaram a desempenhar um papel importante e serão as precursoras das sociedades amigos de bairro nas décadas de 1930 e 1940.

Na segunda fase, intitulada "As lutas sociais após a Revolução de 1930 até a Queda do Estado Novo – 1930-45", são listadas 53 manifestações. Dessas, destacamos o crescimento do movimento de associações de bairro que surgem com um desdobramento das ligas de bairros que começaram a tomar corpo e a se proliferar na década de 1940. Na década de 1930 foi fundada a Sociedade Amigos da Cidade inspirada no modelo similar argentino.

Na terceira fase, intitulada "A lutas e os movimentos no período populista – 1945-64", são listadas 38 manifestações. Esse período é marcado pela agitação pós-redemocratização, caracterizado, entre outras coisas, pela ampliação dos espaços de participação popular e pelo desenvolvimentismo, baseado na intensa participação do Estado na economia; é o período das grandes construções, rodovias, siderurgias, hidrelétricas etc., e políticas sociais de cunho clientelístico. Um dos "períodos mais movimentados do ponto de vista das mobilizações e propostas sociais" (Gohn, 2003, p.92).

Essa fase se destaca pela explosão de diversas manifestações: no campo há diversas revoltas, como a de Porecatu no Paraná em 1950; os conflitos de Formoso e Trombas em Goiás, que contou com a ajuda do Partido Comunista e durou de 1955 a 1964; o Movimento de Arrendatários Rurais de Santa Fé do Sul no interior de São Paulo em 1955 e que assumiu caráter messiânico. No que se refere às ações politicamente mais amplas, houve a intensificação das ações das Ligas Camponesas no Nordeste (1961), a criação do Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Rio Grande do Sul (Master) em 1960, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em 1963, representante do sindicalismo rural no Brasil.

De 1954 a 1964, as cidades vivenciaram o crescimento do número das associações de moradores, impulsionado por um conjunto de fatores que vão desde a necessidade de infraestrutura urbana para os bairros que não paravam de surgir devido o crescimento horizontal das cidades, incitados pela migração, até a política populista que se baseava na barganha do voto e na vontade das massas em participar da vida política local. Nesse mesmo contexto, por volta de 1960, desenvolveu-se também o Movimento pela Casa Própria.

Na quarta fase, intitulada "Resistência durante o Regime Militar – 1964-74", são registradas 12 manifestações. Não obstante a intensa repressão e controle social e político imposto pelos militares, as lutas sociais não deixaram de existir. Esse período marca uma intensa articulação de forças políticas no Brasil operando em diversas frentes, da clandestinidade às lutas armadas. Com atuação nas cidades destacamos o Movimento Estudantil, de 1964-1968, e, com atuação no campo, a Guerrilha do Araguaia em 1967. Gohn (2003) aponta a Promulgação do AI-5 e da emenda Constitucional que recrudesceram ainda mais a repressão em 1969. Contudo, esses eventos não podem ser considerados como manifestações relevantes para a construção da cidadania dos brasileiros. Pelo contrário, significaram um retrocesso ao processo de participação das camadas populares por todo o país.

A partir de 1968, cresceram em número e em importância a participação da Igreja Católica junto às camadas populares por

meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Um importante elemento que contribuiu para a formação das CEB é a sua dimensão territorial, quer dizer, as relações comunitárias que fundamentavam a ação dos clérigos junto à população eram delimitadas por um recorte espacial bem definido, daí o uso do termo "base" que faz referência à aglutinação de pessoas num espaço demarcado, podendo ser um bairro ou uma vila rural.

Na quinta fase, intitulada "As lutas pela redemocratização – 1975-1982", são listadas 22 manifestações. Essa é a fase da resistência e do enfrentamento ao regime militar já bastante abalado pela crise econômica (crise do petróleo e diminuição do poder de consumo da classe média). As lutas desse período serviram de base empírica para inúmeros estudos[26] realizados a partir daquele momento. Algumas manifestações tiveram grande repercussão nacional por estarem voltados aos problemas políticos do momento, como aqueles ligados ao movimento de redemocratização, pela anistia e pelo pluripartidarismo; outras por representarem as novas questões surgidas pós-agitações de 1968, a exemplo do Movimento Feminista.

Em 1976 tem-se a retomada do Movimento Sindical, com a intensificação das greves a partir de 1978. No campo dos movimentos urbanos multiplicaram-se os movimentos por creches e transporte coletivo, já no campo, em 1979, tem-se a criação do Movimento dos Sem-Terras. Influenciado pela agitação do momento e pelas possibilidades que se abriam à participação política dos diferentes setores e camadas sociais, tem início a formação das articulações de movimentos como a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), em 1980, posteriormente, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), vinculada ao PMDB, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), vinculado ao PT, a Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam) também é criada nesse momento.

26 Na página 114, a autora lista um conjunto grande desses trabalhos.

Na sexta fase, intitulada "Época da negociação: a Era dos Direitos – 1981-1995", são listadas 54 manifestações. Esse é o período de maior intensidade de ações de movimentos devido à conjuntura política, à ampliação dos problemas sociais e do contingente populacional do país e pelas facilidades de divulgação e reprodução das ações coletivas. De início, no final da década de 1980 há um arrefecimento das agitações sociais que vinham se desenvolvendo desde os primeiros anos da abertura política. Na década de 1990, o cenário das lutas sociais no Brasil passa por uma reordenação. São expressivos os movimentos que atuam mais nas questões éticas e de valores – como o Movimento Ação da Cidadania, Contra a Fome e Pela Vida e as Organizações Não Governamentais (ONG) – que passaram a ter um papel de destaque junto ao poder público.

A autora afirma que a luta popular mais abrangente de toda a década de 1980 foi a luta pela moradia. Nessa fase ocorreu um conjunto de manifestações de caráter mais espontâneo como os quebra-quebras em São Paulo e Rio de Janeiro. O movimento "Diretas Já" tem início em 1984, Gohn (2003) sobreleva que esse movimento capitalizou os anseios de diversas classes sociais e construiu como nenhum outro movimento anterior soube fazer, um projeto de unidade nacional. O grande problema e que acabou levando esse movimento à derrocada foi a falta de uma base de sustentação fundada em propostas de ação.

No campo, ocorre o Encontro Nacional dos Sem-Terras no Rio Grande do Sul em 1983, e, em 1985, o primeiro congresso nacional dos trabalhadores sem-terras em Curitiba, que criou oficialmente o MST em âmbito nacional, com a presença de 1.500 delegados representando 20 estados. Outros movimentos e lutas listadas pela autora são: Movimento pela Constituinte, 1985-1988; criação da União Democrática Ruralista (UDR), em 1987; a retomada do Movimento pela reforma Urbana em 1989 e a ECO 92, que deu novo fôlego aos movimentos ambientalistas a partir daquele momento.

Gohn (2003) conclui que no transcurso da história do Brasil, ao contrário do que tradicionalmente foi defendido por inúmeros estudos, os diversos movimentos (lutas e insurreições) contaram

com a participação popular. Esse fato mostra que as classes populares nem sempre ficavam passivas aos desmandos e privilégios das elites. Para nós, somente com o desenvolvimento dos estudos na temática poderemos afirmar com certeza se os "movimentos primitivos brasileiros" denotavam ou não uma consciência de classe. Todavia, é provável que essas ações resultassem, ao menos, de uma interpretação de sua situação de exclusão e exploração e da busca pelas condições de sua superação.

O fato de que em muitos casos as camadas populares se aliavam às elites ou classes médias e/ou eram aliciadas por elas significa que a potencialidade política dessas camadas era, ao menos, conhecidas, e porque não dizer, temidas e cobiçadas. A título de conclusão podemos afirmar que a *participação da população é um fato real*. Essa participação gerou aprendizados dos dois lados, do povo e dos governantes que reelaboram seus discursos e políticas (Gohn, 2003, p.191). A cultura política gerada com base nessas manifestações serviu à construção da cidadania do povo brasileiro. Essa construção não se deu de forma linear: os avanços, retrocessos, perdas e ganhos serviram à demarcação do campo de atuação política dos populares em cada momento.

No contexto mais recente, dos últimos trinta anos, as lutas sociais expressaram diferentes arranjos. Na década de 1980, a mudança na ordem estrutural da sociedade estava no horizonte dos movimentos sociais: o socialismo, entendido como um modelo de organização social mais justo servia de inspiração. A incapacidade do socialismo real em satisfazer as demandas populares nos países onde ele se instalara e a consequente queda do muro de Berlim e a desintegração da União Soviética levaram ao enfraquecimento e abandono do projeto socialista pela maioria. No plano nacional, a eleição de partidos de esquerda em diversas administrações municipais e o engajamento de muitos líderes populares nas estruturas institucionais de poder e as divergências político-partidárias e político-ideológicas fizeram que os movimentos sociais arrefecessem, pelo menos um modelo de movimento social, mais precisamente aquele com conteúdo marcadamente classista.

Realizando uma problematização ampla sobre os movimentos sociais em seu aspecto conceitual e, em particular, quanto ao seu projeto de mudanças das condições sociais ao qual se insere, Gohn (2002) considera um conjunto de questões do ponto de vista teórico acerca dos movimentos sociais que necessitam ser aprofundadas, como o papel desempenhado por eles na atualidade e os desdobramentos do processo de institucionalização pelo qual muitos movimentos passaram. Em seu livro *Teorias dos movimentos sociais*, de 1997, a autora delineia o percurso histórico-conceitual de diferentes paradigmas que embasaram os estudos sobre os movimentos sociais. O paradigma americano, o europeu e o latino-americano influenciaram um conjunto variado de pesquisas no campo das ciências sociais.

Não obstante a relevância que os três paradigmas tiveram nos estudos brasileiros, na geografia, o paradigma europeu logrou os maiores efeitos. A autora aponta que o paradigma latino-americano teve nos pesquisadores europeus a maior influência. Podemos, igualmente, deduzir que o paradigma latino-americano foi um desdobramento da aplicação dos pressupostos do paradigma europeu nas análises da realidade dos países latinos. Nesse sentido, foi expressiva a influência das discussões sobre os Novos Movimentos Sociais (NMS), considerados como manifestações de conformação a uma nova sociabilidade.

A teoria dos novos movimentos sociais

A partir da década de 1980, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais foi extensamente utilizada como referência, inclusive na geografia. De origem europeia, essa corrente teve como principal objetivo mostrar como o conceito de classe na teoria e na análise dos movimentos sociais se limitava a dar tratamento a antigas questões, já ultrapassadas pela evolução da sociedade moderna. O conceito de classe social não cumpriria mais seu papel analítico nos estudos sobre as sociedades modernas avançadas, sobretudo após a queda dos regimes comunistas e a ascensão do nacionalismo que deram

um novo ímpeto aos argumentos em favor da obsolescência da perspectiva classista para as sociedades modernas. A classe estava muito mais voltada à sociedade industrial e suas ideologias e, como essas sociedades e suas ideologias não existiam mais, deveríamos nos livrar das velhas concepções e ferramentas analíticas.

Os Novos Movimentos Sociais introduziram novas questões e assinalaram novas divisões nas sociedades modernas que passaram a ser entendidas como substitutas da antiga divisão baseada nas classes, assim como na divisão entre capital e trabalho. O que está por trás desse argumento é que, com a tendência à institucionalização do conflito de classes, a noção de classe não mais se aplicaria[27] aos estudos sobre movimentos sociais. A nova perspectiva busca ir além das análises da inserção dos sujeitos no sistema de produção ampliando o campo dos sujeitos sociais envolvidos com o "universo dos movimentos sociais". A esse respeito Scherer-Warren e Hahn Lüchmann (2004, p.15) apontam que:

> A ideia sobre a existência de uma pluralidade de sujeitos, portadores possíveis de múltiplas identidades, levou os pesquisadores a buscarem referenciais para além daquele corte paradigmático, tais como em Thompson, Heller, Offe, Laclau, Mouffe, Evers, Touraine, Melucci, Guattari, Castoriadis e muitos outros. Iniciava-se, assim, o diálogo com as teorias dos "novos movimentos sociais". O alargamento da base analítica recaiu num aprofundamento da dimensão sociocultural em torno dos eixos: práticas políticas tradicionais x cultura política emergente; autoritarismo x democracia de base; racionalidade x subjetividade; formação de identidades socioculturais; cidadania e direitos de terceira e quarta gerações – e temas correlatos.

A título de hipótese, podemos afirmar que essa corrente teve um considerável rebatimento no tratamento que os geógrafos deram

27 Para uma melhor explanação acerca dos novos movimentos sociais, ver Gohn (2002) e/ou Scherer-Warren; Krischke (1987).

aos movimentos sociais naquele período. Ao mesmo tempo que o pensamento marxista chega à geografia chegam também as críticas desferidas a ele. A teoria dos NMS cumpriu esse papel. No entanto, o conceito de classe social continuou e ainda continua a ter uma grande relevância explicativa no universo dos movimentos sociais. Até mesmo os estudos como o de Arlete M. Rodrigues (1988) que lança mão das ideias de Eder Sader, que foi um dos precursores na utilização da teoria dos NMS no Brasil, não a fez deixar de considerar que na atuação dos sem-tetos há uma forte indicação de luta de classes.

Uma importante referência para os NMS é o historiador britânico Edward Thompson. Esse autor deu relevantes contribuições para a historiografia, pois em sua concepção a história se movimenta a partir das lutas históricas e da busca do homem por alternativas para a realização de suas demandas: alternativas estas de natureza econômica, social, política e cultural. O marxismo foi um importante alvo das críticas de seus trabalhos, especialmente na sua vertente determinista (economicista e estruturalista). O livro *A formação da classe operária inglesa*, de 1963, apresenta uma reconstrução (ou seria desconstrução?) da história do primeiro proletariado inglês. Sua metodologia inova ao ampliar as fontes historiográficas, não se restringindo a sindicatos e organizações socialistas, abrangendo também um vasto campo que foi desde a política popular, tradições religiosas, rituais, pregações milenaristas, ameaças, festivais, hinos, bandeiras, entre outros. Thompson (2001) toma a classe social como um fenômeno social e não como categoria analítica ou estrutural. Segundo ele, classe implica a ação humana, como condicionante e não como um simples produto do desenvolvimento das forças produtivas. Seu objetivo foi o de reconceituar o materialismo dialético a partir de uma crítica à concepção marxista de classe que, na sua visão, acaba por limitar a análise do desenvolvimento histórico da sociedade na medida em que ela concebe a classe como um elemento pronto e acabado da estrutura capitalista.

Não há classe se não há consciência de sua existência. Thompson sobrevaloriza a experiência como formadora da consciência das

classes em detrimento do posicionamento das classes no interior do processo produtivo ou até mesmo em detrimento das construções teóricas que buscam enquadrar os indivíduos em fórmulas explicativas pré-concebidas. Em nossa concepção, as ideias do historiador inglês contribuíram ainda mais para a utilização da ideia de classes sociais nos estudos sobre movimentos sociais, numa perspectiva invertida, na qual a consciência se constitui com a experiência, daí a utilização da ideia do *fazer-se.* Mas mesmo assim, a dialética entre explorados e exploradores está presente, e é na vivência da exploração disseminada nos aspectos econômicos, políticos, ambientais e culturais do cotidiano que permite o *fazer-se* classe.

Mesmo considerando o viés mais progressista de Thompson como referência para os NMS, acreditamos que essa teoria contribuiu para sedimentar uma visão de movimentos sociais como agentes de ações individualizadas ao tirar o foco central das condições socioeconômicas predominantes, pois as práticas dos movimentos sociais se distanciaram de um projeto de sociabilidade distinto das relações sociais capitalistas, o que significa que eles não mais se voltariam para a transformação das atuais formas de dominação política e econômica. O que os propositores dos NMS se esquecem de considerar é que, mesmo as dimensões mais subjetivas dos indivíduos, voltados estritamente para os processos formadores da identidade e, por consequência, dos agentes de mobilização social (como os movimentos sociais), estão imersas numa teia de relações sociais e configurações territoriais profundamente vinculados à lógica predominante de reprodução social: a lógica do capital. Dessa forma, aqueles movimentos que não focalizam seus objetivos para uma ruptura dessa lógica, ou pelo menos para a superação dos obstáculos colocados pelo capitalismo ao desenvolvimento da vida plena, correm o sério risco da institucionalização e/ou da cooptação.

Não obstante as críticas apontadas ao marxismo, principalmente ao seu caráter teleológico, e todos seus problemas de ordem teórica e de aplicação prática, essa matriz de pensamento plantou raízes no pensamento geográfico que repercutem até os dias atuais, sobretu-

do na sua vertente mais crítica. Em suma, pode-se concluir que na geografia brasileira o materialismo histórico marxista ajudou a fundamentar a historicidade do espaço e nos mostrou que é impossível pensar o espaço sem pensar no sujeito dessa historicidade. O espaço assim como sua carga histórica é produto do sujeito. Desse modo, os movimentos sociais podem ser considerados os sujeitos responsáveis por importante parte das mudanças vividas pela sociedade atual, sobretudo de seu espaço e sua espacialidade.

2
Movimentos sociais na geografia: os estudos pioneiros e suas bases teóricas

Os estudos sobre movimentos sociais realizados no campo da geografia reforçaram a tradicional dicotomia entre espaço rural e espaço urbano. Se não a reforçou, pelo menos a manteve como ponto de partida para a seleção das manifestações que serviram de referencial empírico para as análises e posterior teorização. Se, por um lado, aqueles que se ocuparam e ainda se ocupam em estudar as cidades e suas diversas formas de manifestações e processos pouco ou nunca se atrevem a falar do espaço rural, por outro, os estudiosos das manifestações rurais e dos problemas agrários pouco ou nunca se arriscam nos estudos urbanos. Essa bipartição atinge de forma ampla a produção do conhecimento nas ciências humanas, refletindo na tradicional organização teórico-conceitual e metodológica dessas ciências; assim é com a geografia, tradicionalmente dividida[1] entre geografia rural e geografia urbana.

1 Ao longo do desenvolvimento da geografia a busca pela compreensão dos processos complexos que determinam os eventos espaciais fez que surgissem temáticas e, concomitantemente, metodologias e conceitos distintos. A consolidação de diferentes campos resultou, em princípio, nos conjuntos sistematizados da geografia humana e da geografia física; posteriormente, cada campo passou por transformações variadas que acompanharam o desenrolar da geografia de forma ampla; no campo da geografia humana predominaram

A respeito da permanência atual dessa dicotomia no âmbito da interpretação da realidade, Paul Singer (1985, p.27) afirma que:

> [...] hoje já é legítimo se colocar a dúvida quanto à validade da distinção entre campo e cidade. Não é difícil prever uma situação em que a maioria da população "rural", no sentido ecológico, se dedique a funções urbanas e que a prática da agricultura – mecanizada, automatizada, computadorizada – em nada se distinga das demais atividades urbanas.

A dificuldade em se definir critérios rígidos que distinga teoricamente o que é rural do que é urbano e vice-versa tornou-se cada vez maior, uma vez que essas realidades se complementam de forma bastante complexa, não existindo isoladamente. As manifestações humanas que ocorrem nesses espaços também se imbricam cada vez mais. Henri Lefebvre ajudou a fundar uma tendência de autores que buscaram mostrar que a separação estrita entre cidade e campo já está superada como ideia substantiva para entender o mundo moderno. Segundo Lefebvre (1999), a sociedade atual se caracteriza pela constituição da sociedade urbana, realizando-se num espaço mundial, articulado, e, ao mesmo tempo, fortemente hierarquizada; nesse contexto nem campo nem cidade deixam de existir, mas se articulam agora num outro plano ao conjunto do território e com outras particularidades. Sob a égide do capitalismo, o espaço tornou-se mercadoria pela generalização do processo produtivo, que generaliza a propriedade privada e engloba espaços urbanos e rurais em diferentes articulações; manifestando práticas especulativas e monopolizadoras, permitindo a realização da propriedade privada da terra, ao longo do processo histórico, pela generalização da "mercadoria-espaço".

---

até a década de 1940 os estudos voltados à realidade agrária brasileira, a partir da década de 1950, com o desenvolvimento do sistema urbano-industrial e a concretização da divisão social do trabalho, a cidade e a indústria passaram a figurar de forma crescente no conjunto das indagações dos geógrafos brasileiros. Para uma visão mais detalhada, ver Andrade (1987).

Essa realidade se fundamenta em profundas contradições em razão da desigualdade com que esse processo se produz; no campo, tal como aponta Oliveira (1999): o desenvolvimento do capitalismo avançou reproduzindo relações especificamente capitalistas, com a expansão das culturas de produtos agrícolas para exportação no bojo do processo de desenvolvimento da economia na escala global, mas, também, deu novo ímpeto às relações de produção não capitalistas como uma das características fundamentais da estrutura agrária brasileira, produzindo contraditoriamente o aumento do trabalho familiar no campo e, em alguns casos, a permanência do trabalho escravo.

Cidade e campo mostram o modo como se realiza a inserção do Brasil no quadro da economia mundial, na divisão socioespacial do trabalho, revelando a racionalidade imposta pela globalização do capital. Nesse sentido, tanto a cidade quanto o campo são espaços nos quais ocorre acumulação do capital. Nos planos econômico, político e social, vão se reproduzindo estratégias que escoram o processo de reprodução continuada da cidade e do campo assentado em modelos de comportamentos e valores que tendem à universalidade, apoiados fortemente na mídia e pelas redes de comunicações.

Nossa intenção não é realizar uma discussão aprofundada da relação cidade-campo, tema bastante explorado na geografia e demais ciências humanas. No entanto, é importante mostrar que essa temática tradicional no âmbito das ciências sociais revela uma questão estrutural na ordem espacial que fundamenta nossa sociedade e que, por extensão, se reflete nos estudos dos movimentos sociais. O desenvolvimento do capitalismo monopolista fez desses espaços *lócus* da desigualdade nos quais emerge forças mobilizadoras que seguem distintas estratégias e articulam esses espaços; os movimentos sociais tal como os sem-terras que têm o campo como alvo de suas reivindicações não prescindem do espaço das cidades para fortalecerem suas estratégias de ação, da mesma forma que os movimentos sociais urbanos, a exemplo dos sem-tetos, adotam práticas e possuem ideologias semelhantes aos dos movimentos rurais e se espelham neles, tal como apontaremos subsequentemente.

O caráter monopolista do capitalismo atua nesses espaços de forma incisiva na busca pela valorização do capital; essa territorialidade é ao mesmo tempo monopolizadora (sem ser totalizadora) e produtora de desigualdades. Os movimentos sociais que emergem na busca pela solução dos problemas daí gerados têm fundado uma territorialidade distinta, porquanto se baseiam numa distinta apropriação e uso do território. São, nesse sentido, socioterritoriais, para além das diferenças entre rural e urbano.

Movimentos sociais na geografia: a década de 1980

De acordo com nossas pesquisas realizadas em alguns dos principais periódicos de geografia, não houve estudos que elegessem os movimentos sociais como objeto principal durante as décadas de 1960 e 1970, nem a divulgação de pesquisas e nem a publicação de livros no âmbito da geografia brasileira. Primeiramente, vamos nos ater à publicação de artigos sobre movimentos sociais nos periódicos de geografia. Realizamos uma pesquisa nos periódicos que apresentam maior distribuição pelo território nacional e, por isso mesmo, uma maior projeção no campo das pesquisas em geografia. O levantamento do material bibliográfico se pautou pela relevância que esses periódicos possuem no interior de nossa disciplina por agregar textos de autores que sintetizaram as tendências teóricas e temáticas do momento. Os artigos de periódicos também são importantes por representarem o estágio inicial das pesquisas e suas tendências teórico-metodológicas, já que os livros só são publicados depois que as ideias já estão mais bem-definidas.

Sobre a importância dos periódicos, Moreira (2000, p.32) afirma:

> É fato que em todo processo de ruptura, a ação dos grandes corpos de batalha, esses "exércitos clássicos", pesados, que são os livros, necessitam da ajuda do trabalho leve dos pequenos e ágeis

> grupos de guerrilha que são os textos das revistas. É através das revistas que em geral se toma o primeiro conhecimento do que está circulando nos embates. Portadoras em geral de ensaios, cumprem elas o papel de agitar as ideias, reciclar o vocabulário, ecoar os paradigmas, pavimentar a nova fronteira, mobilizar os intelectuais para a novidade dos debates. Por meio delas, os velhos assuntos assimilam-se e se reciclam na trama das novas informações e ideias, contemporaneizando-se com elas. São as revistas as caixas de ressonância dos temas em voga e que os leva a transbordar para além das próprias fronteiras acadêmicas.

Para verificar os temas tratados nas décadas de 1960 e 1970 consultamos os seguintes periódicos: *Boletim Paulista de Geografia* (*BPG*), organizado pela Associação dos Geógrafos do Brasil, nesse caso não foi possível a consulta dos números referentes aos anos 1969 e 1975; e a *Revista Brasileira de Geografia*, organizada pelo IBGE.[2] Nas duas revistas, no período em questão, não houve nenhum artigo publicado sobre movimentos sociais. Os temas predominantes são: processo de urbanização; funções regionais e zonas de influência; projeção espacial de cidades em área de influência; regiões polarizadas e homogêneas; estudo de centros industriais; definição estatística de regiões agrícolas; metodologia para tipologia em agricultura; dimensões de diferenciação de cidades; padrões de utilização da terra; localidades centrais; classificações espaciais e regionalização; análise regional e planejamento econômico; correntes migratórias e crescimento urbano; desenvolvimento agrícola; desigualdade de renda; agricultura e capital; mapeamento de informações geográficas; distribuição de densidades demográficas; aglomerações urbanas; epistemologia e Nova Geografia; delimitação de centros intraurbanos; desequilíbrios regionais; redes de localidades centrais; modernização agrícola e cartografia.

---

2 Contabilizamos somente os artigos associados à temática socioeconômica; isto é, foram descartados aqueles que tratavam estritamente de questões ambientais ou físicas.

Essa exposição serve estritamente para que apontemos a tendência dos textos que, tendo sido produzidos nas décadas de 1960 e 1970, apresentou os temas e conteúdos diretamente vinculados à tendência neopositivista. Os estudos do espaço urbano são destacadamente os de maior número; as análises de aglomerações, tamanho, hierarquia e sistema de cidades e classificação urbana estão voltados claramente à noção de padronização. O espaço rural é tratado por meio das análises da organização espacial da agricultura e do desenvolvimento da atividade agrícola ou desdobra-se em tópicos mais específicos como as análises do desenvolvimento de determinadas culturas. Os fluxos e desigualdades regionais aparecem relacionados às análises sobre os impactos gerados por políticas de investimento ou por interações comerciais. A industrialização e os polos industriais, temas muito presentes, estão voltados para as análises dos mecanismos de localização de empresas; por último, destacamos as análises sobre demografia, abordando o problema da diferenciação migratória, dos deslocamentos e áreas super ou subpovoadas. No período em questão, esses dois periódicos não publicaram nenhum estudo diretamente relacionado ao tema "movimentos sociais".

A respeito da produção geográfica publicada em periódicos na década de 1980, selecionamos duas importantes revistas, ambas de veiculação nacional; o *Boletim Paulista de Geografia* e a revista *Terra Livre*. Acreditamos que esses periódicos representem as tendências teóricas e temáticas da geografia brasileira na década de 1980. Ainda com relação à década de 1980 tem-se início a publicação de livros que abordam especificamente dos movimentos sociais, parte deles são resultados de pesquisas elaboradas junto a Programas de Pós-graduação ou, como no caso de Andrade (1986) e Oliveira (1988), resultado das reflexões acumuladas ao longo da experiência acadêmica e militante dos autores. Posteriormente, citaremos alguns casos de artigos publicados em periódicos que não tiveram uma divulgação tão ampla, mas que, sem dúvida, se inserem no movimento geral de desenvolvimento do pensamento geográfico nacional.

O número 57 do *BPG*, de 1980, traz um texto de Myrna T. Rego Viana intitulado "Algumas reflexões sobre a luta pela terra nas cidades". Talvez esse seja o primeiro artigo sobre movimentos sociais escrito por um geógrafo publicado em periódicos de geografia no país. Esse texto também é publicado no mesmo ano no livro organizado por Ruy Moreira, *Geografia: teoria e crítica*: o saber posto em questão; esse livro também traz o artigo "Movimentos Sociais Urbanos: algumas reflexões", da socióloga Ana Clara Torres Ribeiro.

Nesse texto, Viana (1980) tem como ponto de partida uma análise do diferencial do desenvolvimento urbano nos países do Terceiro Mundo, que se baseou no intenso movimento migratório das populações rurais para as cidades em busca de melhores condições de vida, mas que, via de regra, acabam por engrossar as fileiras dos subempregados ou desempregados já que a economia da cidade não suporta o excesso de contingente. O processo migratório é provocado, sobretudo, pela expansão do capitalismo no campo, a má distribuição de renda nacional (baixa renda) e o arrocho salarial; nesse contexto, a falta de moradia intensifica ainda mais a situação de marginalização das populações obrigando-as a adotarem medidas específicas na luta pela terra, as ocupações (a autora utiliza o termo invasão) urbanas constituem-se em apenas um dos exemplos das alternativas utilizadas. A autora trabalha com a noção de *exército de reserva*, que diz respeito àquele contingente que, devido à intensificação da acumulação de capital, fica de fora do processo produtivo, sendo desprezada pelo capital industrial.[3]

3 O essencial do pensamento marxista é que a desigualdade não é uma "ocasião" nem a pobreza um "paradoxo" nas sociedades capitalistas; a verdade é que a desigualdade e a pobreza são vitais para o funcionamento dessa organização socioeconômica. A desigualdade é necessária para produzir uma força de trabalho diversificada, seu papel na produção é o de constituir um excedente "expropriável", assim como ter a função de incentivo ao sobretrabalho. A mecanização, a automatização e o ritmo desigual do desenvolvimento econômico produzem inevitavelmente desemprego, subemprego e pobreza. Assim sendo, conclui-se que a desigualdade está na base de todo o sistema econômico.

Como se vê, a autora parte de uma visão estrutural da exclusão de grande contingente populacional por parte do avanço do capitalismo sobre territórios onde antes vigorava relações que permitiam a permanência das pessoas e a manutenção das condições necessárias para a manutenção da vida. O artigo de Ana Clara T. Ribeiro segue a mesma perspectiva estruturalista de Viana.

O livro organizado por Ruy Moreira é bastante representativo da ideia que ora buscamos defender, a de que os movimentos sociais, como tema, chegou à geografia junto ao referencial marxista. O livro, além das autoras já citadas, traz textos do organizador, de Orlando Valverde, Roberto Lobato Corrêa, Nelson Nóbrega Fernandes, Jorge Hemerly, Carlos Walter Porto Gonçalves, Armando Corrêa Silva, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Antonio Carlos Robert Morais e Milton Santos, com destaque para este último que trata exclusivamente do marxismo como referencial para a compreensão do subdesenvolvimento. A maior parte dos textos está voltada para uma reflexão epistemológica das novas concepções conceituais que ganhavam espaço naquele momento de renovação.

O *Boletim Paulista de Geografia* n. 60, publicado em 1984, traz um texto que trata mais detalhadamente do tema movimentos sociais. Ele aborda, de forma similar a Viana (1980) e Ribeiro (1980), as consequências da expansão do capital, mas agora, no campo brasileiro, manifestado pelo crescente nível de exploração do trabalhador rural. O texto de Ariovaldo U. Oliveira (1984) intitulado "'Aos trabalhadores nem o bagaço' ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e dos laranjais",[4] aborda a contradição capital-trabalho nos canaviais e laranjais no interior de São Paulo; nesse embate, o autor destaca uma manifestação de resistência que ocorreu na forma de uma greve no município de Guariba, na ocasião em que os usineiros da região de Ribeirão Preto alteraram o sistema de corte da cana de cinco para sete ruas, aumentando consideravelmente a jornada de trabalho dos cortadores sem o respectivo reajuste salarial.

4 Texto também apresentado no IV Congresso Brasileiro de Geógrafos em 1984, ocorrido em São Paulo.

Essa greve se estendeu de Guariba a outros canaviais e laranjais de São Paulo, após uma violenta repreensão policial (o governador do estado naquele período era Franco Montoro) que teve como consequência a morte de um boia-fria e vários feridos. Os trabalhadores conseguiram um acordo, o Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 17 de maio de 1984 e que fixou o sistema de corte de cinco ruas, ou cinco fileiras de cana. Estima-se que em 1984 a região de Guaíba possuía cerca de setenta mil cortadores de cana, a maioria composta por migrantes sem carteira assinada.

Para o autor, umas das particularidades do avanço das relações capitalistas de produção no território rural brasileiro é a manifestação cruel da extração da mais-valia absoluta, ao mesmo tempo que essa se mistura com a mais-valia relativa. Dessa forma, o trabalho no território rural passa a ser marcado pela dilatação da jornada de trabalho e intensificação de seu ritmo, do pagamento por produção e do decréscimo real do valor dos salários, e, num âmbito mais geral, o descumprimento de direitos trabalhistas. Essas são as estratégias do capital na busca pela intensificação da acumulação, ao trabalhador restando a organização e a luta no campo das relações de trabalho, isso porque o autor enfoca a organização sindical numa clara inserção à tradição marxista. No texto, Oliveira não deixa claro se considera o sindicato como um movimento social. Na verdade seu foco é a luta dos trabalhadores baseada na greve que é a manifestação da ofensiva dos trabalhadores com relação à intensificação da exploração do trabalho pelo capital.

No *BPG* n. 62, publicado em 1985, tem-se a presença de dois importantes artigos em que um deles trata mais diretamente dos problemas relacionados aos movimentos sociais numa perspectiva teórica. Seus autores não são geógrafos, mas sim sociólogos, são eles, L. A. Machado Silva e Ana Clara T. Ribeiro (1985).[5] O segun-

5 Vale lembrar que no 4° Encontro Nacional de Geógrafos, realizado no Rio de Janeiro em 1980, Ana Clara T. Ribeiro apresentou um trabalho com o título "Movimentos sociais urbanos – algumas reflexões", o que demonstra a marcante presença da socióloga na geografia brasileira.

do texto, de Samira Peduti Kahil, intitulado, "A Luta dos Posseiros em Lagoa São Paulo: a dialética da construção/destruição do território para o trabalho livre" resulta de sua dissertação de mestrado de mesmo nome, orientada por Ariovaldo U. de Oliveira.

O texto de Kahil (1985) aborda o embate histórico entre os posseiros na Reserva da Lagoa São Paulo no município de Presidente Epitácio (SP). Tal reserva, assim como a Reserva Florestal Morro do Diabo e a Reserva do Pontal do Paranapanema, foi criada na década de 1940. Kahil (1985) aponta que ao longo do povoamento da região do Pontal, posseiros e sitiantes foram expulsos das terras pelos grileiros recém-chegados. No entanto, num momento posterior, esses ex-posseiros e sitiantes voltaram às áreas como trabalhadores das fazendas, na condição de arrendatários e, durante as décadas de 1960 e 1970, esses sujeitos tornaram-se novamente posseiros, formando as glebas no interior das fazendas intensificando o processo de lutas.

Em 1967 os conflitos se intensificaram com a perseguição e expropriação dos posseiros e dos meeiros pelos fazendeiros que viam no sistema de meação uma rentável forma de acumular capital por meio da exploração da terra grilada. Num segundo momento, com o início das obras da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera na segunda metade da década de 1970 e a inundação da área, a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) reassentou os posseiros num processo que realocou as 350 famílias que ocupavam parte da área da Reserva Florestal Lagoa São Paulo.

A relevância do trabalho de Kahil (1985) reside no fato de ele ter sido um pioneiro no tratamento de movimentos sociais e, também, na adoção de um referencial marxista para a análise desse objeto. Se o movimento de resistência dos posseiros não constitui um movimento social camponês da mesma estrutura e alcance dos movimentos atuais, a exemplo do MST e de outros, é porque ele surge num contexto socioespacial localizado; contudo, é representativo do conflito entre classes basilares à sociedade capitalista. Para a autora, o caso estudado por ela "evidencia os mecanismos de expropriação da terra, exploração e subordinação do trabalho pelo capital, mecanismos estes que interferem na construção, pelos posseiros, de um

território para o trabalho livre" (ibidem, p.119). Esses mecanismos vão além da simples expulsão do camponês de seu território porque têm como objetivo a sujeição desses sujeitos ao comando do processo de acumulação de capital implementado pelos grileiros.

Primeiramente, apoderava-se da renda da terra pré-capitalista por meio da exploração do trabalho dos posseiros na extração da madeira que era repassada para o grileiro em troca do direito de cultivar a terra no sistema de parceria. Nesse momento o trabalho de extração da madeira era cedido gratuitamente ao grileiro. A acumulação primitiva nesse ínterim se dava por meio da realização do grilo que dispensava o pagamento da renda fundiária e do não pagamento da mão de obra dos posseiros e meeiros. Além de se apropriar de parte da produção que era remetida ao mercado e comercializada, não demorou muito até que os grileiros adotassem a função de atravessador, limitando o acesso do meeiro ao mercado.

Outra questão levantada pela autora e que nos remete a um tratamento de viés marxista é a sua crítica da ação estatal. Em 1975, o Estado acenou com a possibilidade de dar a legalidade das terras aos posseiros; no entanto, com a construção da Usina de Porto Primavera e a inundação de 15 mil ha que abrangiam as terras em litígio, o Estado endossa a proposta de remanejamento dos posseiros. Via Cesp, o Estado os reassentou em lotes que variaram de 13 a 15 ha, as terras que antes pertenciam ao Estado foram regularizadas juridicamente, repassando para a Cesp a propriedade dos 15 mil ha sem custo algum. Houve, igualmente, o reaproveitamento por parte da companhia das benfeitorias já existentes no antigo grilo para a instalação da agrovila e da sede de uma cooperativa. Para Kahil (1985) a saída encontrada pelo Estado junto à Cesp para reassentar os posseiros na verdade revelou um tipo de política voltada para a *colonização dirigida* fundamentada na ideologia dominante visando à reprodução das relações de produção, para ela:

> [...] é o modo capitalista de produzir que o Estado brasileiro, unido a empresas multinacionais e transnacionais, quer garantir, passando ilicitamente pela problemática vivida pelos trabalhadores

> rurais, atentando apenas para as questões de ordem técnica, comercial e financeira. (ibidem, p.125)

Explorando o caso dos posseiros de Lagoa São Paulo, Kahil (1985) dá uma importante contribuição ao desvendar a forma pela qual os problemas apresentados e representados pelos movimentos camponeses de resistência estavam sendo equacionados pelo Estado. Com o reassentamento dos posseiros em agrovilas criadas pela Cesp e a sujeição desses aos financiamentos bancários[6] tem-se revelado uma estratégia que busca desarticular o movimento de seu *contexto territorial*, criando um "projeto com características de enclave" (ibidem, p.127). Com a entrega dos lotes e a organização da cooperativa o movimento se diluiu e a situação de sujeição ressurge numa nova roupagem. Nesse momento a autora demonstra a influência de Ariovaldo U. de Oliveira[7] (seu orientador) e de sua leitura geográfica das ideias de José de Souza Martins,[8] ao apontar que a transferência da renda da terra se dá, a partir de então, não mais pela sujeição formal do trabalho, mas pela apropriação da produção camponesa por meio do controle dos preços estipulados pela indústria e pela liquidação dos financiamentos, e conclui:

> É assim que o modo capitalista de produção vem se desenvolvendo no campo, fundamentalmente, não pela sujeição formal do trabalho ao capital, mas principalmente, pela sujeição da renda da terra ao capital, quer comprando terra para explorar ou vender, quer subordinando a produção do tipo camponês. (ibidem, p.129)

Mesmo sendo proprietários dos meios de produção, principalmente da terra, os posseiros e rendeiros da Lagoa São Paulo su-

6 A subordinação do camponês ao capital se dá mesmo sem a expropriação dos meios de produção, e mesmo mantendo a coletivização da comercialização. Isso ocorre porque a sujeição do trabalho e da renda se dá por meio de complexos mecanismos financeiros que mantém o camponês dependente da agricultura cada vez mais dependente da indústria dos bancos.

7 Para mais detalhes, ver Oliveira (1988) e/ou Oliveira (1999).

8 Para mais detalhes, ver Martins (1981).

jeitaram parte de sua renda (renda da terra), ou seja, parte de seu sobretrabalho que fora apropriado pelo capital, essa exploração faz parte da mesma lógica produtora de tensões que têm como par contraditório os movimentos sociais. Dependendo da categoria social, se posseiro, se meeiro, proprietário ou rendeiro, a resistência à exploração se manifestará de formas distintas. A luta política do camponês posseiro se dá no âmbito da luta pela terra. Já a luta do camponês proprietário se dá no âmbito da luta na terra,[9] daí a autora concluir que a luta desse último é uma *luta econômica*. Em ambos, o território aparece como o *lócus* no qual se desenvolve a liberdade de trabalho.

O assentamento Lagoa São Paulo juntamente com o da gleba XV de Novembro, no mesmo município, figuram como os assentamentos mais antigos do Pontal do Paranapanema. Esses primeiros posseiros, mesmo que de forma isolada e desarticulada[10] de outros movimentos e instituições, tornaram-se os pioneiros dos movimentos sociais no Pontal do Paranapanema e, mesmo considerando que os movimentos sociais atuais ganharam expressão nessa região a partir da década de 1990, esses primeiros grupos já resistiam e buscavam firmar sua permanência na terra, da mesma forma que são esses mesmos sujeitos que dão corpo aos movimentos sociais existentes na região atualmente, em especial, o MST.

Silva e Ribeiro (1985) fazem uma explanação teórica acerca da produção acadêmica sobre os movimentos sociais urbanos baseados no conceito de "paradigma", trabalhado por Thomas Khun em sua conhecida obra *A estrutura das revoluções científica* de 1962. As autoras mostram que a produção bibliográfica sobre movimentos

9 A autora não utiliza esses termos, mesmo assim, seus apontamentos nos faz crer que seu raciocínio leva à contemplação dessas duas problemáticas que na verdade envolvem a mesma questão, a da resistência aos mecanismos de sujeição do trabalho camponês ao capital.

10 Kahil chama a atenção para a presença por entre os posseiros de um indivíduo conhecido como Edmur, que pertencia aos quadros militantes de um partido e do Master do Rio Grande do Sul.

sociais urbanos pode ser agrupada num bloco com características próprias, configurando um paradigma.[11]

Ao dissertar sobre constituição e núcleo central do paradigma de pesquisas sobre movimentos sociais urbanos no Brasil os autores apontam que os pioneiros são Manuel Castells, Jean Lojkine, José Álvaro Moysés e Francisco Weffort. Esses autores seriam aqueles que ajudaram a estabelecer um paradigma que serviu de fundamentação para os estudos. Na verdade, esses pioneiros são pré-paradigmáticos, uma vez que constituem as primeiras sínteses, incorporando novos elementos à análise e induzindo a uma reorganização dos modelos teóricos prévios, desse modo levando a uma nova visão geral da estrutura e dos processos sociais. Trata-se de sínteses independentes que só aos poucos foram sendo articuladas em torno de certos aspectos específicos que atribuiriam uma identidade ao conjunto dos trabalhos.

Os movimentos sociais urbanos na geografia

Seguindo o pensamento de Silva e Ribeiro (1985) e considerando a produção na geografia brasileira, podemos concluir que os autores citados, Manuel Castells[12] e Jean Lojkine,[13] fazem parte

11 Contraditoriamente, os autores afirmam que a constituição do paradigma de pesquisas sobre movimentos sociais urbanos nunca chegou a se consolidar integralmente, em nota na página 70 eles alertam: "[...] o processo de constituição do paradigma de pesquisas sobre movimentos sociais urbanos nunca chegou a eliminar severas críticas, o que significa dizer que nunca se consolidou integralmente".

12 Os trabalhos de Manuel Castells que mais aparecem como referência para os geógrafos são: *A questão urbana*, de 1972, *Lutas urbanas e poder político*, de 1976, e *Cidade, democracia e socialismo*, publicado no Brasil em 1980 (ver Castells, 2000, 1976 e 1983).

13 Dois trabalhos de Jean Lojkine são importantes referenciais para a geografia brasileira, *O Estado capitalista e a questão urbana*, publicado em português em 1981 (Lojkine, 1997), e *Le marxisme, l'Etat et la question urbaine*, de 1977 (este último não integra a bibliografia deste livro).

do paradigma que embasou os primeiros estudos sobre movimentos sociais urbanos, e estavam presentes na maioria das bibliografias dessas pesquisas. As questões levantadas por esses autores comparecem em trabalhos como o de Bernardes (1983), Mizubuti (1986), Silva (1992b), Rodrigues (1988) e Souza (1988). Esses autores paradigmáticos buscaram discutir a natureza do Estado na fase monopolista do capitalismo, apoiando-se fortemente num viés estruturalista, enfatizando os processos econômicos. Num plano geral, é da contradição do alinhamento do Estado junto às classes capitalistas que surge uma diversidade de manifestações coletivas, algumas portadoras de um considerado nível de institucionalidade e outras não, mas têm como objetivo afetar as relações de classe e o aparelho de Estado.

Paralelamente, Francisco Weffort (1978) e José A. Moysés (1975 e 1980) realizam análises calcadas nos processos de natureza política, sobretudo na relação do Estado com os grupos populares tendo muitas vezes como resultado dessa relação o populismo. O segundo autor está bastante presente nos estudos de movimentos sociais na geografia, e, em suas pesquisas, buscou refletir sobre manifestações coletivas que agiam ao largo dos processos institucionalizados e que correspondem com as mobilizações que se organizavam com base nos problemas de carência dos meios de consumo coletivo; alguns dos casos estudados por Moysés correspondem tão somente a manifestações momentâneas como o próprio autor denomina de *revoltas* (a exemplo dos *quebra-quebras*) e não a movimentos sociais perenes e organizados.

Silva e Ribeiro (1985) chamam nossa atenção ao fato de que as conclusões desses autores ocorreram em conjunturas políticas específicas, mas, ao mesmo tempo, procuraram criar um *fundo comum* de afirmações genéricas que abarcam as preocupações sobre os movimentos sociais urbanos: uma dessas afirmações é a de que o principal opositor dos movimentos é o aparelho de Estado e que essas manifestações são mais autônomas porque são predominantemente populares, ao contrário daquelas manifestações com forte vínculo institucional a exemplo dos movimentos sindicais.

Mesmo trabalhando e desenvolvendo questões específicas, Castells (1983, com 1.ed. francesa de 1972) e Lojkine (1997, com 1.ed. brasileira de 1981) apresentam um modelo teórico centrado na análise estrutural, dando ênfase aos processos econômicos e às necessidades gerais do capitalismo monopolista; o caráter específico das mobilizações populares a partir daquele momento é decorrente do que os autores, sobretudo Castells, denominam *contradições urbanas*, conceituadas a partir das demandas consequentes das carências que dizem respeito ao consumo coletivo.

Manuel Castells (1983) tem nas análises das manifestações sociais da década de 1960 (mobilizações de mulheres, negros e estudantes) e nas experiências de associações de moradores da Espanha seu ancoradouro empírico. Para ele os movimentos sociais urbanos são definidos como um sistema de práticas sociais contraditórias que colocam em questão a ordem estabelecida. Os movimentos sociais urbanos representam o surgimento de uma nova forma de conflito social diretamente relacionado à organização coletiva do modo de vida urbano; o Estado, nesse processo, possui uma natureza contraditória: ao mesmo tempo que é um investidor no plano econômico é um administrador e ordenador da vida cotidiana no plano político. O autor considera que os movimentos urbanos só se convertem em movimentos sociais quando se transformam em componentes de um processo político mais amplo, ou seja, quando as reivindicações são integradas dentro de um quadro mais amplo de lutas políticas.

Tanto em Lojkine (1997) quanto em Castells (1983), as análises buscam o Estado. Para esses dois autores, certos problemas vividos pelas classes populares devem ser entendidos levando em consideração um processo estruturado cujas lógica e unidade decorrem do desenvolvimento das contradições sociais na sociedade capitalista, a exemplo de problemas como as precárias condições de moradias, o acesso aos equipamentos coletivos (água tratada, coleta de esgoto, creches, escolas, hospitais, áreas de lazer etc.), as dificuldades de transporte urbano, o isolamento que as distâncias proporcionam (especialmente para os moradores suburbanos), entre outros. Gran-

de parte dos serviços que formam as *necessidades coletivas* não é rentável para o investimento capitalista, daí a necessidade de o Estado tomar para si a responsabilidade sobre o provimento desses serviços.

O Estado torna-se um fator imprescindível para a reprodução social das classes populares. Para Castells (1983) uma grande contradição intrínseca à sociedade capitalista é que, na condição de setor deficitário e não rentável aos investimentos capitalistas, a consumação das necessidades coletivas é transferida para o Estado. Como consequência os interesses sociais podem se transformar em vontade política, quando são aplicadas outras formas de organização do consumo coletivo em contradição com essa lógica social dominante. Sua conclusão é a de que os movimentos sociais são os verdadeiros portadores da mudança da inovação da cidade e não as instituições.

Jean Lojkine analisa a sociedade capitalista assumindo uma postura mais genuinamente marxista, ao considerar o Estado por meio de relações entre luta de classes e seu funcionamento. Lojkine (1997) considera que o Estado tem como papel a socialização do processo de produção sem, contudo, deixar de ser um instrumento de dominação a serviço das classes dominantes. Assim, o equilíbrio entre as forças políticas que o compõem se dá por meio das concessões feitas às classes dominadas salvaguardando os interesses de longo prazo das classes dominantes. Um elemento importante presente no trabalho de Lojkine (1997) é que ele atribui uma significativa margem de abertura para uma possível mudança no interior do aparelho do Estado. Apoiando-se em Antônio Gramsci, ele assegura que quando a luta de classes se desenvolve em seu limite, abre-se o caminho revolucionário para o questionamento da dominação e da hegemonia da classe dominante. Forma-se desse modo um espaço para a ruptura ou para a transição entre uma classe que declina e outra que ascende.

Jean Lojkine desenvolve uma ideia que, no Brasil, foi trabalhada pelo sociólogo Lúcio Kowarick (2000), na qual existiria uma imbricação entre os movimentos sociais urbanos e o movimento operário. Aqui reside uma das mais importantes contribuições de Jean Lojkine, assim como de Lúcio Kowarick, para a compreensão

dos movimentos sociais urbanos. A cidade não é concebida somente a partir da esfera do consumo ou da esfera da reprodução da força de trabalho, mas sim na convergência entre a esfera da produção e a esfera da reprodução dos homens, ou seja, na interação entre a vida cotidiana e a esfera da fábrica. Dessa maneira busca-se superar a posição dicotômica e excludente entre as esferas da produção (do trabalho, da fábrica) e da reprodução (da casa, do lar) comumente atribuída ao marxismo ortodoxo, na qual a primeira ganha privilégio nos estudos da sociedade capitalista.

Com relação ao Brasil, Kowarick (2000) assegura que há uma ligação entre os movimentos de bairro e os movimentos que ocorrem na esfera do trabalho. Para ele, até 1978, o principal campo de articulação do movimento operário ainda era o bairro. Os trabalhos de/no bairro permitiam o surgimento de inúmeros militantes. Para o sociólogo brasileiro, as organizações de bairro, além de "escolas", sustentaram as lutas operárias na década de 1970, já que as mobilizações propriamente urbanas tiveram um considerável impacto social e político tal como atestam o grande número de reivindicações por melhorias no transporte, pelo provimento de água, esgoto, creches e outros bens básicos para a vida nas cidades.

É importante considerar o papel da Igreja Católica que foi responsável pela indução de inúmeros movimentos sociais organizados na esfera dos bairros com forte atuação de pessoas pertencentes às Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e às Pastorais Operárias que se tornaram líderes de movimentos sindicais. Essas mobilizações davam relevo a problemas que nutriram uma consciência de exclusão que passou a ser elo de reivindicações entre os moradores de numerosos bairros das periferias. Para Kowarick (2000) esse processo levaria à constituição de um *campo de resistência e organização popular* gerado pelo despertar de uma *consciência de insubordinação* que assumia uma postura avessa ao autoritarismo do sistema político brasileiro. Nos bairros não só se reivindicavam dos órgãos estatais serviços e equipamentos públicos, como também discutiam questões comunitárias que buscava interpretar as causas e a natureza dos problemas coletivos. Ele lembra que:

> [...] durante o intento de greve geral em 1983 algumas fábricas pararam em decorrência da atuação das comissões de empresa, outras só o fizeram quando impulsionadas pela ação sindical, mas o novo, nesses acontecimentos, é que muitos deixaram de trabalhar por causa de discussão e decisões realizadas a partir das aglutinações de bairro, mostrando novamente que greves de maior envergadura não podem ser apenas explicadas como decorrência das formas organizativas que se estruturam no mundo do trabalho. (Kowarick, 2000, p.40-1)

Jean Lojkine também deu uma importante contribuição ao tratar do conceito de movimento social. Ele afirma que o movimento social urbano exprime o questionamento da nova divisão social e espacial das atividades monopolistas nos grandes centros urbanos. Não existiria uma classe social homogênea, como a classe operária unificada e eterna, segundo Lojkine (1997), o que caracteriza os assalariados atuais (décadas de 1960 e 1970) é uma multiplicidade fundada na precariedade do emprego, nos diferentes níveis de salários, nas diversas formas de organização coletiva, nas diferentes funcionalidades e nas clivagens étnicas e sexuais. Analisando a realidade francesa, o autor concluiu que é a capacidade de superar essas divisões mediante formas de identidades coletivas atreladas ao processo de produção que torna possível a emergência de movimentos reivindicatórios. Já Castells (1983) acreditava que há uma heterogeneidade nas classes sociais, mas que ela se baseia na multiplicidade de categorias profissionais, desempregados e pessoas com ocupações diversificadas, na qual a unidade não é dada pelas relações de trabalho, mas pelos problemas que enfrentam juntos na esfera da moradia. Assim, esse autor parece privilegiar a categoria dos moradores, mesmo situando a luta reivindicativa no campo da luta política de caráter classista.

Grosso modo, esses autores entendem que toda problemática que envolve os movimentos sociais urbanos está inserida dentro da chamada *questão urbana*, gerada no âmbito das contradições mais amplas do modo de produção capitalista. No cotidiano dos

habitantes da cidade essa problemática se manifesta na forma da escassez e da precariedade da habitação, educação, saúde, transporte, saneamento básico e lazer, todos interligados aos processos de consumo coletivo.

Nem toda ação de conflito que se desenvolve no espaço urbano, contudo, tem relação direta com as contradições urbanas, e aqueles mais genuinamente urbanos estão pautados pela organização social do espaço urbano e a produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo. Assim, mesmo que atuem na ocupação de prédios nas cidades, movimentos sociais como o Movimento dos Sem-Terra não teriam sua origem e natureza fomentadas pelas contradições essencialmente urbanas, já que sua questão principal é a propriedade da terra, o que não exclui uma relação entre movimentos sociais urbanos e rurais e suas problemáticas, pois, como veremos em capítulos ulteriores, alguns movimentos urbanos, como o dos sem-tetos, mantêm uma relação de aprendizado com o MST – movimento camponês que muito contribuiu para a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Também é importante lembrar que muitos membros de movimentos camponeses são ex-moradores de cidades que esgotaram suas perspectivas de vida nas áreas urbanas.

Para os autores paradigmáticos, os movimentos sociais urbanos passam a ser movimentos sociais ao se converterem em movimento político que contesta a ordem social vigente. No item "Hipóteses para o estudo dos movimentos sociais urbanos" da edição revisada de Castells (2000, p.286-392), o sociólogo espanhol assevera que um movimento social se origina da convergência de um conjunto de possibilidades dadas pela estrutura de nossa sociedade. Tais possibilidades são repletas de contradições que no momento seguinte à ação dos movimentos sociais é representada pela ação estatal em busca da manutenção da ordem. O autor conclui: "[...] quanto mais contradições acumuladas, maior a carga social potencialmente mobilizadora [...]. Quanto mais as contradições estão no econômico ou derivam-se de contradições nesta instância, maior a sua importância" (Castells, 2000, p.387).

Para os paradigmáticos, a luta de classe não representa somente a luta pela divisão da riqueza, mas abrange também a luta pela satisfação das necessidades de consumo, sobretudo aqueles meios pelos quais as classes subalternas buscam para continuar a existir. Tanto as classes dominadas como as dominantes podem manifestar suas insatisfações. Na condição de ação coletiva, que vai além das dimensões social e política, os fatores culturais também são propulsores da organização de movimentos sociais, seja por meio da cooperação, da contestação e da reivindicação. O que há é uma multiplicidade de formas que viabilizam a organização da população que busca expressar suas demandas, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade. A influência desses autores na geografia resultou no fortalecimento de uma forma de interpretação de conteúdo social e econômico presente em temas de investigação como: os efeitos gerados pelo processo que levou as classes populares à periferia; a emergência de mobilizações das classes populares associadas à problemática urbana; os movimentos associativos com acentuada identidade territorial e as relações das classes populares com o Estado.

Voltando ao texto de Silva e Ribeiro (1985), o processo político de atuação dos movimentos sociais urbanos é concebido como tendo dois campos de oposição no qual, de um lado, temos os movimentos sociais que representativos do espaço da liberdade, da afirmação da identidade e do controle sobre a própria existência por parte dos grupos organizados e, de outro lado, temos o sistema institucional (aparelho de Estado), representativo das forças repressivas e controle dos grupos organizados (ibidem, p.76). De fato, essa concepção é muito presente nos estudos da geografia, pois esses dois campos são entendidos como polos antagônicos de um processo cujo fim é o triunfo de um sobre o outro. Os trabalhos de conteúdo mais crítico, na sua maioria, apresentam os sucessos e fracassos das ações. Seus sucessos ocorrem quando os movimentos têm suas reivindicações incorporadas às agendas dos governantes e seus fracassos estão relacionados à absorção dos movimentos pelo sistema institucional, a ponto de neutralizar as ações destes. Esta

última abordagem é facilmente constatada no trabalho de Bernardes (1983) que apresentamos mais à frente.

Alguns trabalhos como os de Marcelo Lopes de Souza (1988) asseveram que um dos fatores positivos relacionados à ação desses movimentos é a ampliação do sistema institucional à medida que esse incorpora as demandas dos movimentos, ampliando seu escopo democrático; ao mesmo tempo essa ação organizada possui um viés pedagógico, já que o processo de mobilização amplia as possibilidades da formação de espaços de diálogo que os prepara rumo à conquista de uma maior autonomia.[14]

Essas questões são relevantes porque contextualizam a importância desses movimentos no interior da cultura política de nosso país. Silva e Ribeiro (1985) apontam que a visão de um *Estado monoliticamente excludente* à participação da sociedade civil é um elemento fundamental do paradigma que influenciou as primeiras análises. Essa visão não constitui uma alusão ao contexto específico das décadas de 1970 e 1980, mas funda-se numa perspectiva definida com relação à história do país. Para os autores:

> As linhas de compreensão do presente podem engolfar, portanto, termos, já absorvidos, da análise do passado consensual, tais como cooptação, clientelismo e manipulação [...]. Assim, estes movimentos sociais – vistos como populares, alternativos, independentes e espontâneos – têm sua importância política reforçada pela expectativa de ruptura com um passado do qual emerge o seu principal opositor, o Aparelho de Estado. (Silva; Ribeiro, 1985, p.79)

A essa concepção histórica e estrutural da sociedade soma-se a análise das necessidades políticas mais imediatas da conjuntura vivida pelos grupos mobilizados, mobilização essa que pode estar

---

14 A propósito, esse autor se destaca por tomar como referência o filósofo Cornelius Castoriadis e sua concepção crítica acerca do reducionismo da ideia de classe, sem deixar, contudo, de creditar à classe operária um importante papel na organização dos grupos subalternos rumo à mudança da sociedade pela conquista da autonomia.

assentada numa base identitária, territorialmente bem delimitada, como no caso do ativismo de bairro, tal como aponta Souza (1988). A concepção do confronto com o Estado é permeada por uma visão interclassista dos movimentos. Denominações como moradores, população, setores e classes populares fazem referência a um conjunto heterogêneo de forças e interesses sociais. Assim, os conflitos existentes no interior das experiências de mobilização são apontados como resultantes das contradições vividas no decorrer do desenvolvimento dos movimentos e nas relações mantidas com seus interlocutores e antagonistas.

Ao contrário do que apontam Silva e Ribeiro (1985), que afirmam que poucas vezes fora dada importância às contradições internas dos movimentos sociais e às avaliações de seus limites políticos, Souza (1988), Bernardes (1983) e Mizubuti (1986) mostram como, no caso das associações de moradores, os movimentos vivenciam dificuldades decorridas da heterogeneidade social encerrada em movimentos surgidos de uma base territorial, a exemplo do bairro. Tal fato pode, a título de hipótese, indicar uma importante contribuição que os primeiros estudos sobre movimentos sociais realizados por geógrafos podem ter dado para os cientistas sociais, ou seja, a de que, por mais que os movimentos sociais urbanos abriguem uma gama variada de situações, eles surgem das contradições manifestadas no cotidiano da população mais carente na sua condição de morador, aquele que compartilha, em conjunto, do espaço da morada.

Muitas vezes a heterogeneidade social nos bairros dificulta o estabelecimento de agendas e do encaminhamento das demandas, como aponta Mizubuti (1986). Por outro lado, como assinala Souza (1988), a base territorial comum pode ser geradora de uma identidade social capaz de suplantar diferenças culturais e de poder aquisitivo como também pode gerar outras diferenciações.

Concordando ou não com as conclusões dos autores, o que pretendemos é mostrar que, primeiramente, os apontamentos feitos por Silva e Ribeiro (1985) acabaram tendo uma certa repercussão entre os geógrafos já que é constantemente utilizado como referen-

cial por esses e se trata de um dos primeiros trabalhos que insere reflexões acerca de movimentos sociais cujo principal veículo de divulgação foi um periódico pertencente ao campo da geografia. Isso mostra, também, que os geógrafos do período pouco se preocupavam em pesquisar movimentos sociais, menos ainda em construir esquemas interpretativos ou explicativos da atuação dos movimentos ou mesmo organizar uma bibliografia sobre eles. Já havia pesquisadores estudando movimentos sociais na geografia, não obstante esses estudos adotem os referenciais de outras ciências.

Em segundo lugar, pretendemos mostrar que a sistematização feita pelos autores serve de subsídio para a reflexão sobre as questões que os geógrafos incorporaram das apreciações feitas por especialistas de outras áreas do conhecimento, sobretudo os sociólogos estrangeiros, incluindo parte dos estudos geográficos sobre movimentos sociais urbanos no interior do paradigma descrito por Silva e Ribeiro (1985).

O referencial teórico utilizado na geografia reproduziu a dualidade existente no seu próprio campo de organização temática: a dos estudos rurais e urbanos. Nesse contexto, no que se refere à publicação de livros, os estudos sobre movimentos sociais que atuavam nas cidades foram pioneiros. O livro de Julia Adão Bernardes (1983), *Espaço e movimentos reivindicativos*: o caso de Nova Iguaçu, é um importante exemplo, se não o primeiro,[15] de estudo geográfico sobre movimentos sociais. Mesmo não entrando no mérito da discussão da natureza do conceito de movimentos sociais, preferindo logo de início a denominação movimentos reivindicativos, a fundamentação teórica da autora é compartilhada por estudos que a sucedem.

Bernardes (1983) tem como objeto principal a ação de uma federação de associações de moradores, o Movimento de Ami-

15 Essa afirmação leva em consideração o fato desse trabalho, originalmente uma dissertação de mestrado, ter sido publicado na forma de livro e ter tido uma divulgação maior das que são, por exemplo, realizadas no âmbito dos eventos científicos.

gos de Bairros (MAB) do município de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense, periferia da Metrópole do Rio de Janeiro. As ações do MAB tiveram início na década de 1970 prolongando-se até a data da elaboração do livro, publicado em 1983. A autora parte de uma reconstituição histórica da evolução do espaço de Nova Iguaçu, buscando, dessa forma, reunir informações que possibilitem uma melhor compreensão do momento estudado. Inserido no contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o recorte adotado pela autora foi aos poucos se transformando num espaço destinado à reprodução de parcelas significativas do proletariado urbano; assim, segundo a autora, Nova Iguaçu é considerada uma *unidade socioespacial* em que "o caráter da base social é explicativo da base territorial, impulsionando esta última as lutas da primeira" (ibidem, p.217).

Sob influência da produção marxista europeia da Sociologia Urbana (eurocomunistas), Bernardes (1983) aponta o processo de produção do espaço de Nova Iguaçu como expressão das contradições da urbanização promovida pelo capitalismo. A cidade é tratada como *lócus* privilegiado da acumulação capitalista, contendo a materialização das esferas da produção e da reprodução do capital e da força de trabalho. A segregação socioespacial presente na cidade resulta das contradições e das desigualdades da urbanização capitalista ao mesmo tempo que representa a materialização espacial da luta de classes.

Essa unidade socioespacial, no entanto, não é definida somente pela situação de exclusão da massa trabalhadora, mas define-se também pela vida cotidiana e esforços criativos de seus moradores já que a ocupação do espaço, assim como a forma e conteúdo sob os quais ocorre são fundadas nas práticas realizadas no dia a dia e não somente nas situações nas quais há um acirramento dos conflitos e enfrentamentos políticos.[16]

16 Nessa parte do trabalho, Julia Adão Bernardes se baseia nas ideias de Ana Clara Torres Ribeiro (1980).

A autora busca fugir do caráter monolítico da influência marxista ao considerar que o recorte por ela adotado não resulta somente do desencadeamento do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ela dá destaque para os processos que fogem à lógica dominante de reprodução social; mesmo se tratando de um espaço de *condensação da miséria* pode-se vislumbrar que há uma crescente elaboração de caminhos possíveis a se seguir. Nessa elaboração se conjugam diversas forças, entre as quais a autora destaca a Igreja, os partidos políticos e o Movimento de Amigos de Bairro.

O espaço insurgiria não apenas como um reflexo direto da sociedade, mas como um dos elementos que é condicionante de suas dinâmicas. Essa concepção fica patente à medida que seu trabalho mostra como o Movimento de Amigos de Bairro de Nova Iguaçu se formou a partir do trabalho comunitário iniciado no diálogo que a Igreja Católica mantinha com médicos que atuavam como agentes sociais. Com base nesses trabalhos alguns moradores foram desenvolvendo a consciência da natureza política dos problemas vividos no cotidiano de seus bairros. Aos poucos os encontros para se discutir questões relacionadas à saúde comunitária tornaram-se momentos que levaram à organização política, que gradualmente foi articulando outros bairros e edificando uma entidade de caráter federativo.

Um importante autor que serve de base teórica para Bernardes (1983) e que também faz parte dos autores paradigmáticos dos estudos em movimentos sociais urbanos é o urbanista catalão que foi vice-prefeito de Barcelona, Jordi Borja. Sua teorização e produção científica se pautam pela discussão acerca da evolução do modelo político de representação da sociedade moderna, sobretudo na perspectiva da descentralização do poder político. Nessa perspectiva a descentralização é entendida como um processo no qual há o reconhecimento da existência de um sujeito, no caso do trabalho de Bernardes (1983) uma coletividade de base territorial, capaz de assumir a gestão dos interesses coletivos e que é dotada de personalidade sociocultural e político-administrativa. Por outro lado, deve ocorrer a transferência de um conjunto de competências e recursos

a esse sujeito que deve se mostrar capaz de gerir-se de forma autônoma, porém balizado na legalidade vigente.

Essa convergência dos processos democráticos leva em conta a participação comunitária, o controle dos cidadãos e a representação que direciona os interesses em um novo espaço público. Ao que parece, Bernardes (1983) assume que o espaço político unificado e homogêneo das formas de representação baseadas nos partidos políticos e sindicatos amplia seu escopo abarcando também uma pluralidade de práticas participativas e atuações coletivas implementadas pelos sujeitos coletivos cuja identidade pode estar fincada numa base territorial comum. A escala do bairro é empreendida pela autora como um campo que guarda uma considerável potencialidade política de reivindicações. Na verdade há uma certa ênfase dessa escala de ação na medida em que seu estudo constatou que determinadas tentativas de ação política em outras escalas não obtiveram êxito, seja na sua relação com a prefeitura municipal, seja na sua relação com o governo do estado.

Para ilustrar essa falta de sucesso, Bernardes (1983) mostra que em um determinado momento o movimento assumiu a estratégia de se aproveitar de um contexto em que prefeitura e governo estadual estavam ocupados por partidos diferentes e antagônicos. O objetivo, que não foi alcançado, era estimular essa oposição entre forças políticas e entre níveis (escalas) de governo. Mesmo sem trabalhar esse problema de forma mais detalhada, a autora mostra estar sensível ao problema da escolha do interlocutor, bem como da escala da ação do movimento. A autora justifica certos fracassos do movimento no plano da estratégia, fator que está, a nosso ver, imbricado com o aspecto organizacional do movimento.

A autora aponta que:

> [...] se observa por parte do MAB que é um trabalho que se pauta mais por unificar o descontentamento e o clamor da população do que a unificação dos bairros a partir da seleção de reivindicações comuns derivadas de problemas e interesses de resolução também comuns. (ibidem, p.178)

O destaque é para o fato de que havia falhas no plano dos moradores porque nas discussões realizadas no conjunto dos bairros não havia a definição de prioridades nem de prazos. A ausência de plano e prazos é indicativa das deficiências de organização do movimento que se ressentia do estabelecimento de objetivos e da definição tática. Ao se ampliar o escopo, agremiando diversas associações (em três anos passou de 15 para 69 associações), faltou executar uma reorganização das bases organizacionais do movimento, assim como das estratégias adotadas, uma vez que uma federação implica um conjunto de mudanças que, em síntese, incorporam novos elementos que vão além das práticas realizadas na escala do bairro. A própria autora coloca que mesmo com uma participação massiva e com uma visibilidade considerável, o movimento acabou ficando a reboque dos prazos e planos estabelecidos pela prefeitura de Nova Iguaçu.

O trabalho de Bernardes (1983) é pioneiro no tratamento dos movimentos sociais no interior do quadro teórico da geografia, ao buscar valorizar a dimensão espacial da escala do bairro no processo de mobilização social. Sua análise soma-se àquelas que, dentro da tendência de afirmação do espaço, consubstanciam a visão geográfica dos processos de participação social. De forma sintética, o trabalho levanta as seguintes questões: (I) a espacialização do movimento[17] em Nova Iguaçu; a (II) a relação nem sempre harmoniosa entre os objetivos e propostas dos movimentos que formam a federação e desta em relação ao poder público em seus níveis (escalas) municipal e estadual; e (III) a importância dos interlocutores e/ou mediadores na formação e desenvolvimento do movimento, a exemplo do papel aglutinador da Igreja (que na maioria dos casos fornecia o espaço físico onde se realizavam as reuniões de diversas associações) e posteriormente a prefeitura e as tentativas fracassadas de criar uma interlocução com o governo estadual, mostran-

17 A autora elabora uma periodização em quatro fases, das quais a última constitui a fase de crise do movimento em que 31 núcleos que se integraram ao movimento entre 1978 e 1979 haviam se desligado em 1981.

do que muitas vezes o interlocutor influencia a escala da ação dos movimentos.

Essas questões devem fazer parte das preocupações das análises dos geógrafos que buscam estudar os movimentos sociais por suscitar sua dimensão espacial.

Outro estudo pioneiro é a tese de doutorado de Satiê Mizubuti, defendida no ano de 1986 e intitulada *O Movimento Associativo de Bairro em Niterói (RJ)*. A autora caracteriza os bairros de periferia e as favelas como *subespaços* nos quais se desenvolvem processos diretamente relacionados à reprodução contínua do proletariado urbano em contrapartida à acumulação capitalista que tem na associação da indústria com o capital multinacional uma característica fundamental no contexto do capitalismo monopolista e, no caso brasileiro, marcadamente dependente e periférico (ibidem, p.18).

O espaço urbano vai se tornando mais complexo à medida que o capitalismo desenvolve formas de ampliar sua reprodução, intensificando as contradições surgidas no âmbito da relação capital-trabalho. Mizubuti (1986) busca focar sua interpretação dos movimentos sociais numa totalidade fundada na acumulação de capital, no tensionamento da relação capital-trabalho e na formação cada vez mais complexa do tecido social urbano. O resultado dessa relação é o surgimento de energias mobilizadoras que representam bairros de composição social distintos, representando a heterogeneidade social que marca profundamente os espaços que formam a cidade.

Um dos principais pontos trabalhados por Mizubuti (1986) são as diferenças e contradições internas à base social dos movimentos, assim como a forma pela qual essas diferenças condicionam sua ação. Ela exemplifica essa problemática ao mostrar como as associações de moradores de bairros de composição social heterogênea convivem constantemente com conflitos de interesses, a exemplo dos bairros que abarcam moradores de favelas e de classe média ou áreas de favelas onde há proprietários e inquilinos que, muitas vezes, podem assumir uma postura contrária à implantação de melhorias que poderiam levar à valorização das áreas e o consequente encarecimento dos aluguéis. Buscando compreender as contradições que

residem no interior dos movimentos de bairro causados, sobretudo, pela heterogeneidade social presente, a autora enfoca seis casos no município de Niterói, estado do Rio de Janeiro, levantando quatro pontos básicos; 1) os principais objetivos das associações; 2) sua organização interna; 3) o perfil dos membros mais atuantes; 4) as relações com agentes externos, com destaque para a relação que as associações estabelecem com partidos políticos. Assim como no trabalho de Bernardes (1983), Mizubuti (1986) ressalta a importância do papel dos interlocutores externos, principalmente dos partidos políticos bem como de membros militantes. Cabe lembrar que esse estudo foi realizado no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, período caracterizado pelo enfraquecimento do regime militar e pela crescente presença de forças políticas que emergiam no contexto do sistema pluripartidarista recém-estabelecido.

Outro fator importante para o qual Mizubuti (1986) chama a atenção é a relação das associações com o Estado, definido como o principal interlocutor e antagonista. Mesmo em conflitos pontuais nos quais o antagonista era facilmente identificado, a exemplo das reivindicações por barateamento e melhoria de transporte coletivo no qual as empresas prestadoras dos serviços seriam obviamente o foco, o Estado cumpre a função de mediador. Mesmo calcado num referencial teórico que busca fundamentar as ações dos movimentos no interior da contradição capital-trabalho, o Estado aparece como o interlocutor e antagonista por excelência.

Esse foco no Estado vai influenciar diretamente na espacialização da luta das associações, isso porque a seleção de um interlocutor central acaba agindo como um elemento aglutinador que pode ajudar na superação das diferenças entre as associações, permitindo desse modo a criação da entidade de caráter federativo, a Federação das Associações de Moradores de Niterói (Famnit), que mais tarde, segundo a autora, vai desempenhar um papel decisivo da atuação da direção da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj).

O estudo em tela levanta importantes questões pertinentes aos estudos dos movimentos sociais. Sob a perspectiva que concebe o

Estado como principal interlocutor, nos aponta elementos que contribuem para o entendimento da própria natureza do Estado, que não deixa de ser uma estrutura vital ao capitalismo, mas passa a ser uma arena onde ocorrem importantes debates abrindo caminho para a ação dos movimentos. Ele interfere até mesmo na organização dos movimentos à medida que sua eleição como interlocutor e antagonista facilita a mobilização no interior dos movimentos marcados pela heterogeneidade apontada pela autora, cuja identificação direta do oponente age como elemento facilitador no processo de definição e encaminhamento das reivindicações. Esse parece ser o fator responsável pela possibilidade de desenvolvimento do movimento social.

No ano 1988 temos a publicação de dois trabalhos importantes na geografia brasileira que tratam de movimentos sociais urbanos: os trabalhos de Marcelo J. L. de Souza e de Arlete Moysés Rodrigues. Souza (1988) elabora um estudo com forte teor teórico e crítico, cuja principal característica é sua apreciação do pensamento marxista realizado à luz das ideias do filósofo Cornelius Castoriadis, buscando dessa forma contribuir para a firmação de uma teoria social crítica do espaço à medida que considera o ativismo de bairro um exemplo concreto de relação dialética entre identidade social e mobilização política, capaz de dar maior autonomia às classes populares.

Por sua vez, Rodrigues (1988) realiza um estudo mais parecido com os dois primeiros já citados, com o emprego de categorias marxistas mais autênticas, a exemplo de "luta de classes" e "classe social". Na cidade, a segregação espacial mostra os lugares aos quais os diferentes cidadãos podem ter acesso, tal acesso é definido pela classe ou parcela da classe social a que pertence o indivíduo. O estudo tem como recorte analítico as manifestações de movimentos que ocorrem em diversas parcelas da Região Metropolitana de São Paulo, principalmente o Movimento de Sem-Teto[18] "Terra e Moradia" de Osasco (SP).

18 Muitas vezes a autora se refere aos movimentos sociais que promovem ocupações em áreas urbanas de movimento de "sem-terras", termo mais usado para fazer referência aos movimentos camponeses.

Souza (1988, p.7-8) elabora um trabalho audaz, segundo suas próprias palavras seu trabalho pretende:

> [...] articular forte e densamente Espaço e relações sociais, no contexto de uma alternativa teórica ao positivismo que alimenta a divisão do trabalho acadêmico em vigor; sublinhar a importância marcante do espaço social como condicionador/referencial, especialmente em determinadas circunstancias, rejeitando porém qualquer "fetichização", qualquer privilegiamento "ecologista" do Espaço [...]; e contribuir para minar o preconceito que tona, para o geógrafo, as práticas sociais e as questões econômicas, culturais e políticas quase tabus.

Um dos motivos que levaram Souza (1988) a adotar o ativismo de bairro[19] como manifestação social basilar para seu estudo resulta da tentativa de refletir sobre a dimensão espacial da sociedade concreta, uma vez que poucos ativismos, em sua visão, remetem à espacialidade de modo tão direto e simbólico quanto ao de bairro.[20] Sua crítica se volta a toda forma de pensamento que separa espaço e sociedade, que os consideram dois entes separáveis. A essas concepções ele atribui forte influência positivista, inclusive considerando os marxistas mais ortodoxos como integrantes desse bloco.

Ao analisar as ideias de Silva e Ribeiro (1985), Souza (1988) aponta que uma das características básicas desse paradigma é a clivagem entre a fração monopolista do capital e as camadas não monopolistas, incluindo nessa última categoria os pequenos e médios capitalistas e os proletários, com o Estado aparecendo forte-

19 O autor utiliza o termo ativismo de bairro para fazer referencia às manifestações que nos demais textos aparecem como movimentos sociais urbanos e associações de moradores.

20 Outros motivos seriam as instigantes ambiguidades e diversidade existente no interior desses ativismos e as posições diferenciadas encontradas na literatura a respeito. O autor ressalta o "*boom*" que essas manifestações tomaram em várias cidades do mundo capitalista a partir dos anos 1960/1970.

mente ligado aos interesses do bloco monopolista. O paradigma ainda reuniria autores que possuem uma fonte comum: a corrente eurocomunista que se fortalecera durante a década de 1970, num contexto de grande desenvolvimento dos estudos de lutas urbanas influenciada, sobretudo, por teóricos ligados aos partidos comunistas europeus ocidentais (a exemplo dos Partidos Comunistas da Itália e França). O objetivo desses teóricos foi adaptar os principais pressupostos marxistas às condições dos países capitalistas desenvolvidos do período.

Uma das principais consequências dessa adaptação foi uma revisão da concepção de revolução e da função do Estado junto ao processo de conquista do socialismo. O objetivo passou a ser a penetração no interior da estrutura estatal, via parlamentos, podendo assim modificar paulatinamente as relações entre as forças estabelecidas, assumindo uma postura político-ideológica e teórica avessa ao estilo revolucionário leninista e apostando nos processos democráticos.

De forma geral, os estudos de lutas urbanas inspiradas pelo ideário eurocomunista tiveram uma significativa acuidade com relação às transformações gerais do modo de produção capitalista e uma aguda preocupação voltada para os aspectos da denominada infraestrutura (aspectos ideológicos, culturais e políticos), a partir do qual surgem os problemas no quadro das contradições urbanas.[21] Com base no trabalho de Silva e Ribeiro (1985), Souza (1988) inclui Jean Lojkine e Manuel Castells no rol de autores eurocomu-

---

21 A questão urbana no Brasil pode ser compreendida levando-se em consideração duas constatações, por um lado, é clara a incapacidade do capitalismo brasileiro em resolver as novas e crescentes necessidades postas à reprodução da força de trabalho; por outro, é bastante contraditório o estilo de política urbana do Estado, baseada em inversões *públicas* rentáveis a reprodução do capital; por exemplo, nas últimas décadas, as políticas sociais nas áreas de saúde, saneamento, educação e habitação apresentaram um desenvolvimento que excluiu uma considerável parte da população, um modelo de política pública "privatista" onde os maiores beneficiados foram os empresários que investem seus capitais nessas áreas.

nistas mais influentes do período, mesmo ressaltando as mudanças ocorridas na produção teórica de Castells ao longo do tempo.

Souza (1988, p.19) acredita que o Movimento de Bairro é um dos "terrenos importantes de inserção de reflexão sobre a espacialidade e as relações espaço/sociedade". No Movimento de Bairro, o espaço constitui um referencial direto e decisivo ao definir territorialmente sua base social, catalisa e referência simbólica e politicamente o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial, como a insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação socioespacial intervenções urbanísticas autoritárias e deteriorização da qualidade de vida na cidade.

O estudo busca mostrar a importância de se considerar a individualidade do bairro fundada na existência de certa coesão social; no estudo dos ativismos, valoriza a relação existente entre os campos da subjetividade e da objetividade, marcados pela emergência de uma identidade no interior das cidades. Assim, o bairro possui uma identidade intersubjetiva aceita pelos seus moradores e pelos moradores de outros bairros da cidade, ainda que com algumas variações. O bairro traduz um espaço que é apropriado coletivamente no cotidiano de seus moradores. A definição de bairro é bastante complexa, daí a complexidade estar presente também na constituição dos ativismos. De certa forma, ele faz uma crítica aos estudos de tradição marxista que se fixam somente na dimensão política e econômica da ação das associações.

O trabalho de Souza (1988) dá uma importante contribuição teórica para os geógrafos que buscam estudar os movimentos sociais urbanos, mais especificamente o ativismo de bairro. Para ele, nem todas as manifestações de ativismo podem ser consideradas movimento social, pois as duas formas de mobilização caracterizam-se pela organização de grupos de pessoas que buscam participar ativamente das decisões políticas na sociedade, lutando por seus direitos ao mesmo tempo que estabelecem laços de cooperação, contribuindo para o desenvolvimento da cultura política no país. Contudo, nem todo ativismo se desenvolve no mesmo sentido do dos movimentos sociais.

O ativismo abarca um número mais amplo de experiências envolvendo desde ações de caráter reivindicatório que não investem numa crítica mais consubstanciada da sociedade, representando desde uma simples reação ante uma carência ou problema mais pontual até lutas mais ousadas e complexas que questionam os alicerces culturais, econômicos e políticos da sociedade atual. Além disso, o autor aponta que os ativismos e movimentos podem ser de vários tipos de acordo com o tema que problematiza, podendo ser especificamente urbanos, a exemplo dos ativismos de bairro e favelas, aqueles frequentemente urbanos, mas que não possuem uma relação direta com a constituição das cidades, a exemplo dos ambientalistas,[22] e dos rurais, como os sem-terra.

Os ativismos podem ser puramente reivindicatórios se focam somente ações que visam obter melhorias para áreas específicas das cidades (ruas, bairro ou favela), sem considerar o restante da cidade e desconsiderando os processos mais amplos que determinam o rumo dos acontecimentos da vida urbana. Como visam problemas pontuais, é comum que esses ativismos deixem de existir quando suas reivindicações são atendidas. Além disso, eles são mais suscetíveis à influência de ações "politiqueiras" de caráter paliativo e que favorecem políticos de índole duvidosa.

Os movimentos sociais, por sua vez, possuem um nível de organização mais complexa do que os ativismos e sua contestação que é direcionada à ordem social vigente, alcançando problemas como a natureza excludente do capitalismo, a ampliação da justiça social, o combate às desigualdades, o racismo e outras manifestações de opressão e exclusão. Portanto, seu horizonte de luta é mais amplo e voltado para conquistas de transformações mais profundas; dessa forma ganham destaque os movimentos operários, negro e feminista. Souza (1988) não considera as associações de moradores como

---

22 É de considerar que alguns movimentos ambientalistas podem focar problemas ambientais associados à expansão da malha urbana sobre áreas de proteção ambiental, poluição de córregos e rios que cortam cidades e demais problemas resultantes do crescimento indiscriminado das cidades que não possuem um planejamento adequado.

movimento social porque tem o caráter transformador como elemento definidor, mas admite que determinados ativismos meramente reivindicatórios e pouco politizados possam evoluir para movimentos sociais mais combativos, mesmo que a definição dessa mudança não seja fácil de estabelecer na prática. Para ele, restringir os movimentos sociais urbanos às organizações que apelam conscientemente para as transformações radicais da sociedade capitalista é muito pouco prático porque cada questão levantada no dia a dia pelos ativismos está articulada com demais problemas no contexto geral da sociedade. Essa constatação, no entanto, é muito mais teórica do que constituinte da concepção política dos ativismos.

Souza (1988, p.114) propõe:

> [...] designamos como movimentos, muito amplamente, os ativismos que, pela natureza das suas reivindicações e das suas experiências e dos sofrimentos de seus protagonistas encarnam, a despeito da não-explicitação em programa e mesmo das contradições político-ideológicas conjunturais uma afronta ao "status quo". Sem querer subestimar a importância da direção política de um ativismo, o que rejeito é a ideia de torná-la a grande variável discriminante em se tratando de identificar movimentos sociais.

O ativismo de bairro representa uma forma de ativismo urbano territorializada por excelência, cujo alvo de sua contestação é a massificação e deteriorização do espaço. Ele surge tendo como base social os moradores de um bairro e não uma classe ou grupo de pessoas que se unem apenas por laços políticos, mas como ativistas que se definem em princípio por sua relação com o espaço; são eles moradores e moradoras de um bairro ou parte dele. O espaço é, desse modo, "não um referencial meramente organizacional ou secundário, como as células territoriais de um partido político, mas um referencial catalítico primordial, simbólica, política e afetivamente" (ibidem, p.115).

Souza (1988) cita Jordi Borja ao tratar das causas de emergência do ativismo de bairro. Segundo ele a situação crítica provocada pela deteriorização das condições de vida, uma ação ameaçadora

provocada por uma intervenção urbanística e o déficit constante de habitação e de serviços coletivos nas cidades são fatores que podem levar à mobilização de uma classe ou grupo numa luta comum. A persistência desses problemas e seu nível de gravidade levam a uma situação na qual a organização se mostra como instrumento efetivo de luta e enfrentamento, principalmente com o Estado.

O ativismo de bairro se torna um movimento social quando, mesmo tendo origem numa mobilização de horizonte limitado e restrito aos problemas imediatos do bairro, amplia seus horizontes de protesto, articulando-se com outros ativismos ao mesmo tempo que mantém o bairro e o espaço urbano como referenciais políticos e afetivos fundamentais na luta por uma vida mais digna, ou por outra organização social. Em suma, para se tornar um movimento social urbano um ativismo de bairro deve romper com os limites dos problemas vividos no bairro, deve ter consciência de que existe uma lógica comum aos problemas vividos em diferentes bairros; ao invés de ser uma luta de bairro, a luta deve existir a partir do bairro.

O trabalho de Souza é bastante complexo e abarca diversos problemas que em conjunto formam, em sua concepção, uma problematização completa das questões teóricas e práticas concernentes ao ativismo de bairro. A despeito das experiências reais, o ativismo de bairro nos coloca questões cruciais na medida em que ele reflete o questionamento de uma significativa parcela da contemporaneidade, como por exemplo:

> [...] a espacialidade (a grande metrópole, o bairro massificado, a praça descaracterizada), a segregação, o gigantismo devorador, a celeridade embrutecedora (que tende a privar as pessoas da paisagem e aquelas uma das outras), as relações de produção e de poder críticas (manifestas nas carências de habitação e equipamentos, na bestialização da vida urbana). É o ativismo de bairro nos convidando, pois, a partir de um estrato especifico da instituição da sociedade (mas que remete a todos os outros, com maiores ou menores mediações), a uma consideração crítica da instituição na sua globalidade. (Souza, 1988, p.224)

O ativismo de bairro nos convida a refletir sobre problemas estruturais da sociedade capitalista contemporânea. Com relação ao Brasil, o autor nos mostra que o ativismo de bairro é o mais típico ativismo urbano brasileiro. Seu ponto máximo no contexto brasileiro ocorreu na segunda metade da década de 1970 a meados da década seguinte. Entretanto, sua origem remonta ao início do século XX, quando emergiram as organizações intituladas *comissões pró-melhoramentos* nos subúrbios cariocas que denunciavam a ausência de infraestrutura nessas áreas carentes da ação do poder público, ao mesmo tempo que reivindicavam essas melhorias.

Essas organizações tiveram um caráter efêmero, dado o curto alcance de seus propósitos e a centralização política na classe trabalhadora (ibidem, p.136). Na década de 1950, na Grande São Paulo, desenvolveram-se as Sociedades de Amigos de Bairro (SAB). Nos dois casos, Souza aponta que os dirigentes eram pessoas bem relacionadas, os *notáveis da localidade*. Mesmo em se tratando de bairros de periferia, "os elementos pequeno-burgueses tendem a assumir a liderança e a conduzir a dinâmica da entidade" (ibidem). As SAB tiveram seu momento áureo na metrópole paulistana na década de 1970 quando havia cerca de 1.100 SAB no estado de São Paulo, das quais 800 se localizavam na região metropolitana: 500 representavam bairros da capital; 87,8% delas surgiram no período entre 1955 e 1970. Muitas delas, após o golpe militar de 1964, alinharam-s ao partido situacionista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), fato que demarca ainda mais a cooptação desses ativismos (Souza, 1988, p.137).

Em São Paulo, no governo de Jânio Quadros (prefeito de São Paulo entre 1953-1954 e governador do estado entre 1955-1959), muitas associações foram criadas por iniciativa desse político, configurando verdadeiros currais eleitorais de pouca eficiência em suas conquistas. A crise dessas associações abriu espaço para a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), ligadas à igreja católica e que ajudaram a encetar um ativismo mais autêntico.

No Rio de Janeiro o autor destaca a atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj), su-

cessora dos trabalhos realizados pela Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), fundada em 1963. Esta última se opôs fortemente às políticas de remoção das favelas[23] e a favor de sua urbanização, sendo perseguida pelos militares no período pós-64. Com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1975, a Faferj surgiu no lugar da Fafeg. A Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro, a Famerj, lembrada por Souza (1988) assim como pelas autoras já citadas, Bernardes (1983) e Mizubuti (1986). Essa entidade teve uma participação bastante ativa na década de 1980, estando em evidência muitas vezes na mídia por causa de suas campanhas e manifestações e dos trabalhos que realizava dando suporte jurídico a mutuários inadimplentes do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Dentre as causas da crise dos ativismos de bairro, Souza (1988) aponta: (a) a demagogia política das administrações, baseadas muitas vezes em práticas populistas que acabam por envolver muitas experiências de ativismo em meio a um conjunto de medidas paliativas e compensatórias; (b) o autoritarismo político que pode bloquear canais de diálogo mantendo os ativismos num imobilismo difícil de ser superado; e (c) a cooptação dos ativismos que pode ser direcionada aos líderes ou pode contagiar toda a estrutura da mobilização, em que algumas associações chegam por vezes a transformar-se em verdadeiros comitês de políticos populistas que trocam favores ou até mesmo cargos junto às administrações oferecidos a membros das associações.

A aproximação mais estreita com alguns políticos pode fazer que certos líderes tornem-se uns obstáculos aos ativismos, por personalizar de maneira autoritária a associação, surgindo o *caciquismo* e o personalismo como reflexo desses problemas. O clientelismo é

23 Até meados dos anos 1970, o grande pesadelo nas comunidades faveladas eram as remoções, a ditadura militar criou a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam), que tinha como objetivo principal acabar com todas as favelas da cidade num prazo máximo de dez anos. De 1968 até 1975, cerca de cem comunidades foram "destruídas" e mais de 150 mil pessoas removidas.

uma prática comum na qual membros da direção e da comunidade são "acalmados" com trocas de favores, como a distribuição de cestas básicas, prêmios e melhorias superficiais.[24]

Um último fator apontado por Souza (1988) é a legalização dos partidos de esquerda e a "normalização" da vida político-partidária no processo de redemocratização de nosso país. Muitos militantes tomaram o arranjo partidário do novo sistema político e eleitoral como o caminho mais conveniente para a luta de melhorias para a vida comunitária.

Mesmo assinalando os problemas que levaram o ativismo de bairro a se tornar um tipo de mobilização social de pouca expressão política, Souza parece ver nesse fenômeno uma importante fórmula de organização das camadas populares que pode apontar caminhos para uma maior autonomia desses grupos em relação aos setores monopolistas. Do ponto de vista teórico, o autor dá um passo um pouco mais largo rumo a uma maior teorização e a um avanço nas discussões com outros campos disciplinares nos estudos de movimentos sociais no âmbito da geografia brasileira. Mesmo que seu trabalho não tenha como objetivo explícito a formulação de um conjunto teórico-conceitual pertinente à geografia para avançar nos estudos sobre movimentos sociais, sua problematização traz à tona questões cruciais, como a natureza espacial e territorializante de determinadas manifestações sociais e sua inserção na sociedade atual.

Em seu trabalho de doutorado, de 1986, José Borzacchiello da Silva (1992b) realizou uma *análise sociogeográfica* de Fortaleza (CE), enfocando um conjunto de mobilizações sociais e sua expressão espacial. Ao apontar os fatores de formação dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU) no contexto espacial da capital cearense, o espaço da moradia foi concebido como o local a partir do qual a sociedade civil buscou se organizar. Segundo o autor, sua análise

24 Para uma visão mais completa do processo de transição do capitalismo brasileiro, no qual a oligarquia agrária se metamorfoseou e continuou influenciando a burguesia, que controla diretamente as estruturas do poder, ver Martins (1994), além do clássico *Coronelismo, enxada e voto*, de Victor Nunes Leal (1975).

teve como objetivo esclarecer as relações existentes entre o povo e o poder, "na medida em que esses processos estejam registrados espacialmente no espaço-moradia do homem, no espaço trabalho, no espaço-lazer, enfim o espaço da vida" (Silva, 1992b, p.10). Considerando o urbano e suas contradições no contexto do processo de produção do espaço brasileiro, a participação dos trabalhadores aparece associada a diversas questões, como a segregação presente na estrutura social e espacial das cidades capitalistas, a participação política das camadas mais pobres como manifestação da luta de classes, a ação do Estado a serviço da manutenção da acumulação de capital e da estrutura social. Todas essas questões refletem o processo contraditório de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

O caráter classista está presente nas falas dos militantes e dos mediadores, mostrando que a consciência dos impactos do conflito de classes na cidade onde vivem é um fator importante no processo de mobilização. Um exemplo é a apresentação de uma transcrição da fala de um agente comunitário, para quem:

> A distribuição da renda está muito ligada à seleção da terra. A ação do governo, no que diz respeito aos serviços, se concentra nas áreas de classe alta, média e burguesia. E a grande massa que está nas periferias fica desprovida destes serviços básicos. De fato, há uma ligação muito grande entre a classe e a questão do uso e ocupação do solo. As áreas nobres possuem serviços que nem o centro da cidade tem. (ibidem, p.122)

"O espaço é entendido como produto de determinações das relações sociais de produção, onde a relação homem-homem é apreendida e analisada através das contradições interclasses típicas das sociedades capitalistas" (ibidem, p.83-4). Dessa forma, o autor se insere no conjunto dos geógrafos alinhados à geografia crítica, marcadamente marxista. Sua concepção de Estado também corrobora essa inserção. O autor concebe o Estado como o "Estado capitalista", caracterizado pelo seguinte dualismo:

> [...] ao mesmo tempo que assume o papel de conter, diminuir e criar conflitos entre classes, é controlado pelas classes dominantes. Contudo, mesmo estando sobre o controle das classes dominantes, o Estado faz certas concessões, como também abre certos espaços nas brechas oriundas das conquistas das classes dominadas, a partir das relações de força tópicas das lutas de classe. (ibidem, p.84)

O Estado tem suas ações concretizadas no espaço urbano por meio da instalação de infraestrutura, direcionada ao atendimento das necessidades coletivas da população. Sobretudo no que se refere àqueles serviços que não interessam de forma direta aos investidores capitalistas, por não apresentarem grande potencial lucrativo e serem *conflitantes socialmente*. Como desdobramento, o Estado é considerado o principal interlocutor na agenda dos movimentos populares, sendo alvo de suas reivindicações e protestos.[25]

No campo amplo da mobilização social, o autor deu destaque às associações de moradores. O surgimento das associações está vinculado à obtenção das condições necessárias à reprodução da força de trabalho, principalmente no que se refere aos equipamentos e serviços urbanos. Em Fortaleza, as mobilizações que deram origem às associações de moradores eclodiram no início da década de 1960, nos bairros de Pirambú e Dias Macedo (ibidem, p.115), e tinham como objetivo a luta pela permanência nas áreas ocupadas. Nesse momento, o acesso à moradia era a principal questão problematizada pelas mobilizações. Esse foi o principal problema que lançou as classes populares em uma relação antagônica com o Estado. A partir do período considerado por Silva (final da década de 1970 e início da década de 1980), a agenda dos movimentos é ampliada, abarcando também os problemas relacionados às precariedades e carências vividas nos locais de residência.

25 Como exemplo de concessão dada pelo Estado aos populares, o autor cita o programa de construção e instalação dos Centros Sociais Urbanos (CSU), na década de 1970. Por meio desse programa, o Estado buscava controlar as organizações comunitárias ao mesmo tempo em que esvaziava as tentativas de mobilização por meio da cooptação.

Um importante elemento apontado por Silva (1992b) é a concepção de que a participação da sociedade civil não se dá somente por sua presença física, mas, também, pressupõe um exercício constante junto às atividades de planejamento, execução e avaliação dos projetos implantados pelo Estado, assim como, de um modo geral, no orçamento e nas finanças públicas. A participação não deve restringir-se aos aspectos mobilizatórios, mas deve conter em si um processo de aprendizagem do exercício democrático na gestão coletiva (ibidem, p.120). Nesse aspecto, o autor sobreleva as dimensões comunicativa e interativa do espaço criado pelas mobilizações. Nesse espaço, alguns impedimentos são enfrentados e muitas vezes superados, como a dificuldade de se conscientizar os moradores nas primeiras manifestações. Essa dificuldade é resultado da desilusão, medo e descrédito diante das dificuldades vividas no cotidiano, levando à impressão de que qualquer ação não chegaria a nenhum resultado.

A mobilização é tratada pelo autor como uma consequência do nível de conhecimento que os moradores possuem com relação à realidade do bairro. Essa relação entre prática e o conhecimento é considerada nos termos colocados por David Harvey. Para esse autor, a concepção de que o espaço da vida pode ser tornar um espaço melhor compreende um processo denominado por *imaginação geográfica*, segundo o qual é essencial para a participação política das camadas populares a formulação de conceitos que permitem a orientação e a integração de estratégias capazes de lidar com a complexidade do processo social e os elementos da forma espacial.

No que se refere aos autores que servem de referencial teórico a Silva (1992b), predomina os autores estrangeiros à geografia. Há uma abertura maior com relação aos estudos citados até o momento, caracterizada pela incorporação de autores como Christian Topalov, Dalmo de Abreu Dallari, David Morris, Luiz Eduardo Wanderley e Raimond Ledrut, pouco utilizados como referencial para os estudos geográficos acerca dos movimentos sociais. Por outro lado, há a utilização de trabalhos de autores que não são geógrafos, mas são utilizados mais frequentemente como referência

na geografia, a exemplo de Francisco de Oliveira, Henri Lefebvre, José Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick e Paul Singer. Como exemplos de autores geógrafos, são utilizados: Ariovaldo Umbelino de Oliveira, David Harvey, Julia Adão Bernardes e Milton Santos.

Silva (1992b) não se aprofunda sobre as diferenças entre movimento popular, movimento reivindicatório, movimento social e/ou movimento social urbano. Todas essas denominações são utilizadas para definir as associações de moradores, tratando-as, na maioria das vezes, como sinônimas. No entanto, fica claro que se trata de mobilizações sociais com um certo nível de organização e conscientização, caracterizadas pelo agrupamento de moradores com o objetivo de ampliar sua inserção nos processos de decisões acerca das intervenções estatais junto ao espaço urbano. O que une esses moradores é o fato de viverem numa situação de exclusão, peculiar às classes trabalhadoras no interior da luta de classes.

Rodrigues (1988) analisa algumas manifestações de movimentos sociais que ocorrem em diversas partes da Região Metropolitana de São Paulo, principalmente o Movimento de Sem-Tetos "Terra e Moradia" de Osasco (SP), que ganharam visibilidade política na década de 1980.

Nesse trabalho, os participantes dos movimentos sociais por moradia são considerados como parte da classe trabalhadora, estando, portanto, integrados ao sistema econômico, à medida que se colocam disponíveis no mercado de trabalho como mão de obra. A luta no e pelo espaço urbano de segmentos da classe trabalhadora representa um importante aspecto no interior do complexo processo de produção/reprodução do espaço e das formas de legitimação da propriedade da terra. Assim a autora demarca seu referencial marxista, utilizando o conceito de classe social ao relacionar este com o lugar objetivo que cada um ocupa na divisão social do trabalho.

Rodrigues (1988) problematiza o conceito de classe social por meio de leituras de um importante sociólogo que também serviu de referencial para os estudos sobre movimentos sociais no Brasil e na geografia brasileira, Eder Sader. Esse autor teve sua tese de dou-

torado, intitulada *Quando novos personagens entraram em cena*, de 1987, como um referencial nesses estudos, isso porque elabora uma importante releitura de conceitos marxistas nos marcos de autores que acrescentaram novos elementos teóricos e conceituais às proposições marxistas, aplicando-as à realidade brasileira.

Sader (1988) realiza um estudo acerca de um dos acontecimentos políticos mais importantes das décadas de 1970 e 1980, focalizando o Rio de Janeiro e São Paulo como o centro dos acontecimentos políticos e econômicos da época: são os movimentos operários ocorridos, sobretudo, na região do grande ABC paulista. Esses novos elementos da configuração política de nosso país tiveram, na concepção de Sader, um papel relevante que culminaram no movimento das "Diretas Já", resultando na vitória de Tancredo Neves para presidente, o primeiro civil a ser eleito presidente da República depois do golpe de 1964 que instalou o regime militar no Brasil. Cabe destacar que a eleição presidencial de 1985 foi a última que ocorreu de forma indireta, cuja a escolha do presidente se dava por meio de um Colégio Eleitoral, sob a égide da Constituição de 1967. No plano teórico, este trabalho ajuda a consolidar uma linha de pensamento influenciada pela escola dos *novos movimentos sociais*: eis por que seu livro se chamar *Quando novos personagens entraram em cena*.

A novidade desses movimentos também está relacionada com o conjunto de posições assumidas pelos indivíduos, como o local de moradia, as formas de subordinação da cultura, racial e sexual, entre outras, tornando-os pontos de conflitos e de mobilização política. A soma desses fatos fez que se tornasse mais difícil identificar o grupo com um sistema ordenado e coerente de posições dos sujeitos, o que faz emergir no cenário nacional uma nova concepção de sujeito associada às novas formas de lutas na sociedade contemporânea. Esse novo sujeito se afasta do paradigma marxista que o tinha como uma unidade racional com ações dotadas de um significado homogêneo. O projeto político desses novos personagens decorre da propagação de antagonismos e cada um deles cria seu próprio espaço e a politiza uma área específica das relações sociais.

Sader (1988) aponta uma expressiva diferença entre as representações elaboradas por pesquisadores no início da década de 1970 e as realizadas no final dessa mesma década. Nas primeiras, a classe trabalhadora era considerada completamente subjugada pela lógica do capital e pela dominação de um Estado forte: nas seguintes, os textos passaram a se referir à emergência de movimentos operários e populares que insurgiram abalizados pela autonomia e pela contestação à ordem estabelecida.

Com base em autores estrangeiros como Cornelius Castoriadis, Alain Touraine e Edward Thompson, Sader (1988) aponta que a sociabilidade vislumbrada pelas novas concepções valoriza as questões colocadas pelo cotidiano a partir do qual surgem os novos sujeitos coletivos, tal como o novo sindicalismo, os novos movimentos de bairro e reivindicatórios. Eles se constituem fundamentalmente nas "experiências das condições dadas", o que do ponto de vista do analista implica tratar tais "condições no quadro das significações culturais que as impregnam". É na elaboração dessas experiências que se condensam os interesses coletivos, constituindo-se assim as coletividades políticas, ou seja, os sujeitos coletivos (ibidem, p.45).

Os processos coletivos são analisados a partir da noção de sujeito, fundamentado na concepção de *ator social* do sociólogo francês Alain Touraine, a noção de *experiência* como determinante da constituição das classes sociais, mais precisamente, da *constituição histórica das classes*, obrigando-nos a enquadrar essas experiências no contexto das significações culturais, contribuição dos trabalhos do inglês Edward Thompson. Já a influência do filósofo grego Cornelius Castoriadis está associada à concepção que toma as práticas desses novos sujeitos como capazes de elaborarem, de forma criativa, significados novos para as próprias práticas, assim como para o quadro social em que vivem.

Voltando ao trabalho de Rodrigues (1988), ela se apoia no trabalho de Eder Sader para fundamentar sua própria análise, a qual toma os movimentos sociais urbanos como sujeitos coletivos capazes de elaborarem significações a partir das experiências vividas,

das condições dadas. Os moradores correspondem à classe trabalhadora que se organiza e impõe práticas cotidianas de apropriação e produção do espaço urbano, cujas consequências não resultam de um esforço individual, segmentado, mas assume sua verdadeira feição: a de luta pela produção do espaço cuja produção é social.

Um importante aspecto levantado por Rodrigues (1988) é a postura que o pesquisador deve assumir em relação a sua pesquisa. Herdeira da tradição marxista, a autora se posiciona como uma colaboradora da causa defendida pelos sujeitos que compõem o universo da pesquisa. Assim a autora se posiciona frente à problemática abordada:

> Não tive a pretensão de aparecer como se fosse um "sem-terra". Desde o princípio ficou evidente que era uma professora, que estava ao mesmo tempo apoiando o movimento e fazendo uma pesquisa, que era solidária com a luta para a obtenção da moradia e que assim fazia parte do que é conhecido como grupo de apoio, pois considero injusta a distribuição da riqueza na sociedade, e que sempre que necessário e possível expressaria minha opinião. Não era mera expectadora, não era um "sem-terra?", mas tinha um compromisso e uma participação com os projetos do movimento "sem-terra/sem-teto". (Rodrigues, 1988, p.22)

A nosso ver, chamar a atenção para esse aspecto é importante porque representa uma tomada de posição que ficou patente na geografia brasileira a partir da instituição da geografia crítica, que propunha o rompimento da geografia com suas bases tradicionais e positivistas, partidárias do neutralismo científico. Rodrigues coloca sua posição ante o problema estudado de forma muito clara, mostrando ser partidária à causa dos sem-tetos e sem-terras estudados por ela. Pode-se dizer também que essa postura é herdeira da influência marxista que postula pela tomada de posição ideológica no interior da sociedade de classes como um pré-requisito para a melhor compreensão dos aspectos políticos presentes nas leituras elaboradas pelos cientistas.

Dos trabalhos citados até o momento, o de Rodrigues (1988) é o que explora a questão da militância de forma mais direta. Souza (1988) também o faz de forma mais parcimoniosa. Seu partidarismo aparece em toda sua redação, mas como uma forma de apontar suas perspectivas com relação ao ativismo de bairro, concebido como um uma organização social com forte base territorial e portadora de grande potencial rumo a uma maior autonomia das classes populares no que concerne às decisões políticas tomadas no interior das cidades. Já Rodrigues (1988) assevera que participou muitas vezes como militante, chegando a definir seu trabalho como "pesquisa participante", especialmente ao relatar sua participação nas reuniões, ao prestar assessoria aos dirigentes dos movimentos e na coleta de assinaturas e entrega da Proposta de Iniciativa Popular sobre a Reforma Urbana.

Outro ponto importante do estudo de Rodrigues (1988) é o esforço realizado para enquadrar as ações dos movimentos por ela estudados no contexto da luta pela "Reforma Urbana". Considerando o momento em que a pesquisa foi elaborada, no qual havia uma grande mobilização social e política de diversos seguimentos da sociedade brasileira em torno da elaboração da nova Constituição, as discussões acerca das reformas sociais estavam com toda força, a Reforma Agrária e a Reforma Urbana constituíam dois desses projetos.

Com o fim do mandato do último presidente militar, o general João Baptista Figueiredo, e a eleição indireta do primeiro presidente civil desde o golpe de 1964, abriu-se a perspectiva da elaboração da nova Constituição que substituiria a de 1967 e as emendas de 1969, fato que mobilizou diversos movimentos sociais, profissionais militantes, organizações e instituições que buscavam reformas, dentre elas a urbana. Essa mobilização resultou no Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) na segunda metade da década de 1980. Ante a convocação da Assembleia Constituinte e o estímulo que os deputados e senadores deram à elaboração das emendas populares, o MNRU reuniu mais de 130 mil assinaturas na apresentação de seu projeto de reforma, contudo a falta de obri-

gatoriedade na incorporação do projeto por parte do Congresso fez que poucos pontos fossem considerados na elaboração da nova Constituição, sendo os artigos 182 e 183[26] restolhos dos esforços do MNRU.

Rodrigues (1988) dá uma importante contribuição para a análise dos movimentos sociais ao enfatizar os desdobramentos socioespaciais do modelo capitalista de uso e apropriação do espaço no interior das cidades. A propriedade privada, considerada uma instituição inviolável pela sociedade capitalista, é decorrente do processo de transformação da terra em mercadoria, tendo como contraponto as ocupações coletivas apontadas pela autora que se caracterizam pela procura de um lugar para morar, a casa e o terreno, que serve para a construção das casas, constituem esses lugares.

A autora chama a atenção para o fato de que o lugar não deve ser entendido somente como sinônimo de casa, terreno ou gleba, mas é um elemento da totalidade concreta da produção espacial, "é a síntese de múltiplas determinações", numa alusão à famosa frase de Karl Marx. A busca pela resolução do problema da falta de moradia dá início a um processo de compreensão da produção espacial, cujo processo varia de indivíduo para indivíduo, embora decorra da troca de experiências e da interferência dos mediadores (chamados pela autora de grupos de apoio), que auxiliam na reflexão sobre a condição de existência daqueles que não possuem condições para pagar aluguéis ou comprar uma casa ou um terreno.

Como no discurso oficial, o Estado toma para si o papel de suprir as necessidades de moradia da população de baixa renda, por meio do financiamento da casa própria, por exemplo, em que ele aparece como o principal interlocutor dos movimentos. Sobre a relação dos movimentos com o Estado, a autora afirma que:

---

26 Os princípios da Reforma Urbana que focavam a coibição da especulação imobiliária, a redução da desigualdade socioeconômica, a segregação residencial e a democratização do planejamento e gestão do espaço urbano por meio do incentivo à participação popular, ficaram reduzidos a esses dois apontamentos na Nova Constituição.

> Dirigir-se ao Estado e não ser atendido permite aos movimentos compreender que o Estado não está acima das classes como se apregoa. Permite também iniciar um processo de compreensão sobre de onde vem e para onde vai o dinheiro. Analisar a criação do BNH o uso dos recursos do FGTS, dos impostos em geral, é uma forma de compreender a produção do espaço. Permite também analisar quais as áreas das cidades equipadas e não equipadas com os serviços públicos e quem mora em cada um destes lugares. (ibidem, p.370)

O processo de tomada de consciência acerca da constituição do espaço urbano é importante para a formação dos movimentos e da forma pela qual eles agem. A procura por áreas para a realização das ocupações significa compreender a cidade. Apropriar-se de um conhecimento sobre a produção da cidade ao mesmo tempo que permite conhecer os mecanismos jurídicos que direcionam o rumo das decisões tomadas pelos dirigentes para viabilizar a propriedade da terra. Aqui a autora assinala a dimensão pedagógica dos movimentos sociais, entendendo-os como um espaço de diálogo no qual os membros tomam consciência da verdadeira situação na qual estão inseridos no contexto do espaço urbano, outra dimensão dos ativismos, mostrada também por Souza (1988).

As ocupações dão uma maior visibilidade política às ações dos movimentos e são resultados de uma organização prévia, ao contrário do que acontece nas favelas, onde a ocupação se dá na maioria dos casos de forma espontânea. Essa visibilidade não é constatada somente pela veiculação de notícias nos meios de comunicação, mas também pela procura que ocorre nos dias seguintes às invasões e adesão de sem-terras e sem-tetos. Rodrigues contribui para um melhor entendimento das ocupações, para ela:

> Uma ocupação conta a história de um processo organizativo para aqueles que estão na mesma situação. As ocupações coletivas de terra permitem, pela sua visibilidade, romper com a visão de "povo" amorfo e facilmente cooptável. A resistência cotidiana

> individual não adquire a mesma visibilidade da coletiva. (ibidem, p.371)

Quanto a relação entre as esferas da reprodução e a da produção, a autora afirma que na procura pelo lugar da morada essas duas esferas se fundem, isso porque as conquistas salariais obtidas muitas vezes pelas mobilizações sindicais são rapidamente consumidas na manutenção da moradia, por isso, é imprescindível entender que "as lutas da esfera do consumo e da produção inserem-se na luta pelo direito à cidadania" (ibidem, p.372). A autora termina seu trabalho tratando do processo de construção da identidade única entre os movimentos. O diálogo acerca dos problemas de moradia e da inserção do trabalhador na produção e no consumo faz que se crie uma identidade de luta baseada na tomada de consciência da integração dos problemas vividos. A identidade de grupo foi constatada pela autora nas três áreas ocupadas e estudadas no município de Osasco (SP). Um fato que ilustra essa afirmação é a continuidade da luta, já que os vitoriosos em uma situação logo se dirigiam rumo a outras ocupações para apoiar seus membros.

Movimentos sociais rurais na geografia

Já citamos no início deste capítulo dois importantes trabalhos que inauguraram os estudos acerca de movimentos sociais atuantes no campo brasileiro – os artigos de Oliveira (1984) e de Kahil (1985) são pioneiros na abordagem do tema em artigos, mesmo abordando experiências isoladas e sem um maior investimento nas questões de ordem conceitual e teórica. O artigo de Kahil é resultado de sua dissertação de mestrado defendida no mesmo ano da publicação de seu artigo e orientada pelo próprio Ariovaldo Umbelino Oliveira.

Em 1985 é publicado o livro de Ruy Moreira intitulado *Movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*, também resultado de sua dissertação de mestrado defendida em 1984. Dos trabalhos

publicados no período, talvez o trabalho de Moreira (1985) corresponda a uma das análises da realidade socioespacial brasileira de maior influência marxista, na qual podemos constatar de forma clara não somente a utilização dos conceitos marxistas (como renda da terra, mais-valia, capital, classe social, lutas de classes, entre outros), mas também sua compreensão da funcionalidade do Estado no interior da sociedade capitalista e do processo revolucionário das classes oprimidas.

Ruy Moreira tem como foco central a trajetória do movimento operário no Brasil e, de forma mais tímida, algumas experiências de movimento camponês (como as Ligas Camponesas, a Contag e a Ultrab, todas surgidas nas décadas de 1950 e 1960). O autor busca edificar um quadro teórico no qual a luta de classes surge como um elemento fundamental à organização socioespacial brasileira. Com marcante influência de autores como Yves Lacoste, que se debruça sobre o caráter político-ideológico da produção do espaço e seu desenvolvimento desigual, e Henri Lefebvre, que o considera como uma categoria fundamental da reprodução da estrutura global da sociedade, a partir da reprodução das relações de produção, Moreira (1985) se debruça sobre a relação entre a luta de classes e a estruturação do território como estratégia fundamental à reprodução da relação entre dominantes e dominados.

O espaço geográfico exprime a divisão social do trabalho, estando presente, portanto, em todas as etapas do circuito de reprodução social. O poder das classes dominantes se desenvolve e se reproduz à medida que essa classe mobiliza as mais diversas formas condicionantes da estruturação do espaço a seu favor, incluindo o Estado. O operariado é envolvido pela disciplinarização da reprodução e reestruturação do espaço marcado por antagonismos que estão na base do desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro. Um elemento crucial à analise de Moreira (1985) é a aliança cidade-campo que para a classe dominante serve ao interesses da acumulação de capital e manutenção da subserviência da mão de obra, e para os dominados serve à busca pelo contraespaço, sendo assim reflexo da aliança operário-camponesa.

No que se refere à sua reflexão acerca da produção geográfica nacional, Moreira (1985) aponta que os estudos geográficos sobre movimento operário eram praticamente inexistentes, aparecendo sempre inseridos no tema mais genérico sobre população. Mais pobre ainda eram os estudos que consideram o campesinato e o operariado como parceiros históricos. Essa segunda crítica está relacionada com nosso apontamento de que os estudos geográficos reproduziram e ainda hoje reproduzem a divisão da geografia em campos, geografia urbana e geografia rural e de temáticas, movimentos sociais urbanos e movimentos sociais rurais, entendidos como totalidades em si mesmas e paralelas, o que impede a percepção de que são expressão do movimento da totalidade socioespacial.

Amparado numa autêntica visão marxista, o autor considera a relação cidade-campo, expressão territorial da divisão técnica do trabalho, condicionada pelo modelo de acumulação capitalista, como um obstáculo à aliança operário-camponesa, dessa forma:

> Enquanto questão para o capital [...] a relação cidade-campo é o plano geral das alianças a partir do qual a burguesia pratica seus estratagemas espaciais com o intuito de ordenar sua hegemonia de conjunto. [...] a burguesia serve-se das estruturas espaciais para operar o deslocamento das contradições dominante-dominados e intradominantes dos centros de sua ocorrência para terrenos onde as possa controlar e diluir. Vimos que os aparatos do Estado, eles mesmos uma estrutura espacial (arranjo espacial jurídico político), são os instrumento dessa prática. (ibidem, p.156-7)

A título de exemplo, podemos citar a expansão da fronteira agrícola como estratégia do capital, apoiada pelo Estado, como condicionante desse "deslocamento das ações" do movimento operário e do movimento camponês para o terreno "hegemonizado dos dominantes", desagregando a aliança cidade-campo dos dominados (operário-camponês). Aqui, a cidade e o campo expressam uma só essência, a natureza concentradora da urbanização constitui um reflexo dessa condução capitalista rumo à resolução de suas con-

tradições internas, "a fronteira em movimento" regula o estoque do exército de reserva urbano, via controle da desterritorialização do campesinato ao mesmo tempo que viabiliza o rebaixamento do custo de reprodução operária para além das pressões exercidas pelo exército de reserva (ibidem, p.160-1).

Uma importante contribuição de Moreira (1985) para a compreensão dos movimentos sociais reside na sua análise da subsunção desses movimentos à espacialidade do capital. Isso fica claro no questionamento dos limites da ação das associações de moradores e no apontamento de seu caráter reformista, que acabaria por impossibilitar que esse tipo de movimento urbano organizado resolvesse as questões fundamentais colocadas ante as lutas dos dominados urbanos. Esses movimentos, assim como seus teóricos, ignoram o fato de que na cidade a renda da terra se realiza não mais no simples processo de compra e venda da terra, mas na acessibilidade, nos serviços etc., e, em geral, as ações dessas associações concorrem para a própria valorização da renda da terra e da propriedade imobiliária, levando muitas vezes os grupos mais pobres a deslocamentos sucessivos. A realização de mutirões, por exemplo, contribuiu ainda mais com as estratégias do capital em transferir para os dominados parte do custeio de sua reprodução (ibidem, p.165).

Por outro lado, o autor aponta o potencial de transformação dos dominados via construção de um *contraespaço.* Aqui o autor expõe sua visão de totalidade a respeito da aliança operário-camponesa e a possibilidade da transformação histórica. As condições de trabalho e existência operária e camponesa estão imbricadas de tal forma que uma "ordenação espacial das ações operárias requer a necessária articulação cidade-campo da vertente dos dominados fundamentais" (ibidem, p.166). Para o autor:

> [...] põe-se em questão edificar "o embrião que inverta a relação cidade-campo dos dominantes, montada como estrutura espacial ordenadora da reprodução dos homens para o capital, instaurando a relação cidade-campo que organiza a reprodução de homens livres [...] ou seja, efetuar a estrutura espacial que organize a relação

cidade-campo dos dominados, que seja capaz de efetivar a ruptura espacial organizadora da relação cidade-campo dos dominantes, instituindo uma formação econômico-social sem dominantes e dominados, e, então, de instaurar a gestão operário-camponesa sobre a totalidade social". (ibidem, p.164)

O trabalho de Ruy Moreira tem um forte conteúdo teórico, não enfoca nenhum movimento social em especial, sendo o eixo organizador de suas ideias os desdobramentos da espacialidade imputada pelas classes dominantes à classe dominada. Considerando o momento em que o trabalho foi realizado, os sindicatos haviam acabado de ressurgir no final da década de 1970, com os olhares todos voltados para o movimento operário. Ainda na segunda metade da década de 1980, a publicação de dois livros proporcionou um olhar geográfico sobre os movimentos sociais que se desenvolveram a partir dos problemas gerados no campo brasileiro; seus autores, Manuel Correia de Andrade e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, ambos dando uma importante contribuição que passou a ser tomada como referencial para a realização de pesquisas posteriores.

Em 1986, mais uma vez marcando sua presença como um dos pioneiros nos estudos sobre movimentos sociais na geografia brasileira, Manuel C. de Andrade publica o livro *Lutas Camponesas no Nordeste*, no qual analisa o quadro histórico de evolução das lutas camponesas no Brasil desde os primeiros conflitos relacionados à resistência dos índios e dos escravos vindos da África, com destaque para o levante indígena ocorrido no Nordeste contra grandes fazendeiros pecuaristas; a Guerra dos Bárbaros, que perdurou 41 anos, de 1683 a 1724, e a formação do Quilombo dos Palmares, que surgiu em 1597 e que teve duração de quase um século até ser destruído em 1695 pelas tropas do Império. Sem dúvida, essas duas experiências são, na história do Brasil, dois grandes exemplos de resistência contra a crueldade da escravidão.

Andrade (1986) lembra o conjunto de revoltas populares ocorridas no século XIX, a exemplo da Guerra dos Cabanos, que abrangeu grandes áreas de florestas de Pernambuco e Alagoas; a Balaiada

no Maranhão e no Piauí; a revolta dos negros malés na Bahia que num único dia de conflito culminou na morte e na tortura de muitos negros; outras movimentações de populações como a Revolução Praieira e as rebeliões do Ronco da Abelha e do Quebra Quilos agitaram grandes áreas do Nordeste brasileiro. Grande parte dessas experiências foi e continua sendo ignorada pela historiografia oficial comprometida com a história das classes dominantes e seus personagens com o objetivo de legitimar as estruturas implantadas no período colonial e que, "com as modificações e adaptações necessárias ao processo evolutivo, ainda são mantidas" (Andrade, 1986, p.13).

Andrade (1986) insere no conjunto das primeiras experiências de conflitos relacionadas às revoltas populares e camponesas os movimentos ligados ao messianismo e ao banditismo, afirmando que essas representam a busca por caminhos por parte daqueles camponeses espoliados da posse da terra e do produto de seu trabalho.

A Guerra de Canudos é um dos grandes exemplos de organização de resistência camponesa na história do Brasil. Seu líder, Antônio Conselheiro, e seus seguidores instalaram-se em 1893 na fazenda Canudos passando a chamar o lugar de Belo Monte, onde viviam cerca de dez mil pessoas. Sua organização comunitária se baseou no trabalho cooperado, no qual todos tinham direito a terra e desenvolviam a produção familiar; um fundo comum garantia os meios de sobrevivência para uma parcela da população formada por pessoas incapazes de trabalhar e velhos. Nas primeiras décadas do século XX, grupos de pessoas eram formados principalmente por camponeses expulsos de suas terras pelos coronéis. Chamados de cangaceiros, esses grupos buscavam vingar-se por meio de saques nas fazendas e nas casas comerciais, a exemplo do bando de Lampião.

Uma questão que está presente no trabalho de Andrade (1986) e que comparece num grande número de trabalhos sobre movimentos sociais camponeses se refere à formação e natureza da classe camponesa. Diferente da formação campesina do tipo feudal, os

camponeses podem ser compreendidos como aquele "grupo de pessoas pobres que se estabeleciam em terras não juridicamente apropriadas, ou em terras apropriadas, mas com o consentimento do proprietário, para desenvolver culturas alimentícias para o próprio sustento" (ibidem, p.15).

Desde os tempos da colonização, os camponeses persistiram. Com base nos relatos de cronistas, Andrade (1986) aponta que os camponeses expropriados perfaziam um grupo bastante numeroso de pessoas que viviam nas terras marginais dos engenhos e fazendas cultivando seus alimentos e pagando um foro aos proprietários na forma de serviços prestado e/ou em mercadorias. Após a abolição da escravatura o número de camponeses aumentou e sua relação com os proprietários diversificou, passando a haver grupos de arrendatários, parceiros, meeiros e posseiros. Essa pluralidade de relações de trabalho mostra como que na sociedade brasileira, ainda marcadamente rural, "os proprietários de terra possuíam áreas superiores à capacidade de produção de seus engenhos e não dispunham de dinheiro em espécie para pagar salários" (ibidem, p.17).

O controle da terra e da população camponesa era feito por meio da forte capacidade de influência que os proprietários detinham sobre aqueles que ocupavam cargos públicos locais e na manutenção de relações estreitas com as autoridades locais e relacionadas à administração da província, fenômeno intitulado de "coronelismo". A religião católica também foi um forte instrumento de controle utilizado, já que mantinha a população mais pobre em conformidade com sua situação, havendo também um pequeno numero de privilegiados que, na maioria dos casos, se armavam e atuavam como verdadeiros capangas a serviço dos proprietários. Assim Andrade (1986) descreve o sistema de poder que mantinha o quadro político favorável aos proprietários.

Pode-se concluir que esse trabalho não trata somente de movimentos sociais, mas, principalmente, de manifestações de revoltas camponesas, daí o tratamento do banditismo e dos movimentos messiânicos por parte do autor. A nosso ver, essa conclusão não está equivocada, mas essas manifestações sociais representam e são

geradas no interior de um quadro de exclusão social que predomina no campo brasileiro desde o período da colonização em que tais revoltas podem ser vistas como as primeiras manifestações de lutas da classe camponesa, ou, pelo menos, daqueles grupos sociais que darão origem à atual classe camponesa no Brasil, a exemplo dos ex-escravos, índios e demais grupos expulsos da terra ou impedidos de desenvolver as condições básicas de sobrevivência.

Oliveira (1988), no livro *A geografia das lutas no campo*, também recorre a uma síntese histórica dos conflitos no campo brasileiro. Além das experiências já citadas, Oliveira (1988) lembra a Guerra do Contestado no início do século XX (1912 a 1916), na qual camponeses entraram em conflito com o exército nas regiões dos estados do Paraná e de Santa Catarina. Ele também dá um pequeno destaque para as lutas dos camponeses colonos nordestinos e sulistas que apelaram para as greves nas fazendas de café no estado de São Paulo; em geral essas manifestações eram motivadas pela deteriorização das relações estabelecidas no regime de colonato, a exemplo dos baixos preços pagos à colheita; o não pagamento dos salários e as tentativas de redução desses; castigos e multas pesadas; a imposição de limites ao direito de plantio de alimentos. Em geral, essas manifestações eram reprimidas com violência e com respaldo das autoridades policiais.

Baseado nas pesquisas de José de Souza Martins, Oliveira (1988) assinala duas outras experiências de lutas ocorridas no campo brasileiro como expressão da espoliação da classe camponesa e das expulsões no campo: as revoltas de Trombas e Formoso no estado de Goiás durante as décadas de 1950 e 1960. Contando com o apoio do Partido Comunista do Brasil, a região de Trombas e Formoso foi por quase dez anos um território de domínio popular. Nessa mesma época se desenvolveram no estado do Paraná os conflitos que geraram a guerrilha de Porecatu. Esse conflito envolveu camponeses posseiros, latifundiários e o Estado, e também teve participação do Partido Comunista. Grupos armados entraram em choque em 1957 na região sudoeste do Paraná e, assim como os conflitos de Trombas e Formoso, perderam força com o golpe de 1964.

Os dois autores remetem ao quadro social da década de 1950, ao tratar da formação das Ligas Camponesas. Andrade (1986) volta a esse tema mais uma vez, pois, como já mostramos, ele foi precursor na geografia brasileira ao abordar as Ligas em seu livro de 1964.

O período militar representou uma aguda ruptura na trajetória política e social do país, até mesmo porque os governos dos últimos anos que antecederam ao golpe haviam se caracterizado por um certo caráter populista, no qual foi aberta às classes populares a possibilidade de discutir e debater determinadas decisões tomadas pelo governo, com relativa interferência de movimentos e sindicatos. Depois de anos de insatisfação, a resposta das classes dominantes foi a consumação do golpe de 1964, em que foram depostos presidente, governadores e foram cassados os direitos civis e políticos da população (Andrade, 1986, p.42).

No campo do desenvolvimento agrário e agrícola, os militares promulgaram o Estatuto da Terra (Lei n.5.404) que tinha como função, entre outras coisas, as questões relativas à reforma agrária e às relações de trabalho. Contudo, a lei não foi cumprida e o governo militar destruiu todos os canais de viabilização das aspirações populares por meio de uma forte repressão contra os líderes dos trabalhadores rurais, extinguindo as Ligas Camponesas, com parte de seus dirigentes presos e com os sindicatos passando a sofrer intervenção, a exemplo da Contag. Os líderes mais ativos foram substituídos por interventores comprometidos com o governo. Assim, os sindicatos se transformaram em órgãos assistencialistas e não mais reivindicativos.

Como exemplo da relação que os militares tinham com os grandes proprietários, podemos citar os apontamentos de Andrade (1986) sobre o Proterra, criado pelo governo militar na década de 1970. Nesse programa, se reservava aos latifundiários interessados em contribuir para a Reforma Agrária vender suas terras ao governo, recebendo em dinheiro e ainda tendo, por direito, a possibilidade de indicar os agricultores que quisessem tornar-se *parceleiros* para receber lotes da terra desapropriada. Para o autor, o Proterra possibilitou um bom negócio a alguns proprietários que puderam

desfazer-se de suas terras a um alto preço pago à vista, ao mesmo tempo que provocou a demissão dos trabalhadores que viviam nessas áreas.

A ausência de Reforma Agrária que potencializou os conflitos no campo faz parte do modelo de desenvolvimento econômico que o governo adotou ao priorizar a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. O governo militar abonou os empresários com subsídios, incentivos e isenções fiscais, estimulando o crescimento econômico da agricultura e da indústria. Ao passo que arrochava os salários, estimulava a expropriação de terras e a expulsão das famílias camponesas. Essas ações políticas tiveram como efeitos uma tendência à concentração de terras e um crescimento nos níveis de exploração do trabalho.

Oliveira (1988) destaca que o governo militar tentava frear a luta dos trabalhadores pelo acesso à terra, na medida em que estimulou o movimento migratório em direção à Amazônia por meio do incentivo à implantação de grandes projetos de colonização do espaço amazônico. Como resultado dessa política, o autor assinala que:

> O país viu desde o escândalo de venda e terras a estrangeiros que sacudiu o país em 1968, até práticas genocidas sobre toda uma aldeia indígena através do bombardeamento aéreo conhecido como o genocídio do "Paralelo 13" [...]. Os grandes industriais e banqueiros do Centro-Sul do país transformaram-se e foram transformados em latifundiários/grileiros das terras indígenas e dos posseiros da Amazônia. (Oliveira, 1988, p.29)

O movimento sindical dos trabalhadores rurais voltou a ser combativo no final da década de 1970. Andrade (1986) menciona a eclosão da greve de 1979 orientada pela Federação de Pernambuco e feita de acordo com a Lei de Greves, culminando em diversas conquistas no âmbito das relações de trabalho no meio rural, porém sem tocar na questão da distribuição de terras. Contudo, o autor destaca que essas melhorias ocorreram em Pernambuco onde os trabalhadores eram mais politizados e tiveram a experiência de ver

parte de seus direitos efetivados no governo de Miguel Arraes, o mesmo não ocorrendo em estados como Bahia, Alagoas, Sergipe e Paraíba, estado em que a líder sindical Margarida Maria Alves foi assassinada em 1982 a mando de latifundiários. Comprovando o quadro de violência que dominava o Nordeste brasileiro no início da década de 1980, Andrade (1986) aponta que em 1984 onze trabalhadores rurais foram assassinados no Maranhão, dois no Ceará, um no Rio Grande do Norte, três na Paraíba, sete em Pernambuco, quatro em Alagoas e onze na Bahia (ibidem, p.56).

Em seu livro, Andrade dá maior relevo às ações dos sindicatos na região Nordeste. Sobreleva a ação da Contag na luta pela defesa do produtor rural e da reforma agrária ao organizar manifestações, passeatas e congressos nos quais são debatidos os problemas e são apontados caminhos para a questão da terra e da assistência ao trabalhador. Ação de movimentos que praticam ocupações de terras como estratégia de reivindicação e que têm, portanto, a distribuição das terras como principal problema não é abordada. Talvez porque até a metade da década de 1980 os sindicatos possuíssem uma maior representação no que se refere à organização dos trabalhadores rurais e também porque as ocupações eram realizadas por movimentos mais radicais como o MST, surgido no início dos anos 1980 na região Sul. O fato é que os sindicatos são os protagonistas da luta camponesa no momento de publicação do livro. Com os trabalhos de Umbelino de Oliveira a geografia brasileira começa a se voltar para a problemática das ocupações de forma mais específica.

Oliveira (1988) dá enfoque à violência decorrente dos conflitos no campo, elegendo os movimentos sociais como um elemento primordial para a compreensão do espaço rural brasileiro, principalmente no que se refere aos problemas agrários. No conjunto de seu trabalho, ele se coloca em oposição à outra abordagem que concebe o processo de modernização técnica e tecnológica da agricultura como elemento imperativo à compreensão do espaço rural brasileiro; sua crítica é a de que essa abordagem, ao privilegiar a dimensão técnica e tecnológica do espaço rural, deixa de considerar

as contradições sociais que dão movimento à realidade brasileira. O autor apresenta a distribuição espacial dos confrontos, das ocorrências de mortes, das revoltas dos indígenas, ação dos posseiros, dos camponeses subordinados, dos desapropriados pelas grandes obras, dos *brasiguaios*, dos sem-terra e dos boias-frias. Aborda os acampamentos de sem-terras como forma de luta pela terra, ou seja, como um importante caminho estabelecido pelos camponeses para preservar sua existência como agente histórico.

Oliveira (1988) se preocupa em desenvolver um quadro da materialização das lutas e dos conflitos no campo, expressão direta das contradições impetradas pelo modelo de desenvolvimento capitalista. Mesmo investindo muito pouco numa construção teórico-conceitual voltada para os movimentos sociais, esses camponeses são tratados como agentes de uma experiência detentora de uma espacialidade que é definida a partir das contradições sociais que vão além dos simples problemas que ocorrem localmente. Não obstante, a preocupação está muito mais voltada para a distribuição das manifestações no território nacional do que com uma construção teórica, tarefa que o autor desenvolve em trabalhos posteriores, sobretudo em sua tese de livre-docência, *A Fronteira Amazônica Mato-Grossense*: grilagem, corrupção e violência, de 1997, a cerca da territorialização do capital no campo brasileiro, mas não especificamente com relação aos movimentos sociais.

Num contexto caracterizado pela desigualdade crescente revelada na concentração de renda e de terras, a violência é uma das principais estratégias de reprodução do capitalismo no campo. Os diversos gráficos, tabelas e mapas localizam as mortes em conflitos de terras desde 1964. Ao analisar a situação dos movimentos no campo, a luta dos índios pela demarcação de terras, dos "brasiguaios" e dos "boias-frias", são destacados os principais municípios braseiros que apresentam conflitos pela terra, com destaque para os estados de Pará, Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Paraná. O estudo ainda apresenta um conjunto de mapas com denúncia de trabalho escravo e a origem dos trabalhadores aliciados; com

a localização das greves nos canaviais e nos laranjais em 1984; a distribuição dos posseiros por estado em 1986 e a localização dos acampamentos por número de família. Apresentamos este último com o simples objetivo da ilustração.[27]

Mapa 1 – Localização geográfica dos acampamentos (1986).
Fonte: Oliveira (1988, p.82), adaptado por Nelson Rodrigo Pedon.

27 O Mapa 1 (Oliveira, 1988, p.82) mostra a localização dos acampamentos ocorridos no país. Ele foi elaborado com dados do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad). Usando diversas fontes de dados como o Mirad, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), o autor apresenta a distribuição espacial de diversas manifestações de conflitos e seus atores, como os atingidos por barragens, "brasiguaios", seringueiros, peões, "boias-frias" e trabalhadores organizados em movimento de sem-terras.

No capítulo de título "O movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra: 'ocupar, resistir e produzir'", Oliveira (1988) apresenta o MST como uma frente de movimentos sociais no campo brasileiro, cujos "acampamentos têm se constituído numa espécie de nova forma de luta pela terra no país, embora já na década de 60 ele tenha ocorrido na luta pela reforma agrária" (ibidem, p.83). Herdeiro do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master), o MST foi fundado em 1984, em Cascavel, no estado do Paraná, durante o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Congregando nacionalmente ações implantadas pelas comissões estaduais, ele atua na maioria dos acampamentos/ocupações de terras existentes no país. Esse movimento recebe apoio da CPT e outros setores progressistas da Igreja Católica e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Oliveira (1988) destaca, com base em dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que, em 1986, sob a coordenação dos sem-terras, havia mais de 15 mil famílias distribuídas em ocupações em 16 estados brasileiros. Naquele momento, o estado do Paraná despontava com mais de 20 acampamentos. O Mapa 1 mostra acampamentos num número menor de estados, 11 no total, talvez porque sua fonte seja o Mirad, mas como se pode constatar que há uma discordância ente o mapa e o quadro apresentado com base nos dados do Incra, também não fica bem claro se os acampamentos são promovidos pelo MST ou outro movimento de sem-terras.

Aprofundando um pouco mais, o autor afirma que para o MST a questão basilar do acesso e luta pela terra passa fundamentalmente pela discussão do modo pelo qual se vai produzir na terra. A produção coletivizada é apontada como um dos pontos da agenda do movimento, demonstrando ser possuidor de um projeto de desenvolvimento rural antagônico ao implantado pelas corporações sob a tutela do Estado. Oliveira (1988) cita experiências que ocorriam no estado do Rio Grande do Sul, e no estado de São Paulo, em Sumaré e Porto Feliz, como exemplos de avanços dos trabalhadores rurais; seu objetivo é mostrar que esse movimento representa:

> No campo brasileiro um avanço em nível de organização nacional e da descoberta de novas formas de luta pela reconquista da terra. Não mais da terra como fonte individual do trabalho, mas como espaço para o exercício da relação de trabalho e produção sob o controle coletivo dos próprios trabalhadores. (ibidem, p.86)

Os estudos realizados por Manuel Correa de Andrade e Ariovaldo Umbelino de Oliveira sobre os movimentos sociais rurais brasileiros podem ser considerados precursores na geografia brasileira. Os problemas gerados pela histórica concentração de terras e o monopólio do poder dos latifundiários sobre os camponeses geraram um contingente expressivo de sem-terras que por diversas vezes na história de nosso país se organizaram com o objetivo de pressionar o governo e as elites para a resolução de seus problemas.

As reconstituições históricas feitas pelos autores buscaram mostrar o caráter estrutural da má distribuição de terras no país e suas consequências para a população mais pobre, que por vezes recorreu a estratégias de sobrevivência que podemos considerar como o germe dos movimentos sociais atuais, a exemplo das Ligas Camponesas e do Master e de alguns que atuam até hoje, como a Contag. Os dois trabalhos enfocam os conflitos sociais gerados no campo numa perspectiva histórica, a partir da reconstituição dos fatos no decorrer da história. Andrade (1986) tem como referencial suas pesquisas primárias e estudos de autores nacionais, principalmente sociólogos como Fernando de Azevedo, Lygia Sigaud, Otavio Ianni e Murilo Carvalho; o trabalho de Oliveira (1988) não é diferente: predominam também os sociólogos. O único trabalho realizado na geografia, utilizado como referência para ele, é o livro de Andrade (1986).

Presença comum nos dois trabalhos é o livro *Os camponeses e a política no Brasil*, de 1981, do sociólogo José de Souza Martins (1981). Esse trabalho apresenta um inventário das experiências de luta pela terra no país, considerando-as não só como resistência camponesa à extinção, mas também como uma revelação do modelo de desenvolvimento adotado, principalmente no período de

ditadura militar. Para ele, a insurgência dos movimentos e lutas populares no campo representa um dos acontecimentos políticos mais importantes na história brasileira, sobretudo porque os partidos legais e clandestinos não deram conta de responder aos anseios da população camponesa. Os partidos apresentavam claramente dificuldades práticas, teóricas e doutrinárias para acompanhar e incorporar as tensões sociais e as reivindicações camponesas.

José de Souza Martins influenciou de forma expressiva os trabalhos de Ariovaldo U. de Oliveira, principalmente na sua leitura acerca do processo de territorialização do capitalismo monopolista no campo e a marginalização da massa camponesa, ou seja, a dialética da conversão da terra de trabalho em terra de exploração. Nesse contexto, em seu artigo "A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela terra", de abril de 1980, o autor defende a tese de que a falência da reforma agrária distributivista constituiu na história do país um fator político fundamental da luta contra o capital que a "luta pela terra" liderada pelos movimentos camponeses assumiu.

Posteriormente, a sujeição da renda da terra tornar-se-á um tema central à obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. O autor desenvolveu análises mais complexas após a publicação do livro aqui tratado; mesmo tendo o objetivo de ser didático e, portanto, incorporar uma linguagem mais simplificada, ele representa o momento em que os movimentos sociais rurais passavam a ganhar visibilidade no cenário social brasileiro e no meio acadêmico. Basta lembrar que esse autor tem uma bibliografia extensa e que investiga a incorporação de grande parte do território nacional pelo capital monopolista. A territorialização do capital no campo brasileiro é um elemento estrutural do desenvolvimento do modelo capitalista de produção cuja contradição mais gritante é formação de uma grande massa de trabalhadores sem-terras.

Oliveira oferece uma respeitável contribuição para a compreensão da intensificação das contradições sociais que são geradas a partir do espaço rural. Mostra o quão é importante considerar os movimentos sociais como portadores de uma estratégia de desen-

volvimento socioterritorial antagônica à impetrada pelo capitalismo monopolista. O autor suplanta o marxismo ortodoxo, já que no contexto das contradições da sociedade capitalista ele enfatiza aqueles aspectos relacionados com a reprodução contínua dos camponeses, influenciando, dessa forma, o conjunto de estudos mais atuais sobre o movimento camponês que investe na discussão que permeou os debates da esquerda europeia no final do século XIX e início do século XX, acerca da verdadeira natureza da identidade camponesa baseados em interpretações teóricas clássicas de autores como Lenin, Rosa de Luxemburg, Theodor Shanin, Karl Kautsky, enfim, autores que debateram sobre a pertinência da classe histórica dos camponeses.

Isso nos mostra como esse debate, que não é recente, envolveu diferentes estudiosos e correntes teóricas. As maiores contribuições foram dadas pelos pensadores que utilizam a teoria marxista ao interpretar o campesinato a partir das relações de classe e os conflitos existentes entre elas. De forma geral, acreditava-se que o campesinato não teria lugar na sociedade com a intensificação e disseminação das relações capitalistas pelo globo todo, de forma determinística. A modernização das forças produtivas levaria à eliminação das relações sociais de produção atrasadas.

Os trabalhos de Andrade e de Oliveira serviram de fundamento para pesquisadores que, tal como os clássicos, acreditam que o estabelecimento de modernas relações sociais está vinculado à modernização das relações de produção. Esses autores sublinham, no entanto, que há um desacerto entre a modernização das forças produtivas e o desenvolvimento das forças sociais, isso porque a realidade aponta para a reprodução e existência do campesinato no processo contraditório e desigual das relações capitalistas, no qual os camponeses têm se desenvolvido por meio das lutas e resistência nos diferentes movimentos sociais no campo. A consciência política capaz de estimular as potencialidades desses movimentos camponeses se desenvolve não necessariamente da modernização das forças produtivas, mas pela crescente capacidade de se colocarem contra as estratégias de dominação e subordinação. Esses movi-

mentos sociais se distinguem por se apresentarem como a principal forma de os camponeses se rebelarem contra a ordem desigual e reivindicar melhores condições de vida, ensejando expressivas transformações sociais. Sua existência é, portanto, possibilitada por meio da ação dos movimentos sociais.

Em suma, buscamos apresentar neste capítulo um panorama de obras que consideramos pioneiras e que serviram e continuam a servir de referência para os estudos de geografia que têm os movimentos sociais como foco de pesquisa. Com base nessas leituras, concluímos que tal temática reproduziu a divisão existente entre campo e cidade, entre rural e urbano. Nesse sentido, verifiquei que as bases teóricas utilizadas por esses autores são estrangeiras ao campo geográfico; são trabalhos realizados por sociólogos e historiadores, sem os quais possivelmente nosso atraso em tratar dos movimentos sociais seria maior, embora esse fato demonstre a falta de propostas teóricas e conceituais por parte de nossa disciplina.

No Quadro 2, buscamos sintetizar as características gerais dos estudos pioneiros. São apresentados o referencial teórico-conceitual, a concepção de espaço assumido pelo autor e o campo de análise. Dispomos os estudos seguindo a ordem cronológica, considerando a data da primeira edição.

De maneira geral, podemos concluir que os estudos sobre movimentos sociais urbanos se desenvolveram de forma independente dos estudos sobre os movimentos sociais rurais. Cada um desses campos adotou referenciais diferentes. Os estudos dos urbanos adotaram os sociólogos europeus como matriz, sobretudo aqueles que se destacaram por realizar releituras do marxismo, a exemplo de Manuel Castells e Jean Lojikne. Suas análises centraram-se no problema do acesso aos bens de consumo coletivo por parte dos cidadãos de baixa renda e no papel do Estado como principal interlocutor junto aos movimentos reivindicatórios. A natureza do Estado e seu engajamento na sociedade capitalista são colocados como um tema central para a compreensão do processo de apropriação do espaço urbano por parte dos especuladores e o atendimento das reivindicações dos movimentos.

Quadro 2 – Síntese das características gerais dos estudos geográficos pioneiros acerca dos movimentos sociais – década de 1980

Autores	**Concepção de espaço**			**Campo de análise**	
	Como recorte analítico	Como substrato das relações sociais	Produzido a partir dos conflitos sociais	Urbano	Rural
Castro, 1967		X			X
Andrade, 1964		X			X
Viana, 1980	X			X	
Bernardes, 1983	X			X	
Moreira, 1984			X	X	X
Kahil, 1985			X		X
Andrade, 1986		X			X
Mizubuti, 1986	X			X	
Silva, 1992			X	X	
Souza, 1988	X		X	X	
Rodrigues, 1988			X	X	
Oliveira, 1988			X		X

No que se refere aos estudos rurais, os primeiros trabalhos se basearam no levantamento das experiências históricas de revoltas e reivindicações camponesas, na valorização da ação sindical em detrimento dos movimentos de sem-terras. Uma exceção é o estudo de Samira Kahil voltado para a análise de um caso em especial, mas incorporando-o ao movimento geral de expropriação dos camponeses ante os interesses do capital monopolizador e do Estado burguês. No que tange às influências, mais uma vez há o destaque para os sociólogos, principalmente as publicações de José de Sousa Martins (1979; 1981). Nesse primeiro momento, na década de 1980, os estudos concebem os movimentos camponeses como uma reação à lógica expropriadora do capital que intensifica a sujeição da renda da terra. Estudos posteriores, porém, desenvolveram um conjunto de trabalhos que problematizam de forma mais específica a formação da classe camponesa no Brasil por meio da

adoção de autores clássicos como Lenin, Trotsky, Chayanov entre outros.[28]

Os trabalhos apresentados ao longo deste capítulo foram os pioneiros e serviram de orientação para os estudos dos movimentos sociais realizados por estudantes de graduação e pós-graduação por todo o país. O fato de ressaltar que esses trabalhos tiveram que se ancorar em bases teóricas estrangeiras ou de outras ciências em hipótese alguma minimiza a importância dessas pesquisas para o desenvolvimento da geografia. Pelo contrário, o empenho de seus autores na busca por referências nem sempre dispostas de forma imediata para a leitura dos brasileiros mostra como foram de grande relevância seus esforços em estreitar o diálogo com outras ciências, sobretudo a sociologia, campo do conhecimento que se adiantou no tratamento dos movimentos sociais.

28 É o caso de trabalhos como os de Eliane Tomiasi Paulino (2003), Rosemeire Aparecida de Almeida (2003) e Marco Antonio Mitidiero Junior (2002 e 2008), orientados por Ariovaldo U. de Oliveira, e de João Edmilson Fabrini (2002), orientado por Bernardo Mançano Fernandes.

3
Movimentos sociais na geografia: os estudos propositivos

Com base no que foi visto anteriormente, podemos afirmar que a adoção dos movimentos sociais no campo da pesquisa geográfica, na década de 1980, contribuiu para uma maior valorização do espaço no conjunto das pesquisas sobre as dinâmicas e processos sociais. Os estudos das experiências de lutas que se desenvolveram tendo como forças antagônicas os agentes do capitalismo monopolista e a ação seletiva do Estado de um lado, e a sociedade organizada de outro, apontaram o espaço como uma dimensão fundamental não só dos movimentos sociais, mas, também, do quadro geral dos conflitos em uma sociedade de classes. Tanto do ponto de vista teórico quanto no conjunto dos acontecimentos do momento, os movimentos sociais passaram a ser considerados como sujeitos da transformação social.

Entre as décadas de 1970 e 1980, toda agitação do contexto de abertura política brasileira havia gerado um otimismo naqueles setores da sociedade que almejavam por mudanças políticas e sociais. No campo teórico, surgiram os primeiros ensaios a fim de desenvolver um novo modelo explicativo que pudesse interpretar as especificidades das mobilizações emergentes, e que, ao mesmo tempo, permitisse um entendimento ampliado do sindicalismo nascente. O movimento sindical e o conjunto das ações coletivas

que ocorriam, principalmente nas metrópoles, foram analisados a partir do paradigma marxista clássico das lutas de classe e da relação classe-Estado. Não obstante essa influência marxista, os quadros explicativos que surgiram ampliaram as perspectivas para além das análises da inserção dos sujeitos no sistema de produção, apontando as potencialidades geradoras da transformação a partir da inserção dos setores mobilizados na esfera da reprodução social. Esse é o caso dos estudos acerca das associações de moradores.

O referencial marxista perpassa a totalidade da produção científica sobre os movimentos sociais realizada na geografia. Apesar de nos dois casos – rural ou urbano – os sujeitos envolvidos nas mobilizações não terem sido vistos simplesmente como componentes de um sistema produtivo que se encerra nas relações capitalistas. O tão criticado estruturalismo marxista não chegou a ser um problema tão grande para os geógrafos. Talvez, porque a geografia tenha se atentado para essa corrente teórica tardiamente, no momento em que suas deficiências já haviam sido apontadas.

Os trabalhos já mencionados de Moreira (1985) e de Oliveira (1988), são exemplos de estudos geográficos que ampliam a visão marxista acerca dos processos sociais. Tais autores criticam a ideia de que em seu desenvolvimento o capitalismo imporia *somente* duas opções ao campesinato: ou se extingue ou se diferencia, tornando-se proletário ou burguês.[1] De modo geral, eles apontam que mesmo com a irrefreável modernização da agricultura no Brasil, o campo tem sido um excepcional ponto de referência para o entendimento do desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção,[2]

1 O grande defensor da ideia de diferenciação do campesinato foi Lenin (1985), suas argumentações estão presentes em seu estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Outro autor tributário da ideia da extinção do campesinato é Kautsky (1986), que, mesmo reconhecendo a grande capacidade de recriação dos camponeses, apontou seu desaparecimento, assim como o da produção capitalista, no curso histórico rumo ao socialismo. O fim do campesinato para Kautsky está condicionado à implantação do socialismo.

2 Ruy Moreira (1985) dá uma importante contribuição para a análise geográfica dos processos sociais ao desenvolver uma visão que se contrapõe à perspectiva do desenvolvimento linear do capital, assim como seu desdobramento unívoco

pois é nele que, fundamentalmente, encontramos as condições que levam à reprodução das relações de produção não capitalistas. Essa é a ideia básica que permite a compreensão da natureza e recriação da classe camponesa no país.[3]

A produção geográfica naquele momento foi marcada pelas seguintes características:

a) uma marcante segmentação da base de referência empírica das pesquisas e das teorizações: o urbano e o rural. Mesmo com o afloramento de um conjunto diverso de mobilizações sociais, a tendência à segmentação levou às especializações temáticas, ancoradas em recortes paradigmáticos próprios;
b) na década de 1980, as pesquisas sobre movimentos sociais urbanos foram predominantes, especialmente os estudos de casos. A escala nas análises coincide com a base de referência territorial (recorte), suas reivindicações estão voltadas quase que exclusivamente para o Estado;
c) as pesquisas sobre movimentos sociais rurais são marcadas por um alto grau de generalidade, alguns estudos ignoram as especificidades dos casos, que, quase sempre, acabavam reduzidos ou enquadrados num modelo paradigmático único e hegemônico no interior do debate acadêmico; e
d) por último, destacamos a ausência de construções teórico--conceituais que permitissem inserir os movimentos sociais

sobre a relação cidade-campo. O campesinato e seu processo de trabalho se reproduzem numa relação contraditória com as determinações do modo de produção que vincula cidade e campo, de forma a manter a unidade de produção camponesa como uma prerrogativa para a manutenção do modelo de acumulação baseada no industrialismo e no agrarismo.

3 O trabalho camponês não compreende necessariamente o assalariamento, relação de trabalho fundamentalmente capitalista. O camponês também não é um pequeno capitalista cujo trabalho é exclusivamente regulado pela demanda do mercado. Isso ocorre porque a lógica da produção doméstica não compreende a circulação de dinheiro como capital (a valorização do valor como um fim em si mesmo), mas, como meio de satisfazer as necessidades da vida. A subordinação do camponês ao mercado se dá, sobretudo, pelo processo de sujeição da renda da terra ao capital.

> no quadro analítico específico da geografia. A timidez dos geógrafos teve como consequência uma grande influência de autores advindos de outras ciências.

Na década de 1980 e início da década de 1990, esteve ausente do debate geográfico uma postura mais propositiva do ponto de vista teórico-conceitual. A exceção fica por conta da crítica um pouco mais profunda realizada por Marcelo Lopes de Souza, em 1988; e que resultou numa abordagem mais complexa dos movimentos sociais no que se refere ao aspecto conceitual, como por exemplo, a distinção entre movimentos sociais e ativismos, formulada por ele.

Na segunda metade da década de 1980, a geografia nacional passou a contar com aquele que passaria a ser um dos grandes representantes de sua produção científica, se não o maior: a revista *Terra Livre*. Periódico que ajudou a sedimentar os estudos geográficos acerca dos movimentos sociais por meio de sua circulação nacional e por ser editado pela AGB, maior entidade representativa dos geógrafos brasileiros. Os artigos publicados sobre o tema atingiram maior quantidade de leitores, isso explica a relevância que os movimentos sociais passaram a ter durante a década de 1990. No plano prático, aos poucos os movimentos sociais passaram a ser concebidos como agentes de transformação do espaço no interior do quadro de conflitos sociais contemporâneos. No plano teórico, essa relevância caminhou rumo a uma maior acuidade no tratamento conceitual que foi dispensado aos movimentos sociais, com propostas de abordagens bastante significativas e consubstanciada na realidade.

A revista *Terra Livre* e sua contribuição ao desenvolvimento do tema

Organizada pela AGB nacional, a revista *Terra Livre* começou a circular em 1986. Atualmente ela constitui um dos principais periódicos da geografia brasileira, pois, além de reunir textos de

todas as áreas dessa ciência, também possui uma ampla circulação e reconhecimento internacional, bastando apontar sua classificação no sistema *Qualis* do Capes.[4] Outra característica que afirma a importância desse periódico é o fato de ele abarcar uma ampla e variada gama temática, assim como de diferentes autores. Se hoje os movimentos sociais não figuram como um tema estranho à nossa ciência, é, sem dúvida, em razão do relevante espaço que essa revista deu a autores que se ocuparam e continuam a se ocupar dessa problemática.

Mais recentemente, Melo e Silva (2007) mostraram o quanto os movimentos sociais constituíram-se numa temática tímida no campo das pesquisas, tanto na geografia quanto na sociologia. As autoras realizaram uma pesquisa nos artigos publicados pela *Terra Livre* e pela revista *Tempo Social*, organizada pelo Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). O período compreendido pela pesquisa inicia-se no ano de publicação dos primeiros números das revistas, 1986 para a *Terra Livre* e 1989 para a *Tempo Social*, até 2005. Os dois periódicos representam, nos termos das autoras, as *sínteses de pensamentos* das duas ciências. Segundo elas, os movimentos sociais, tomados como tema, tiveram pouca presença se comparados com artigos de outras temáticas. Numa comparação entre as duas revistas, a *Terra Livre* (7,8%) publicou o dobro de artigos publicados pela *Tempo Social* (3,4%).

Melo e Silva (2007) afirmam que, na geografia brasileira, a revista *Terra Livre* vem sendo um dos importantes espaços nos quais os geógrafos expõem suas conclusões a respeito dos movimentos sociais, com destaque para os estudos acerca dos movimentos sociais que atuam no campo, vinculados com a temática da reforma agrária. Essa é uma importante constatação, pois, de fato, os movimentos sociais estão diretamente relacionados às pesquisas sobre o

---

4 A revista *Terra Livre* é classificada no nível A2, de grande relevância nacional e de reconhecimento internacional. Na geografia nacional, as demais revistas classificadas nesse nível são: *Geografia* (Rio Claro); *Geousp* (USP); *Cidades* (Presidente Prudente); e *Revista Brasileira de Geomorfologia*. Essa classificação vigorava no ano de 2009.

campo brasileiro, numa inversão com relação ao início das pesquisas realizadas na década de 1980, na qual predominaram os estudos acerca dos movimentos sociais associados ao espaço urbano. Os temas urbanos compreenderam 6,8% dos artigos publicados. Percentual superior aos 4,7% dos temas rurais, contudo os movimentos sociais aparecem vinculados mais à temática rural, ao passo que, na temática urbana, as questões correntes são: segregação, metropolização e urbanização brasileira.

Dos estudos realizados na temática rural, os movimentos sociais correspondem a 31%. Esse fato pode ser explicado por diversos fatores: um deles é a grande expressividade que os movimentos camponeses ganharam no cenário nacional nas décadas de 1990 e 2000, especialmente a partir do espaço amplo que o MST conquistou no quadro dos conflitos sociais no país. Outro fator se deve a estreita relação dos movimentos sociais com outros temas pertinentes à problemática rural, a exemplo do Desenvolvimento Rural e da Reforma Agrária.

Já em seu primeiro número, a revista é publicada com o título "Avaliação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)". O destaque fica por conta do artigo de Ruy Moreira (1986, p.6-19), intitulado "Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão". Tal artigo não trata diretamente da temática dos movimentos sociais, mas insere sua discussão junto à luta política pela Reforma Agrária no contexto de crise do modelo de desenvolvimento capitalista, que vigorara, especialmente no campo brasileiro, até meados da década de 1980. O autor faz uma análise da evolução do capitalismo no Brasil e de sua espacialidade diferenciada, calcada na modernização,[5] tanto do latifúndio como do minifúndio (entendido como unidade de produção autônoma), e na política de movimentação da fronteira agrícola, na qual o assentamento dos camponeses, em áreas novas, serviu para atenuar as pressões sobre o monopólio fundiário. Essa junção de política modernizadora e de expansão da área agrícola

5 Moreira (1986) ressalta o papel do Estado nesse processo mediante a instituição do Estatuto da Terra.

constituiu um modelo político que conteve as lutas camponesas, ao mesmo tempo, manteve seu isolamento quanto a uma vinculação com as lutas do operariado urbano. Para o autor, o PNRA surge no contexto de esgotamento desse modelo de desenvolvimento rural.

O anúncio do PNRA resultou num recrudescimento dos conflitos agrários. Houve uma reação violenta dos grandes proprietários rurais por todo o país. As intensas acusações ao governo contaram com a participação categórica dos meios de comunicação, o número de ameaças e assassinatos a camponeses e suas lideranças sindicais aumentou, bem como a formação de milícias armadas. Por outro lado, o campesinato, além de apontar a *timidez* e o caráter *antirreforma* do PNRA, respondeu com denúncias, passeatas de protesto nas capitais e pontos estratégicos (como as agências do Incra) e as "invasões" de terras.[6] Seis meses depois de seu anúncio, o PRNA chegou à sua versão final com diversas mudanças que, para os camponeses, representou um recuo às pressões dos representantes dos grandes proprietários de terra. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Conferência Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) são citadas como formas de organização em torno da qual a classe camponesa se mobilizou para contestar o conteúdo do PNRA.

O texto de Moreira é importante porque contextualiza o debate acerca da reforma agrária junto à conjuntura política e social brasileira no período pós-ditadura. Ele não trata diretamente dos

6 O autor aponta as denúncias de compra e estocagem de armas nos estados de Pará, Paraná e Santa Catarina; os massacres de camponeses no sul do Pará, norte de Goiás e interior da Bahia. Menciona, ainda, a formação de algumas organizações, a exemplo da Sociedade Rural Brasileira, Sociedade Rural do Sudoeste do Paraná e da Confederação Nacional da Agricultura. A reação por parte dos camponeses foi imediata, e se deu por meio de ocupações nos estados de Ceará, Bahia, Goiás, Pará, Maranhão (diversos pontos de conflito no Bico do Papagaio, centro crítico das lutas camponesas na década de 1960), Minas Gerais (sobretudo nas antigas áreas de conflitos do norte), Paraná (com grande participação da população indígena) e Santa Catarina (estado onde o MST reaviva antigas reivindicações). Essa agitação repercutiu junto aos trabalhadores urbanos e recebeu apoio de sindicatos, estudantes e intelectuais.

movimentos sociais, mas elabora um quadro histórico e geográfico que revela um processo de espacialidade diferencial progressivo, baseado na usurpação da autonomia do campesinato pelo capital, e que tem como resultado, o acirramento da luta de classes no Brasil.

Sob coordenação do professor José William Vesentini, o número 4 da revista foi publicado em 1988, com o título: "Geografia e Lutas Sociais". Esse título nos leva a concluir que sua proposta era realizar uma discussão vertical sobre o tema que ainda se encontrava em situação de emergência na geografia, o que, na nossa concepção, não foi concretizado, já que, dos sete artigos trazidos pela revista,[7] somente dois trataram mais diretamente de experiências de lutas sociais.

Nelson Rego (1988) publicou um texto intitulado "A experiência de autogestão dos trabalhadores agrários de Nova Ronda Alta e o seu significado para o Movimento dos Sem-Terra". Esse texto não trata diretamente de um movimento social e das questões que envolvem sua prática, nem de sua natureza e estrutura, mas explorou um exemplo de estratégia de reprodução social com base em um elevado nível de autonomia: que foi a experiência dos camponeses da Associação de Agricultores de Nova Ronda Alta, no município de Ronda Alta, localizado no estado do Rio Grande do Sul. Mesmo advertindo sobre os limites das alternativas que esses trabalhadores encontravam para produzir e comercializar, uma vez que viviam cerceados pelas regras do crédito governamental e pelo controle oligopolístico do mercado de produtos agrícolas. A propriedade coletiva dos meios de produção, sustentada por uma forte coesão social, garantiu a essa comunidade um nível material de existência substancialmente superior ao da maioria dos trabalhadores e pequenos proprietários de terras.

O autor parte de uma análise da luta na terra que essa comunidade empreendeu na busca pela sobrevivência, alcançando um relativo sucesso. A luta na terra é a luta contra a proletarização e

---

7 Os demais temas são: ensino, ecodesenvolvimento, espaço brasileiro e relação espaço/tempo.

contra o estado de indigência que muitos camponeses se encontram em razão de sua subordinação ao circuito agroindustrial e da linhas de financiamento bancário. Rego vê esse caso como um exemplo que deve servir de orientação para a viabilização dos assentamentos do MST, mais especificamente, no caso das 300 famílias acampadas nas terras Annoni, vizinhas à Ronda Alta. Portanto, o texto dá enfoque a um momento da luta empreendida pelos movimentos sociais rurais: o da luta na terra. Esse momento compreende um conjunto de questões que dizem respeito às dificuldades vividas pelos camponeses que já se encontram na condição de assentados, ou seja, já são proprietários de seus meios de produção e de vida. Nessa situação, o mais comum é que a propriedade camponesa se baseie na exploração do trabalho familiar, não com o objetivo da acumulação de capital, mas focando a sobrevivência da própria unidade familiar. Nesse sentido, a produção de mercadorias busca a obtenção de dinheiro para a aquisição de mercadorias que não são produzidas no interior da unidade, mas que são indispensáveis à reprodução da família.

A luta na terra diz respeito a um processo no qual a família busca continuar existindo na forma de "família camponesa". Isso implica um existir que rompe com os limites da subordinação da produção à lógica capitalista. Esse processo se dá no cotidiano das famílias, de forma que as decisões tomadas sejam orientadas pelas necessidades familiares. Dessa forma, a família se encontra presente em todos os momentos, desde a forma de trabalhar a terra até a forma pela qual se dá a divisão do trabalho. A recriação da condição de camponês não acaba com a conquista da terra, muitos assentados continuam a se identificar como "sem-terra", isso ocorre porque a experiência da luta envolve dimensões culturais e valorativas relacionadas à identidade camponesa. Por meio das experiências adquiridas na vida e na luta, a identidade camponesa vai além da mera condição de proprietário, por isso ela não cessa no momento posterior à conquista. Entender a luta na terra e apontar caminhos alternativos é tão importante quanto entender os processos de luta por sua conquista, essa é a maior contribuição de Rego (1988).

O número 6 da revista, publicado em 1989, com o título de "Território e cidadania: da luta pela terra ao direito à vida", apresenta dois artigos que tratam especificamente sobre movimentos sociais: um deles dá enfoque à luta histórica ocorrida no estado de Goiás entre as décadas de 1959 e 1960 que ficou conhecida como O movimento camponês de Formoso e Trombas; o outro, intitulado "O Movimento Sem-Terra de Sumaré: espaço de conscientização e de luta pela posse de terra", chama nossa atenção por se tratar de um evento mais próximo do ponto de vista histórico. Seu autor, Luiz Carlos Tarelho (1989), realiza uma reflexão da experiência popular ocorrida no final do ano 1983, na cidade de Sumaré, situada na região de Campinas (SP). No texto, o autor expõe a ação do grupo de trabalhadores que passou a se autodenominar "Os Sem-Terra de Sumaré". As ocupações realizadas pelos trabalhadores são interpretadas como forma de conquista da terra, meio pelo qual os trabalhadores buscaram superar a situação de miséria e de exclusão social imputada pela lógica excludente do capitalismo. O alvo desse movimento foi o Estado, via Secretaria Estadual de Agricultura, que, depois de um período de negociações com a Fepasa, proprietária da área ocupada, atendeu as demandas dos trabalhadores. O autor destaca o papel dessa experiência como exemplo para outras ações de ocupação, surgindo, a partir dela, um número maior de movimentos camponeses.

De 1990 a 2002, período que compreende os números 7 a 18, os movimentos sociais pouco apareceram como tema de artigos publicados pela revista *Terra Livre*. Na edição de número 15, de 2000, é publicado o artigo "Movimento social como categoria geográfica", de Bernardo Mançano Fernandes (2000a), texto considerado por nós como inovador no tratamento dado aos movimentos sociais, justamente por dar o primeiro passo em direção a uma teorização autenticamente geográfica ao tema. Nesse artigo, estão sintetizados os pressupostos e as hipóteses defendidas em trabalhos anteriores, mais precisamente, na dissertação de mestrado: "MST: formação e territorialização", defendida em 1996; e na tese de doutorado: "Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e

territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem--Terras – MST: 1979-1999", defendida em 1999. Outro trabalho anteriormente publicado e que já continha alguns pressupostos que darão base às ideias defendidas pelo autor é o texto de Jean Yves Martin (1977): "A geograficidade dos movimentos socioespaciais", publicado no *Caderno Prudentino de Geografia* (CPG) em 1997. Os trabalhos citados, em conjunto, constituem a base teórica e argumentativa dos conceitos de movimento socioespacial e socioterritorial. Trataremos deles de forma detalhada mais à frente. Por ora, basta registrar suas publicações no período enfocado.

O número 19 da revista *Terra Livre*, publicado em 2002, é dedicado à publicação de artigos sobre os movimentos sociais e as contribuições teóricas de seus estudos para o campo da pesquisa geográfica. Essa edição tem como título: "Geografia, movimentos sociais e teoria", e contém 17 artigos, dos quais 13 abordam de forma direta ou indireta os movimentos sociais e/ou questões transversais a eles. Um exemplo é o artigo de Tânia Paula da Silva (2002), que enfoca os fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola implementado pelos assentados vinculados ao MST. Da importante contribuição dada por essa edição aos estudos geográficos dos movimentos sociais, destacamos o texto de Jean Yves Martin (2002): "Uma geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST".

Nesse texto, o autor se contrapõe ao discurso neoliberal sobre o fim da geografia assim como o da história, discurso esse que pretende tornar-se hegemônico. A tese de Martin (2002) é a de que a geografia já dispõe de um conjunto de conhecimentos que se destaca no conjunto das demais ciências, principalmente no que se refere à elaboração de um paradigma capaz de compreender as mudanças sociais e territoriais contemporâneas. Atualmente, a mobilização popular que se desenvolve na forma de movimento social possui um caráter territorial radical.

As tendências de uniformização cultural e de universalização do domínio capitalista sobre os territórios encontram, na radicalidade popular, um obstáculo à sua expansão. Tanto no meio rural, como

no meio urbano, a população manifesta sua vontade em manter suas raízes territoriais. Essa manifestação está voltada para uma dinâmica de solidariedade que dá suporte a um projeto de vinculação ao próprio espaço, ao mesmo tempo que os movimentos se mobilizam para refutar a tendência de universalização. O autor coloca esse conflito de uma tendência universalizadora e a luta pela resistência, nos termos da luta de classes. Nesse sentido, a ação política das minorias abarca uma variada gama de manifestações que, em comum, têm o fato de a luta de classes se inscrever no espaço, isso ocorre porque o espaço é cada vez mais o meio e o fim pelo qual os processos sociais se efetivam. Nesse embate entre classes, o espaço é concebido como trunfo.

Martin (2002) se fundamenta nas ideias de Henri Lefebvre a respeito da produção do espaço e da sua "funcionalidade" a serviço da reprodução das relações sociais. Outra referência é o filósofo Michel Foucault, para quem a geografia não é entendida somente como uma ciência, mas também como territorialidade, sendo, portanto, de grande relevância para a compreensão dos processos contemporâneos de dominação e controle. Como consequência da dinâmica social apontada no artigo, no interior do conflito social, o MST torna-se representante de uma territorialidade de resistência específica, contida no objetivo da defesa do território camponês. Tal processo resulta da apropriação permanente do espaço geográfico por meio de práticas territoriais individuais e sociais, seu conteúdo é tanto material quanto ideal. Temos, assim, o caráter multidimensional do território.[8]

O MST trata-se de um movimento socioterritorial, essa é a tese defendida por Martin. Esse movimento é portador de uma radicalidade específica, fundada na territorialidade camponesa,

8 Outro elemento importante presente no texto é a ideia da constituição dos territórios, já que: no embate entre a busca pela hegemonia por parte do capital e da resistência por parte da territorialidade camponesa, manifestada na forma de luta dos movimentos camponeses, temos o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização.

cuja existência depende da reprodução de seu território, por isso, o território é seu trunfo. Para consubstanciar suas formulações, o autor faz uma explanação a respeito das diferenças que existem entre o processo de espacialização e o processo de territorialização. O primeiro trata-se da constituição do espaço tal como ele é, já o segundo, é constituído com base em novas territorialidades que "transgridem e ultrapassam", mesmo que de forma tímida, "as estruturas herdadas do espaço geográfico" (Martin, 2002, p.23). Em sua conceituação, notamos a influência das ideias de Claude Raffestin. Principalmente da sua concepção de formação do território a partir do espaço, já que o território, na concepção raffestniana, toma forma a partir das inscrições das relações de poder sobre o geográfico (Raffestin, 1993).

Um movimento social pode se compor como movimento socioespacial se no processo de sua constituição, ele se inscrever nas estruturas espaciais já existentes, sem, necessariamente, colocá-las em questão. Para nós, um importante exemplo de movimento socioespacial é o sindicato, que tem nas relações de trabalho seu alvo de politização e uma inscrição no espaço que, de acordo com a legislação brasileira (art. 8º, inciso II da Constituição Federal), se dá em bases municipais. Mesmo o MST pode ser considerado um movimento socioespacial, se sua ação não ultrapassar seu caráter espacializador, a saber, a forma pela qual o movimento se distribui pelo espaço nacional.

No que se refere à natureza territorial e territorializante dos movimentos sociais, que podem ser considerados socioterritoriais, deve-se, num primeiro momento, considerar a lógica de expropriação que faz que esses movimentos tenham a ocupação como estratégia de resistência. Esse fato decorre do questionamento que a ocupação impõe, no nível local, a uma ordem estabelecida por processos que estão organicamente vinculados ao desenvolvimento mais amplo do território do capital. A ocupação corresponde a um conjunto de práticas sociais que constroem e estruturam o movimento socioterritorial. A ocupação é, portanto, uma prática definidora do movimento socioterritorial.

Citando Fernandes[9] (2000b), Martin afirma que as ocupações agrupam famílias de várias partes do país, rompendo com o localismo e com os interesses que visam dificultam a ampliação da luta dos trabalhadores. Ao contrário dos sindicatos, que ficam restritos a uma base municipal, o MST, entendido como um movimento socioterritorial, realiza a combinação de dois processos diferentes, mas que são indissociáveis no desenvolvimento da participação política: a espacialização e a territorialização. Numa visão integradora de seus aspectos organizacionais e de seus projetos, Martin aponta que os movimentos socioespaciais não colocam em questão os recortes político-administrativos impostos pela política institucional. Para eles, espaço e recorte espacial são sinônimos, não ultrapassando os aspectos funcionais em suas propostas. Em oposição, os movimentos socioterritoriais atuam de maneira a viabilizarem práticas alternativas de apropriação do espaço, práticas essas que rompem com as escalas impostas pelos usos estritamente capitalistas e pelos recortes institucionais. A luta local se vincula com a luta nacional no processo de territorialização.

As formulações realizadas por Martin (2002) se amparam, no plano teórico e ideológico, numa perspectiva de valorização do espaço no interior da teoria social crítica. Perspectiva essa baseada amplamente nos trabalhos de autores como Henri Lefebvre, David Harvey e Edward Soja, com uma importante participação de Michael Foucault. Na verdade, este último aparece como interlocutor dos demais. Todos esses autores têm em comum a crítica à sociedade capitalista e à correspondente estratégia de universalização de seus valores, de suas práticas e de suas ideias, a partir da qual se dá a dominação e o controle dos processos espaciais. Desse modo, é por meio do espaço que se abrem as possibilidades de mudanças para as camadas populares que vivem marginalizadas e excluídas das benesses produzidas socialmente.

---

9 Autor que divide com Martin a elaboração das ideias aqui apresentadas.

Publicações em outras revistas

Ao organizar sistematicamente as fontes que serviram, até o momento, para a fundamentação de nossas formulações, utilizamos um conjunto de trabalhos (livros, artigos, dissertações e teses) que tiveram uma circulação de abrangência nacional. Dois foram os motivos que nos levaram a adotar esse procedimento: o primeiro diz respeito à relevância que esses meios conseguiram junto à comunidade de geógrafos no transcurso do desenvolvimento da própria geografia nacional. É provável que algumas publicações tenham ficado de fora da sistematização aqui realizada, essa ausência se justifica pelo fato desses trabalhos pouco influenciarem o desenvolvimento da temática. O segundo motivo diz respeito à amplitude da circulação desses materiais. No caso dos periódicos, privilegiamos aqueles dois exemplos que têm circulação e inserção amplas na comunidade geográfica: a revista *Terra Livre* e o *Boletim Paulista de Geografia* (*BPG*). Acreditamos que esses dois canais de divulgação representam e representaram com fidelidade o "estado da arte" e a evolução da pesquisa em geografia no país.

A revista *Terra Livre* foi um importante espaço que os autores encontraram para expor suas análises sobre os movimentos sociais, enfocar seus aspectos teóricos e propor leituras diferenciadas desses fenômenos. Não obstante, tal revista não foi o único meio de divulgação dessas abordagens. No início da década de 1990, outros periódicos vinculados a Departamentos de Geografia em Universidades brasileiras reuniram um número importante de artigos sobre movimentos sociais, alguns já eram conhecidos da comunidade de geógrafos, outros não.

Com o fito de exemplificar nossa afirmação, apresentamos de forma sumária um artigo publicado no *Boletim Goiano de Geografia* (n.9-10), de 1990, como exemplo de publicação que não obteve uma ampla divulgação. Seu título é: "Associação das Vítimas do Césio-137: identidade e diversidade de um movimento social". Suas autoras, Clyce Louise Wiederhecker e Elza Guedes Chaves (1990), buscaram relacionar o acidente com o Césio-137, ocorrido

em Goiânia em 1987, com problemas de ordem conjuntural e estrutural, como o processo de militarização do uso da energia nuclear no país, que vigorava naquele momento, e o processo de segregação socioespacial, reflexo da mercantilização do espaço urbano na sociedade capitalista. Este último aspecto fica mais evidente com os apontamentos das autoras em relação à miséria presente nas cidades, que acabam por empurrar centenas de pessoas às atividades de risco para sobreviver. Tal como ocorreu naquele evento, quando um grande número de pessoas juntava e vendia chumbo a um ferro velho. Em âmbito nacional, o evento em questão chamou a atenção da população para o problema do uso inadequado do material radioativo e suas consequências sociais.

Wiederhecker e Chaves (1990) fazem uma análise da estrutura do espaço urbano de Goiânia, em especial da área onde ocorreu o evento com o Césio-137. Duas conclusões ficam evidentes: a desvalorização da área afetada e, junto a essa, a edificação no imaginário da população de uma concepção estigmatizada do fato ocorrido e do espaço onde ocorreu. As autoras apresentam uma visão ampla da forma como o acidente marcou a população, focando, também, sua dimensão subjetiva, ao demarcar as condições que levaram os atingidos a organizar-se na forma de um movimento social: a Associação das Vítimas do Césio-137. O objetivo da associação era: a) garantir os direitos dos atingidos; (b) a busca por informações confiáveis; e (c) consolidar uma identidade entre as vítimas (Wiederhecker; Chaves, 1990, p.3).

Mesmo dando ênfase aos rebatimentos subjetivos de uma tragédia, a dimensão social não fica de fora da análise, dada a capacidade dos envolvidos em realizar uma interpretação do fato ocorrido considerando seu contexto social. Uma referência importante para as autoras é Pedro Jacobi, para quem os movimentos sociais apresentam uma base diversificada, relacionada com os problemas decorrentes das transformações no modo de vida urbano. Esses problemas atingem não somente as periferias, mas o conjunto do espaço urbano. Essa base diversificada é apontada no texto como uma especificidade do movimento analisado, uma vez que o aci-

dente afetou diversos aspectos da vida dos moradores e diferentes grupos sociais.

Uma particularidade desse caso analisado diz respeito à natureza do problema que gerou a mobilização: uma tragédia. Evento que mudou a vida dos moradores de forma imediata. A heterogeneidade da base social desse movimento está intrinsecamente relacionada à natureza do problema. No interior do movimento havia os "diretamente afetados", para os quais a assistência médica era uma reivindicação, e os "indiretamente afetados", mais voltados para as demandas de infraestrutura e de busca por informações seguras a respeito do fato ocorrido. Por último, uma outra especificidade apontada pelas autoras foi o isolamento do movimento em relação a outros movimentos e outras instâncias de participação popular que não se identificavam prontamente com os problemas vividos pelos membros da associação.

O artigo analisado é um importante exemplo de estudo sobre movimentos sociais que não obteve uma ampla divulgação, talvez porque não teve como veículo um periódico de circulação nacional, mas que nem por isso se manteve isolado do movimento geral de desenvolvimento da temática. Todas as características da forma de tratamento dispensada aos movimentos sociais por geógrafos na década de 1980 estão presentes nesse artigo. Como exemplo: a utilização de referenciais teóricos estrangeiros à geografia (cabe lembrar que Elza Guedes Chaves é formada em sociologia), a inserção da mobilização estudada no campo dos movimentos sociais urbanos, a ausência de propostas teóricas e conceituais, a visão classista da produção do espaço, o problema da base social do movimento e de sua constituição; enfim, todos podem ser considerados como questões comuns aos estudos pioneiros dos movimentos sociais da geografia nacional na década de 1980.

Para terminar nossa explanação sobre outras publicações que também abriram espaço para os estudos sobre movimento sociais, podemos citar os volumes 21/22 do *Boletim de Geografia Teorética*, de 1992, publicado pela Associação de Geografia Teorética (Ageteo), de Rio Claro (SP). Esse volume publicou um conjunto de arti-

gos[10] voltados exclusivamente para a temática dos movimentos sociais urbanos. Muitos autores desses artigos haviam concluído seus trabalhos de pós-graduação no final da década de 1980, a exemplo de Silva (1992) e Rodrigues (1988). De maneira geral, predominou uma visão ampla sobre os problemas resultantes da ação dos agentes capitalistas no processo de mercantilização do espaço urbano, das intervenções estatais (privilegiando as classes dominantes) e a ação dos movimentos sociais concebidos como resposta às desigualdades geradas no âmbito desse processo. Por último, apontamos o *Caderno Prudentino de Geografia*, publicado pela AGB de Presidente Prudente (SP) e que, ao longo das décadas de 1980 e 1990 publicou, de forma esporádica, alguns artigos que abordaram os movimentos sociais. Mas foi na edição 19/20, de 1997, que o trabalho de Jean Yves Martin (1997), "A geograficidade dos movimentos sociais" é publicado, contendo os apontamentos iniciais de suas formulação sobre movimentos socioespaciais, ao qual já nos reportamos anteriormente neste capítulo.

Os estudos sistematizadores

Poucos foram os esforços em busca da sistematização dos estudos a respeito dos movimentos sociais realizados na geografia brasileira. *Grosso modo*, essa tarefa ficava restrita aos capítulos iniciais das teses, dissertações e livros, que realizavam uma listagem das principais obras do tema, sem, contudo, buscar compreender as questões epistemológicas ou mesmo estabelecer uma cronologia e/ou uma genealogia dessas contribuições para o desenvolvimento da ciência geográfica. Dois autores dedicam-se um pouco mais a essa tarefa, Santos (2006) e Souza (2008). O primeiro é, na nossa concepção, a melhor sistematização realizada até o momento; nela, o autor chega a realizar uma tipologia detalhada dos estudos geo-

10 Bitoun (1992); Carlos (1992a; 1992b); Parisse (1992); Rodrigues (1992a; 1992b); Silva (1992a).

gráficos sobre os movimentos sociais; já o segundo realiza uma exposição mais concisa do panorama da produção geográfica mais focada nos estudos urbanos.

Em seu estudo acerca da espacialidade dos movimentos sociais, Santos (2006) afirma que, mesmo considerando todos os esforços dos pesquisadores a fim de apreender cientificamente os movimentos sociais e o espaço, a abordagem que busca conciliá-los é recente. Ele elabora uma sistematização das principais ideias e abordagens contidas nos trabalhos realizados por geógrafos brasileiros. Sua sistematização agrupa em três tendências, autores que possuem matrizes e orientações teóricas diferentes, mas que produziram leituras dos movimentos sociais parecidas. O fio condutor "não é a filiação ou a orientação teórica de cada autor, mas sim, a imagem espacial produzida como fruto da assunção dos movimentos sociais como objeto ou como motivador da sua reflexão" (Santos, 2006, p.31).

Sobre a expressão *imagem espacial*, podemos concluir que se refere aos resultados dos trabalhos que têm os movimentos sociais como objeto central, ou seja, a forma pela qual seus autores trabalham a relação entre o espaço e a mobilização social. Essas abordagens correspondem à centralização dos movimentos sociais no movimento do pensamento focado no espaço.

A sistematização de Santos (2006) está baseada numa divisão de três tendências analíticas, em primeiro lugar o autor apresenta a *geografia da organização dos movimentos sociais*, abordagem que reúne um conjunto de estudos que enfoca a ação dos movimentos sociais de uma maneira mais descritiva, cujos pontos relevantes são as formas de organização dos movimentos e o mapeamento de suas estruturas, o que poderia ser denominado *configuração espacial*, que, no bojo desses trabalhos, constitui as referências espaciais dos movimentos, semelhantes aos recortes político-administrativos (ibidem, p.29). Esses recortes são compreendidos como construções escalares que prefiguram a abrangência territorial que orientam a ação dos movimentos, tal como o bairro numa escala local. Ou então, são considerados tomando-se por base uma concepção de espacialidade que se confunde com a configuração espacial de

recortes tradicionais e preconcebidos, a exemplo do urbano, do rural, do local, do regional etc. Essa espacialidade está diretamente vinculada à possibilidade de enquadramento nesses recortes. Esse fato demonstra que há, do ponto de vista analítico, uma predominância do enfoque empírico com base na observação e na descrição. Os trabalhos que dão enfoque aos movimentos sociais urbanos são predominantes nessa tendência.

Alguns desses recortes já existem antes da própria configuração e da análise do movimento. Convém notar que essa tendência que privilegia os recortes político-administrativos, ou seja, recortes preestabelecidos, é importante na medida em que busca alcançar os processos e embates no campo da política. Esses recortes moldam padrões de conflito e de jogo político, o autor faz referência a ideia de *containeres* de poder do sociólogo inglês Anthony Giddens. Contudo, Santos (2006) faz uma crítica na qual avalia que tal abordagem tem um alcance limitado ao restringir a dimensão política desses movimentos aos mecanismos institucionais de representação e exercício do poder. Em todos os estudos tratados pelo autor, assim como no primeiro capítulo deste livro, podemos verificar que sua crítica é válida, já que em todos os trabalhos filiados à abordagem da *geografia da organização dos movimentos sociais* valoriza somente os movimentos que possuem certo nível de reconhecimento institucional ou são integrados ao sistema político e institucional do Estado.

Mesmo não se ausentando por completo do desenvolvimento teórico e conceitual, o que prevalece nesses estudos é a maneira descritiva com a qual as organizações dos movimentos são apresentadas. No que diz respeito à conceituação, o espaço é considerado como o espaço das contradições sociais, tendo um papel proeminente na *configuração* dos movimentos. Outra característica importante dessa tendência é o enfoque que se dá à interlocução dos movimentos com o Estado; muitas vezes o encaminhamento das demandas para o Estado aparece como a única forma de expressão política desses movimentos. Dessa forma, destacam-se os trabalhos de Bernardes (1983), Mizubuti (1986) e Silva (1992), detalhados

no capítulo anterior.[11] No plano teórico, há uma forte presença dos eurocomunistas como Manuel Castells e Jean Lojikne, autores da sociologia urbana europeia que consideram o espaço urbano como *lócus* por excelência da materialização das contradições sociais impetradas pelo capitalismo monopolista.

Em segundo lugar, Santos (2006) apresenta a abordagem denominada por ele "Geografia das lutas sociais", tendência caracterizada por um enfoque que não se remete diretamente às organizações assumidas pelos movimentos sociais, tendo como objetivo principal tratar da materialização das lutas ensejadas pelos movimentos no quadro das contradições e dos conflitos sociais manifestados no espaço. Seu tratamento vai além da descrição das estratégias e dos recortes espaciais de atuação dos movimentos. Nessa abordagem, busca-se espacializar as lutas, assim como as dimensões que evidenciam os conflitos sociais. Os movimentos sociais não são considerados como objetos em si, nessa abordagem, as mobilizações coletivas são concebidas como recurso analítico para a identificação das espacialidades dos conflitos e das lutas sociais.

A geografia das lutas sociais é representante da vertente geográfica que procura consolidar o espaço na teoria social que tem, no marxismo, o fundamento teórico-conceitual. Nessa abordagem, o processo de produção do espaço capitalista, repleto de contradições, vai se configurar como fator propulsor do desenvolvimento dos movimentos sociais que, por sua vez, são concebidos como expressão da luta contra o capitalismo. Nesse sentido, o espaço caracteriza-se como uma instância da sociedade contraditória fundamental às suas manifestações. Como consequência da influência marxista nessa abordagem, a discussão acerca da definição do protagonista da transformação social surge como uma prerrogativa. A questão é colocada nos seguintes termos: seriam os movimentos

---

11 Santos acrescenta o estudo de Maria Therezinha Segadas Soares, intitulado, "Movimentos sociais urbanos: as associações de moradores de favelas do Município do Rio de Janeiro", publicado na *Revista Brasileira de Geografia* (Rio de Janeiro, v.51, n.4, p.97-108, out.-dez. 1989).

sociais portadores de potencialidades transformadoras, superando as expectativas daqueles que confiavam ao proletariado e aos partidos essa função? Se forem, quais movimentos são genuinamente transformadores? Nesse sentido, o autor aponta o problema de que a maior parte das mobilizações coletivas não coloca como princípio norteador de suas práticas a transformação global das sociedades.

O foco analítico se volta para as lutas e para as contradições sociais. Isso ocorre porque a indefinição do problema da natureza dos movimentos sociais parece ser uma questão de difícil resolução. Imbuídos do marxismo pós-geografia crítica, os autores dessa abordagem vão colocar a temática da luta política no cerne das atenções, e os seus desdobramentos espaciais são expressão concreta das relações sociais de dominação. As lutas de classes consubstanciam historicamente o quadro social conflituoso que está por trás das diversas configurações espaciais. Desse modo, os variados arranjos constituem expressão e dimensão das relações sociais, mais do que meros reflexos delas. Essa abordagem tem como resultado a elaboração das *geo-grafias das lutas sociais* consideradas como expressão espacial das relações e dos conflitos de classe. Ou seja, manifestam espacialmente as contradições e os conflitos da sociedade capitalista, caracterizada pela má distribuição da renda (e da terra) e pelo domínio de uma classe sobre outra.

Santos (2006) aponta os trabalhos de Oliveira (1988) e Souza (1988) como seus representantes, com a ressalva de que este último se posiciona como um crítico do marxismo estruturalista e das leituras que o tem como única referência. Para nós, Souza (1988) realiza uma ampliação da visão marxista com base na concepção autonomista de Cornelius Castoriadis. Ao que parece, as críticas de Souza (1988) aos marxistas se volta quase que exclusivamente a seu aspecto teleológico, ou seja, o marxismo pecaria no seu prognóstico. Por outro lado, sua análise das contradições da sociedade capitalista e dos conflitos de classe, vistos não mais como motor da história, mas como mais uma das características fundantes do capitalismo, valeria aos dias atuais.

Acrescentamos nessa abordagem o trabalho de Arlete Moysés Rodrigues (1988), detalhado no capítulo anterior. Considerando seu esforço na análise da morfologia dos movimentos e das etapas da construção das identidades dos movimentos, o foco guarda uma visão de totalidade tipicamente marxista, na qual a cidade constitui o local de materialização das contradições e desigualdades sociais.

Por último, Santos (2006) apresenta uma abordagem denominada de *geo-grafias dos movimentos sociais*. Seu desenvolvimento é recentemente na geografia brasileira, e tem como principal objetivo fortalecer a relação entre o espaço e os movimentos sociais. Os movimentos deixam de ser concebidos como meros objetos de análise para dar lugar às teorizações e construção de esquemas explicativos e conceitos que decorrem de suas próprias ações. Em alguns casos, tal como se busca defender ao longo dessa tese, o próprio conceito de movimento social pode ser redefinido e considerado como conceito geográfico.

Por um lado, essa tendência concebe que a proposição de categorias analíticas de leitura dos movimentos sociais a partir dos delineamentos conceituais da geografia atual constitui uma tarefa inadiável para aqueles que desejam fazer do espaço geográfico objeto e base de um método para o estudo das contradições sociais. Por outro lado, esses trabalhos apresentam a concepção de que os movimentos sociais, como categoria do pensamento geográfico, são importantes ferramentas na compreensão de novas espacialidades e territorialidades. Os movimentos sociais são portadores de práticas que encerram em si potências geradoras de uma forma alternativa de apropriação do espaço, que busca sua territorialização diante de um quadro de confronto social.

A principal característica dessa tendência é sua investida em direção à construção de um quadro teórico/conceitual no campo da geografia, ampliando dessa maneira suas possibilidades de análise, ou seja, predomina a preocupação com a delimitação e formulação conceitual no tratamento que a geografia pode dar aos movimentos sociais. Segundo Santos (2006), três autores despontam como realizadores de estudos propositivos no tratamento do tema dos

movimentos sociais na geografia brasileira. São eles: Carlos Walter Porto Gonçalves, Bernardo Mançano Fernandes e o próprio Emerson Renato dos Santos.

Uma visão panorâmica da produção científica sobre os ativismos urbanos

Souza (2008) inicia seus estudos sobre os movimentos sociais na segunda metade da década de 1980 e seu foco é o ativismo urbano. O autor mobiliza esforços a fim de aprimorar o emprego de certos conceitos no âmbito da análise geográfica. É bem provável que ele seja o primeiro geógrafo brasileiro a dar uma maior importância à questão conceitual. O movimento social é entendido como uma categoria mais cerrada, caracterizada por representar um tipo de ação coletiva de caráter agudamente crítico e com objetivos mais ambiciosos. Já o ativismo é um tipo de ação coletiva mais ampla, perene e de forte caráter público. O autor ainda elabora uma distinção baseada nas demandas dos ativismos, na qual privilegia a atuação dos "ativismos urbanos *em sentido forte*", vinculados às demandas voltadas diretamente ao espaço social, tocando problemas como a segregação residencial, a questão da moradia, o acesso à infraestrutura, entre outros. A maior contribuição de Souza (1988 e 2008) é elaborar uma distinção conceitual ao mesmo tempo que insere o debate no interior da teoria social crítica.

Sua explanação a respeito da produção geográfica dá enfoque aos movimentos sociais urbanos. Na verdade, seguindo a distinção conceitual sugerida pelo próprio autor, a maior parte das manifestações presentes nos estudos tratar-se-ia de ativismos urbanos, isso porque englobam mobilizações de caráter menos radicais, a exemplo das associações de moradores, Quebra-quebras, ações de protestos etc. Os ativismos urbanos possuem uma história longa no Brasil, e sua origem está associada às "comissões pró-melhoramentos" dos subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX. Estas últimas são consideradas como proto-organizações por não possuí-

rem um caráter ideológico muito definido. Nesse sentido, Souza se filia à tendência de análise da genealogia dos movimentos sociais inaugurada por Eric Hobsbawm, tal como vimos no capítulo 1.

No panorama da produção sobre o tema, Souza (2008) considera, além dos estudos geográficos, alguns realizados pela sociologia, cuja seleção e sistematização foram realizadas por outros autores. No que se refere ao desenvolvimento das pesquisas sobre o tema dos movimentos sociais, a periodização do autor combina com a apresentada nesta tese, sendo a década de 1980 o marco inicial desses estudos. A seguir, apontamos algumas conclusões apresentadas por Souza (2008), e que estão em conformidade com aquelas apontadas neste livro. São elas:

– os movimentos sociais somente se constituem, como temática da geografia brasileira, na década de 1980;
– nesse contexto, houve uma forte influência da geografia crítica e de seu referencial marcadamente marxista;
– de início, os movimentos urbanos foram privilegiados nas análises;
– predominaram estudos de caráter empírico (os estudos de caso);
– o conjunto do referencial teórico balizador das ideias sobre a temática era importado de outros países e de outras áreas do conhecimento; e
– atualmente, os trabalhos que mais se destacam, sobretudo no que se refere às propostas de análise especificamente geográfica, resultam dos estudos de autores que tem os movimentos rurais como objeto de reflexão.

Souza (2008) dá ênfase ao desenvolvimento do tema nas décadas de 1980 e 1990, apontando que esse foi o período de sua consolidação e declínio. Se no início desse período, agitado pela nascente geografia crítica, os movimentos sociais emergem como tema, principalmente os movimentos sociais urbanos, na década de 1990 a reflexão teórica passou a se concentrar nos conceitos que representavam "qualificações" do espaço e problemas de alcance meto-

dológico, como a valorização da rede e da escala (ibidem, p.175). Para o autor, no mesmo período, aqueles geógrafos de formação, devotados aos estudos agrários, começaram a dedicar-se ao estudo dos movimentos sociais e suas organizações.

De fato, os estudos sobre movimentos urbanos se concentraram, pelo menos nesse primeiro momento, nas manifestações urbanas, mas não podemos ignorar os estudos que citamos no capítulo anterior, tais como Kahil (1985) e Oliveira (1984 e 1988). Se voltarmos mais no tempo, veremos que as primeiras manifestações apontadas por geógrafos foram as Ligas Camponesas, tal como em Andrade (1964) e Castro (1967). De 1990 até hoje, é inegável que há um crescente número de estudos sobre os movimentos camponeses em detrimento dos movimentos sociais urbanos. A explicação para essa constatação vem da própria realidade.

Para Souza (2008), um fator explicativo seria a maior complexidade socioespacial das cidades, principalmente a realidade metropolitana que serviria como um fator limitador do desenvolvimento dos estudos. Essa complexidade se refere à maior pluralidade de interesses existentes nas tramas sociais urbanas, que dificultaria uma maior integração das agendas e atores. Outro fator apontado foi a crise ideológica que se abateu sobre o Partido dos Trabalhadores, que sucumbiu à lógica eleitoreira e fisiologista da política institucional. Esse partido, no decorrer da década de 1980, serviu de interlocutor privilegiado e parceiro institucional-governamental dos movimentos sociais. Ao final do texto, o autor mostra que, atualmente, a dimensão espacial da dinâmica dos movimentos sociais é constituída por sua capacidade de combinar escalas, de saber propor novas espacialidades alternativas, e também atuar nos espaços já existentes (favelas, loteamentos irregulares).

Para terminar a exposição acerca da sistematização de Souza (2008), acrescentaríamos aos fatores assinalados pelo autor para justificar a ausência dos ativismos urbanos na literatura geográfica atual, a grande visibilidade que o MST ganhou na sociedade brasileira e o papel centralizador que ele vem exercendo junto ao conjunto das mobilizações sociais no campo e na cidade. Esses dois fatores

contribuíram para que esse movimento chamasse a atenção não só dos geógrafos, mas das ciências sociais de um modo geral. Basta lembrar seu papel como "formador de movimentos", a exemplo da grande relevância que o MST teve na formação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Tetos (MTST). Outro apontamento fica por conta da ausência de uma melhor explanação dos estudos propositivos no artigo de Souza (2008). Esses estudos, que começaram a ser elaborados no final da década de 1990, mostram que esse tema não está em decadência na geografia; pelo contrário, a nosso ver, foi justamente nesse momento que a geografia brasileira passou a organizar seus pressupostos com o objetivo de avançar nas análises dos movimentos sociais, tomando como base suas referências e formulações.

Os estudos propositivos: as *geo-grafias dos movimentos sociais*

Na segunda metade da década de 1990 e na década de 2010, importantes contribuições foram dadas no campo das propostas geográficas para a análise dos movimentos sociais. A partir desse momento, vamos detalhar os trabalhos de três autores que se propõem a elaborar categorias de análise dos movimentos sociais tendo como ponto de partida o pensamento geográfico. O primeiro deles é Carlos Walter Porto Gonçalves, que, baseado numa produção de alto nível de reflexão, busca os elementos constitutivos da racionalidade contemporânea, na origem do pensamento ocidental, desde os pré-socráticos até os pensadores modernos. Seu objetivo é compreender como foi formulada, ao longo da história, a concepção espacial predominante que tem como fundamento o estabelecimento de limites rígidos.

A *r-existência* e o território como epicentro da identidade

Caracterizando nossa época como um período em que todos os limites estão sendo postos em causa, Gonçalves (2000) lembra que

a ideia de *limite* deriva de *pólis*, da qual vem a política. Por sua vez, *pólis* significava originariamente o limite, o muro que separava a urbe do campo. Somente com o passar do tempo é que a *pólis* passou a ter o sentido de cidade, ou a denominar tudo que está contido nos muros, ou seja, nos limites. Dessa forma, a política está voltada desde o início para a tarefa de definir os limites.

Gonçalves (2000) elabora um quadro retrospectivo que nos permite entender a forma pela qual o sentido de espaço e de território foi sendo construído ao longo da história até os dias atuais, com o propósito de mostrar que tais sentidos e usos são sempre construídos. Os Estados territoriais modernos, por exemplo, são resultados dessa racionalidade.[12]

Segundo o autor:

> Qualquer configuração territorial que venha a se estabelecer enquanto uma determinada ordem sistêmica será instituída por protagonistas histórica e geograficamente situados que são esses que estão buscando ressignificar o mundo e, assim, é toda a questão dos limites que está posta. E limites, já o vimos, é a própria natureza da política [...] Vimos como, para os gregos, Cidade e Cidadania ou Polis e Política não se excluem assim como Espírito e Matéria, e que são muito menos nítidos do que se acreditara os limites que separam o *logos*, a razão, da emoção, da paixão. Deste modo, não só a divisão do trabalho científico – as diversas disciplinas, por exemplo – está posta em xeque mas, também, a relação do conhecimento científico com outras formas de conhecimento e, por consequência, com aqueles que são portadores desses outros conhecimentos, com todas as implicações social e política que essa questão nos coloca. (Gonçalves, 2000, p.225)

12 Mesmo considerando que sua história mais antiga e complexa remonta ao Tratado de Westfália de 1648, tal ordem, geográfica e política, ganha seus contornos mais avançados logo após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Sua reflexão se assenta no movimento entre o pensamento e a *empiria*, utilizando as palavras do próprio autor; na relação da *episteme* e dos territórios. Ele busca reafirmar a importância do espaço para a construção de uma "nova forma" de pensar o desenvolvimento da sociedade, contrapondo-se ao tradicional desprezo do pensamento ocidental pelo espaço. Gonçalves (2000) recorre ao filósofo Michael Foucault, conhecido, entre outras coisas, pelo seu trabalho de valorização do espaço. Foucault afirma, ao seu tempo, que é necessário fazer uma crítica da desqualificação do espaço que impera há muito tempo no pensamento ocidental, no qual o espaço sempre esteve associado à ideia de imobilidade, algo no qual a dialética não se aplica, em contraposição ao tempo móvel, vivo e dialético.[13]

Toda a terminologia associada ao espaço teria um sentido anti-histórico, *se alguém falasse de espaço, é porque era contra o tempo*. Na verdade, o que poucos compreendiam, segundo a crítica foucaultiana, é que por trás das demarcações, e dos recortes de objetos, das classificações e das organizações de domínios, há um processo histórico no qual o poder toma expressão. "A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos do poder que lhe estão ligados" (Foucault apud Gonçalves, 2000, p.228). Há uma relação íntima entre o poder e o espaço, pois, segundo Foucault (1979, p.58):

> Desde o momento e que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. [...] Metaforizar as transformações do discurso através de um vocabulário temporal conduz necessariamente à utilização do modelo da consciência individual, com sua temporalidade própria. Tentar ao contrário decifrá-lo através de metáforas espaciais, estratégias, permite perceber

13 No livro *Microfisica do poder*, de Foucault (1979), há um capítulo dedicado à discussão sobre a importância da geografia na análise das relações de dominação e sua relação com o desenvolvimento da sociedade atual.

exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir das relações de poder.

Dentre as implicações dadas para justificar o desdém da geograficidade do mundo pelo discurso científico e político tradicional, pode-se citar o fato de que o território, de maneira geral, foi concebido como uma base na qual a sociedade edifica suas obras: um mero suporte. A soberania sobre essa base é limitada pelos traços fronteiriços, sem considerar a atuação dos sujeitos que dinamizam o processo de estabelecimento de fronteiras.

O social e o geográfico não se afastam das sociedades no decorrer da história, da mesma forma que existe uma historicidade do espaço, há uma geograficidade da história. O território é uma condição elementar da existência, e não somente um acostamento para a sociedade. Ele expressa uma forma de apropriação (territorialização) que enseja identidades (territorialidades) em constante transformação, são dinâmicos e mutáveis, e concretizam uma determinada ordem num determinado momento. O território pressupõe um espaço geográfico que é apropriado, nesse processo, o material e o simbólico se fundem. Milton Santos (1996), outra referência de Gonçalves, define o espaço geográfico a partir da indivisibilidade entre o simbólico e o material, para ele, o espaço geográfico é híbrido, constituído da união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. O sistema de objetos compreende o conjunto de sistemas naturais e artificiais atuais e herdados do passado. Sua significação origina-se das ações realizadas sobre esse conjunto material. Assim, estabelece-se uma conexão entre pessoas, promovendo ou limitando ainda mais as ações. Concluindo, as significações não são independentes dos objetos.

O território é o espaço representado e apropriado. A territorialização refere-se ao processo pelo qual se torna concreta a apropriação política do espaço, resultando na tarefa da administração e no exercício do comando. Esse conjunto de ações tem a haver com o exercício da delimitação e repartição, da classificação, da defesa e conservação, da habitação, do uso e da identificação. Considerado

como uma representação social do espaço fixado e de ação, o território dá conteúdo à existência de sujeitos individuais e coletivos. Apropriado, traçado, percorrido e delimitado, o território é constituído a partir do comando de um sujeito individual ou coletivo, marcado pela identidade de sua presença e, consequentemente, indissociável da sua capacidade de domínio e de poder.

Não existe território sem o sujeito da apropriação, assim como não é possível a delimitação do eu sem a distinção em relação ao outro. As produções espaciais e territoriais (materiais e simbólicas) se concretizam ao erigir os marcos e limites. Tais produções são fatores ativos de identificação e representação que faz do território um *significante* de identidade individual ou coletiva. No caso dos movimentos sociais, analisados por Gonçalves, essa territorialidade expressa uma militância, um ativismo do processo de identificação que evidencia o reconhecimento. Em suma, a existência do território está ligada aos emblemas identificadores de sua ocupação (apropriação), por meio do qual os grupos humanos preservam e reproduzem suas particularidades, concretizando-se material e/ou simbolicamente sua identidade.

Para o autor, o entendimento acerca das identidades coletivas, num sentido geográfico, ganha um importante impulso com a análise dos movimentos sociais. Alguns movimentos seriam portadores de uma ação de determinado segmento social que recusa aceitar o lugar que lhe é atribuído numa determinada circunstância espaçotemporal, restando-lhes mobilizar-se em busca da afirmação das qualidades que acreditam justificarem sua existência. Dessa forma, "rompendo a inércia relativa em que se encontravam, se mobilizam movimentando-se em busca de afirmação das qualidades que acreditam justificarem sua existência". Essa recusa em manterem-se passivos ante a ordem estabelecida por outrem baseia-se no fato de que tal ordem representa o modo como os atores dominantes se posicionam entre si, configurando uma totalidade que faz sentido unicamente para eles. Dessa maneira, aqueles que se colocam em posição hegemônica numa determinada ordem estigmatizam como desordeiros todos aqueles que questionam tal (sua) ordem.

Esse processo no qual uma determinada condição social passa à condição de uma determinada identidade político-cultural é complexo. Nessa dialética, entre o que há e o que pode ser, existe uma tensão que diz respeito à constituição da identidade político-cultural, que se firma no embate pelo poder de nomear, reconhecer identidades, atribuir valores e sentidos aos diferentes seres. É a dialética entre o conjunto de ações e o conjunto de objetos, nessa relação se revela as *Intencionalidades*.[14]

O território é conformado pela sociedade no momento em que ela, ao se constituir, constitui o próprio espaço. O território não pode ser entendido como algo que lhe é externo, muito menos uma base sobre a qual a sociedade se edifica. Ele é constituído pela sociedade no próprio processo em que cria e dá dinamismo ao conjunto das suas relações sociais e de poder. Não há homogeneidade nas relações que conformam o território, pois um mesmo espaço, apropriado e constituído por uma determinada sociedade, contém distintas territorialidades. Nesse sentido, Gonçalves (2003) afirma nunca prescindir da tríade Território, Territorialidade e Territorialização na análise geográfica. Mesmo no mundo atual, no qual somos chamados o tempo todo a refletir sobre o poder desterritorializador do capitalismo moderno, movido pelos agentes monopolizadores e globalizantes, o autor apresenta esse aspecto fundamental da territorialidade humana que é sua multiplicidade de expressões. Esse fator produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais.

Sua trajetória mais recente é marcada por dois importantes trabalhos: a realização de sua tese de doutorado, publicada na forma de livro, intitulado *Geografando nos varadouros do mundo* (Gonçalves, 2004), no qual ele trata do conflito social e das territorialidades distintas dos seringalistas e seringueiros no Acre, e seu empenho junto ao Observatório Social da América Latina e Caribe (Osal). Para o autor, os movimentos sociais constituem uma temática de

14 Trataremos mais detalhadamente das *intencionalidades*, enquanto conceito, no capítulo 4.

grande importância e complexidade na análise social, porque torna evidente com sua existência não só as contradições inscritas no espaçotempo, mas, também, as possibilidades do acontecimento da realidade. Seu argumento é o de que a realidade não é constituída somente pelo que é, mas traz em seu ato as possibilidades do vir a ser. Gonçalves (1999) baseia-se no tratamento que Pierre Bourdieu dá à constituição do espaço social. Assim, para o sociólogo francês:

> Num primeiro momento a sociologia apresenta-se como uma topologia social. Pode-se representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço – mesmo que tal seja concebível. Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades actuantes, ele pode ser descrito como um campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse espaço e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes. (Bourdieu, 1989, apud Gonçalves, 1999, p.68-9)

Abre-se um importante caminho para a compreensão de que as delimitações espaciais são continuamente instituídas. O processo que prende a atenção de Gonçalves é o da dialética entre o ser e o dever ser, manifestado pelas lutas sociais e nas lutas sociais. As classes sociais se constituem "nas e pelas lutas que os protagonistas travam em situações concretas e que conformam os lugares que não só ocupam, mas constituem" (ibidem, p.69). Esses espaços, marcadamente diferentes, são constituídos ao mesmo tempo em que seus

sujeitos se constituem como entes portadores de distinções. O autor sintetiza esse processo da seguinte forma:

> Podemos, pois, afirmar que são nas circunstâncias dos encontros/das relações/das lutas que se desenham concretamente essas diferenças e que toda classe se constitui, se classifica, se diferencia, constrói um Nós em relação a um Eles, a partir de situações que atualizam múltiplas possibilidades inscritas nos corpos (história incorporada) [...]. (ibidem, p.71)

Os estudos de Gonçalves vão propor que é de suma relevância considerar as formas específicas da diversidade de territórios; no intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, ele toma a territorialidade seringueira como foco de sua análise. O contexto da análise de Gonçalves (1999) é o avanço da fronteira econômica sobre a Amazônia, que tendeu a uma profunda mudança nos padrões fundiários e na forma de apropriação da terra e dos recursos naturais da região. A terra deixa de ter somente um valor de uso e passa a ter um valor de troca, dando um novo dinamismo ao mercado de terras. Alterou-se também a legitimidade da posse que, até o momento, estava muito mais fundada nos direitos consuetudinários, sendo substituída pela legitimidade baseada no ordenamento jurídico estatal, que por sua vez, dá sustentação ao direito liberal-individual, anunciado pelos títulos de propriedade da terra.

Desde a década de 1920, o estado do Acre viu aumentar significativamente o número de pessoas que chefiavam um estabelecimento de produção, mas sem possuir a propriedade sobre ele e sem estar subordinado a ninguém, eram chamados de *ocupantes*. Esses reproduziam sua sobrevivência e de suas famílias de maneira autônoma. Sua produção não servia somente ao mercado. Com a crise da empresa seringalista (1870 a 1912-1920), os ocupantes tiveram que integrar-se à floresta, estreitando os laços com índios e caboclos. A partir da década de 1970, intensificou-se o processo de transferência das propriedades acreanas para as mãos de em-

presários sulistas. Os seringalistas buscaram desfazer-se de suas dívidas junto ao Banco da Amazônia, vendendo suas propriedades, principalmente para grupos vindos do sul do país. Essa fase marca uma mudança nos rumos do desenvolvimento liderado pelos grupos monopolistas que visavam à formação de fazendas voltadas para a pecuária. O resultado dessas transformações é que, não só as pessoas que viviam da floresta sofreram impactos diretamente, mas a própria floresta passou a ser alvo da interposição dos sulistas.

Gonçalves (1999) aponta que o complexo seringal não era um lugar meramente ocupado um por grupos de pessoas que viviam da produção de borracha, mas era, também, um lugar habitado, *habitat* e *habitus*. Sendo, portanto, *lócus* de conformação de subjetividades. As formulações de Pierre Bourdieu são utilizadas como um instrumento conceitual que contribui para a compreensão das relações entre: os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos no processo de formação das identidades.

Gonçalves dá destaque a um momento de transição, em que o *habitat* seringueiro se transforma na fazenda pecuarista. Nesse processo, desfaz-se uma relação socioespacial na qual a identidade do seringueiro se apoiava. Do ponto de vista analítico, o *habitat* possui grande relevância para a compreensão das relações socioespaciais, uma vez que toda organização do espaço acreano havia sido engendrada a partir da floresta, de forma que:

> [...] de fato, a partir de 1970 em diante assistiremos a um processo tenso e intenso de conflitos entre aqueles que dependem da floresta para viver e aqueles que querem desmatar, posto que a floresta não tem nenhum valor de uso para quem quer fazer pasto. Para uns, esses habitantes da floresta, trata-se de manter o habitat, locus do seu habitus. Para outros, os "paulistas", para os "de fora", trata se de afirmar o progresso nessas terras ainda dominadas pela natureza, conforme reza o imaginário da modernidade. Na prática, os portadores desse imaginário, aqueles que o transportam, são fazendeiros ávidos de adquirir as férteis terras acreanas a baixo preço [...]. (Gonçalves, 1999, p.74)

Nesse contexto, as territorialidades vão se confrontar num quadro conflituoso no qual a identidade territorial será o substrato das potencialidades mobilizadoras dos seringueiros. O conflito se constitui na ocasião dessa conformação identitária, que é a um só tempo de caráter político e cultural. É "quando cada um começa a perceber que o seu destino individual está num outro com/contra o qual tem que se ligar/se contrapor" (ibidem, p.75).

A presença de novos sujeitos e seus processos instituintes moldaram um novo quadro de relações diante do qual os grupos de *ocupantes* tiveram que desenvolver novas estratégias de sobrevivência. A formação da Reserva Extrativista passou a ser o foco central das demandas dos movimentos. Com o estabelecimento da Reserva Extrativista, os seringueiros tiveram reconhecidos seus direitos, seu hábitat, seu *habitus,* enfim, seu modo de vida e identidade. Sancionada oficialmente, a

> [...] Reserva Extrativista expressa a Territorialidade Seringueira com os recursos materiais, políticos e simbólicos que o movimento dos seringueiros dispunha no momento que vai de 1985, quando a ideia é, pela primeira vez formulada como tal, a 1990 quando é con-sagrada e sancionada formalmente, tendo grafado a terra, construído seus varadouros não só com os memoriais com suas descrições e seus mapas necessários para a decretação legal mas, também, deixando rastros de sangue pela floresta. (ibidem, p.77)

A Reserva Extrativista é apontada pelo autor como expressão complexa da legitimidade alcançada pelo movimento dos seringueiros. Por trás dessa materialidade, expressa na forma dos limites impostos pela lei que a instituiu, existe um processo instituinte com sujeitos concretos, estes são os seringueiros e caboclos, numa conformação identitária cultural e política que começa a se formar no momento em que a territorialidade seringalista deixa de se impor. O antigo quadro de tensão de territorialidades que vigorou na sociedade e no espaço acreano até a década de 1970, caracterizado pelo embate entre a territorialidade dos seringalistas e a territo-

rialidade dos seringueiros autônomos, se alterou. Restou aos últimos reterritorializar-se num novo quadro de conflitos, tendo como antagonistas os novos sujeitos vindos do Sul. Tais alterações no plano socioespacial implicaram o aprofundamento dos processos de desterritorialização e subalternização das comunidades tradicionais da Amazônia. A partir de então, teve início uma nova *geo-grafia* na Amazônia, caracterizada pelo surgimento dos movimentos sociais que lutam pela afirmação das territorialidades e identidades territoriais. Esse é o pano de fundo do processo que afirma a *r-existência* das comunidades tradicionais.

Os movimentos sociais de *r-existência*,[15] segundo Gonçalves (2001), lutam somente para *resistir* aos que exploram, dominam e estigmatizam essas comunidades, mas também por uma determinada forma de *existência*. Um determinado modo de vida e de produção, de sentir, agir e pensar. A Reserva Extrativista é o resultado desse "novo". O autor identificou alguns dos pontos de tensão por meio dos quais os seringueiros construíram sua própria identidade, denominados pelo autor *encontros/confrontos*. São eles: a) os *encontros/confrontos* com o capital, representados pelos fazendeiros, pecuaristas e rentistas; b) com o Estado, que cumpre o duplo papel de interlocutor dos movimentos, ao mesmo tempo em que patrocina o capital; c) com a Igreja, na forma das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), de suas pastorais, especialmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e dos párocos, ligados ou não à Teologia da Libertação; d) com o movimento sindical, marcadamente a Contag; o autor destaca que, nesse caso, foi especialmente por meio do movimento sindical que os seringueiros do Acre inventaram sua identidade e a materializaram na proposta de Reserva Extrativista; e) com o Movimento Ambientalista, que em muitos casos visa mais à manutenção da floresta do

---

15 É interessante notar o tratamento de linguagem utilizado pelo autor para referir-se ao processo de construção das identidades dos movimentos de resistência. Nesse contexto, resistir e existir são uma só coisa.

que da população que depende dela; f) com os Partidos Políticos, que, ao mesmo tempo que expressavam suas demandas, atuavam tendo em vista tutelá-los; e g) com o Movimento Cultural, alguns integrados ao Ministério da Cultura.

Para Gonçalves (2001), a construção das identidades coletivas surgidas de velhas condições socioespaciais remete diretamente a uma determinada relação com a natureza (seringueiro, castanheiro, pescador) ou, ainda, expressa uma condição derivada da própria ação dos chamados "grandes projetos" implantados na região, como estradas, hidrelétricas, projetos de mineração, entre outros ("atingido", "assentado", "deslocado"). A constituição desse sujeito se dá nas e pelas lutas de afirmação de suas identidades culturais e políticas. Fundadas na territorialidade, são lutas pela afirmação de suas identidades territoriais. Esse Seringueiro Autônomo é o sujeito valorizado por Gonçalves, e por meio da construção de sua identidade, ele busca trazer, para a análise geográfica, a problemática dos movimentos sociais destacando sua natureza geográfica. A formação do sujeito da resistência se dá no percurso da luta para afirmar um determinado modo de ser, de existir, daí o autor utilizar o termo *r-existência,* compreendendo dois processos indissociáveis, o da formação da identidade e o da mobilização política.

Baseando-se se no historiador inglês Edward Thompson e no sociólogo francês Pierre Bourdieu, Gonçalves concebe na luta de classes o desenvolvimento do conflito. Entretanto, a luta é mais relevante do que a classe, isso porque é no conflito que os sujeitos fazem a si próprios. É a luta que cria o movimento social entre os seringueiros, e não o contrário. O movimento dos seringueiros expressa a passagem da ação territorial à identidade por ela concebida. A importante contribuição de Carlos Walter Porto Gonçalves reside na manobra analítica que ele empreende ao valorizar a natureza geográfica do "sujeito-movimento social". O território é seu epicentro. A identidade do "sujeito-movimento social" não é gerada porque os homens compartilham um território comum, mas é a identidade que gera e instaura o território e vice-versa.

O *raciocínio centrado no espaço*

Outro autor que, nos últimos anos, vem propondo uma maior problematização do conceito de movimento social, com o objetivo de firmar *o lugar do espaço no conjunto da teoria social crítica* é Renato Emerson dos Santos. No início deste capítulo, apresentamos de forma concisa uma sistematização realizada por ele em sua tese de doutorado, defendida em 2006. Nela são reunidos, em três abordagens, os principais trabalhos realizados na geografia que tiveram os movimentos sociais como objeto de estudo e proposta teórica. No que se refere à apreensão das espacialidades dos movimentos sociais, o autor aponta que é no cotidiano que se processa a construção do quadro de referência dos movimentos sociais. Este quadro é indicativo de que: a ação política dos movimentos sociais atuais tem o espaço como um de seus elementos estratégicos fundamentais.

A ação dos movimentos sociais traz em si um conjunto complexo de elementos, a partir do qual é possível realizar uma leitura por meio dos *raciocínios centrados no espaço*. Ao cunhar esse termo, acreditamos que o autor esteja buscando valorizar um caminho metodológico de análise dos movimentos sociais no qual a geografia possa se pautar. Isso se deve ao fato de que Santos (2006) não tem como objetivo mostrar que um número determinado de experiências de movimentos sociais seja o portador exclusivo de uma natureza geográfica; a exemplo da abordagem de Gonçalves com relação ao movimento de seringueiros e caboclos. Mas tem como foco a sustentação de que a geografia pode ser um ponto de vista do qual se podem partir os estudos dos mais variados movimentos sociais. Nesse sentido, a geografia contribuiria na análise dos movimentos sociais por meio de seu ponto de vista específico. A espacialidade seria, assim, uma qualidade inerente a qualquer expressão de movimento social. Assim, caberia à geografia, por meio de seu *raciocínio centrado no espaço,* qualificar a espacialidade contida.

Santos (2006) aponta oito possíveis dimensões espaciais que o *raciocínio centrado no espaço* deve considerar e que sustentam a interpretação dos movimentos sociais. São elas:

1) a *materialização/manifestação*: representa a cartografia do movimento social em ação, compreendendo as diferentes formas pela qual o movimento se torna presente num determinado ponto do espaço e do tempo. Essa dimensão mostra quão são importantes os locais onde o movimento ocorre, podendo ser as sedes, os acampamentos, as ocupações, os locais onde ocorrem manifestações públicas, ou seja, os lugares onde o movimento instaura ações de combate e conflito;
2) os *recortes espaciais e as construções identitárias*: abarca um conjunto de movimentos cuja mobilização está baseada em algum recorte espacial especifico, como fator enunciado de conformação identitária. Exemplo de ação que tem essa dimensão bem-evidente é o Associativismo de Bairro;
3) *território e territorialidades*: compreende o conjunto das lutas que têm nas territorialidades as relações e os embates sociais que constroem seus sujeitos, suas identidades e sua condição de existência, a exemplo dos seringueiros analisados por Carlos W. P. Gonçalves. Nesse caso, a territorialidade não se vincula ao recorte territorial.
4) *ação e temário, agendas*: abarca as problemáticas mobilizadas nas agendas dos movimentos sociais e os rebatimentos espaciais da definição de suas ações. Corresponde aos discursos contidos nas agendas dos movimentos.
5) *ação e interlocutores*: *esta dimensão* compreende o problema das escalas. Essas são um referencial decisivo para a compreensão e para a ação dos atores políticos. Há atores locais, regionais e globais. Os interlocutores dos movimentos a exemplo do Estado, das grandes corporações, das ONG. Cada um tem sua escala de ação. A escala condiciona a estratégia de ação e estabelece seus interlocutores;
6) a *ação e desdobramentos, impactos, efeitos, causas, origem*: diz respeito a qual porção do espaço é impactada pela ação de um movimento, ou por um ato e/ou quais as configurações escalares dos fatores que condicionam um fenômeno ou uma ação num movimento;

7) *as esferas institucionais como distintas dimensões espaçotemporais*: abarca as disputas e os jogos de poder que constituem campos de conflitividade internos ao movimento, o autor propõe que o próprio movimento pode ser entendido como um campo de conflitividade;
8) *os sujeitos da construção dos movimentos e suas experiências espaciais do fazer político*: diz respeito à importância das escalas e arenas onde são construídos os sujeitos do movimento.

As oito dimensões formam um esquema analítico que tem como objetivo inspirar novos estudos e devem contribuir para que o analista possa elaborar uma leitura das diferentes formas de ação política, convergentes na construção dos movimentos sociais *a partir do espaço.* O autor denomina *raciocínio centrado no espaço* a tarefa de interpretar as relações que estruturam o intrincado universo dos movimentos sociais baseada nos conceitos da análise espacial.

Considerar os movimentos sociais como problemática passível de uma leitura tomando como base raciocínios espaciais é ir além do que simplesmente falar do espaço. As experiências sociais e de poder também são experiências espaciais; assim, estar atento às espacialidades e suas dimensões consiste em considerar o movimento para além de sua mera materialização. É preciso conceber a dinâmica do movimento, considerando sua organização como espacial das experiências do fazer político. Desse modo, o espaço alcança uma experiência capaz de condicionar os "códigos, comportamentos, práticas e normas de condutas dos sujeitos que formam os movimentos" (Santos, 2006, p.23).

Assumindo o objetivo de mostrar que a compreensão sobre os movimentos sociais pode ser aperfeiçoada por meio do olhar espacial sobre seus aspectos constitutivos. Santos (2006) propõe que esses aspectos podem ser marcadamente espaciais, ter rebatimentos e desdobramentos espaciais, ou, ainda, podem ser orientados de forma direta por construções espaciais. Para consubstanciar suas formulações, o autor analisa o movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), da Baixada Fluminense, como exemplo de experiência concreta.

A história do PVNC constitui um processo de construção, ampliação e enfraquecimento de fortes redes de solidariedade. Criado em 1993, numa região da periferia do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense, o movimento surgiu com o objetivo de preparar a população negra e pobre para os exames de seleção em universidades. Em muito pouco tempo de existência, tornou-se um dos mais importantes movimentos sociais no campo da luta antirracismo no Brasil.[16] Santos (2006) afirma que no auge de sua atuação, o PVNC tornou-se um dos principais interlocutores de diferentes níveis de governo no debate sobre a democratização do ensino superior. O movimento:

> [...] foi o disseminador de uma forma de ação social que se capilarizou pela sociedade com enorme velocidade, tendo alcançado a formação de quase 90 núcleos vinculados a ele na Região Metropolitana do Rio de Janeiro [...] e também um número muito maior de cursos pré-vestibulares populares (alternativos, populares, entre outros) não somente no Rio de Janeiro, mas por todo o Brasil; foi objeto de disputas por hegemonia, significado, concepções, projetos etc., entre sujeitos que participavam de jogos e disputas em outros campos; foi ambiente de formação de sujeitos, de liberação de energias utópicas e potências de sujeitos, de inserção na política de indivíduos que negavam sua ação política ou jamais se haviam confrontado aos jogos da política – um espaço de convergência de indivíduos com múltiplas experiências espaciais de sociabilização e do fazer político. (Santos, 2006, p.19)

No plano de sua estruturação do movimento, o autor aponta dois campos que convergem e, em alguns momentos, se atritam. De um lado, o campo de atuação dos fóruns coletivos: o Conselho dos Núcleos, a Secretaria Geral, as Assembleias Gerais, os Seminários de Formação, as Coordenações Regionais etc.; de outro, o cotidiano dos núcleos: espaço que abarca múltiplas percepções e tem-

---

16 O trabalho de Santos tem como recorte temporal a trajetória de construção do PVNC, entre 1993 e 2001: período de criação, fortalecimento, acirramento dos conflitos internos e enfraquecimento do PVNC.

poralidades, a partir do qual é gerado um processo de socialização, caracterizado pela ampla participação de distintos sujeitos sociais. Nesse campo, há o cruzamento de diferentes visões de mundo, no qual se manifestam inúmeras discussões, muitas vezes divergentes e antagônicas. Para nós, esse campo compreende o espaço da interatividade do movimento.

É importante lembrar que o autor concebe o PNVC como uma arena de embates, referente ao campo da educação e do movimento antirracismo. Os movimentos se tornam, nesse sentido, um espaço de convergência de lutas que, ao manifestar distintas contradições da sociedade, remetem também a distintas formas de ação social. Fato que os transformam em espaços de conflitos por hegemonia, concepção, práticas etc. Sua conclusão é a de que o movimento pode ser compreendido como conjunto de "lugares" do fazer político, para os quais convergem indivíduos com "diferentes experiências espaciais de sociabilidade, de percepção e do fazer político, indivíduos que vivem o local"; aqueles que "circulam politicamente por fóruns e arenas regionais". Há, também, aqueles que têm certa visibilidade e "estabelecem diálogos nacionais, construindo convergências e fricções destas múltiplas experiências espaciais do fazer político" (ibidem, p.327).

Santos se esforça para elaborar um quadro analítico que valide o conhecimento geográfico como conhecimento capaz de abordar os movimentos sociais. Com a perspectiva do *raciocínio centrado no espaço*, ele diferencia duas formas de abordagem – o *pensar sobre o espaço* e o *pensar a partir do espaço*. Na primeira, o enfoque é dado sobre as *grafagens* que o movimento inscreve no espaço (na estruturação do espaço); na segunda, busca-se desvendar os jogos de poder que são refletidos a partir do espaço. Dessa forma, o espaço pode ser concebido como estrutura e como experiência, sua organização não é apenas reflexo, mas um instrumento e objeto de embate. Sendo, então, uma "estrutura estruturante".

Diferentemente dos trabalhos que apresentamos no segundo capítulo, nos quais os movimentos sociais são concebidos como objetos do estudo, a partir do qual se aplicavam conceitos e teorias

sociológicas, Gonçalves e Santos têm em comum o fato de que as teorizações e os conceitos procedem diretamente dos movimentos sociais, entendidos como expressão da dialética sociedade-espaço e constituindo uma categoria geográfica. A terceira proposta a ser explorada distingue-se das demais por assumir de forma direta o desafio da construção conceitual a partir dos movimentos sociais. O conceito de movimento socioterritorial aparece como uma proposta bastante complexa que traz consigo um conjunto de questões.

A abordagem socioterritorial

O geógrafo brasileiro Bernardo Mançano Fernandes, junto ao francês Jean Yves-Martin, elaborou o conceito de movimento socioterritorial depois de acumular uma significativa experiência junto ao estudo dos movimentos sociais. Fernandes se destaca por suas pesquisas sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que já se estendem por quase duas décadas.[17] Nos últimos anos, esse autor trabalhou junto a diversos movimentos sociais, a exemplo do MST e da Via Campesina, e em instâncias de pesquisa como a Clacso. No que se refere à pesquisa da realidade brasileira, seu esforço mais expressivo vem sendo realizado na estruturação do DataLuta – Banco de Dados da Luta pela Terra, um banco de dados sobre a luta pela terra no Brasil desenvolvido no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), fundado em 1998.

Vamos tratar o conjunto dos trabalhos de Fernandes e Martin com a denominação de abordagem socioterritorial. O conceito de movimento social passa a ceder espaço para o conceito de movimento socioterritorial, mostrando desde já a incorporação dessa abordagem por parte do presente estudo, o que significa dizer que nos colocamos como tributário dessa abordagem. Essa inserção se iniciou na ocasião da elaboração de nossa dissertação de mestrado,

17 Paulo Alentejano (2003, p.2), mesmo sendo um crítico dessa abordagem, aponta Fernandes como um pioneiro na busca de uma teoria espacial para a ação dos movimentos sociais rurais, em especial o MST.

voltada para o estudo das associações de moradores (Pedon, 2005). A abordagem socioterritorial compreende um conjunto maior de questões que envolvem o desenvolvimento da sociedade e sua relação com o território. Nesse ínterim, os movimentos socioterritoriais constituem um elemento orgânico dessa abordagem.

Com o objetivo de estabelecer uma comparação entre as propostas e seus avanços no campo da pesquisa geográfica, apresentamos na Figura 1 uma caracterização geral dos três estudos propositivos ora discutidos. Como podemos observar, os trabalhos possuem diversas características em comum. Todos os três autores dão novo tratamento conceitual aos movimentos sociais, de maneira que suas análises acabam por se desenvolverem na direção de uma reformulação acerca da natureza dos movimentos sociais. Entendidos, de maneira geral, como expressão política das camadas populares. Como base de materialização de suas formulações, os autores adotaram determinadas manifestações pertinentes à realidade brasileira: os seringueiros, os sem-terras e os cursinhos populares materializam as formulações teóricas desses estudos. No que se refere às especificidades, observamos que Santos (2006) é o único que recorre a uma revisão da produção acadêmica geográfica acerca dos movimentos sociais. Tanto Santos (2006) quanto Fernandes (2000a) preocuparam-se em refinar suas análises, propondo novas formas de abordagens analíticas.

Figura 1 – Quadro síntese das características gerais dos estudos propositivos.

As características da abordagem socioterritorial

Tradicionalmente, a geografia adota o território como uma de suas preocupações basilares. Recentemente, muito se tem falado a respeito das novas formas que o território assume na sociedade contemporânea, uma vez que sua abrangência, como conceito, tem buscado abarcar dimensões e questões antes deixadas de lado. Na perspectiva da geografia, o território assume um significado vinculado à projeção espacial do poder, diferente das instituições governamentais, que o tem como um instrumental estratégico e normativo. Nesse campo institucional, o enfoque territorial tem embasado propostas concretas de intervenção do Estado, a exemplo do programa Leader, na União Europeia, e o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Brasil. Nesses programas institucionais, o território é entendido como uma unidade de observação, atuação e gestão do planejamento estatal. Portanto, o concebe no sentido da governança.

Nos dias de hoje, o território é entendido não apenas como limite político administrativo ou como um instrumento normativo, mas como espaço efetivamente usado pela sociedade e suas instituições. O uso do espaço pela sociedade implica a demarcação e o estabelecimento do comando no interior da área demarcada. Ao usar o espaço, a sociedade produz território; há, por consequência, uma relação entre o espaço e o território. No campo analítico, o espaço tem um significado amplo e complexo, e constitui uma das referências fundadoras da ciência geográfica. Já o território é mais específico, e pode ser considerado como o espaço usado pela sociedade, tanto do ponto de vista da apreensão intelectual como conceito analítico, como uma expressão concreta das ações humanas.

O conceito de território tem tradição não somente no âmbito da geografia, mas a antropologia, a economia, a ciência política, a psicologia e a sociologia buscam no território uma ferramenta conceitual que lhes permitam entender a realidade investigada, de forma a contemplar os objetivos propostos por suas problemáticas

específicas. *Grosso modo*, o território é associado a uma demarcação espacial, realizada a partir das relações de poder que ali se conflitam. O território é, nesse sentido, um espaço delimitado fundamentalmente por meio das relações de poder.

O espaço é o ponto de partida para a reflexão sobre o território. Para Milton Santos (1996, p.51), o espaço deve ser entendido como o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Em conjunto, os sistemas de objetos abarcam os objetos naturais e/ou elementos da natureza, e os sistemas sociais produzidos por meio das relações sociais modificam e transformam a natureza, explicitando uma relação indissociável. Os sistemas de ações não se movem sobre um fundo vazio. No processo ininterrupto nos quais as ações humanas produzem e transformam os objetos há a atribuição de sentidos a esses objetos. Tais sentidos não estão livres das projeções sociais, contendo, portanto, as *Intencionalidades*.[18]

O conflito entre *Intencionalidades* está presente nos territórios construídos a partir do espaço geográfico. A intencionalidade é uma propriedade do pensamento e da ideologia e se realiza por meio das relações sociais no processo de produção do espaço, assim como na tarefa analítica de compreensão desse processo. Produzir território e produzir conhecimento são realizações muito próximas uma das outras, pois as duas implicam demarcar os limites da ação e da compreensão.

O território está relacionado diretamente com a ideia de poder no seu sentido amplo. De tal modo, o território pode ser compreendido pelas relações de poder que se estabelecem sobre o espaço, e entre os sujeitos que o ocupam e utilizam. Há uma multiplicidade de poderes que afeta de diversos modos e intensidades qualquer ação planejada, por exemplo: na concepção de território predomi-

18 A *intencionalidade* é *uma visão de mundo*. É sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade. Por essa condição, precisa delimitar para poder se diferenciar e ser identificada. Assim, por meio dela, é possível a construção de uma leitura parcial do espaço que é apresentada como totalidade. Afinal, todos os povos se sentem o centro do universo (Fernandes (2005), baseado nas ideias de John Searle).

nante nos órgãos governamentais há uma valorização dos processos econômicos em detrimento de outras dimensões, como a cultural, a simbólica, a política e a ecológica. Essa concepção é unidimensional, pois, mesmo quando enfoca os processos políticos, é feito de forma a reduzir o social a uma definição de território como unidade geográfica delimitada, ou seja, quase sempre como espaço de governança.

Entendido como multidimensional, o território abarca a complexidade da ação humana, mesmo quando se enfatiza o poder, pois, mesmo aí, se deve levar em conta que o poder é uma manifestação das relações sociais em toda sua amplitude. O território é uma totalidade em que se manifestam as contradições produzidas pela sociedade, ao mesmo tempo que pode agir como condicionador dessas contradições. Cada instituição, organização ou sujeito constrói seu conteúdo no interior de limites, seja de um bairro, de um assentamento rural ou de uma nação. Sua delimitação é uma relação com a alteridade. A ação das instituições, organizações ou sujeitos na construção de seus territórios se originam e impactam diferentes níveis da vida social. A escala de uma ação e seu impacto está relacionada com a constituição de um plano de ordenação, que é projetado sobre a dinâmica dos objetos e das ações. O estabelecimento desse plano de ordenação marca o quadro conflituoso de nossa sociedade. Até mesmo a mediação entre essas escalas é alvo de embates, sendo comum o confronto entre sujeitos mobilizados numa escala local com interlocutores situados em escalas mais amplas.[19]

Para o entendimento da forma conflituosa pela qual se dá o desenvolvimento da sociedade atual, é necessário considerar as formas de manifestação do poder no território por meio da apropriação e da dominação. De um lado, os territórios apropriados são aqueles utilizados para servir as necessidades e as possibilidades de uma coletividade. Dessa forma, os territórios apropriados possibilitariam uma "apropriação" simbólica e identitária, indo além

---

19 Como o embate entre as associações de moradores (organizados na escala local) com as instâncias de poder do governo estadual, tratado por Bernardes (1983) (ver capítulo 2 deste livro).

do caráter meramente funcional desses espaços. De outro lado, os territórios dominados são aqueles espaços meramente utilitários e funcionais, portadores de uma razão instrumental cuja principal finalidade é controlar os processos naturais e sociais por meio das técnicas, submetendo tudo ao interesse da produção. Entendido dessa forma, o desenvolvimento da sociedade capitalista é também a história da contradição entre a apropriação e a dominação. Sobretudo a partir do aparecimento da propriedade privada. Nesse devir, diversificou-se e ampliou-se o poder das formas de coerção econômica e política que fazem surgir espaços dominados dentro de espaços públicos.

Movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais

As primeiras tentativas de se elaborar um maior detalhamento acerca dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais estão presentes em Fernandes (1996 e 1999a) e Martin (1997). Um movimento socioterritorial, a exemplo dos movimentos de sem-terra e sem-tetos, tem como um de seus principais objetivos a conquista do território. Sua forma de realização se dá, sobretudo, por meio de uma ação denominada ocupação. A ocupação compreende um processo social e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência às lógicas hegemônicas de reprodução da sociedade e, por consequência, do espaço. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos desterritorializados.

A espacialização é compreendida como um processo complexo de produção e criação de espaços, assim como das relações que estabelecem seus limites. Constitui um movimento concreto de ação e reprodução de relações sociais no campo e na cidade e combina as múltiplas dimensões da vida social. A transformação do espaço é ao mesmo tempo transformação da realidade, e como tal, não é apenas

de caráter material, mas abrange mudanças nas ordens dos valores, práticas e culturas nos/dos lugares. O espaço é transformado em território por meio das transformações nas relações sociais. A espacialização não compreende apenas a apropriação de determinadas porções do campo e da cidade, mas envolve a instauração de novas formas de uso; novas formas de relação entre sociedade e natureza; novas formas de organização social e novos projetos de uso de um espaço que se torna, assim, território.

Essas formas de mobilização social transformam espaços em territórios, territorializam-se, são desterritorializadas e se reterritorializam, carregando consigo suas territorialidades. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida como estado permanente de conflitos no enfrentamento entre forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar territórios. A criação ou conquista de um território acontece com a desterritorialização e com a reterritorialização de outro (Silva; Fernandes, 2005). Espaço e território são elementos constitutivos dos movimentos socioterritoriais; assim como a espacialização e a territorialização são os processos pelos quais esses movimentos se tornam dinâmicos, manifestando territorialidades que estão em desacordo com a ordem vigente.

Os movimentos socioespaciais são formas de mobilização social. Sua espacialidade está vinculada à sua capacidade de gerir determinadas demandas no âmbito de um determinado espaço, sem buscar introduzir nenhum elemento novo, seja material ou imaterial. Um movimento socioterritorial, por outro lado, é uma organização que tem como objetivo criar as capacidades de introduzir novas formas de apropriação e uso dos territórios. Seu objetivo é a instauração de uma nova territorialidade. Mesmo limitadas e/ou estritamente localizadas, essas novas territorialidades implicam transformações nas relações sociais e na configuração dos lugares. Na constituição do território, o espaço é apropriado de forma a fazer dele o espaço da ação. Esse espaço é formado por seus participantes, líderes e mediadores, todos eles sujeitos da ação política que tem na sua territorialidade a legitimação de sua ação.

Todo movimento socioterritorial é ao mesmo tempo um movimento pela autodefinição. Busca-se afirmar uma representação de si mesmo, como indivíduo ou grupo, que se apropria de um espaço. Essa autodefinição constitui-se dentro de um espaço maior, onde as relações de poder estão arranjadas de forma a dar sentido ao ordenamento no território. Impor sua territorialidade, imprimir no espaço o conjunto de seus valores, ideias e vontades faz que a conquista do território seja um trunfo para os movimentos socioterritoriais. O espaço torna-se trunfo ao tornar-se território, nesse processo ele é a base da criação e recriação das experiências de resistência e transformação das relações sociais. É praticamente impossível separar a experiência de resistência das territorialidades, sendo possível falarmos em uma territorialidade resistente, tal como nos mostra os trabalhos de Gonçalves (1999 e 2000).

Por meio da busca pelo monopólio, do controle ao acesso aos espaços e do controle das territorialidades, os agentes hegemônicos do capitalismo (a exemplo das grandes corporações e da ação seletiva do Estado que, em muitos casos, atua a serviço dos interesses capitalistas) vão impondo um modelo de desenvolvimento baseado na exploração capitalista da propriedade privada e excluindo a maior parte da população desse processo. Ao mesmo tempo, essa ação imobiliza uma grande parcela das terras rurais e urbanas com o objetivo de lucrar com a especulação. Nesse ínterim, a conflitualidade e o desenvolvimento acontecem de forma simultânea, num processo que tem como resultado a transformação dos territórios e dos sistemas produtivos, assim como suas bases técnicas. A paisagem vai sendo modificada à medida que se criam comunidades, empresas, municípios, ampliam e/ou subtraem mercados, alterado costumes e culturas, interferindo diretamente nos modos de vida.

No quadro social que dá apoio à conflituosidade, os movimentos socioterritoriais podem ser definidos como um coletivo de pessoas organizadas que atuam conjuntamente para produzir alguma mudança na sociedade, de forma geral, atuam de maneira não institucionalizada. São organizações que surgem em momentos de inquietação social, dado o caráter excludente da sociedade capitalista,

pois sempre haverá aqueles que se recusarão a ficar quietos diante da própria situação, donde a natureza social da conflitualidade.

Sobre a conflitualidade, Fernandes (2005, p.2) aponta que:

> A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais.

As ações ensejadas pelos movimentos socioterritoriais representam um momento do conflito social pertinente à sociedade atual. A conflitualidade não é um apêndice do desenvolvimento capitalista, mas inerente, e é produzida em diferentes escalas geográficas e dimensões da vida. Os conflitos por território ocorrem pela imposição dos modelos de desenvolvimento territorial imputados pelos agentes hegemônicos do capitalismo. O que dá unidade à multiplicidade desses movimentos é a luta pelo direito ao espaço de vida e/ou do trabalho. Esse espaço é sempre a sua base e o seu trunfo. No que se fere aos movimentos socioterritoriais formados por sem-terras, sua territorialização traz em si o próprio desenvolvimento da luta e do acesso ao espaço da vida, nesse caso, a terra. Do ponto de vista histórico, a formação dessa forma de movimento socioterritorial está relacionada à história da formação da identidade do campesinato brasileiro: de sua criação e recriação.

Nos últimos quarenta anos, os posseiros e os sem-terra são os principais sujeitos dessa luta. Os posseiros[20] ocupam terras, mor-

20 Podem ser considerados como camponeses que, possuindo a terra, não são proprietários dela. Essa condição exige a posse e o domínio por meio de uma certidão de propriedade conhecida no Brasil como escritura.

mente, nas faixas das frentes de expansão, em áreas de fronteira. Com o avanço da frente pioneira, ocorrem os processos de expropriação desses camponeses, impulsionados principalmente pela grilagem de terra, por latifundiários e empresários.

De maneira geral, os sem-terra ocupam terras em regiões onde os agentes hegemônicos do capital já se territorializou: são latifúndios, terras devolutas e/ou griladas. As lutas dos movimentos socioterritoriais sem-terra representam um processo de territorialização, cujo foco principal é a conquista da terra apropriada para o trabalho que permite a manutenção da vida contra a terra do "negócio" e da exploração. Desde meados da década de 1980, quando o MST se territorializou por quase todo o país, os trabalhadores sem-terra, junto com os posseiros, os pequenos proprietários, meeiros, rendeiros e parceiros (cada denominação encerra em si uma especificidade socioespacial), intensificaram o processo de formação dos movimentos socioterritoriais rurais; nesse mesmo tempo, intensificou-se também o movimento de recriação do campesinato brasileiro.

As ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais sem-terra expressam um momento do permanente processo de reordenamento da sociedade brasileira. Como implicação disso, põem em causa suas relações e arranjos políticos. As ocupações resultam do processo de questionamento das relações sociais hegemônicas. Essa novidade trazida pelos movimentos abala certos valores já tradicionais da sociedade, a exemplo da noção da propriedade privada inviolável, princípio essencial ao modelo de desenvolvimento capitalista vigente. Ao provocar uma ruptura na ordem pública por meio das ocupações, esses sujeitos sociais problematizam certo tipo de constituição socioespacial. Sua "natureza" e formas de apropriação são questionadas. Há aí uma crítica de certos valores tradicionais que, do ponto de vista cultural, servem de barreira para as transformações sociais que poderiam (e podem) levar a uma sociedade mais justa, ou pelo menos, melhor a qualidade de vida da maior parte da população brasileira.

A complexidade da ocupação

Uma ocupação[21] é uma ação complexa, e constitui um dos principais fatores definidores de um movimento socioterritorial. Movimentos sociais como o movimento feminista, os movimentos antirracistas, o movimento pelo reconhecimento dos homossexuais e os sindicatos possuem uma espacialidade, de forma que, para eles, a denominação de movimentos socioespaciais é adequada. O sindicato, por exemplo, possui uma base territorial de jurisdição na qual pode instituir delegacias ou seções, para assistir os associados e a categoria econômica ou profissional representada. O movimento pelo reconhecimento dos homossexuais tem nas passeatas (as chamadas "passeatas gays") uma das formas mais expressivas de dar visibilidade à suas demandas, e sabemos toda passeata constitui na tomada momentânea de certa parcela do espaço. Contudo, em nenhum dos casos o espaço constitui um elemento basilar da própria identidade.

Sem-terras e sem-tetos têm em comum a privação do acesso ao espaço imprescindível à reprodução da vida, por isso o sindicato tem na greve sua maior expressão de contestação, pois politiza as relações sociais de produção que se dão por meio do emprego legalizado. Dessa forma, o rompimento da produção passa a ser uma afronta grave frente aos interesses dos empregadores.

Para os movimentos socioterritoriais, a ocupação representa a principal forma de contestação da ordem territorial estabelecida, e que os mantêm marginalizados, já que impede o acesso ao espaço. Por meio do ato de ocupar, os movimentos socioterritoriais desenvolvem os processos de espacialização e territorialização; é quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos que não possuem terra ou um teto. A ocupação contém no mínimo duas partes, os ocupantes e as forças que estão em oposição. Essa tensão não está à frente, justaposta ou sobreposta ao conflito, ela é parte constitutiva dele.

21 Para os setores dominantes, essas ações são denominadas de "invasões". Já os movimentos socioterritoriais empregam a denominação "ocupação". Dessa forma, enfatizam a questão da função social da propriedade.

A realização de uma ocupação decorre da consciência construída na realidade em que se vive. É a um só tempo, um aprendizado e um processo histórico de construção das experiências de resistência. A iniciativa de ocupar uma área rural ou um prédio deve desenvolver um conjunto de procedimentos que toma forma e vai aos poucos definindo uma metodologia de luta popular. Os componentes constitutivos de uma ocupação são: a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação (Fernandes, 2000b).

Como reflexo da ocupação, temos os acampamentos que representam uma etapa do processo de territorialização da luta/resistência. É, além de uma forma de pressão, que seria o sentido mais óbvio de um acampamento, uma experiência de aprendizado importante e um espaço de interação. Fernandes (2000b, p.6), com relação ao acampamento dos sem-terras, afirma que:

> O sentido da interação está nas trocas de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, na conscientização da condição de expropriados e explorados, na construção da identidade sem-terra. O conteúdo das reuniões dos trabalhos de base é a recuperação das histórias de vida associadas ao desenvolvimento da questão agrária. Assim, a vida é experimentada como produtora de interações. Fazem suas análises de conjuntura, das relações de forças políticas, da formação de articulações e alianças para o apoio político e econômico. Desse modo, desenvolvem as condições subjetivas por meio do interesse e da vontade, reconhecendo seus direitos e participando da construção de seus destinos. Defrontam-se com as condições objetivas da luta contra os latifundiários e seus jagunços, do enfrentamento com a polícia, com o Estado.

Os expropriados e explorados pelo desenvolvimento desigual do capitalismo utilizam-se das ocupações como forma de reproduzir o seu trabalho, e/ou ampliar as condições para que esse ocor-

ra. Na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política para se ressocializarem, lutando pela terra e pelo teto. Dessa forma, é também uma luta contra a subordinação.

As prévias de uma ocupação são uma etapa importante da formação dos sujeitos de um movimento, já que decidir por participar de uma ocupação deixa clara a posição do sujeito ante a sociedade em que vive. O aumento no número de ocupações é indicativo da consciência dos sujeitos que formam os movimentos, uma vez que as ocupações demandam uma estrutura organizativa, um planejamento prévio e uma pesquisa de reconhecimento das áreas a serem ocupadas. O sucesso de um movimento vincula-se à sua capacidade de viabilizar as ocupações mostrando que, como espaço de comunicação, interação e de aprendizado de experiências o movimento vem conseguindo se reproduzir.

A conquista do território da vida é o objetivo das ocupações. Algumas têm como foco somente chamar a atenção para alguma questão específica, mas mesmo nessas ocupações momentâneas o conflito se concretiza. O ato de ocupar é uma, senão a mais expressiva, forma de manifestação da resistência das classes populares ante o monopólio do espaço, empreendido pelos agentes hegemônicos do capitalismo que contam, na maioria das vezes, com a conivência do Estado.

Por último, é importante destacar que a ocupação não se opõe à manutenção da propriedade privada como um valor social e individual. Mas coloca a dúvida sobre sua função voltada exclusivamente à reprodução da sociedade excludente e à concentração de capital. O que está em jogo é a propriedade privada concebida como um elemento exclusivo e orgânico ao desenvolvimento capitalista. No caso dos movimentos socioterritoriais rurais, a tensão está voltada para a territorialização do domínio da lógica de reprodução do grande capital do agronegócio, materializado, por exemplo, pela expansão da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, da soja no Mato Grosso e Goiás, das plantações de eucalipto no norte de Minas Gerais e Espírito Santo etc. No que se refere aos movimentos socioterritoriais urbanos, o alvo é quase sempre o domínio do capital imobiliário

especulativo, muitas vezes endossado pela intervenção do Estado, que age como instrumento que potencializa os lucros por meio de intervenções como: revitalizações, desocupações, remanejamentos e investimentos diretos. Em alguns casos, os movimentos socioterritoriais urbanos defrontam-se diretamente com as corporações, a exemplo da ocupação do terreno localizado na Avenida Anchieta, em São Paulo, de propriedade da Wolkswagen (Gohn, 2007).

As ocupações são vistas pela mídia conservadora e pelos grupos hegemônicos da sociedade capitalista como uma afronta à ordem. Por isso, muitas vezes os ocupantes são chamados de desordeiros. Ao irromper a ordem dada, os movimentos socioterritoriais criam uma circunstância em que a natureza conflituosa da sociedade se torna visível, e o caráter funcional da propriedade privada ao capitalismo é colocado em questão. A "criminalização" das ocupações é uma forma de escapar do problema social, político e econômico que elas representam. É condenar famílias inteiras que lutam pela recriação de sua existência como trabalhadoras a aceitar os interesses dos agentes hegemônicos do capital. O embate provocado pelos movimentos socioterritoriais, no campo e na cidade, constitui, por meio da ocupação, uma forma de materialização da luta de classes. Em sua reprodução ampliada, o capital não pode assalariar a todos, excluindo sempre grande parte dos trabalhadores. Da mesma forma, na realidade brasileira, o capital, em seu processo contraditório de reprodução das relações não capitalistas, não recria na mesma intensidade com que exclui.

Em todo território nacional, seja no campo, seja na cidade, os problemas sociais se acirraram. Pertinente ao desenvolvimento desigual do capitalismo ocorre um processo de desterritorialização (rurais e urbanas) em razão do agravamento da situação socioambiental (lixo, água, esgoto, poluição atmosférica, diminuição drástica das áreas verdes), da ocupação desordenada do espaço, da concentração de terras, da intensa especulação imobiliária, da expansão do agronegócio sobre áreas de floresta etc. No campo da mobilização social, as organizações populares, tradicionais e/ou com novas roupagens, têm enfrentado desafios cada vez maiores

para manterem suas práticas. A apropriação de parcelas do território é, sem dúvida alguma, além de uma estratégia de sobrevivência, uma forma de resistir à degradação dos valores comunitários arraigados no espaço da vida.

4
Movimento socioterritorial: a materialização do conceito

A sociedade brasileira produz seus territórios por meio das relações de poder e dominação entre classes sociais que possuem interesses, que são, na maioria das vezes, conflitantes. Esses interesses estão relacionados com a apropriação das riquezas sociais e dos recursos naturais, como o embate entre os povos da floresta (seringueiros, ribeirinhos e índios) e latifundiários na floresta amazônica.[1] Na cidade e no campo, a disputa pelos territórios se manifesta por meio das lutas por moradia e pela terra. Essas disputas são representativas de um modelo de organização socioterritorial regulado pelos princípios capitalistas da acumulação, e têm como consequência a exclusão da maior parte da população urbana e rural da riqueza produzida (o que configura o processo de exclusão) e dos processos decisórios (o que configura o processo de subordinação).

Ao atingir seu ápice, o desenvolvimento do conflito entre classes pode levar ao rompimento dos vínculos sociais e dos pactos de convivência social, que são, na maioria das vezes, envolvidos pelos valores e relações hegemônicas. Como consequência, temos

1 Tal como apontado por Gonçalves (1999; 2000 e 2002).

a instauração de uma realidade marcada pela violência, que, em determinados casos, se torna explícita. Esse é o caso do Massacre de Eldorado dos Carajás que vitimou 19 agricultores do movimento camponês, assassinados pela Polícia Militar do estado do Pará em 17 de abril de 1996. Nesse contexto, o acirramento dos conflitos sociais na cidade e no campo constitui um aspecto constitutivo de um quadro de exclusão social[2] amplo e complexo. A ação desses movimentos apresenta-se como um fator determinante de mudança de valores e práticas que se volta para um conjunto de novas alternativas sociais e políticas, de modo geral apresentando um redimensionamento da conflitualidade intrínseca a sociedade. Assim, a união das forças sociais, como a dos trabalhadores e seus aliados, constitui um caminho possível para a concretização da democracia política e uma melhor distribuição da riqueza social.

O movimento socioterritorial pode ser considerado como uma forma de organização da classe trabalhadora, tendo por base os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas. Para compreendermos essa mudança é fundamental considerar uma nova realidade, materializada a partir das experiências construídas por esses trabalhadores que não têm acesso à moradia e à terra, assumindo, assim, a condição de trabalhadores sem-teto e sem-terra. Ou seja, são os mesmos sujeitos da exclusão social e subordinação só que em ambientes distintos. No campo, os trabalhadores rurais lutam pelo direito de acesso a terra, pela sua permanência e por melhores condições de seu uso, para, a partir dela, reproduzir as condições de sobrevivência. Na cidade, o objetivo é o acesso à moradia, *lócus* da dinâmica familiar, do descanso e da

2 De forma ampla, entendemos a exclusão social como um processo sócio-histórico caracterizado por recalcar o desenvolvimento de classes ou grupos sociais em todas as instâncias da vida social. Esse processo é multidimensional e abarca todas as dimensões da vida social, política, étnica, religiosa, espacial, sexual etc. Constitui-se num processo pertinente ao sistema social e é produto de seu funcionamento e não uma falha. Para uma visão mais completa sobre o tema consultar: Martins (1997) e/ou Santos (1987).

intimidade; não obstante, na cidade também se desenvolve a luta pelo espaço do trabalho, como é o caso das ocupações de fábricas.

As mobilizações coletivas podem ser compreendidas como uma forma de agrupamento de pessoas que busca organizar suas ações com o objetivo de obter respostas às suas demandas, podendo ser popular ou elitista, de acordo com sua base e sua agenda. As mobilizações podem ser espontâneas quando elas possuírem uma organização limitada no tempo e no espaço, mas, também, podem assumir um caráter permanente. Se no transcurso dessa permanência seus membros passarem a tomar medidas sistemáticas destinadas a superar as barreiras colocadas à sua organização e passarem a estabelecer planos e metas, aí estaremos diante de um quadro com grande potencial de gerar um movimento socioterritorial. O que diferencia uma mobilização de um movimento socioterritorial é, além de uma organização sistemática e permanente, a formulação de uma agenda voltada para a conquista do território.

Na Figura 2, apresentamos as correlações possíveis entre os tipos de mobilizações coletivas e suas diferentes manifestações. A mobilização coletiva corresponde ao tipo de ação mais ampla e abarca o conjunto dos movimentos socioespacial, socioterritorial, populares e sindicatos. Os movimentos socioespaciais reúnem um conjunto amplo de mobilizações já que as experiências políticas de participação não prescindem de uma dimensão espacial, muitos têm como base de organização um recorte espacial, a exemplo de associações de moradores e sindicatos, podendo ocorrer no campo ou na cidade e tendo como prerrogativa tanto demandas populares como elitistas. O movimento socioterritorial corresponde a uma categoria de mobilização coletiva mais restrita do que o movimento socioespacial, isso ocorre porque sua principal demanda está voltada para a conquista do território ou para a conquista da soberania por parte de um grupo sobre um espaço apropriado (podendo ser um espaço de governança). Alguns sindicatos atuam como movimentos socioterritoriais, a exemplo da expressiva atuação da Contag e da CUT na organização e realização de ocupações por todo o país.

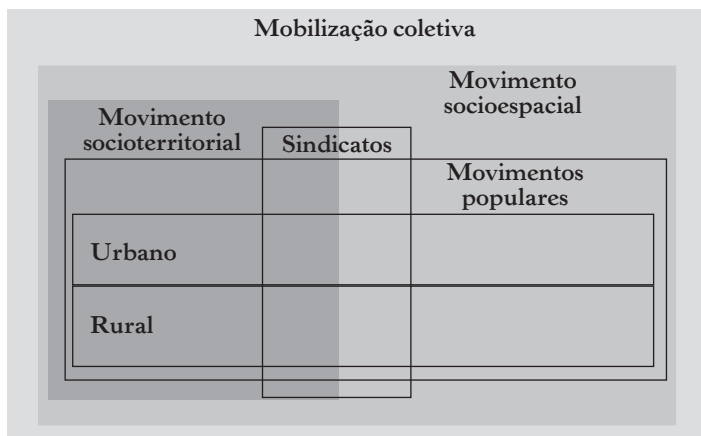



Figura 2 – Correlações entre os tipos de mobilização coletiva numa perspectiva geográfica.

Os aspectos constitutivos dos movimentos socioterritoriais

A agenda como elemento definidor: intencionalidade e campo de ação

Numa perspectiva geográfica, os movimentos socioterritoriais se constituem de acordo com sua capacidade de articulação e de seu grau de organização. A amarração entre esses dois componentes dos movimentos socioterritoriais é dada pelo estabelecimento de sua agenda. A formulação da agenda de um movimento socioterritorial é uma prática política e corresponde a um processo caracterizado por três momentos: o primeiro é o da comunicação, no qual ocorrem as reuniões em que os membros socializam valores e ideias; o segundo é o da constituição de um "espaço interativo", em que se dá o processo de aprendizado por meio da interação, baseada na troca de experiências, conhecimentos e trajetórias de vida. Elementos basilares à conscientização da condição de excluídos e subordinados. Nesse sentido, a agenda de um movimento socioterritorial traz em si a identidade

de seus membros, a identidade dos expropriados, dos "sem" (terra e moradia). A interação é responsável por mobilizar as condições subjetivas da agenda do movimento socioterritorial. Por último, temos a constituição de espaços geradores de sujeitos, no qual eles constroem suas próprias experiências. Esse momento é o da reflexão e da redefinição das estratégias e objetivos, mostrando que as agendas não se dissociam da ação, permanecendo numa contínua reformulação.[3]

Esses três momentos apontam que a construção e conquista do espaço de socialização política, tem sido uma condição fundamental para o desenvolvimento das diferentes experiências no processo de formação dos movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais que se desenvolvem a partir das problemáticas vividas pelas classes populares no espaço das cidades vão conformar suas agendas de acordo com a comunicação e a interação proporcionadas pelas mobilizações, essas têm na busca pelo "teto" seu propósito basilar. Da mesma forma, ocorre com os sem-terra. A preposição *sem* designa ausência de lugar, sugere o sentido de privação, da falta e da exclusão. No caso dos sem-teto, a denominação não faz referência a casa, mas sim ao território que lhe permite ser soberano sobre um espaço, sem o qual não passa de um nômade. No caso dos sem-terra, não é a propriedade, mas o acesso a um bem que não é criado pelo homem: a terra, *lócus* da produção dos meios de existência.

Gonçalves (2006) nos mostra como o edifício Prestes Maia, localizado na metrópole paulistana, foi se constituindo um espaço de comunicação e interação, por meio do qual tomou forma um dos mais expressivos movimentos socioterritoriais urbanos do Brasil, o Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), que, em 2003, era formado por cerca de 12 mil famílias (Gonçalves, 2006, p.70). Sua denominação serve como um elemento definidor da sua agenda, assim como de sua base, pois não são todos os sem-tetos: são os do "centro". Assim, como sugere o autor, a própria designação con-

3 Formulação realizada a partir dos apontamentos de Fernandes (2000b), em especial, o capítulo 5.

fere um sentido de posição ao grupo. Essa busca por firmar uma identidade está diretamente relacionada ao espaço do qual emerge as vontades e as demandas desses populares. O próprio edifício tornou-se um espaço de construção da identidade política do movimento, sendo a um só tempo o território da conquista e um meio de manutenção da luta. As reuniões gerais, que ocorriam no segundo andar do edifício, eram precedidas por uma "mística"; composta por peças musicais; uma parte intitulada "matéria jornalística da semana"; na qual algum militante explanava sobre um determinado tema de interesse para os participantes; em seguida, ocorria o discurso dos coordenadores.

O que chama a atenção no estudo de Gonçalves (2000) é a organização do movimento no interior do "território-edifício-conquistado". A estrutura interna da ocupação se baseia numa hierárquica divisão de tarefas: à frente, há um coordenador geral e os coordenadores de andares, as atividades de base correspondem à segurança interna, comportamento, higiene e limpeza, manutenção, finanças, refeições comunitárias e punições. A respeito da prática ensejada pelas ocupações do MSTC no edifício da Rua Rego Freitas, seus membros a concebia como a consumação da justiça. Nesse sentido, o território ocupado simbolizava a vitória sobre uma situação de injustiça social manifestada no imóvel vazio.[4]

---

4 Na cidade de São Paulo, maior metrópole brasileira, o número de imóveis vazios é maior do que o número de famílias que não possuem moradia. Segundo o IBGE (2000 apud Gonçalves, 2006, p.55), os imóveis vazios correspondiam a 254 mil unidades, número maior do que a estimativa do déficit habitacional da cidade de 203,4 mil unidades. Dessas, cerca de 40 mil se localizavam no centro da cidade. Somente na região da Sé, 26,84% dos domicílios estavam desocupados (Gonçalves, 2006, p.55). Evidentemente que esse quadro de subutilização descrito constitui a manifestação direta de uma territorialidade que interessa aos agentes especuladores, seu alvo é o cidadão-consumidor, que troca o acesso ao espaço-moradia por dinheiro. O cidadã-político, que constrói territórios, recoloca o sujeito no centro da relação. Quando o indivíduo se torna usuário, tem-se a supremacia dos objetos sobre o sujeito, o MSTC reage a esta lógica porque politiza o espaço à medida que o coloca como meio para a superação da condição de exclusão.

Os movimentos socioterritoriais são, portanto, mobilizações coletivas com considerável nível de organização e com uma agenda que sintetiza as propostas do movimento. É importante apontar o caráter condensador desses dois elementos constitutivos dos movimentos socioterritoriais porque eles compreendem, de forma relacional, os processos de conformação identitária e as espacialidades e territorialidades desse tipo especial de mobilização. O que significa dizer que os movimentos socioterritoriais se estruturam a partir das agendas de luta por meio das quais são relacionados as ideologias, os propósitos, os interlocutores (as negociações com o Estado e com os agentes capitalistas) e as estratégias de ação (a exemplo das táticas de luta), e que, ao mesmo tempo, desempenham papel de instrumentos de conformação identitária. No processo de constituição das mobilizações sociais, a conquista do território é um elemento definidor da identidade dos movimentos socioterritoriais. Diversamente dos movimentos socioespaciais, cuja constituição se encerra na sua estrutura organizativa, o espaço é concebido como base na qual se assentam seus elementos, não sendo, ele próprio, definidor de sua identidade.

As agendas dos movimentos socioterritoriais podem ser entendidas como manifestação das suas *Intencionalidades*, assim como as ocupações constituem sua materialização. A territorialização dos movimentos socioterritoriais corresponde ao movimento das *Intencionalidades* dos indivíduos, produzidas na dialética entre as demandas individuais e as coletivas. As ideias e os interesses dos indivíduos se conformam no interior da agenda formulada pelos movimentos. Com relação à relevância das *Intencionalidades*[5] nos processos sociais, é importante citar as formulações do filósofo norte-americano John Searle.

Segundo a teoria geral formulada pelo filósofo, as *Intencionalidades* compreendem àquela propriedade da consciência segundo a qual todo estado consciente se refere a algo de diverso da própria mente, ou seja, a consciência é sempre a consciência de algo. A *In-*

5 Searle (2002) desvincula Intencionalidade no sentido filosófico do sentido corrente de "intenção" por meio do uso da letra I maiúscula.

tencionalidade é uma das características da consciência na qual ela nos dá acesso a algo que é diferente dela mesmo por meio de duas formas distintas: do desejo, quando representamos as coisas tal como gostaríamos que elas fossem, ou das crenças, quando as representamos da forma como acreditamos que ela é. Desejo e crença são estados intencionais. A *Intencionalidade* relaciona o sujeito com o objeto.[6] Fernandes (2008a, p.4) vincula a formação do território, num sentido amplo, com as *Intencionalidades* da seguinte forma:

> A intencionalidade compreendida como propriedade do pensamento e da ideologia em que o sujeito delibera, planeja, projeta, dirige e propõe a significação e por conseguinte a interpretação, se realiza através das relações sociais no processo de produção do espaço e na compreensão desse processo. Deliberar, planejar, projetar, dirigir, propor, significar, interpretar são verbos que explicitam ação e poder. O poder de significar e interpretar expressa a intenção, a pretensão do sujeito. A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção. Este ato político exprime a liberdade da criação, da significação e da interpretação. Esta é uma forma de construção do conhecimento. Os sujeitos utilizam suas intencionalidades criando, construindo, produzindo suas significações dos conceitos, suas interpretações ou "enfoques" da realidade, evidenciando aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais. As interpretações, enfoques, pontos de vista ou abordagens acontecem por meio das intencionalidades que representam interesses de diferentes classes organizadas em diversas instituições. Embora esta questão me pareça evidente, penso ser importante lembrá-la: os estudiosos, pesquisadores e outros profissionais trabalham os conceitos e as teorias de acordo com a intencionalidade dessas instituições.

6 "[...] a noção de intencionalidade é fundamental para entender o processo pelo qual ação e objetos se confundem, através do movimento permanente de dissolução e de recriação do sentido" (Santos, 1996, p.14).

Corroborando as formulações expostas, Milton Santos[7] (1996, p.57) assegura que "a noção de intencionalidade não é apenas válida para rever a produção do conhecimento. Do mesmo modo, ela também é importante para a contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno". Para Santos (1996, p.59), a ação intencional é o "movimento consciente e voluntário do agente na direção das coisas, envolvendo, portanto, uma projeção do agente, já que as crenças, os desejos, [e] as intenções implicam um objeto". Todavia, nem toda ação é consequência do pensamento que antecede o ato, isso ocorre porque a "ação sempre se dá sobre o meio, combinação complexa e dinâmica, que tem o poder de deformar o impacto da ação. É como se a flecha do tempo se entortasse ao se encontrar como espaço" (ibidem, p.60).

Tanto Searle (2002) como Santos (1996) têm como propósito explorar a inseparabilidade do sujeito com o objeto, problema antigo na evolução do pensamento ocidental e presente nas obras de autores como Emmanuel Kant, Friedrich Hegel, Martin Heidegger, Henri Lefebvre, entre outros. A questão é: o sentido das coisas está nas próprias coisas ou é o sujeito que a atribui?

Searle (2002) e Santos (1996) nos mostram que o sentido das coisas reside na relação entre sujeito e objeto. A agenda de um movimento socioterritorial compreende esse processo. Nas palavras de Santos (1996, p.66), os objetos naturais e artificiais que compõem o espaço:

> [...] não têm por si mesmos uma história, nem uma Geografia. Tomados isoladamente em sua realidade corpórea, aparecem como portadores de diversas histórias individuais, a começar pela história de sua produção intelectual, fruto da imaginação científica do laboratório ou da imaginação intuitiva da experiência. Mas sua

7 Assim como John Searle, Milton Santos busca nas obras do filósofo alemão Edmund Husserl e do psicólogo Franz Bretano o fundamento para seus apontamentos sobre a noção de intencionalidade.

> existência histórica depende de sua inserção numa série de eventos – uma ordem vertical – e sua existência geográfica é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos – uma ordem horizontal. Sua significação é sempre relativa.

Os objetos condensam em si a forma e a função que lhes são atribuídos no interior de um sistema de ações que não é estático. Nesse ínterim, Santos afirma que:

> A sociedade se geografiza através dessas formas, atribuindo-lhes uma função que, ao longo da história, vai mudando. O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas. (ibidem, p.71)

O espaço produzido é, a um só tempo, o espaço da produção das ideias e o espaço por elas produzido. Ao produzirem território, por meio das ocupações, os movimentos socioterritoriais expressam ou materializam suas *Intencionalidades.* Em suas agendas, os movimentos formalizam suas *Intencionalidades* na condição de sujeito coletivo e fundamento de sua identidade. Os movimentos socioterritoriais urbanos têm como *Intencionalidade* o desejo da conquista da moradia, em sentido restrito, quando se pautam somente pela conquista de um teto, ou, em sentido amplo, quando incorporam à sua agenda a conquista por melhores condições de habitação. No que se refere aos movimentos socioterritoriais rurais, tem-se a luta pela terra como condição de acesso ao espaço da produção dos meios de existência, e a luta na terra como forma mais ampla de manutenção ou melhoramento dessas condições. Quando projetadas sobre o espaço, as ações intencionais o transforma em território,

uma vez que ele passa a constituir um espaço problematizado e disputado por diferentes grupos sociais.

As agendas dos movimentos socioterritoriais, entendidas como a formalização de suas *Intencionalidades* e fundamento de sua identidade, são formuladas no interior de um quadro de tensão caracterizado pela conflitualidade. Nesse contexto é que surgem os movimentos socioterritoriais. Definidos como um coletivo de pessoas mobilizadas/organizadas que atuam conjuntamente para produzir alguma mudança na sociedade e em seu espaço. De forma geral, atuam de maneira não institucionalizada. Os movimentos socioterritoriais são organizações que surgem em momentos de inquietação social. Dado o caráter excludente da sociedade capitalista, sempre há aqueles que se recusarão a ficar pacatos diante da própria situação, daí a natureza social da conflitualidade. As ações ensejadas pelos movimentos representam um momento do conflito social pertinente à sociedade atual.

A escala da luta

Se tomada como uma mobilização social de caráter contínuo, a luta de um movimento socioterritorial será proporcional à sua capacidade de se organizar. A organização dos movimentos socioterritoriais ocorre das mais diversas formas. Seus aspectos constitutivos estão fortemente relacionados com sua agenda, assim como o espaço no qual ocorrem de forma direta os seus embates, ou seja, o espaço por meio do qual os conflitos sociais se materializam e abarcam a vida dos membros dos movimentos. Um importante aspecto que possui um desdobramento direto na espacialidade dos movimentos socioterritoriais é a escala da luta.

Essa questão não é nova no conjunto das preocupações dos geógrafos que tratam das mobilizações sociais, tal como já apontamos no capítulo 2, ao abordarmos os estudos de Bernardes (1983) e Mizubuti (1986). Nesses estudos, o aspecto escalar é de grande relevância, sendo considerado a razão de alguns fracassos políticos e/ou um limite à ação dos movimentos. O território abarca em si a

totalidade, o que o torna especial são as relações e processos sociais que são formulados no interior de sua escala, seja local, regional, estadual, nacional ou internacional.

Considerando as características do período atual, marcado pelo aceleramento dos fluxos de pessoas, capitais, mercadorias, comandos e informações, e que tem como base material o avanço tecnológico dos meios de transporte e comunicação, cada vez mais as ações são estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Muitas das ações praticadas em um lugar são produtos de necessidades e funções geradas em espaços distantes, das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra (Santos, 1996). O domínio da ação, intencionada na agenda dos movimentos socioterritoriais, deve delimitar a escala de suas práticas e planejar a forma pela qual os processos gerados a partir da escala de sua ação vão se relacionar com os processos gerados em outras escalas. É por meio das escalas geográficas que uma ação política tem desdobramentos (Fernandes, 2008a). Milton Santos dá uma importante contribuição para que possamos entender as implicações das escalas nos processos socioespaciais. Para ele:

> A noção de escala se aplica aos eventos segundo duas acepções. A primeira é a escala da "origem" das variáveis envolvidas na produção do evento. A segunda é a escala do seu impacto, de sua realização. Além do mais, os eventos históricos não se dão isoladamente. Esse não-isolamento se traduz por dois tipos de solidariedade. O primeiro tem como base a origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos. Trata-se, aqui, de eventos solidários, mas não superpostos: sua ligação vem do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam. O outro tipo de solidariedade tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização. Aqui os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrendo numa área comum. No primeiro caso, temos a escala das forças operantes e no segundo temos a área de ocorrência, a escala do fenômeno. Aliás, a pala-

> vra escala deveria ser reservada a essa área de ocorrência e é nesse sentido que se pode dizer que a escala é um dado temporal e não propriamente espacial; ou, ainda melhor, que a escala varia com o tempo, já que a área de ocorrência é dada pela extensão dos eventos. (Santos, 1996, p.99)

A *escala da origem* pode ser considerada a *escala da ação* de um movimento socioterritorial, na qual são definidos os processos e eventos que, de acordo com as intencionalidades materializadas na agenda, dão substância às práticas. Esses processos e eventos não estão voltados apenas para as transformações ou permanências exclusivas dos lugares, mas se encontram em permanente diálogo com forças geradas em escalas mais amplas e que conformam, e muitas vezes determinam, o rumo das coisas em âmbito local. Tal como aponta Santos (1996), a totalidade está presente tanto no momento da geografização como na relação concomitante que se dá entre os eventos que variam no tempo e no espaço.

A *escala da origem* de um movimento socioterritorial tem a ver com sua capacidade de mobilização e de diálogo com outras instituições, assim como sua capacidade de articulação com outros sujeitos. Souza Júnior (2008) realiza um estudo acerca do papel dos movimentos socioterritoriais – o autor utiliza a denominação tradicional de Movimento Social Urbano (MSU) – que atuam no espaço urbano da cidade de João Pessoa (PB). Ao buscar definir os aspectos constitutivos do conceito de movimento social urbano, o autor aponta a capacidade de articulação escalar desses movimentos. Só são consideradas MSU aquelas mobilizações que conseguem, na prática, articular escalas de diferentes níveis. Dessa forma, segundo o autor, o MTST não seria um movimento social urbano por não conseguir manter uma ação articulada pelo território nacional. Esse movimento possui diversos núcleos em várias cidades brasileiras, entretanto, não apresenta uma articulação nacional forte, o que leva os esses núcleos a atuar de maneira disforme.

Souza Júnior (2008, p.92-4) aponta que o fato de estar presente em cidades de grande e médio portes, assim como em diversas

regiões do país, não é suficiente para classificá-lo como um MSU, uma vez que essa presença, na quase totalidade dos casos, não é reproduzida em ações organizadas, integradas e complementares. Outro aspecto que corrobora o argumento do autor em não adotar a denominação de MSU para o MTST diz respeito à sua agenda. Nela, está ausente o objetivo da conquista das condições complementares aos direitos urbanos, sendo a conquista da moradia a demanda privilegiada. Como contraponto, o autor afirma que é preciso lutar contra toda uma série de processos que reproduzem as desigualdades sociais nas cidades, pois, além da luta pela moradia, é preciso lutar também por infraestrutura, emprego, saúde, educação, entre outros. O autor considera a capacidade de articulação das escalas como uma prerrogativa dos MSU. Os movimentos que não desenvolvem essa capacidade são denominados apenas por Movimentos Sociais. A adjetivação se é urbano ou não depende da capacidade articulatória e da agenda do movimento.

Refletindo sobre essa problemática, Souza (2006) diferencia os ativismos urbanos no sentido forte (*stricto sensu*) e os ativismos urbanos no sentido fraco (*lato sensu*). Os primeiros seriam um tipo de ativismo que têm "origem em um clamor pelo direito à cidade: luta por moradia e por infraestrutura técnica e social [...], desestigmatização de espaços segregados", entre outros. Por outro lado, os ativismos urbanos em sentido amplo e fraco são aqueles que, embora tenham as cidades como seu palco preferencial (e, às vezes, quase exclusivo), "se referenciam apenas indiretamente pela espacialidade urbana" (Souza, 2006, p.280). Nesse sentido, o movimento dos sem-teto, de maneira geral, é considerado como um movimento social urbano em sentido forte, uma vez que configura, por meio de suas ocupações, o território pelo qual se organiza a luta contra o problema imediato da falta de moradia digna e, a partir do qual, se mobiliza para contestar e buscar a superação de algumas das relações hegemônicas na sociedade capitalista (a exemplo da mercantilização da terra urbana).

Ocorre que, para além dos limites da escala mais restrita, manifestada na organização interna das ocupações e sua efetivação,

o movimento sem-teto acaba por interferir no planejamento e na gestão política do espaço urbano em outras escalas. Teixeira (2007) nos ajuda a entender esse processo. O autor afirma que esses movimentos socioterritoriais configuram suas ações por meio do:

> [...] estudo detalhado do espaço mais apropriado para iniciar uma nova ocupação, pela política de alianças e de interlocutores (de vizinhos a organizações internacionais, no caso do apoio, passando por prefeituras e ministérios, geralmente como interlocutores), pelo estudo crítico de planos diretores e participação em fóruns para a sua reformulação e, até mesmo, como no caso específico do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) na Grande São Paulo, mediante o planejamento de conjuntos habitacionais financiados pelo Estado em áreas de acampamentos, frutos da sua resistência, abrangendo áreas significativas de alguns bairros ou criando mesmo bairros onde antes havia apenas vazios urbanos, como se deu, por exemplo, com o acampamento Anita Garibaldi, na periferia de Guarulhos. (Teixeira, 2007, p.7)

A escala da ação do movimento socioterritorial é um fator definidor de sua capacidade transformadora. No que se refere à sua importância analítica, Santos (2006) aponta que a escala constitui a circunscrição de lógicas – tanto espaciais, quanto temporais – de ordenamentos das relações entre objetos e ações. Entendida como prática social, ela é resultado da ação do sujeito e de sua organização. Nesse sentido, a escala é uma instância da ação política que se manifesta por meio de aspectos e relações espaciais. Se entendida como campo das relações de poder, a ação dos sujeitos pode transbordar seu próprio campo, assim como dos recortes político-administrativos colocados pelo Estado. Em suma, a escala revela as relações de poder ao servir de demarcação regulatória no interior do quadro de conflitualidade.

Para os movimentos socioespaciais a escala é considerada somente na sua expressão material e institucional. Isso fica claro quando, por exemplo, focamos os aspectos institucionais dos sin-

dicatos e as articulações realizadas pelos movimentos culturais. A articulação de escalas torna-se uma prerrogativa organizacional, na qual as instâncias menores se relacionam com as instâncias maiores com o objetivo de repassar recursos e informações. A escala, nesse sentido, tem extensão e alcance limitados.

Os movimentos socioterritoriais, sobretudo hoje, não restringem sua organização e agenda somente à *escala da origem*. Sua extensão está diretamente relacionada com o alcance da luta e dos impactos pretendidos pelos movimentos. Utilizando os termos de Milton Santos, a *escala da origem* e a *escala do impacto* estão condensadas na organização e na agenda dos movimentos, de forma a dar uma maior profundidade às ações do movimento. Alcance, extensão e profundidade são dimensões da ação dos movimentos socioterritoriais, e que estão relacionados com a Intencionalidade manifestada nos embates promovidos, sobretudo, pelas ocupações. Dessa forma, a ocupação de edifícios e de terras compreende um conjunto de relações, valores, ideias e propostas de mudanças que superam a lógica de ordenamento dos lugares.

A Figura 3 sintetiza as dimensões dos movimentos socioterritoriais conjugados nas articulações escalares. O alcance de suas ações pode ser maior do que os impactos apresentados na escala de origem, isso se explica pela profundidade que o movimento assume; na verdade, a escala da origem e a escala do impacto não guardam uma relação proporcional. Essa relação e a intensidade, de uma ou de outra, estão relacionadas à profundidade do movimento. Esta última tem relação direta com a agenda do movimento e as *Intencionalidades* condensadas nela. A profundidade de um movimento socioterritorial se ajusta à sua inserção na estrutura social, assim como a intensidade da forma pela qual toca ou abala essa estrutura.

A articulação das escalas reconstrói os espaços de ação dos movimentos. As escalas não podem ser tomadas como um simples recorte instrumental e/ou institucional, a partir do qual se selecionam as relações e os processos que envolvem a mobilização. Seu caráter não deve ser unicamente estratégico, relacionado com a prática política legitimada, tal como acontece com os sindicatos

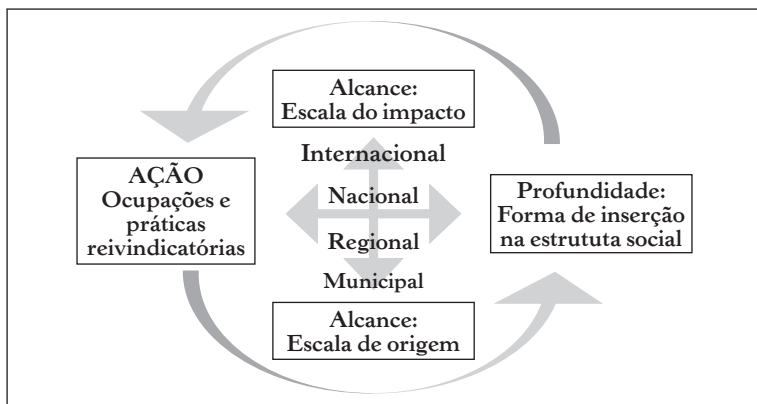



Figura 3 – Articulações escalares definidas pela ação dos movimentos socioterritoriais.

que se limitam a assumir, como legítimas, as escalas existentes e já dadas. Essas escalas são funcionais e resultam de territorializações impostas pelos grupos dominantes, territorialidades que podem ser desconstruídas no âmbito da conflitualidade. Mais do que articular escalas, é preciso atuar tendo em vista construir novas escalas, construir suas próprias territorialidades e destruir as territorialidades que limitam a ação libertadora.

Os movimentos socioterritoriais de luta por moradia: os sem-teto

O projeto de desenvolvimento incitado pelos agentes hegemônicos da economia capitalista e, em muitos casos, corroborado pelo Estado promove uma dissociação das escalas ordenadoras das relações sociais. Isso ocorre na medida em que é imposta uma hierarquização dos atores sociais por meio de um modelo de hierarquização entre escalas. Essa hierarquização é funcional à manutenção do sistema de relações dominantes e, em seu interior, cada indivíduo, grupo ou classe possui um papel definido. A fluidez decorrente do avanço

das tecnologias de informação, comunicação e transportes sustentou a hegemonia dos agentes financeiros após a crise econômica da década de 1970, relacionada, entre outras coisas, com a crise do petróleo. A base material e as relações existentes foram absorvidas por essa fração do capital. Processo que potencializou o avanço do espaço instrumental e do território da dominação sobre as memórias culturais e sobre as territorialidades herdadas do passado. O discurso universalizante se espalha por todo o globo, por meio de um movimento de abstração espaço-temporal. A esse respeito, Ribeiro (2008, p.358) afirma que:

> [...] o capital financeiro interfere no agenciamento dos circuitos produtivos, na transnacionalização de economias e territórios, na administração do cambio e, por fim, em todos os ângulos da reprodução social. É por esta última capacidade que o capital assegura, plenamente, a penetração de seu poder no âmago das relações sociais.

Esse movimento abstrato, base e conteúdo do universalismo, manifesta-se na escala das entidades ou realidades que vigoram independentemente dos contextos específicos. Ele precede a todas as outras realidades que dependem dos contextos e que, por essa razão, são consideradas tomando como base sua funcionalidade ao bom andamento do modelo hegemônico. Modelo esse que tem como objetivos a desestabilização contínua da sociabilidade, a desconstrução das experiências políticas e a flexibilização das fronteiras. Aspectos que, em conjunto, potencializam a concentração da riqueza na escala mundial. Utilizando o "dinheiro", como metáfora que corresponde ao processo descrito acima, Milton Santos (2000) aponta que a centralidade ocupada pelo dinheiro, na dinâmica estrutural da sociedade, provoca uma distorção do sentido da vida em todas as suas dimensões. Incluindo, até mesmo, aquelas mais íntimas da vida humana. Com a prevalência do *dinheiro em estado puro* como matriz da história e das ações humanas, o homem acaba por ser considerado um elemento residual. Na esteira desse processo, tornam-se residuais, também, o território, o Estado-nação e a solidariedade social.

No espaço urbano, os problemas são agudizados pelo fato de esse espaço se caracterizar pela intensa aglomeração de pessoas. Em 2000, o IBGE apontou que 80% das cidades médias brasileiras registravam núcleos de favelas, e 36% das cidades com menos de 20 mil habitantes possuíam loteamentos irregulares, em 20% delas havia a formação de favelas. A "favelização" não é uma exclusividade do espaço brasileiro. De acordo com Davis (2006), em 2001, 31% da população urbana mundial viviam em áreas urbanas degradadas (cerca de 934 milhões de pessoas). Com base em dados da Organização das Nações Unidas (ONU), o autor alerta que, se mantidas as taxas atuais de crescimento, em trinta anos o número de favelados pode chegar a dois bilhões. Só na cidade de São Paulo, o conjunto das favelas abrigava, nesse período, uma população de aproximadamente dois milhões de pessoas (dados oficiais da Prefeitura Municipal de São Paulo).

Analisando os rebatimentos da exclusão na cidade de São Paulo, Gohn (2007) mostra que a Fundação de Pesquisas Econômicas (Fipe) registrou, em 2003, um total de 10.394 de moradores de rua, concentrados basicamente na área central. Com relação aos loteamentos clandestinos, o número de moradores chega a três milhões. Dessa forma, somados os números, chegamos à cifra de cinco milhões de pessoas vivendo em favelas, cortiços, habitações precárias e nas ruas.

Diante desse quadro de pobreza e exclusão urbana, os movimentos socioterritoriais emergem como mobilização social, cuja agenda de lutas condensa um conjunto de questões que vão desde o acesso à moradia até o questionamento acerca da exclusividade do Estado sobre o planejamento das cidades. Dessa forma, a ação desses movimentos abarca os problemas relativos à exclusão e à subordinação. No que se refere à organização e escala da luta, os movimentos socioterritoriais que atuam na cidade de São Paulo com maior expressividade são aqueles que têm suas agendas organizadas em torno da luta pela moradia. Para Gohn (2007), a década de 2000 inicia-se apresentando duas novidades no campo das lutas populares: a retomada das lutas urbanas, sobretudo aquelas vinculadas à luta pela moradia, com destaque para a criação do MTST; e o fortalecimento

das articulações entre os movimentos sociais, como a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), criada em 2003. Nesse segundo caso, a autora ainda aponta: a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam); a Central de Movimentos Populares (CMP); o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FMRU); a Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo (Facesp); e a União dos Movimentos de Moradia (UMM).

Não obstante a heterogeneidade presente no conjunto dos movimentos socioterritoriais que atuam nas cidades,[8] os problemas decorrentes da aguda exclusão social unificam suas demandas. Dentre esses movimentos, a luta pela moradia tem centralidade nas suas agendas. Na década de 1980, a Associação dos Trabalhadores Sem-Terra (AMST) de São Paulo já realizava ocupações antes mesmo da visibilidade conquistada pelo MST. Atualmente, as ocupações não fazem mais parte da agenda desse movimento, suas práticas se voltaram para a organização dos moradores de áreas pobres, para que esses possam adquirir um lote e construir sua moradia. Contando, para isso, com o auxílio da Companhia de desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Outros movimentos possuem agendas parecidas, como a Unificadora de Loteamentos, na Zona Leste e o Movimento de Regularização na Zona Norte (Gohn, 2007).

Os movimentos socioterritoriais sem-teto conquistaram uma projeção pública mais recentemente. Se as ocupações desarticuladas

8 Segundo Gohn (2007), atualmente os movimentos por moradia dão continuidade às lutas iniciadas na década de 1980. Em seu conjunto, formam um universo bastante complexo, mas que, de maneira geral, podemos dividir em quatro setores: (a) o primeiro compreende os movimentos que se tornaram institucionalizados, integrando-se às tarefas jurídicas por meio de assessorias e obtendo a adoção do Estatuto da Cidade; (b) no segundo, estão reunidos os movimentos que integram as ONG, participando de projetos como as cooperativas de ajuda mútua; (c) o terceiro agrupa os movimentos que se dedicam às ocupações dos imóveis públicos e privados desocupados, para os quais as autoridades presumem programas específicos de recuperação do centro de São Paulo e planos de urbanismo e de regulamentação da propriedade e da posse; e, por último (d) aquele setor que congrega os moradores de rua (pessoas que vivem em praças, sob pontes ou viadutos), e para os quais as autoridades propõem alojamentos provisórios em albergues ou imóveis alugados.

da década de 1980 privilegiavam os vazios urbanos localizados nas periferias da cidade, os sem-teto atuais realizam ocupações em edifícios, públicos ou privados, das áreas centrais. De certa forma, ao assumir essa estratégia, o movimento dos sem-teto unificou a luta dos cortiços e moradores de rua, unificando, dessa forma, também as suas agendas de luta. Em 2003, três grandes movimentos de moradores de cortiços praticavam ações na região central de São Paulo: o Movimento Fora do Cortiço, a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), surgida em 1991 (sendo um dos primeiros a adotar a prática das ocupações de prédios vazios), e o Fórum dos Cortiços.

Outros movimentos que agrupam uma diversidade maior de pessoas e que têm como estratégia as ocupações de edifícios vazios da metrópole paulistana são: o Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC); a União dos Movimentos de Moradia (UMM), que na verdade compreende um conjunto de outros movimentos, atuando mais como um movimento articulador; o Movimento de Moradia do Centro (MMC); a Central dos Movimentos Populares (CMP), também de caráter articulador, mas que, diferentemente da UMM, agrega uma gama mais diversificada de movimentos populares; o Movimento Sem-Teto da Região Central (MSTRC); o Movimento de Luta por Moradia de Campo Forte; a Associação Morar e Preservar Chácara do Conde; e o Movimento Sem-Teto de Heliópolis, a maior favela da metrópole. Em 2004, foi criada a Frente de Luta por Moradia (FLM), que tem caráter articulatório e agregou outros importantes movimentos: a exemplo do MSTC e do MMRC. Em 2000, foi criado o Fórum Centro Vivo (FCV), organizado pela CMP, pela UMM e por estudantes da USP.

Dos movimentos citados, o MMC, o Fórum do Cortiço, a ULC e o MSTC são aqueles que conseguiram se destacar ao tornarem-se interlocutores junto ao poder público. A razão dessa proeminência é explicada por dois fatores: primeiro, pelo espaço dado a esses movimentos pela gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), partido que tem como tradição (e ideologia) a ampliação dos canais pelos quais se dá a participação popular; e, segundo, por causa dos trabalhos relativos às propostas de habitação nos edifícios vazios,

por meio da pesquisa dos edifícios passíveis de serem ocupados, pela elaboração de projetos de reabilitação, utilizando-se de seus próprios consultores técnicos, até a procura de terrenos adequados à construção no espaço da cidade. A busca por financiamentos é responsável por levar esses movimentos a manter um diálogo com instâncias governamentais diversas das municipais, como a Caixa Econômica Federal, responsável por financiar o principal programa de aquisição de habitação às pessoas de baixa renda (Verri, 2008).

Os quatro movimentos são filiados à UMM, incumbida de coordenar um conjunto de movimentos estruturados na forma de associações. Por outro lado, tanto o Fórum dos Cortiços quanto o MMC formaram-se a partir de dissidências da ULC, movimento que se organiza como uma federação, coordenando lutas e associações de bairro. Sua prática inclui encaminhar projetos às instituições que beneficiam as famílias carentes, cujos planos e programas existentes não os abarcam. No que se refere às agendas dos movimentos que se dedicam a promover a articulação, alguns pontos são comuns. Todos[9] defendem a criação de fundos de moradia popular, propõem seu envolvimento nas decisões sobre os fundos (cada uma dando mais ou menos ênfase à função social da propriedade), reivindicam uma política habitacional adequada às mulheres, aos idosos, à saúde, à educação, e aos transportes (Verri, 2008).

Na Figura 4, apresentamos um esquema ilustrativo das articulações e filiações dos principais movimentos socioterritoriais

---

9 A UMM foi criada a partir da mobilização de camadas pobres moradoras da Região Metropolitana de São Paulo, tem como objetivo a coordenação de movimentos em âmbito estadual; a CMP integra diferentes segmentos sociais, engajando-se também nos conflitos ligados a moradia; o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM); a União Nacional por Moradia Popular (UNMP); e o Fórum Centro Vivo. Verri (2008) insere nesse quadro a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), fundada em 1982, e que, em 2004, congregava mais de 550 uniões municipais de associações de moradores e 22 Federações estaduais, em 23 estados da federação. No entanto, temos reservas se podemos ou não denominar essa mobilização como movimento socioterritorial, sendo mais adequada a conceituação de movimento socioespacial, uma vez que sua agenda tem muito mais um caráter reivindicativo do que contestatório.

por moradia que atuam na capital paulistana. Os quatro maiores movimentos foram filiados à UMM; a partir de 2004, o MSTC rompe a filiação por alegando questões ideológicas. Os líderes do MSTC fundam a Frente de Luta pela Moradia (FLM), que, a partir de 2005, ganha a adesão do Movimento de Moradia da Região Central (MMRC), e outros movimentos menores. Um dos pontos de discordância diz respeito à divergência com relação à política habitacional do governo federal; outro ponto diz respeito à "timidez" dos demais movimentos na efetivação de novas ocupações.[10]

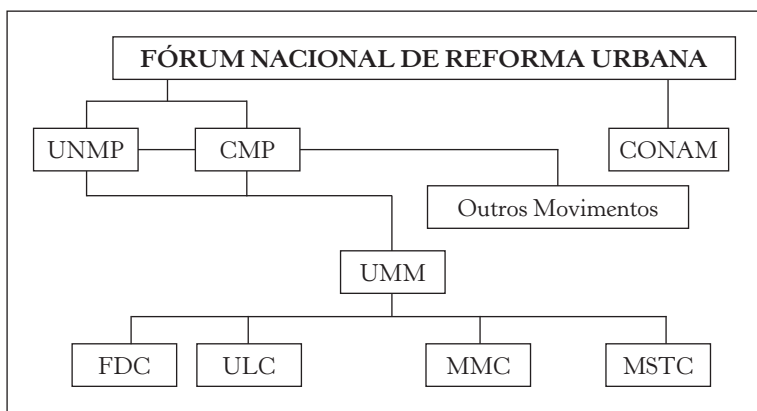



Figura 4 – Organograma das articulações e filiações entre movimentos socioterritoriais por moradia (2008)
Fonte: Adaptado de Verri (2008, p.99).

10 Verri (2008, p.101) transcreve um trecho de uma entrevista realizada com um dos líderes da FLM, na qual ele afirma: "Você tem a União Nacional do Movimento de luta por Moradia popular, que é o UMM nacional. Tem a Conam, a CMP etc. A gente acha que esses organismos do movimento popular à nível muito amplo, é muito difícil de ter um funcionamento adequado. Não sei por que, mas acho que é um problema político, porque veja bem: confluem pr'ali várias concepções políticas, ele acaba ficando imobilizado porque uma concepção anula a outra, daí, passa aquela briga, briga não, aquela disputa pela hegemonia e acaba não fazendo nada. Na verdade, o que ocorre é isso. Se você pegar o MST no campo, eles têm uma organização nacional, eles têm uma unidade política, então funciona. Agora, essas outras não. Eu acho que a dificuldade é essa".

A Central de Lutas Populares (CMP) foi criada em 1996. Sua prioridade é a elaboração de propostas das políticas públicas para a resolução dos problemas dos movimentos junto ao poder público. Além de coordenar diversas organizações e movimentos pelo direito à moradia, ela abarca representantes de outras temáticas: mulheres, prostitutas, homossexuais, índios, desempregados, militantes dos direitos humanos, entre outros. Presente em quinze estados, ela também agrega um número diversificado de mobilizações sociais, entre os quais: a União Nacional dos Estudantes (UNE); a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes); o MST; o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Souza Júnior (2008) analisa a ação de quatro movimentos socioterritoriais que têm na sua agenda a luta por moradia, são eles: o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM); o Movimento de Luta nos Bairros e Favelas (MLB); a CMP e o Núcleo de Defesa da Vida (NDV). Com destaque para o primeiro, que possui uma organização mais bem-estruturada e uma atuação mais expressiva. Com relação à relevância desses movimentos, no quadro socioespacial urbano de João Pessoa, o autor chama nossa atenção para o fato de que esses "atores sociais" se expressam geograficamente por meio da realização de ocupações. Sendo elas, portanto, um importante elemento definidor da identidade-territorialidade desses movimentos, elemento que faz parte das agendas dos movimentos (a exceção fica por conta do NDV).

Ao contrário de outros movimentos, os MSU têm o território como a sua principal preocupação como sujeitos coletivos (ibidem, p.292). Um aspecto valorizado pelo autor diz respeito à função social que os movimentos possuem, uma vez que, "ao definir a moradia e a acessibilidade urbana como metas de ação, eles assumem uma importante atuação enquanto articuladores entre a sociedade e o poder público no debate sobre a produção da cidade" (ibidem). Esse apontamento diz respeito à profundidade da ação dos movimentos, já que, ao atuar como sujeitos políticos, interferem na lógica de reprodução socioespacial da cidade, questionando a legitimidade dos usos instituídos sobre aquele espaço.

Ao afirmar o relevante papel do MNLM na reorganização do espaço da cidade, Souza Júnior (2008, p.296) aponta que:

> Dos movimentos estudados, o MNLM se constitui como a principal referência para identificação dos elementos que possibilitam contemplar um movimento como sendo verdadeiramente urbano. Ao se preocupar com o princípio do C O M B A T E ação pautada na crítica, organização e mobilidade a partir dos valores relacionados à bandeira de luta e articulação e no território como expressão de estratégias territoriais – o MNLM tem participado efetivamente do processo de produção social do espaço urbano da cidade de João Pessoa.

Nessa citação, o autor corrobora nossa tese de que os elementos constituidores dos movimentos socioterritoriais são: a organização, os valores relacionados à bandeira de luta e articulação (expresso pela agenda), e a ação pautada na crítica (ocupação e prática reivindicatória, elemento diretamente relacionado à profundidade do movimento). Dessa forma, podemos afirmar que os MSU estudados por Souza Júnior (2008) podem ser tratados sob a denominação de movimentos socioterritoriais.

O autor faz uma diferenciação entre a luta por moradia e a luta dos sem-teto. A primeira é mais ampla, pois exerce uma maior influência no ordenamento urbano ao desenvolver práticas socioterritoriais voltadas para conquista da justiça social. Essa prática define se a mobilização constitui um MSU ou, simplesmente, um Movimento Social. A luta dos sem-tetos manifesta-se de forma pontual, como na conquista do território-residência. Nesse caso, não possuindo uma influência maior no contexto de ordenamento espacial. A luta dos sem-teto representa a busca pela habitação. O autor chega a essa diferenciação porque considera os movimentos no contexto da produção do espaço urbano, formulação típica da Sociologia europeia que influenciou os estudos sobre a temática no Brasil. Nesse sentido, ele segue a tradição de estabelecer limites rígidos entre o urbano e o rural. Outro fato que corrobora sua

formulação é a de que o MTST, ao focar suas ações na conquista pela habitação, acaba por ignorar o restante do espaço urbano, ou, então, a problemática politizada pelo movimento dos sem-teto não abala o funcionamento da lógica de reprodução socioespacial hegemônica.

Na verdade, ao colocar na sua agenda o protesto pelo teto, o MTST expõe a conflitualidade intrínseca ao modelo de desenvolvimento hegemônico, no qual o espaço tem sua função de potencializar a reprodução das relações capitalista. Gohn (2007) afirma que a visibilidade que os movimentos socioterritoriais urbanos conquistaram nos últimos anos se deve à formação do MTST como representante da luta por moradia. Concordamos com Souza Júnior (2008) quanto ele aponta que a articulação em escalas mais amplas da luta dos movimentos é importante para a definição de sua relevância como sujeito transformador; no entanto, excluir o MTST sobre o argumento de que ele não problematiza a produção do espaço urbano de uma forma mais profunda, ao mesmo tempo que mantem a conceituação de MSU para NDV, mereceria uma explicação mais refinada. Pois, como afirma o autor, o NDV surge de um evento no qual algumas pessoas decidiram se organizar para lutar por benefícios para uma localidade específica (ibidem, p.261), de tal forma que esse movimento não surge como social, mas como uma organização popular. Ora, nem toda organização popular é um movimento social ou um movimento social urbano, ou ainda, um movimento socioterritorial.

Talvez a falta de apreço por parte do autor pela importância do MTST no campo da conflitualidade contemporânea resida no fato de ele não ter considerado que a escala de atuação de um movimento nem sempre coincide com a escala dos impactos de sua prática. Da mesma forma, mesmo movimentos socioterritoriais que aparentemente teriam uma ação isolada problematizam de forma profunda os problemas resultantes da lógica de apropriação (dominação) capitalista do espaço. É claro que a articulação escalar deve ser um fator importante, e que demonstra a capacidade e profundidade

de um movimento. No entanto, a possibilidade de se articular no nível nacional não significa que, necessariamente, um movimento provoque grandes impactos na estrutura social. É de grande relevância considerar as múltiplas ligações entre as dimensões: alcance, extensão e profundidade das mobilizações.

Espacialização e territorialização dos movimentos socioterritoriais sem-terra no Brasil

Tal como já foi apontado, os estudos realizados na geografia sobre os movimentos sociais reproduziram a dicotomia tradicional entre campo e cidade. Os referenciais teóricos que embasaram esses estudos também tinham origens diferentes; os estudos sobre MSU se pautaram pelos autores alinhados às releituras marxistas realizadas pela sociologia europeia, e os estudos dos MSR se pautaram pelas formulações e releituras marxistas acerca da natureza das relações capitalistas de produção e seus desdobramentos sobre a natureza do campesinato por meio da modernização do campo.

De maneira ampla, predominou uma leitura que concebe as práticas dos movimentos sociais como práticas libertadoras das situações impostas pelo desenvolvimento capitalista. Os movimentos socioterritoriais expressam o ponto alto das carências sociais e a centralidade das lutas por recursos fixados no território e pelo acesso ao território. Esses movimentos mostram que há uma lógica da reprodução da vida que foge à lógica da reprodução das relações dominantes. Assim como surgem novas demandas e questões, outras são revalorizadas. Como consequência, tem-se uma diversidade de mobilizações sociais que preserva uma unidade ao tomar como objeto a conquista do território e seus atributos. São exemplos dessa diversidade: os movimentos quilombolas, o movimento das mulheres camponesas, o movimento dos ribeirinhos, os movimentos de ocupações de fábricas, entre outros. Nesse sentido, o aumento do número de movimentos socioterritoriais camponeses atuantes no

campo pode ser entendido como uma alternativa de organização e resposta ao processo de globalização do capital.

As lutas empreendidas pelos camponeses, organizados na forma dos movimentos socioterritoriais, manifestam a conflitualidade intrínseca à produção do espaço brasileiro, principalmente a partir dos embates realizados no meio rural. Em muitos casos, os camponeses têm conseguido algum resultado positivo. Isso ocorre quando, por exemplo, efetiva-se a conquista da terra (criação dos assentamentos), quando há a ampliação do acesso ao crédito ou das renegociações das dívidas, ou, ainda, na conquista de ações diretas do Estado por meio da implantação de infraestrutura.

A insurgência dos movimentos socioterritoriais camponeses traz para a agenda nacional dos debates políticos a discussão sobre a reforma agrária. Debate que não é muito recente, mas que ganhou novos elementos e alcançou níveis mais abrangentes, atingindo diversos setores da sociedade brasileira. Retomando os estudos realizados no campo da geografia, a década de 1950 foi marcada pelas ações pontuais de luta pela terra e pela reforma agrária. Ocorriam, sobretudo, nas ocasiões em que os camponeses resistiam às investidas dos proprietários de terra e das empresas colonizadoras que buscavam expulsá-los das terras. No caso das Ligas Camponesas, as ações buscavam romper com as relações de poder da oligarquia, e, mesmo agindo de forma concentrada na região Nordeste do país, havia uma proposta de resolução mais ampla para os problemas agrários brasileiros.

É importante lembrar que, nesse período, o conteúdo político da reforma agrária se manifestava na luta contra o latifúndio, entendido não apenas como grande propriedade improdutiva e atrasada do ponto de vista tecnológico, mas, também, como expressão de uma relação de poder, de subordinação e exclusão. Assim, a alteração da estrutura fundiária passou a ser entendida no contexto das relações de poder e de conflito de classes.

Após o Golpe de 1964, os militares deram uma nova orientação no tratamento dado aos problemas agrários do campo brasileiro. A reforma agrária implantada pelos militares baseou-se nos assenta-

mentos de trabalhadores rurais sem-terra por meio dos projetos de colonização, que distribuíam títulos de posse de terra aos agricultores, principalmente no norte do país. Assim, as desapropriações, entendidas como um processo fundamental para a diminuição e fim do latifúndio e viabilização da reforma agrária, foram substituídas por um conjunto de práticas institucionais como a colonização e a tributação. Os projetos de colonização tinham como objetivo a desmobilização da luta pela terra, uma vez que os camponeses eram assentados em outras regiões do país, especialmente por meio da distribuição de lotes ao longo das rodovias na Região Amazônica.

O final da década de 1970 e o início da década de 1980 foram um período marcado pelo agravamento das tensões no campo. Têm-se, a partir desse momento, importantes manifestações sociais, como as greves dos cortadores de cana no Nordeste e na região de Ribeirão Preto, em São Paulo; o surgimento de um sindicalismo mais combativo entre os trabalhadores rurais; a atuação mais intensa da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da luta dos pequenos proprietários (Fernandes, 1996). As lutas no campo emergem nesse contexto por meio da mobilização dos trabalhadores rurais sem-terra, tendo no Estado o principal interlocutor e alvo central das reivindicações.

Os movimentos socioterritoriais de sem-terra, concebidos como uma nova forma de mobilização das classes populares, passou a representar uma nova fase na organização dos trabalhadores rurais. Suas práticas se assentam sob um conjunto de ações detentoras de uma radicalidade poucas vezes vistas na história do país. As ocupações, passeatas e atos públicos revelam para a sociedade a condição de exclusão vivida pelos sem-terra. Os trabalhadores camponeses, por meio da luta de resistência, passaram a recusar a proletarização e a migração como condição imposta pelas classes hegemônicas, buscando modificar a ordem estabelecida no campo. Auxiliados pela crise da política institucional que atingiu a sociedade brasileira após o esfriamento das agitações do período pós-"Diretas Já", os movimentos camponeses conquistaram destaque político, entre eles, o MST. Essa visibilidade, somada às conquistas alcançadas a

partir das ocupações realizadas pelo MST, fizeram que outros segmentos dos trabalhadores do campo se organizassem, ou, como é o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), adotassem a ocupação como uma de suas práticas de luta. Portanto, renovando suas agendas.

Atualmente, cerca de 89 movimentos socioterritoriais atuam no campo brasileiro. Esse número é composto pelo conjunto dos movimentos que realizaram pelo menos uma ocupação entre os anos 2000 a 2007. Se atentarmos para a atuação desses movimentos por estado, seis deles ganham destaque, a saber: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST); a Comissão Pastoral da Terra (CPT); a Federação da Agricultura Familiar (Fetraf); e a Organização da Luta no Campo (OLC). Esta última tem sua ação limitada ao estado do Pernambuco, apesar disso, o número de famílias em ocupações filiado a ela é muito representativo.

Souza e Fernandes (2009), ao analisarem a composição do quadro geral dos movimentos socioterritoriais sem-terra e sua formação, destacam dois processos: os movimentos podem ter sua origem vinculada a uma experiência de luta original, ou podem ser formados com base numa dissidência. Já apontamos o processo de dissidência como um dos fatores de surgimento de novos movimentos socioterritoriais de luta por moradia. Na maioria das vezes, essa dissidência se dá, no caso dos movimentos por moradia, por meio da retirada de movimentos no interior das articulações formuladas por outros movimentos, como a dissidência do MSTC com relação ao UMM, e a posterior fundação da FLM por parte do primeiro. Ocorre que, na cidade, os movimentos tendem a um agrupamento na forma dos movimentos articuladores, e, mesmo quando ocorre uma dissidência, o movimento dissidente busca se articular novamente a outros movimentos, com agendas e práticas convergentes, ou a fundar novos.

No campo, o grande número de movimentos demonstra a intensidade do processo de dissidência e a ausência de uma tendên-

cia à formação de movimentos articulatórios. Sobre o processo de dissidências no âmbito dos movimentos socioterritoriais rurais, Lima (2006) aponta que tal processo se dá por um rompimento político-ideológico de suas agendas e até mesmo por conflitos gerados no interior dos movimentos. Como pontos de conflitos, o autor aponta as negociações corruptas com fazendeiros, sonegação de informações e de prestação de contas para o grupo de trabalhadores acampados, promessas em discursos cansativos nas reuniões, entre outros.

Lima (2006) elabora um quadro das dissidências e agrupamentos envolvendo dois movimentos (que apresentamos na Figura 5) que atuam intensamente na região do Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast) e o MST. A maior parte das dissidências provem do MST. Esse fato ocorre por causa dos sucessivos conflitos que acontecem no interior dos movimentos após desentendimentos em acampamentos entre grupos que se desligam e se organizam de forma pretensamente independente. Esse rompimento ocorre por oposições política e/ou ideológicas e por causa de diferenças de posição diante das formas de ação. O autor aponta que, os:

> [...] movimentos surgiram na região entre 1995 e 2002, são 14 movimentos que foram se agregando à estrutura organizativa do Mast [Figura 5], a partir da sua origem, em 1998. Isso o converteu no segundo movimento mais importante em número de militantes, ocupações e acampamentos no Pontal. Aqueles que são desagregados por estratégia do próprio Mast, a nosso ver, não são considerados isolados, pois nenhum desses movimentos estão isolados, o que os diferem do MST são suas formas e processos de ocupações de terra, mas todos os trabalhadores desses movimentos estão presentes na luta pela terra e pela Reforma Agrária. (Lima, 2006, p.35)

Com relação à intensidade da espacialização de cada movimento socioterritorial na luta pela terra e da abrangência de suas

ações, constatamos que o MST foi responsável por 2.188 ocupações realizadas em todo o território nacional, das quais estavam participando 376.229 famílias. Em segundo lugar encontra-se a Contag, com 452 ocupações e 49.512 famílias participantes. Em terceiro lugar encontra-se o movimento socioterritorial MLST, com 95 ocupações e 12.304 famílias participando. Em quarto lugar tem-se a participação da CPT, com 11.477 famílias em 120 ocupações no Brasil.

Num estudo sobre a CPT, Mitidiero Junior (2008) aponta que foram vários os movimentos de Igrejas, várias pastorais e várias iniciativas que aproximaram a Igreja Católica do campesinato. Porém, dessas, a CPT é a que mais participou dos conflitos agrários e hoje se constitui como a principal referência junto ao MST. A CPT é considerada a maior representante da Teologia da Libertação no país e portadora de uma marcante *ação territorial*, na medida em que propõe, por meio das suas ações, uma maior valorização objetiva e subjetiva do território destinada a sua transformação.

Para o autor:

> Em tese, qualquer ato com finalidade constitui uma ação no território, qualquer empresa humana na natureza impõe-se como ação territorial, a construção de uma casa ou uma simples machadada numa árvore explicita a ação social no território, mas, embora a existência humana seja necessariamente territorializadora, a noção de aço territorial aqui defendida está ligada a ações coletivas de parte da sociedade que, imbuída por ideologias, sentimentos, utopias e estratégias visa transformar as estruturas injustas e perversas a organização socioterritorial capitalista. (Mitidiero Junior, 2008, p.69)

A atuação intensa da CPT como sujeito que realiza ocupações de terra demonstra o quadro diversificado que envolve a luta pela terra no Brasil. Para além de seu papel como agente mediador da organização dos camponeses, a CPT é hoje um importante sujeito atuante nas disputas territoriais. Outro fator dessa diversificação

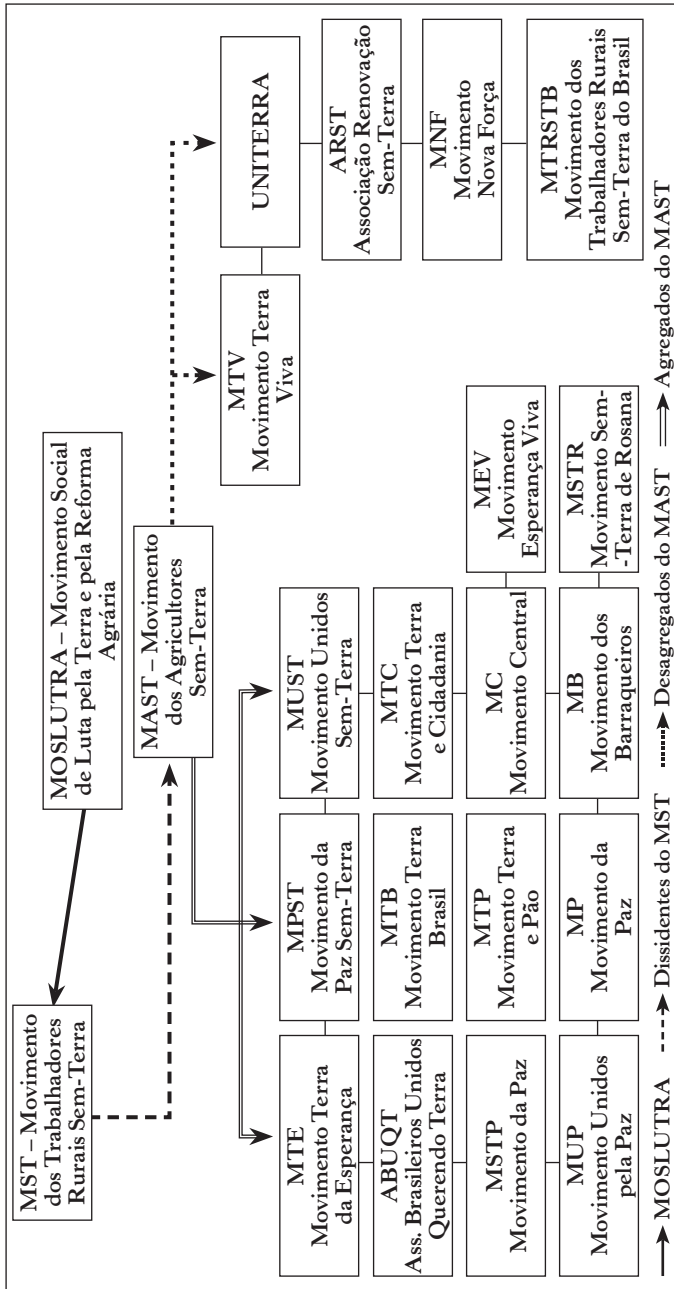



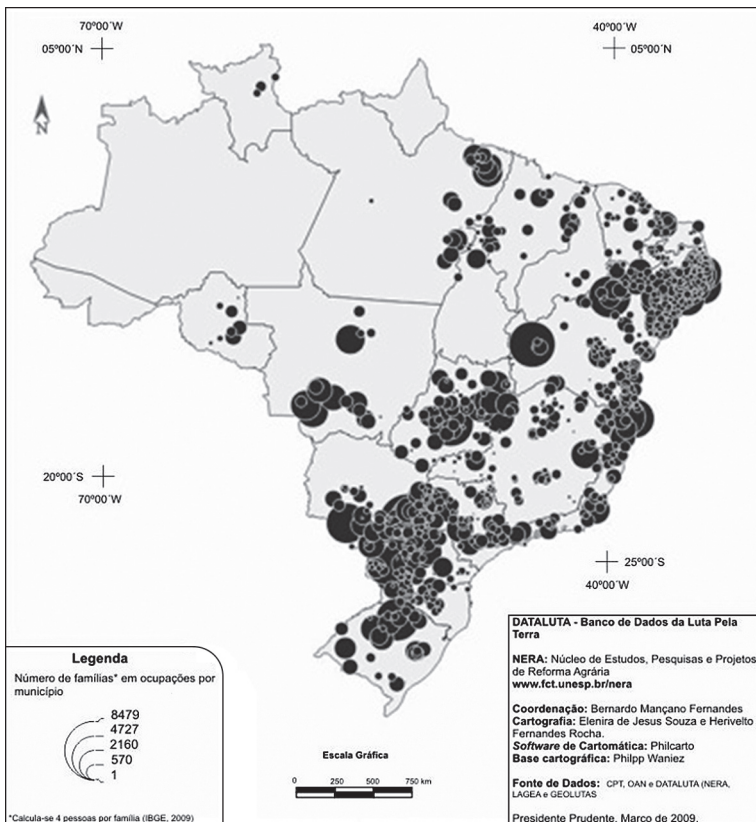
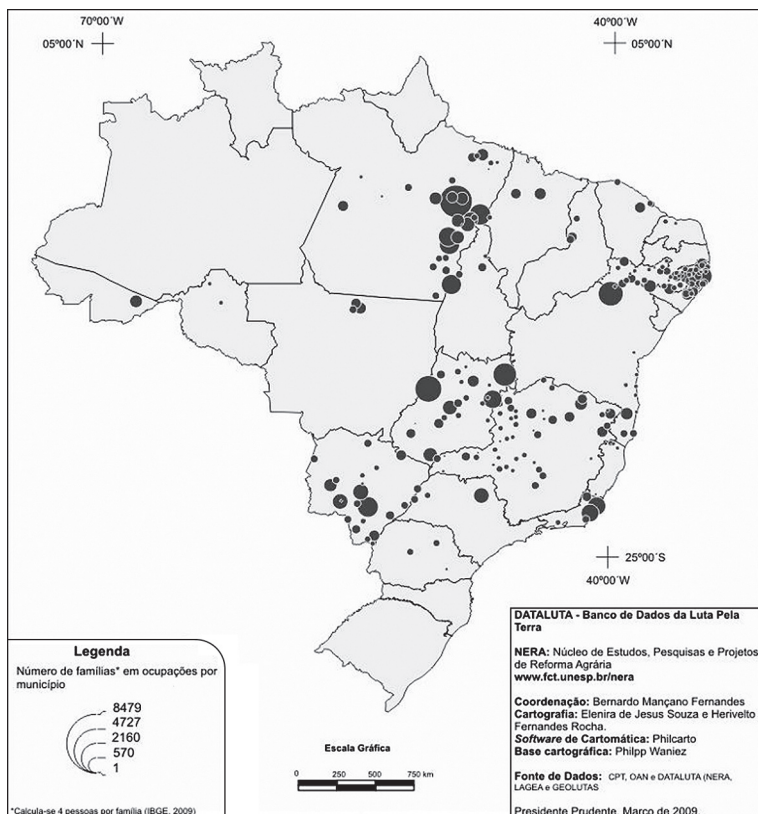
Figura 5 – Fragmentação dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema (SP) (2005).
Fonte: Adaptado de Lima (2006, p.37).

são as ocupações conjuntas, nas quais, 21.510 famílias participaram em 135 ocupações. Nas ocupações conjuntas um movimento se junta a outro movimento para realizar a ocupação de terra.

Uma importante dimensão de um movimento socioterritorial é a sua espacialização. Esse processo demonstra o alcance de sua ação e a extensão da luta a qual se insere, no caso da questão agrária, essa extensão se conforma na escala nacional. Uma melhor compreensão da espacialização e territorialização dos principais movimentos socioterritoriais de luta pela terra do Brasil pode ser realizada por meio da visualização dos mapas apresentados a seguir. Neles, é possível visualizar a concentração e o posicionamento de dois dos maiores movimentos socioterritoriais rurais que atuam no Brasil.

No Mapa 2, podemos verificar a espacialização do MST e constatar uma grande concentração do número de famílias em ocupações nas regiões Nordeste e Centro-Sul. Chamamos a atenção para o fato de que esse movimento está territorializado em quase todo o país, exceto nos estados de Amazonas, Acre e Amapá. Corroborando, dessa forma, a seguinte afirmação: dos movimentos socioterritoriais atuantes no Brasil, o MST é aquele cuja luta possui uma escala de maior alcance e extensão, pois, além de atingir a quase totalidade do território nacional por meio da espacialização, ele age como elemento transformador das realidades na escala local.

O Mapa 3 representa a espacialização da Contag. Do mesmo modo que o MST, a Contag possui um grande número de famílias em ocupações, distribuídas nas regiões Centro-Oeste e Sudeste. Diferentemente do MST, a Contag está presente no estado do Acre, também há uma grande concentração de famílias acampadas no estado do Pará. Quanto mais intensa a espacialização, maior é a extensão da ação do movimento. Já seu alcance está relacionado à sua territorialização, à medida que o movimento consegue efetivar a conquista do território. A Contag compreende uma confederação de sindicatos e federações que executam ações de ocupações. Nesse sentido, o seu nível de institucionalização é um dos maiores entre

os movimentos camponeses. No entanto, como se vê por meio dos mapas, a Contag se territorializa por meio da sua escala de ação, capaz de articular pontos do território ampliando o alcance e extensão de sua luta. É o movimento camponês mais antigo do Brasil, sua fundação se deu no ano 1963, pouco antes do período do regime militar. Na época existiam 14 federações e 475 sindicatos de trabalhadores rurais, hoje são 27 federações que reúnem cerca de quatro mil sindicatos rurais e vinte milhões de trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Mapa 2 – Espacialização do MST: número de famílias em ocupação (2000-2007).

Mapa 3 – Espacialização da Contag: número de famílias em ocupação (2000-2007).

O território é um processo

Em *Por uma geografia do poder*, Claude Raffestin (1993) realiza uma crítica à concepção de território fundado exclusivamente no poder estatal, o que Raffestin denomina geografia unidimensional. O autor destaca a existência de múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais e locais. Raffestin coloca que o poder não é adquirido, mas sim exercido tomando como base inumeráveis pontos. Desse modo, as relações de poder são imanentes a todo tipo

de relação (econômica, social, cultural etc.). O autor destaca que onde há poder há resistência e, por isso mesmo, as manifestações de resistência jamais estão em posição de exterioridade em relação ao poder. Na perspectiva raffestiniana, o território é concebido como a manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais, relações essas determinadas, em diferentes graus, pela presença de ações e estruturas concretas e de informação, que são as ações e estruturas simbólicas.

O espaço estratégico está relacionado diretamente com a ideia de poder no seu sentido amplo; ou seja, nas suas diversas origens e manifestações, sempre focando sua projeção no espaço. De tal modo, o território pode ser compreendido pelas relações de poder que se estabelecem sobre o espaço e entre os sujeitos que o ocupam e o utilizam. As relações de poder se originam de inúmeros pontos e possuem *Intencionalidades* que impõe à sociedade os modelos de desenvolvimento adotados. Por meio do território está subtendida essa multiplicidade de poderes que afetam, de diversos modos e graus, qualquer ação intencionada.

Em sua origem, o termo território deriva de "terra" e aparece nos tratados de agrimensura com o significado de "pedaço de terra apropriada". Essa terra pertence a alguém, uma vez que é apropriada, mas não possui necessariamente o sentido de propriedade. Dessa forma, a desterritorialização é entendida como perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos capazes de desfazerem o território, já a reterritorialização compreende o processo de criação de novos territórios, seja por meio da reconstrução parcial de antigos territórios, seja por meio da recriação parcial (em outros lugares) de um território novo que contém, também, parcela das características do velho território.

A ideia da territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) originou-se das formulações de Raffestin (1993), que propôs definir a territorialidade como conjunto de relações que se desenvolve no espaço-tempo dos grupos sociais. As relações exercidas sobre o território nos dias atuais são de uma complexidade muito grande e, em razão do fato do modo de produção capitalista

ter dinamizado o território com base nas novas necessidades de circulação de pessoas, informações/comunicações e mercadorias, as transformações no cotidiano das pessoas também se alteraram sensivelmente. Costa (1997) denomina *aglomerados de exclusão* os espaços ocupados por grupos de miseráveis, em parte fruto do novo padrão tecnológico e da *globalização perversa*, como afirma Milton Santos (2000).

A dimensão da história no contexto da territorialização – dimensão espaçotemporalidade – se realiza na prática cotidiana dos grupos que estabelecem vínculos com os de dentro e os de fora, os "nós" e os "outros". Nesse processo, há a identificação dos elementos do "seu" espaço produzido em "seu" processo histórico. O movimento socioterritorial não existe nem *a priori* nem *a posteriori* à constituição do território, já que é no movimento de sua constituição e nas permanentes transformações que vão ocorrendo ao longo da história que se define sua existência. A consciência da igualdade dos membros de um movimento está fortemente relacionada com o sentimento da partilha o território. Nesses espaços a comunicação dá lugar à constituição de uma identidade, o reconhecimento de si no outro (igualdade). Não cabe a essa discussão discorrermos de maneira mais detalhada sobre a lógica de produção das representações sociais, todavia, podemos tomar por evidente o fato de que as representações estão, necessariamente, radicadas no espaço e nos processos no qual o indivíduo desenvolve uma territorialidade.

A territorialidade, ao mesmo tempo que expressa a luta pela manutenção da identidade, representa uma forma especifica de ordenação territorial. Uma coisa está imbricada na outra de forma a dar unidade aos contrários que dão movimento ao processo da formação das identidades territoriais. O fato de um indivíduo estar num determinado lugar em um determinado tempo faz que esse mesmo indivíduo participe de redes de sociabilidade que lhe permitem construir seus referenciais com o qual ordena o mundo. O território tem, nesses termos, uma dimensão política intrínseca. Tem a dimensão do poder no centro de sua constituição.

Nesse complexo processo de constituição, os fatores culturais e simbólicos se imbricam de tal forma com os fatores políticos que sua disjunção só é possível mediante a prática analítica. Em seu *status ontológico* essas relações se dão por meio de uma sinergia que, no campo da atuação dos atores, o território passa a ser o elemento de identidade, ou seja, firma as particularidades de um grupo ou indivíduo com seu espaço de vivência e da ação política. Assim, o movimento socioterritorial pode ser compreendido como uma relação política. É uma relação entre grupos sociais mediada pelo espaço territorializado. À medida que o movimento ocupa um espaço, ele constitui a sua imagem junto à sociedade. A partir do momento em que o indivíduo ou grupo o representa para si, também o faz para os outros. Como espaço da ação, o território passa a ser a mediação entre dois indivíduos ou grupos. É uma relação triangular, pois a relação com o território é uma relação mediadora da relação entre os sujeitos sociais.

Conclusão

O espaço, na sua dimensão territorial, vem ganhando relevância no conjunto dos estudos das ciências sociais. Não somente porque insurge como uma categoria analítica importante, mas, sobretudo, porque ele vem se tornando uma referência para a ação dos sujeitos sociais, do Estado e suas instituições, e dos agentes hegemônicos da economia capitalista. A crescente importância analítica dos conceitos de referência espacial vem acompanhando as mudanças ocorridas na realidade. A geografia torna-se, então, uma ciência privilegiada. O espaço, categoria tradicionalmente tomada como objeto de reflexão do pensamento geográfico, constitui um importante instrumento analítico da dinâmica e dos processos sociais. É por meio do espaço que a existência humana se materializa. É tomando-o como fundamento de sua ação que o homem se apropria da natureza e se relaciona com os outros homens. Entendido como espaço da ação humana, é nele que os conflitos entre os homens se condensam dando forma e conteúdo ao território.

A renovação proposta pela geografia crítica representou, a um só tempo, a renovação dos quadros explicativos que embasavam os estudos sobre a relação dos homens com seu espaço, tendo o materialismo histórico dialético como referencial basilar, e uma ampliação da perspectiva geográfica que passou a lançar seus olhos

a temáticas que antes eram atribuídas como objeto de investigação de outras ciências, ou eram simplesmente ignoradas, sem muitas justificativas. Com exceção dos trabalhos precursores de Andrade (1964) e de Castro (1967), que enfocaram a ação das Ligas Camponesas no contexto de pobreza e concentração fundiária do Nordeste brasileiro, a verdade é que os movimentos sociais estiveram ausentes da agenda de pesquisa dos geógrafos nas décadas de 1960 e 1970.

A partir da década de 1980, diversas experiências de resistência aos processos de exclusão e subordinação passaram a interessar aos pesquisadores da ciência do espaço. As mobilizações populares, organizadas na forma dos movimentos sociais, foram aos poucos sendo inseridas no conjunto dos temas adotados pela geografia. Autores como Bernardes (1983), Mizubuti (1986), Silva (1992), Rodrigues (1988) e Souza (1988) elegeram os movimentos sociais urbanos como objeto de análise, tendo como referencial teórico de interpretação as formulações feitas por autores da sociologia europeia. Por outro lado, autores como Oliveira (1984 e 1988), Kahil (1985) e Andrade (1986) empenharam-se em analisar experiências de lutas sociais que tinham o campo como *lócus* de existência. Teoricamente, esses estudos se alinhavam ao marxismo. Suas interpretações partiam de uma visão mais geral sobre o desenvolvimento das relações de produção capitalistas sobre o espaço rural e suas consequências catastróficas para a existência camponesa. Moreira (1985) elabora um estudo diferenciado: seu enfoque é direcionado ao movimento sindical, tanto rural como urbano. O autor formula um intrincado quadro explicativo acerca dos processos espaciais que, a serviço das classes hegemônicas, levam à sujeição e à subordinação dos trabalhadores ante os mecanismos de acumulação de capital.

Em seu conjunto, esses autores foram os pioneiros no tratamento da temática dos movimentos sociais. Sua principal característica foi a adoção de referenciais teóricos estrangeiros à geografia, fato que se explica pela lacuna existente na produção geográfica sobre a temática dos movimentos sociais. Cabe lembrar a relevante con-

tribuição que o sociólogo brasileiro José de Souza Martins deu ao desenvolvimento das pesquisas sobre os movimentos sociais na geografia, sobretudo, por meio dos estudos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

A partir da década de 1990, dá-se início a uma nova fase da pesquisa geográfica nacional, caracterizada pela publicação de textos que sintetizam as ideias e formulações originais a respeito do caráter espacial dos movimentos sociais, assim como da importância que essas manifestações sociais possuem no campo da análise da sociedade contemporânea. Uma parte desses estudos dedica-se à formulação de propostas teórico-conceituais que buscam incorporar, à tradição das pesquisas sobre a temática, todo o arsenal teórico herdado da geografia. Nesse momento, três autores vão se destacar, Carlos Walter Porto Gonçalves, Emerson Renato dos Santos e Bernardo Mançano Fernandes.

Cada um, a seu modo, vai buscar contribuir para que os movimentos sociais se tornem um tema de estudo contínuo na geografia. Além de valorizarem essas manifestações sociais no seu aspecto espacial, esses autores vão somar esforços para transformar os movimentos sociais numa categoria analítica fundamentalmente geográfica. Santos (2006) enfatiza as dimensões de conotação espacial que conformam e dão conteúdo aos movimentos sociais; Gonçalves (1999; 2000) valoriza os processos de constituição dos movimentos de *(r)existência*, numa abordagem privilegia a formação do sujeito social. Esse autor concebe os movimentos sociais emergentes como portadores de uma territorialidade autêntica. Por último, temos o conjunto de trabalhos de Bernardo Mançano Fernandes. Dentre os três autores classificados como formuladores de estudos propositivos, este último assume de forma mais direta e mais densa a tarefa de fazer da geografia uma ciência plenamente preparada para a análise dos movimentos sociais. Seu trabalho é realizado em duas frentes: em uma o autor busca contribuir para a compreensão da ação dos movimentos sociais, por meio dos processos de espacialização e territorialização das lutas sociais; e, em outra, seus esforços são direcionados à formulação conceitual que visa valorizar, no

conjunto dos estudos sobre estudos dos movimentos, aqueles que possuem um caráter territorializante.

Dessa maneira, toma formato a proposta de (re)conceituar as manifestações sociais de resistência e luta popular utilizando as denominações: movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Um movimento socioterritorial, a exemplo dos movimentos de sem-terra e sem-teto, tem como um de seus principais objetivos a conquista do território, a forma pela qual o movimento busca essa realização é a ocupação. Os movimentos socioespaciais representam o conjunto de mobilizações populares que têm o espaço como base de ação, mas que, para alcançar seus objetivos, não produzem uma interferência direta na territorialidade vigente. Já os movimentos socioterritoriais dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade. Essa ação de resistência é resultado da recusa por parte das classes dominadas em manterem-se na situação de exclusão e subordinação imputada pelos agentes hegemônicos da sociedade capitalismo.

O movimento social e o movimento socioterritorial constituem um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se mobiliza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses. Fernandes (2000b) assevera que não se trata da existência de dois tipos de movimentos distintos: movimentos socioterritoriais e movimentos sociais. Dessa forma, não existem um e outro. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica. A nosso ver, o autor ressalta que sua proposta é marcadamente epistemológica, ou seja, reside no campo do desenvolvimento de formulações, teorias e conceitos, destinados a realizar uma leitura geográfica da dinâmica social encetada pela luta de classes.

O embate entre as classes está presente nas ações dos movimentos socioterritoriais de tal forma que o desenvolvimento e o refluxo das políticas das instituições, sobretudo aquelas de responsabilidade do Estado, sofrem o impacto direto da ação desses movimentos.

No campo, os movimentos socioterritoriais são predominantemente constituídos pelos movimentos camponeses na luta pela terra; na cidade, são representados pelos movimentos de luta pela moradia. No campo e na cidade, esses movimentos definem suas agendas com base num objetivo único, a construção de seus espaços e a conquista do território, promovendo, desse modo, a territorialização da luta pelo território da vida. Para esses movimentos o território é seu trunfo e, portanto, a razão da sua existência, o elemento fundador de sua identidade. Característica que os distinguem de outras formas de mobilização. No entanto, os movimentos socioterritoriais não estão livres das contradições e conflitos internos, de modo que as dissidências e os sucessivos rearranjos no interior dos movimentos articulatórios refletem os embates em seu interior.

A proposta conceitual que busca firmar os movimentos sociais no campo da leitura geográfica, redefinindo-os a partir do conceito de movimento socioterritorial, constitui um momento do desenvolvimento da geografia. Nesse processo de evolução, a geografia amplia sua "bagagem" e inverte sua posição no campo da pesquisa social. De orientada, busca assumir a função de orientadora.

Referências bibliográficas

ADAS, S. *O campo do geógrafo*: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964). 2006. 481p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

ALENTEJANO, P. R. R. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. 2003. 376p. Tese (Doutorado) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

ALMEIDA, R. A. *O acampamento e as práticas da distinção*: para além da forma. 2003. 391p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Presidente Prudente, 2003.

ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste.* 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

______. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios)

______. *Geografia, ciência da sociedade:* uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

BERNARDES, J. A. *Espaço e movimentos reivindicatórios*: o caso de Nova Iguaçu. 1983. 229p. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1983.

BITOUN, J. Movimentos sociais e a cidade: questões relevantes para a Geografia urbana. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, Unesp, n.21/22, p.39-46, 1992.

BOFF, L. *Nova era*: a civilização planetária. São Paulo: Ática, 1994.

BORJA, J. *Movimientos sociales urbanos*. Buenos Aires: Siap-Planteos, 1975.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico.* Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1989.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem-Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARLOS, A. F. A. Espaço urbano e movimentos sociais. *Boletim de Geografia Teorética,* Rio Claro, Unesp, n.21/22, p.147-53, 1992a.

_______. Movimentos sociais e cidade: uma introdução ao tema. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, Unesp, n.21/22, p.22-6, 1992b.

CASTELLS, M. *Lutas urbanas e poder político*. Lisboa: Afrontamento, 1976.

_______. *Cidade, democracia e socialismo*: a experiência das associações de vizinhos de Madri. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_______. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, J. *Sete palmos de terra e um caixão*: ensaio sobre o nordeste área explosiva. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CHAUÍ, M. de S. *Cultura e democracia*: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1980.

_______. *O que é ideologia*. 34.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos)

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p.251-6.

COSTA, R. H. *Desterritorialização e identidade*: a rede "gaúcha" no nordeste. Niterói: Eduf, 1997.

_______. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de et al. *Geografia: conceitos e temas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.165-205.

CUNHA, E. da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1968.

DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

FABRINI, J. E. *Os assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra do centro-oeste (PR) enquanto território de resistência camponesa*. 2002. 284p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Presidente Prudente, 2002.

______. A escala da luta e resistência camponesa. *Geosul*, Florianópolis, v.21, n.42, p.63-91, jul.-dez. 2006.

FERNANDES, B. M. *MST*: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

______. *MST*: *formação e territorialização*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999a.

______. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. *Boletim Paulista de Geografia,* São Paulo, n.75, p.83-129, 1999b.

______. Movimento social como categoria geográfica. *Terra Livre,* São Paulo, AGB, n.15, p.59-85, 2000a.

______. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000b.

______. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

______. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Ed.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.* Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

______. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p.273-302.

______. Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. de M. (Org.). *O Brasil, a América Latina e o mundo*: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008b. v.II, p.385-404.

FERNANDES, B. M. et al. Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra: uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra. *Terra Livre*, São Paulo, ano 19, v.2, n. 21, 2003.

FERNANDES, B. M. et al. (Coord.) *DATALUTA:* Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2006. Presidente Prudente: FCT/Nera, 2007.

FERNANDES, B. M.; MARTIN, J. Y. Movimento socioterritorial e "globalização": algumas reflexões a partir do caso do MST. *Lutas Sociais,* São Paulo, v.12, 2004.

FERNANDES, B. M.; SOUZA, E. de J. *Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra*: atualização do cadastro dos movimentos socioterritoriais para o ano de 2007. Presidente Prudente: Unesp, 2009. (Relatório de Pesquisa Parcial – CNPQ).

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOHN, M. da G. *A força da periferia*: a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985.

______. *Teorias dos movimentos sociais*: paradigmas clássicos e modernos. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

______. *História dos movimentos sociais e lutas sociais*: a construção da cidadania dos brasileiros. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

______. Redes de associativismo em São Paulo e a questão da moradia. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, jun. 2007, Recife. *Anais*... Recife: UFPE, jun. 2007.

GONÇALVES, C. W. P. A territorialidade seringueira. *Geographia*, Niterói, UFF/EGG, ano I, n.2, p.67-88, 1999.

______. Por uma teoria geográfica dos movimentos sociais. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2000, Florianópolis. *XII Encontro Nacional de Geógrafos – Os outros 500 na formação do território brasileiro*. Florianópolis: UFSC/AGB, 2000.

______. *Amazônia, Amazonias*. São Paulo: Contexto, 2001.

______. O latifúndio genético e a r-existência indígeno-camponesa. *Geographia*, ano IV, n.8, 2002.

______. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, J. (Comp.). *Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), 2003.

______. Geografando nos varadouros do mundo. Brasília: Ibama, 2004.

GONÇALVES, J. P. de A. *Ocupar e resistir*: problema da habitação no centro pós-moderno. 2006. 197p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWM, E. *Rebeldes e primitivos*. Barcelona: Editorial Ariel, 1983 [1959].

KAHIL, S. P. A luta dos posseiros em Lagoa São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, n.59, p.26-35, 1985.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KOWARICK, L. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LACOSTE, Y. *Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 5.ed. São Paulo: Papirus, 2001.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991a.

_______. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991b [1974].

_______. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, E. C. *Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no pontal do Paranapanema (SP)*: dissidências e dinâmica territorial. 2006. 132p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Presidente Prudente, 2006.

LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARTIN, J.-Y. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. *Caderno Prudentino de Geografia*, São Paulo, n.19/20, p.26-41, 1997.

_______. Uma Geografia de nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. *Terra Livre*, São Paulo, v.2, n.19, p.11-35, 2002.

MARTINS, J. de S. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas/USP, 1979.

_______. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_______. *O poder do atraso*: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_______. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

_______. *O Capital*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 2.ed. Trad. Omar de Barros Filho. São Paulo: Paulus, 1979.

_______. *A ideologia alemã*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

MELO, B. M.; SILVA M. A. de M. O rural: horizontes, disposições. As contribuições da Geografia e da Sociologia nas revistas *Terra Livre* e *Tempo Social* (1980-2005). In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA/IV SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA JORNADA ORLANDO VALVERDE, 2007, Londrina. *Campesinato em movimento*, Londrina: UEL, 2007.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. *As contradições da luta pela terra*: o caso do Movimento de Libertação dos Sem-Terra. 2002. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

_______. *A ação territorial de uma igreja radical*: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba. 2008. 510p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

MIZUBUTI, S. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)*. 1986. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986.

MONTEIRO, C. A. de Figueiredo. *Geografia no Brasil (1934-1977)*: avaliação e tendências. São Paulo: USP, 1980.

MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: _______ (Org.). *Geografia: teoria e crítica* – O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

_______. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

_______. Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão. *Terra Livre*, n.1, p.6-19, 1986.

_______. Assim se passaram dez anos: a renovação da Geografia no Brasil, 1978-1988. *GEOgraphia*, ano II, n.3, p.27-48, 2000.

MOYSÉS, J. A. A experiência de mobilização popular em São Paulo. In: XXV REUNIÃO ANUAL SBPC. São Paulo, 1975.

_______. Protesto urbano e política. In: IV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Rio de Janeiro, 1980.

OLIVEIRA, A. U. "Os trabalhadores nem o bagaço" ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e dos laranjais. *Boletim Paulista de Geografia*, n.60, p.153-234, 1984.

_______. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1988.

_______. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

_______. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Terra Livre*, São Paulo, AGB, n.21, p.113-56, 2003.

PARISSE, L. M.. O papel e posições dos atores geográficos nos movimentos sociais. *Boletim de Geografia Torético*, Rio Claro, Unesp, n.21/22, p.168-72, 1992.

PAULINO, E. T. *Terra e vida*: a geografia dos camponeses no norte do Paraná., 2003. 430p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Presidente Prudente, 2003.

PEDON, N. R. A participação popular na produção do espaço urbano na cidade de Araçatuba: o caso do bairro Alvorada. 2005. 259p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Presidente Prudente, 2005.

PEDON, N. R.; SOUZA. E. A. Território e Identidade. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Três Lagoas (MS), ano 4, v.1, n.6, nov. 2007.

PEREIRA, L. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

POPPER, K. R. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

QUAINI, M. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, N. A experiência de autogestão dos trabalhadores agrários de Nova Ronda Alta e seu significado para o Movimento dos Sem-Terra. *Terra Livre*, São Paulo, v.1, n.4, p.65-76, 1988.

REIS, D. S. dos. O rural e urbano no Brasil. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, Caxambu (MG), 18 a 22 set. 2006.

RIBEIRO, A. C. T. Movimentos sociais urbanos: algumas reflexões. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 1980, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Nacional dos Geógrafos, 1980.

_______. Movimentos sociais urbanos: algumas reflexões. In: MOREIRA, Ruy. (Org.). *Geografia, teoria e crítica*: o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

_______. Um diálogo interdisciplinar: espaço e movimentos sociais. In: OLIVEIRA, M. P. et al. *O Brasil, a América Latina e o mundo*: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj; Anpege, 2008. v.II, p.353-66.

RODRIGUES, A. M. *Na procura do lugar o encontro da identidade – Ocupação coletiva de terras:* Osasco. 1988. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

______. Na procura do lugar, o encontro da identidade; a Geografia de um movimento social. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente (SP), AGB, n.9, p.11-7, 1989.

______. Cidade e movimentos sociais: algumas reflexões sobre questões conceituais. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, Unesp, n.21/22, p.27-33, 1992a.

______. Movimentos sociais urbanos e a questão da moradia. *Boletim de Geografia Teorética,* Rio Claro, Unesp, n.21/22, p.173-6, 1992b.

RODRIGUES, L. M. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia,* São Paulo, n.54, p.81-100, 1977.

______. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

______. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

______. *Por uma geografia nova*: da crítica à geografia a uma geografia crítica. 6.ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, R. E. dos. *Agendas e agências*: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. 2006. 350p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

SCHERER-WARREN, I.; HAHN LÜCHMANN, L. H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. *Revista Política e Sociedade*, n.5, p.13-35, set. 2004.

SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. (Org.). *Uma revolução no cotidiano?*: os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SEARLE, J. R. *Intencionalidade.* 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SILVA, A. A.; FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra 2000-2004. In: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA/II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA/JORNADA ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA "DESENVOLVIMENTO DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS", 2005, Presidente Prudente. CD do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Presidente Prudente, 2005.

SILVA, J. B. da. Movimentos sociais e Estado: implicações espaciais. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, Unesp, n.21/22, p.180-6, 1992a.

_______. *Os incomodados não se retiram*: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multiraf, 1992b.

SILVA, L. A. M.; RIBEIRO A. C. T. Paradigma e movimento social. *Boletim Paulista de Geografia*, 1985.

SILVA, T. P. Fundamentos Teóricos do Cooperativismo Agrícola e o MST. *Revista Terra Livre – AGB*, n.19, 2002.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOUZA, E. de J.; FERNANDES, B. M. *Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra*: atualização do cadastro dos movimentos socioterritoriais para o ano de 2007. Presidente Prudente, 2009. (Relatório Parcial Capes: Período: jul. 2008-abr. 2009)

SOUZA, M. J. L. de. *O que pode o ativismo de bairro?* Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. 1988. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.

_______. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al. *Geografia: conceitos e temas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.77-116.

_______. Ativismos sociais e espaço urbano: um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, M. P. et al. *O Brasil, a América Latina e o mundo*: espacialidade contemporânea. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj; Anpege, 2008. v.II, p.367-84.

SOUZA, M. L. de. *A prisão e a ágora:* reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA JUNIOR, X. S. de S. *A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço em João Pessoa (PB)*. 2008. 341p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Presidente Prudente, 2008.

TARELHO, L. C. O Movimento Sem-Terra de Sumaré. Espaço de conscientização e de luta pela posse de terra. *Terra Livre*, São Paulo, n.6, p.93-104, 1989.

TEIXEIRA, E. T. As ocupações do movimento dos sem-teto como laboratórios de pedagogia urbana: discutindo uma proposta metodológica. In: VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 2007, Niterói. *Anais*... Niterói: UFF, set. 2007.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_______. *A formação da classe operária inglesa*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra; Graal, 2001.

VERRI, N. B. W. Os sem-teto do centro de São Paulo: um balanço dos anos 2001-2004. 2008. 281p. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas. Campinas, 2008.

VIANA, M. T. R. Algumas reflexões sobre a luta pela terra nas cidades. *Boletim Paulista de Geografia*. n.57, 1980.

VLACH, V.; BRAGA, S. Os novos movimentos sociais e a experiência brasileira: apontamentos iniciais. In: SIMPOSIO MOVIMIENTOS SOCIALES. OCTAVO ENCUENTRO INTERNACIONAL HUMBOLDT, 2006, Colon. *Anais*... Colon: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, set. 2006.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

WELCH, C. A. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. *Revista Lutas & Resistências*, Londrina, Midiograf, n.1, set. 2006.

WIEDERHECKER, C. L.; CHAVES, E. G. Associação das Vítimas do Césio-137: identidade e diversidade de um movimento social. *Boletim Goiano de Geografia*, n.9-10, p.1-20, 1990.

Neste livro, Nelson Rodrigo Pedon avalia o tratamento dado aos movimentos sociais pela Geografia brasileira. Para tanto, o autor empreende esforços para reunir e analisar trabalhos de fontes reconhecidas da ciência geográfica no Brasil e utiliza o conceito de *movimento social* para definir um tipo de mobilização coletiva de caráter perene, organizada e que realiza, por meio de suas ações, uma crítica aos fundamentos da sociedade atual, baseada nos processos de acumulação da riqueza e concentração do poder, manifestados na forma do território.

Ao longo desta obra, ao reconstituir a história dos movimentos sociais brasileiros, o autor apresenta uma proposta teórico-conceitual – centrada no conceito de *movimento socioterritorial* – que possibilite à Geografia assumir a função de orientadora dessa temática e, nesse sentido, inserir a perspectiva geográfica no campo da teoria social crítica.

Nelson Rodrigo Pedon possui graduação (2002), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), *campus* de Presidente Prudente (SP). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana. Atualmente é professor na Unesp, *campus* experimental de Ourinhos (SP).

ISBN 978-85-393-0418-9